UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADRIANO RUSCHEL MARINHO

MEMÓRIAS DO CASARÃO:
lições de uma ocupação popular urbana derrubada por políticas sociais públicas

Porto Alegre
2006

ADRIANO RUSCHEL MARINHO

MEMÓRIAS DO CASARÃO:
lições de uma ocupação popular urbana derrubada por políticas sociais públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Nilton Bueno Fischer.

Porto Alegre

2006

M337m Marinho, Adriano Ruschel, 1963-
Memórias do Casarão : lições de uma ocupação popular urbana derrubada por políticas sociais públicas / Adriano Ruschel Marinho. – 2006.
247 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, BR-RS. Orientador: Nilton Bueno Fischer.

1. Memória coletiva. 2. Política social – Ocupação urbana. 3. Antropologia social – Desigualdade social. I. Fischer, Nilton Bueno, orient. II. Título.
CDU : 572.7

Bibliotecária Neliana Schirmer Antunes Menezes – CRB 10/939

ADRIANO RUSCHEL MARINHO

MEMÓRIAS DO CASARÃO:
lições de uma ocupação popular urbana derrubada por políticas sociais públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 28 de julho de 2006.

_____

Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer – Orientador.

_____

Profª. Drª. Carmem Maria Craidy – Faculdade de Educação – FACED / UFRGS.

_____

Prof. Dr. Balduíno Antônio Andreola – Centro Universitário La Salle - UNILASALLE.

_____

Profª. Drª. Nara Vieira Ramos – Centro Universitário Franciscano – UNIFRA.

Às memórias de ex-moradores do Casarão.
Em memória de Nandinho e do Gasômetro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos antigos moradores do Casarão que tantas vezes me convidaram a entrar na própria casa para tratarmos desse ou daquele problema do dia-a-dia, além de aceitarem os meus convites para decidirmos juntos sobre um ou outro rumo a seguir.

Agradeço a tanta gente que se fez reconhecer como pessoa amiga do Casarão, por acolher minha disposição em discutir os assuntos mais graves e as possibilidades abertas aos seus antigos moradores a cada nova curva de sua trajetória coletiva.

Agradeço àqueles integrantes de entidades tais como o Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro, entre tantas outras que buscaram mostrar-se sensíveis aos pontos de vista defendidos pelos antigos moradores do Casarão.

Agradeço aos meus colegas de trabalho pela generosidade em redobrar suas atividades de modo que eu pudesse me afastar em momentos não muito oportunos em função da necessidade de tempo para o estudo relatado nesta dissertação.

Agradeço aos meus familiares e amigos mais próximos que se habituaram a conviver com minha constante falta de tempo em função da interminável quantidade de compromissos assumidos durante o trabalho apresentado neste texto.

Agradeço à Nena, ao Gabe, ao Suyá, à Miriam, ao Nilton, ao meu grupo de orientação e a todos os que me apoiaram de forma direta e indireta a seguir confiante no próprio sonho.

Numa perspectiva otimista de que o mundo pode e deve mudar para melhor, será o caso de concluir que o mundo necessita, cada vez mais, de muitos e de bons investigadores.
Pedro Marinho (1980, p. 10)

Crítico e apaixonado, envolvido e distante, o trabalho de análise é sempre mais necessário à ação coletiva. Para que "aqueles que falam à frente" não fiquem sem ser ouvidos, para que o muro de pedra ou de silêncio não cale a sua voz. Mas também para que eles não cedam à ilusão de tornar sagrada a palavra que trazem, para que resistam à necessidade de totalidade que os transforma rapidamente em novas igrejas ou em um novo poder.
Alberto Melucci (2001, p. 22)

RESUMO

Esta dissertação trata da memória coletiva de oito pessoas que, entre os anos de 1996 e 2003, participaram da ocupação, para fins de moradia e trabalho, de uma área urbana chamada de *Casarão*, localizada no centro histórico da cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil. Identifica-se no desfecho dessa ocupação, com remoção de seus antigos moradores e demolição dos prédios ocupados, remanescentes de um velho gasômetro do século XIX, o reflexo de uma grave contradição capaz de transformar o testemunho dessas pessoas em tema de interesse público e acadêmico. Afinal, o mesmo poder público que soube projetar a cidade de Porto Alegre mundialmente com instituições políticas e sociais inovadoras, como o Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial, também soube desprezar o apoio dado por entidades participantes dessas mesmas instituições aos moradores do Casarão, recorrendo a promessas não aprazadas de modo oficial, à manipulação de dados em ações judiciais e à força militar para removê-los. Foram entrevistados adultos de sete das dezoito famílias removidas que, após dois anos, ainda seguiam abrigados em casas de passagem da Prefeitura Municipal à espera da casa própria. Cada um falou de sua trajetória de vida quanto a moradia e trabalho, de fatos que o marcaram na história do Casarão e de suas esperanças no futuro. O problema foi tratado sob os enfoques metodológicos da pesquisa qualitativa em Augusto Nibaldo Silva Triviños e da pesquisa reflexiva segundo Alberto Melucci. A análise se baseou em autores tais como José de Souza Martins, Maria Conceição D'Incao, Gérard Roy, Christian Geffray e Maurice Halbwachs. A primeira conclusão aponta para trajetórias urbanas sujeitas a processos cíclicos de exclusão e inclusão social com rupturas de laços familiares, desqualificação do acesso ao trabalho e degradação das condições socioeconômicas. A segunda conclusão acusa efeitos degradantes de uma política social pública concebida à revelia das aspirações e das experiências da população atingida. A última conclusão revela o desejo dos antigos moradores do Casarão por estabilidade, expresso através de cuidados e benfeitorias sobre o local, assim como, para quem responde por uma prole infantil numerosa, a impotência decorrente da falta de perspectivas no futuro a refletir-se numa imagem saudosista do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva; Ocupações Urbanas; Políticas Sociais.

RESUMEN

Esta disertación trata de la memoria colectiva de ocho personas que, entre los años 1996 y 2003, participaron de la ocupación, para fines de vivienda y trabajo, de un área urbana llamada de *Casarón*, ubicada en el centro histórico de la ciudad de Porto Alegre, estado de Rio Grande do Sul, región sur de Brasil. Percíbese en el final de esa ocupación, con el desalojo de sus antiguos moradores y la demolición de los predios ocupados, remanentes de un viejo gasómetro del siglo XIX, el reflejo de una grave contradicción capaz de transformar el testimonio de esas personas en tema de interés público y académico. Afinal, el mismo poder público que supo proyectar la ciudad de Porto Alegre al mundo con instituciones políticas y sociales innovadoras como el Presupuesto Participativo y el Foro Social Mundial también supo despreciar el apoyo dado por entidades partícipes de las mismas instituciones a los moradores del Casarón, recurriendo a promesas sin plazo fijo de modo oficial, a la manipulación de datos en acciones judiciales y a la fuerza militar para desalojarlos. Se entrevistó a adultos de siete de las dieciocho familias trasladadas que tras dos años aún seguían alojados en casas de paso de la Municipalidad a la espera de la casa propia. Cada sujeto habló de su trayectoria de vida en cuanto a vivienda y trabajo, de hechos que lo marcaron en la historia del Casarón y de sus esperanzas en el futuro. El problema se trató bajo los enfoques metodológicos de la investigación cualitativa en Augusto Nibaldo Silva Triviños y la investigación reflexiva según Alberto Melucci. El análisis se fundamentó en autores como José de Souza Martins, Maria Conceição D'Incao, Gérard Roy, Christian Geffray y Maurice Halbwachs. La primera conclusión apunta hacia trayectorias urbanas sujetas a procesos cíclicos de exclusión e inclusión social con rupturas de lazos familiares, descalificación del acceso al trabajo y degradación de condiciones socioeconómicas. La segunda conclusión acusa efectos degradantes de una política social pública concebida por fuera de aspiraciones y experiencias de la población afectada. La última conclusión señala el deseo de antiguos moradores del Casarón por estabilidad, expreso a través de cuidados y mejoras sobre el local, así como, para quién responde por una prole infantil numerosa, la impotencia por la falta de perspectivas para el futuro a reflejarse en una imagen nostálgica del pasado.

PALABRAS CLAVES: Memoria Colectiva; Ocupaciones Urbanas; Políticas Sociales.

LISTA DE FIGURAS

1 – Localização do Casarão em foto aérea de Porto Alegre 17
2 – Terreno do Casarão em parte ampliada de foto aérea 17
3 – Notícia sobre o Casarão no Jornal do Comércio 18
4 – Anísio com Adriano sob ameaça de prisão em 16/10/2003 19
5 – Casa derrubada no Casarão durante a remoção em 16/10/2003 20
6 – Casarão (1) e casas de passagem (2 e 3) em Porto Alegre 22
7 – Tita na véspera do 3º FSM no Casarão em 22/01/2003 26
8 – Marli com Adriano durante entrevista concedida em 30/12/2005 59
9 – Marli em casa com os filhos e o pai (de visita) em 26/01/2006 63
10 – Marli com Andréia e a criançada no pátio em 26/01/2006 64
11 – Moradias de Marli (ver Quadro 1) em mapa de Porto Alegre 65
12 – Referências de Marli (ver Quadro 2) em vista do Casarão 66
13 – Nandinho e Michelle na festa para Edna em 27/05/2001 67
14 – Marli, Michelle e amiga entre janeiro e março de 2002 67
15 – Marli, Max, Adriano e outros com Maiza em abril de 2002 68
16 – Marli, Mirele e filhos diante de casa em janeiro de 2003 68
17 – Marli com sua peça invadida pela água em 11/11/2004 69
18 – Notícia de enchente em 11/11/2004 69
19 – Lixo recolhido na limpeza do Casarão em 25/08/2001 70
20 – Evento do 3º FSM no Casarão entre 25 e 27/01/2003 70
21 – Dança durante 3º FSM no Casarão, de 25 a 27/01/2003 71
22 – Música durante 3º FSM no Casarão, de 25 a 27/01/2003 71
23 – Atividades artísticas no Casarão em julho de 2003 72
24 – Dia da Criança na casa de passagem em outubro de 2004 73
25 – Maiza e Adriano durante explicação da pesquisa em 20/12/2005 74
26 – Filhos e neta de Maiza com crianças de Andréia em 27/12/2005 81
27 – Moradias de Maiza (ver Quadro 3) em mapa de Porto Alegre 82
28 – Referências de Maiza (ver Quadro 4) em vista do Casarão 83
29 – Maiza com filhos e netos em 21/04/2001 84
30 – Adriano na casa de Nandinho e Michelle em 24/12/2000 85

31 – Trecho manuscrito da carta de Elisângela 86
32 – Recibo para o Casarão em 27/05/1999 88
33 – Inês Rosa no mutirão de limpeza do pátio em 25/08/2001 89
34 – Maiza e Tita no 3º FSM do Casarão, de 25 a 27/01/2003 90
35 – Trecho extraído do Ofício nº 28/PS da SGM 91
36 – Trecho extraído do Ofício nº 343/03-DG do DEMHAB 91
37 – Notícia sobre história do Casarão 93
38 – Maior prédio do Casarão (fundos) em abril de 2002 94
39 – Michelle e Janete no Casarão em maio de 2002 94
40 – Regina com Adriano durante entrevista ocorrida em 28/12/2005 96
41 – Regina e os filhos na casa de passagem em 26/01/2006 102
42 – Natiely, filha de Regina, mostrando foto do pai em 26/01/2006 103
43 – Moradias de Regina (ver Quadro 5) em mapa de Porto Alegre 104
44 – Referências de Regina (ver Quadro 6) em vista do Casarão 105
45 – Alberi, Regina e Natiely diante de sua casa no Casarão em 24/01/2003 105
46 – Imagem de abertura do sítio eletrônico da ASACASA 107
47 – Investida contra o cercado de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 109
48 – Derrubada do cercado de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 109
49 – Dia da Criança na primeira casa de passagem em outubro de 2004 110
50 –William com Adriano durante entrevista concedida em 28/12/2005 111
51 – William com a mãe e a irmã na casa de passagem em 26/01/2006 116
52 – Moradias de William (ver Quadro 7) em mapa de Porto Alegre 117
53 – Referências de William (ver Quadro 8) em vista do Casarão 118
54 – Família de William no pátio do Casarão em 24/01/2003 119
55 – Alex durante mutirão de limpeza do pátio em 25/08/2001 119
56 – Gabriela e Janete no mutirão de limpeza em 25/08/2001 120
57 – João Nedi no pátio durante 3º FSM, de 25 a 27/01/2003 120
58 – Notícia do Casarão em 14/05/2003 121
59 – Alice e Adriano durante explicação da pesquisa em 18/12/2005 122
60 – Filhos de Alice na sua peça da casa de passagem em 23/01/2006 126
61 – Alice em sua peça durante realização da entrevista em 27/12/2005 127
62 – Moradias de Alice (ver Quadro 9) em mapa de Porto Alegre 128
63 – Referências de Alice (ver Quadro 10) em vista do Casarão 129

64 – Alice e filhos diante de casa no Casarão em 24/01/2003 130
65 – João Nedi e Clair na edificação de sua casa em abril de 2002 130
66 – Miriam na casa de Flávio e Suzana em abril de 2002 131
67 – Natal com Papai Noel no Casarão em 14/12/2002 131
68 – Roteiro da coleta de Alice (ver Quadro 11) em Porto Alegre 132
69 – Vista frontal da primeira casa de passagem em 02/06/2006 133
70 – Vista diagonal da primeira casa de passagem em 02/06/2006 133
71 – Vista lateral da primeira casa de passagem em 02/06/2006 133
72 – Sebastião e Adriano durante explicação do estudo em 16/12/2005 134
73 – Auxiliar de pesquisa filmando Sebastião em 16/12/2005 140
74 – Moradias de Sebastião (ver Quadro 12) no mapa de Porto Alegre 141
75 – Referências de Sebastião (ver Quadro 13) em foto do Casarão 142
76 – Sebastião e Márcio diante de casa com Anísio em 24/01/2003 143
77 – Luanda durante mutirão de limpeza do Casarão em 25/08/2001 143
78 – Roteiro da coleta de Sebastião (ver Quadro 14) em Porto Alegre 144
79 – Reunião da resistência contra demolição do galpão em 15/09/2003 145
80 – Moradores diante do galpão de reciclagem em 14/09/2003 145
81 – Desmontagem do galpão pela Prefeitura em 18/09/2003 146
82 – Poder público e força militar no Casarão em 18/09/2003 146
83 – Vereador Wilton Araújo contra desmonte do galpão em 18/09/2003 147
84 – Família de Sebastião na Câmara Municipal em 18/09/2003 148
85 – Anísio e família após desmanche do galpão em 19/09/2003 149
86 – Derrubada da casa de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 150
87 – Andréia e Adriano durante explicação da pesquisa em 22/12/2005 151
88 – Andréia e família na revisão da entrevista em 23/01/2006 155
89 – Moradias de Andréia (ver Quadro 15) em mapa de Porto Alegre 156
90 – Referências de Andréia (ver Quadro 16) em vista do Casarão 157
91 – Tânia com os três caçulas diante de casa em 24/01/2003 158
92 – Futuras casas de Mirele e Tânia, vistas em 25/08/2001 158
93 – Destaque da futura casa de Andréia em 25/08/2001 159
94 – Depósito de lixo seco confundido com sujeira 159
95 – Marli e crianças com depósito vazio, de 25 a 27/01/2003 160
96 – João Pereira e Alberi durante 3º FSM, de 25 a 27/01/2003 160

97 – João Pereira diante de sua peça inundada em 11/11/2004 161
98 – Referências de Andréia (ver Quadro 17) em Porto Alegre 161
99 – Encenação durante o Dia da Criança em outubro de 2004 163
100 – Vildemar com Adriano durante entrevista ocorrida em 28/12/2005 164
101 – Vildemar e Adriano durante explicação do estudo em 23/12/2005 169
102 – Vildemar com fotos de seus familiares em 26/01/2006 170
103 – Moradias de Vildemar (ver Quadro 18) no mapa de Porto Alegre 171
104 – Referências de Vildemar (ver Quadro 19) no Casarão 172
105 – Acesso à futura casa de Vildemar em abril de 2002 173
106 – Interior da futura casa de Vildemar em abril de 2002 173
107 – João Pedro junto à placa de resistência em 15/09/2003 174
108 – Vildemar e vizinhos junto ao galpão de reciclagem em 14/09/2003 175
109 – Roteiro da coleta de Vildemar (ver Quadro 20) em Porto Alegre 175
110 – Guarda Municipal e BM no Casarão em 18/09/2003 176
111 – Comandante da BM dentro do Casarão em 16/10/2003 176
112 – Reservatório do gasômetro na década de 1950 178
113 – Casas de Michelle (rosada) e Maiza (mais clara) em abril de 2002 178
114 – Vista aérea do gasômetro em 1956 179
115 – Contornos do gasômetro em 1937 179
116 – Vista frontal do gasômetro em 1912 180
117 – Gasômetro em mapa de Porto Alegre de 1888 180
118 – Tabela sobre irregularidade fundiária em Porto Alegre 227
119 – Posse irregular da área do Casarão pela Prefeitura em notícia 228

LISTA DE QUADROS

1 – Moradias de Marli: período, idade, localização e nº na Figura 11 65
2 – Referências de Marli no Casarão: período e nº na Figura 12 66
3 – Moradias de Maiza: período, idade, localização e nº na Figura 27 82
4 – Referências de Maiza no Casarão: período e nº na Figura 28 84
5 – Moradias de Regina: período, idade, localização e nº na Figura 43 104
6 – Referências de Regina no Casarão: período e nº na Figura 44 106
7 – Moradias de William: período, idade, localização e nº na Figura 52 117
8 – Referências de William no Casarão: período e nº na Figura 53 118
9 – Moradias de Alice: período, idade, localização e nº na Figura 62 128
10 – Referências de Alice no Casarão: período e nº na Figura 63 129
11 – Roteiro da coleta de Alice em Porto Alegre: nº na Figura 68 132
12 – Moradias de Sebastião no Casarão: período e nº na Figura 74 141
13 – Referências de Sebastião no Casarão: período e nº na Figura 75 142
14 – Roteiro da coleta de Sebastião em Porto Alegre: nº na Figura 78 144
15 – Moradias de Andréia: período, idade, localização e nº na Figura 89 156
16 – Referências de Andréia no Casarão: período e nº na Figura 90 157
17 – Referências de Andréia em Porto Alegre: nº na Figura 98 162
18 – Moradias de Vildemar: período, idade, localização e nº na Figura 103 171
19 – Referências de Vildemar no Casarão: período e nº na Figura 104 173
20 – Roteiro da coleta de Vildemar em Porto Alegre: nº na Figura 109 176

LISTA DE SIGLAS

ACNUDH – Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos.
AMACASA – Associação de Moradores e Amigos do Casarão.
ASACASA – Associação de Amigos do Casarão.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM – Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica.
CEFM – Concessão Especial para Fins de Moradia.
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação.
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana.
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania.
FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar ao Menor.
FSM – Fórum Social Mundial.
FROP-Centro – Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia.
MPE – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
ONU – Organização das Nações Unidas.
OP – Orçamento Participativo.
PAC – Plano de Ações para Compensação de Perdas de Imóveis, Relocalização, Reabilitação Socioeconômica de População e Reinstalação de Negócios Afetados pelo Projeto BR-390.
PISA – Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre.
PMH – Política Municipal de Habitação.
POLIS – Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.
PT – Partido dos Trabalhadores.
SGM – Secretaria de Governo Municipal.
SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação.
SPDPM – Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção às Minorias.
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 ENREDO: PODER PÚBLICO CONTRA OCUPAÇÃO POPULAR 16
1.2 TEMA: LEMBRANÇA DO CASARÃO NA CASA DE PASSAGEM 21
1.3 PESQUISA: PROBLEMA, ORIGEM, CONTEXTO E ITINERÁRIO 23
1.3.1 Problema: Estudo de Caso sobre a Memória Coletiva do Casarão 23
1.3.2 Origem: Choque de Interesses, Presença Pessoal e Ação Judicial 24
1.3.3 Contexto: Conflito de Direitos entre a Propriedade e a Moradia 31
1.3.4 Itinerário: Apresentação de Objetivos e Etapas Metodológicas 46

2 MEMÓRIAS EM FOCO 57
2.1 SUJEITOS: LAÇOS, REPRESENTATIVIDADE E ENVOLVIMENTO 57
2.2 SUJEITO Nº 1: MARLI TEREZINHA RODRIGUES FRANCO 59
2.2.1 Relato: Trajetória de Marli da Infância até a Casa de Passagem 59
2.2.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Marli 65
2.2.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Marli 66
2.3 SUJEITO Nº 2: MAIZA SANCHEZ DA ROSA 74
2.3.1 Relato: Trajetória de Maiza da Infância até a Casa de Passagem 74
2.3.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Maiza 82
2.3.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Maiza 83
2.4 SUJEITO Nº 3: REGINA DE PAULA GOUVÊA 96
2.4.1 Relato: Trajetória de Regina da Infância até a Casa de Passagem 96
2.4.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Regina 104
2.4.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Regina 105
2.5 SUJEITO Nº 4: WILLIAM AUGUSTO DE PAULA GOUVÊA 111
2.5.1 Relato: Trajetória de William da Infância até a Casa de Passagem 111
2.5.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de William 117
2.5.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por William 118
2.6 SUJEITO Nº 5: ROSA ALICE PADILHA 122
2.6.1 Relato: Trajetória de Alice da Infância até a Casa de Passagem 122
2.6.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Alice 128
2.6.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Alice 129
2.7 SUJEITO Nº 6: SEBASTIÃO CARLOS DO AMARAL PINHEIRO 134
2.7.1 Relato: Trajetória de Sebastião da Infância até a Casa de Passagem 134
2.7.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Sebastião 141
2.7.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Sebastião 142
2.8 SUJEITO Nº 7: GISELE ANDRÉIA SILVA DOS SANTOS 151
2.8.1 Relato: Trajetória de Andréia da Infância até a Casa de Passagem 151
2.8.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Andréia 156
2.8.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Andréia 157
2.9 SUJEITO Nº 8: VILDEMAR STIEGLER 164
2.9.1 Relato: Trajetória de Vildemar da Infância até a Casa de Passagem 164
2.9.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Vildemar 171
2.9.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Vildemar 172

3 LIÇÕES 182
3.1 LIÇÃO Nº 1: TRAJETÓRIA DE VIDA DOS SUJEITOS 182
3.2 LIÇÃO Nº 2: INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO 189
3.3 LIÇÃO Nº 3: MEMÓRIA COLETIVA DO CASARÃO 197
3.4 LIÇÕES POR FAZER: RESPONSABILIDADES DIANTE DE NÓS 205

REFERÊNCIAS 206

APÊNDICES 213
APÊNDICE A – TABELAS DE DADOS SOBRE FAMÍLIAS DO CASARÃO 213
APÊNDICE B – CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA 216
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 222
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA 226

ANEXOS 227
ANEXO A – EVOLUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES EM PORTO ALEGRE (1950-1996) 227
ANEXO B – VERLE DEU AO INCRA O TERRENO QUE A CEEE NÃO VENDEU PARA A PREFEITURA 228
ANEXO C – TERMO DE DENÚNCIA 229
ANEXO D – MINHA HISTÓRIA 244

1 INTRODUÇÃO

1.1 ENREDO: PODER PÚBLICO CONTRA OCUPAÇÃO POPULAR

Corre o dia 15 de outubro de 2003. Vivo na região central de Porto Alegre, onde estou quando recebo um telefonema. Fico sabendo que o pessoal da Prefeitura está no pátio do Casarão com caminhões de mudança para remover mais famílias à casa de passagem. A novidade agora é a presença de uma escavadeira preparada para derrubar uma das casas. Vou imediatamente em direção ao local.

A caminho, lembranças assaltam-me a cabeça. Afinal, desde outubro de 2000 que acompanho as peripécias dessa ocupação urbana localizada bem no Centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil, mais precisamente na Rua Washington Luiz, nº 215 ou 217. Trata-se do Casarão, como é conhecida uma área com cerca de 6.000 m², composta por cinco prédios antigos de tamanhos diversos (um deles com dois pisos e os demais com um só andar) ao redor dum enorme pátio pavimentado com paralelepípedos, coberto de capim e atravessado, em seu único lado não edificado, pela via do aeromóvel (apoiada por grandes pilares de concreto). Sobre a propriedade desse grande terreno, o que se sabe então é que anteriormente pertencia a uma empresa estatal, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a qual foi responsável por deixá-lo em estado de total abandono desde 1995, tendo sido adquirido nessa situação pela Prefeitura de Porto Alegre em maio de 2002.

Dentro dos velhos prédios do Casarão, até uma semana antes acomodavam-se dezoito famílias de baixa renda, provenientes de diversos pontos da periferia urbana de Porto Alegre, como resultado de um contínuo processo de ocupação cuja origem remonta ao ano de 1996. Dessas famílias, cinco ou seis já haviam sido transferidas à casa de passagem desde o último dia 07, sem maior dificuldade. Se os caminhões estão lá de novo, é porque vão levar outras tantas famílias, sem dúvida. Mas ainda há pelo menos sete famílias decididas a permanecer ali mesmo, inconformadas com a remoção promovida pela Prefeitura da maneira como está sendo feita. É em apoio a essa disposição para resistir que me dirijo ao Casarão nesse dia.

Figura 1 – Localização do Casarão[1] em foto aérea de Porto Alegre (STRELIAEV, 1997?).

Figura 2 – Terreno do Casarão[2] em parte ampliada de foto aérea (STRELIAEV, 1997?).

[1] Destaque retangular inserido digitalmente sobre foto empregada em cartão postal.
[2] Contorno pontilhado inserido digitalmente sobre ampliação do destaque da Figura 1.

Área abandonada

Há horas que o vereador Adeli Sell (PT) reclama do estado de abandono de uma grande área da CEEE que fica no Centro, onde está também o aeromóvel. Adeli não fala só do lixo e do inço mas também que a área serve como abrigo para gatunos de toda ordem, incluindo assaltantes da pesada. A CEEE já informou ao vereador que as oito famílias que já arrancharam por lá também serão retiradas em breve. Por falar nisso, o aeromóvel está há tantos anos por lá que em breve pode entrar na lista de tombo. Antigüidade é que não lhe falta. É o teste mais demorado do mundo.

Figura 3 – Notícia sobre o Casarão no Jornal do Comércio (ALBRECHT, 2001, p. 2).[3]

Ao chegar, a cena me espanta. Há dois caminhões (um de cada lado do pátio), para onde se carregam móveis e pertences de duas famílias distintas. O que chama a atenção é uma escavadeira apontada para a casa recém esvaziada de Sebastião, cuja mudança já se foi, apesar dele ainda estar por ali, junto com o pai Anísio e o primo Cézar, discutindo com o pessoal da Prefeitura que, por sinal, está em grande maioria no pátio. Os outros moradores, constrangidos, permanecem em suas casas.

[3] Matéria publicada em 22/08/2001, com foto de Elson Sempé Pedroso.

É clara a intenção de derrubar a casa desocupada logo há pouco. Ligo então para o Dr. Felisberto Luisi, advogado e conselheiro do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre, que há mais de ano acompanha e apóia, junto ao Fórum Regional do OP da Região Centro (FROP-Centro), os projetos e demandas da Associação de Moradores e Amigos do Casarão (AMACASA) da qual então faço parte. Mas ele não tem como vir, pois aguarda o início de uma audiência que diz respeito a um cliente seu. Indignado, orienta-me a chamar a Brigada Militar (BM), haja vista que, embora a liminar concedida judicialmente em favor da Prefeitura lhe permita, sim, promover a desocupação do imóvel e o "desfazimento das construções erigidas pelos ocupantes com a entrega do material a estes últimos" (não publicada),[4] não lhe autoriza, porém, a demolir os antigos prédios do lugar. Ao chegar, no entanto, a BM logo toma partido pela Prefeitura, na suposição de que, sendo-lhe reconhecida a posse liminarmente, pode fazer lá o que bem quiser, inclusive derrubar os prédios e não só os cercados e *puxados* feitos pelos moradores. Eis que ronca o motor da escavadeira. Anísio e eu nos jogamos à sua frente até pará-la. Mas o brigadiano ameaça dar voz de prisão.

Figura 4 – Anísio com Adriano sob ameaça de prisão em 16/10/2003 (não publicada).[5]

[4] Fonte: Medida Liminar deferida sem a escuta dos moradores em 31/07/2003 e anexada à f. 57 da Ação de Reintegração de Posse nº 113921564, ajuizada junto à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Alegre, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

[5] Fonte: Acervo Fotográfico sobre o Casarão, de Adriano Ruschel Marinho. A expressão *foto nossa* irá identificar outras fotos desse acervo (tiradas entre 2000 e 2006 por moradores e amigos do local) também usadas nesta dissertação, quando não publicadas anteriormente.

Minha intervenção não basta para alterar os planos traçados para esse dia pelo poder público. A mudança de algumas famílias não é nenhuma surpresa. A maioria delas já havia concordado, sob indiscutível pressão, em se transferir a uma casa de passagem construída pela Prefeitura especialmente para os moradores do Casarão, a 5 km dali, na Avenida Padre Cacique, nº 1365-A, em direção à zona sul da cidade. Surpreendente é a decisão de demolir de forma assim tão imprevista e imediata logo a primeira casa esvaziada. O efeito sobre o ânimo do restante dos moradores, ainda resistentes, também é imediato e igualmente devastador. Já no outro dia, as últimas famílias são levadas do local sob forte escolta militar. Antes da partida, alguns ainda dizem ouvir o grito de vitória sair da boca da pessoa responsável pela remoção em nome da Secretaria de Governo Municipal (SGM).[6] É a última vez que os prédios do Casarão são vistos de pé. Na mesma semana, viram pó e escombros sob o impacto de máquinas demolidoras. Nenhum morador recebe o material de seus puxadinhos.

Figura 5 – Casa derrubada no Casarão durante a remoção em 16/10/2003 (foto nossa).

[6] Sônia Passos era, nessa época, a Coordenadora de Políticas Sociais da SGM. Em 2005, a antiga SGM virou Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local.

1.2 TEMA: LEMBRANÇA DO CASARÃO NA CASA DE PASSAGEM

A casa de passagem constitui um equipamento público utilizado para abrigar famílias retiradas de situações de risco, como áreas inundáveis, ribanceiras de rios e canais, encostas de morros sujeitas a deslizamentos de terra, margens de rodovias ou construções precárias sob perigo de desabamento. Foi neste último caso que se fundamentou a justificativa apresentada pela Prefeitura para a remoção dos antigos moradores do Casarão. A casa de passagem é assim chamada por ser concebida como solução temporária ao problema da habitação em áreas desse tipo e só pode ter validade enquanto o poder público providencia a solução definitiva. Numa casa de passagem, de modo geral, cada família dispõe de uma peça única com cerca de 20 m², sem abastecimento d'água em seu interior. Junto a um determinado número de pavilhões onde tais peças se distribuem, há outro de uso coletivo com instalações hidráulicas, contendo banheiros e tanques para lavagem de roupas e de louça. É de se esperar que a mudança provisória a um espaço protegido do risco existente no local de origem seja bem-vinda pela população a quem se oferece esse benefício, ainda mais quando associada à promessa da casa própria em breve. Os moradores do Casarão não sentiram isso, pois não viram a Prefeitura assumir prazo algum para cumprir tal promessa em qualquer documento oficial, restando-lhes a sensação de que sua passagem pela casa de passagem não seria assim tão passageira.

Em abril de 2005, após reviravoltas que não me compete aqui detalhar, duas famílias foram novamente transferidas a uma outra casa de passagem, construída em benefício da comunidade da Vila dos Papeleiros na Rua Frederico Mentz, nº 813, Bairro Navegantes, na zona norte da capital. Para essas famílias, a situação virou totalmente, à medida que foram colocadas numa casa de passagem integrada a um loteamento habitacional em construção.[7] Em contrapartida, para as quatro famílias ainda abrigadas na Av. Padre Cacique em janeiro de 2006, a indefinição quanto à casa própria permanecia. Quanto às outras doze famílias (das dezoito removidas), uma se extinguiu pelas mortes dos pais (com os filhos distribuídos entre parentes), duas eram formadas por mães descasadas que estavam cumprindo pena de prisão (com seus filhos também dispersos entre familiares), enquanto as nove restantes simplesmente buscaram novas opções, tomando os mais diversos rumos possíveis.

[7] Suas novas moradias foram-lhe finalmente entregues em dezembro de 2006.

Figura 6 – Casarão (1) e casas de passagem (2 e 3)[8] em Porto Alegre (MUCCILLO, 199?).[9]

Foi o propósito desta dissertação estudar o ponto de vista de algumas pessoas envolvidas nesse processo na condição de antigas moradoras do Casarão que, mais de dois anos depois da remoção, continuavam abrigadas pela Prefeitura no aguardo de sua casa própria. Na minha opinião, não faltam bons ingredientes ao testemunho dessas pessoas para transformá-lo em assunto de interesse público e acadêmico. O primeiro ingrediente refere-se à origem da área tratada, composta por cinco prédios erguidos no século XIX para as instalações da usina de gás que tornou a região ao redor conhecida por Volta do Gasômetro. O segundo ingrediente liga-se à trajetória socioeconômica dessas pessoas, refletindo o brutal empobrecimento das condições de vida ao qual boa parte das classes baixa e média do país foi submetida durante a metade final do século XX. O terceiro ingrediente relaciona-se à disposição criativa com a qual elas usam recursos que são capazes de ativar por conta própria atrás de moradia e trabalho, apesar das condições adversas. O quarto ingrediente passa por seu contato com as duas instituições políticas e sociais que tornaram Porto Alegre reconhecida mundialmente nos últimos anos: o OP e o Fórum Social Mundial (FSM).

---

[8] O nº 2 está posicionado sobre a Av. Padre Cacique e o nº 3, sobre a Rua Frederico Mentz.
[9] Numeração inserida digitalmente sobre mapa de Vera Muccillo (199?). A expressão *mapa citado* indicará outras inserções digitais sobre o mesmo mapa ao longo desta dissertação.

O quinto ingrediente tem a ver com o destino que lhes foi dado pelo poder público: remoção com promessas jamais aprazadas por escrito, manipulação de informações ao poder judiciário e mobilização de força militar. Já o sexto ingrediente diz respeito ao fim que o poder público deu ao patrimônio histórico do Casarão: derrubada dos prédios e empréstimo da área a um órgão federal para servir de estacionamento,[10] ao invés de destinar o terreno à "implantação [de] projetos de grande importância para os cidadãos de Porto Alegre e, especialmente, para todos os que residente [*sic*] e circulam na Região Central da Cidade." (Não publicada).[11]

1.3 PESQUISA: PROBLEMA, ORIGEM, CONTEXTO E ITINERÁRIO

1.3.1 Problema: Estudo de Caso sobre a Memória Coletiva do Casarão

Fazer pesquisa é dar profundidade ao estudo de um certo problema através de procedimentos de reconhecida validade entre comunidades acadêmicas e científicas em constante intercâmbio de dados. No caso do Casarão, como recém indiquei, há toda uma mistura de ingredientes que, dependendo do destaque dado a um ou outro elemento, pode sugerir diferentes vias de investigação. Apesar de meu lado militante querer pesquisar o problema da união entre os moradores, cuja trajetória repleta de altos e baixos parece haver contribuído para enfraquecê-los demais diante do poder público, meu lado acadêmico rendeu-se à limitação dos recursos que tinha para dar conta dessa questão dentro do prazo concedido à elaboração duma dissertação de mestrado. Nesse contexto, tratei de transformar em problema o próprio destino dado à ocupação popular do Casarão para recuperar do esquecimento episódios de uma história até então só retida na lembrança de seus antigos moradores, especialmente os que restavam em casas de passagem da Prefeitura à espera de sua casa própria. Ao definir a memória do Casarão como questão principal da pesquisa, quis também questionar a situação dessas pessoas, implacavelmente atingidas pela aplicação de políticas sociais incapazes de levar em conta justamente o seu passado naquilo que ele poderia revelar de talento em potencial e de disposição criativa para o futuro.

---

[10] A própria Procuradoria Geral do Estado considerou ilegal a posse do Casarão por parte da Prefeitura devido à existência de várias irregularidades no negócio com a CEEE, segundo notícia do jornalista Políbio Braga (2005), disponível no Anexo B desta dissertação.

[11] Fonte: Petição Inicial formulada pela Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre em 28/07/2003, juntada à f. 10 da Ação de Reintegração de Posse nº 113921564, ajuizada na 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Como em toda pesquisa, também aqui foi preciso evoluir por etapas sucessivas sob critérios de reconhecida validade para se obter rigor acadêmico. Para chegar lá, montei o projeto deste estudo sob o modelo sugerido pelo professor chileno Augusto Nibaldo Silva Triviños,[12] o qual recomenda, na definição do problema de pesquisa, a relação dos "assuntos fundamentais do que se deseja investigar" (SILVA TRIVIÑOS, 2001, p. 58). Formulei-o, pois, assim: como registrar e estudar a memória coletiva de antigos moradores do Casarão em termos de moradia, trabalho e cidadania, tendo em vista suas trajetórias de vida, seu convívio social e suas esperanças no futuro?

Ao afinar o projeto, procurei cruzar o aporte desse autor com o modo de fazer pesquisa concebido como prática reflexiva pelo pesquisador italiano Alberto Melucci, para quem os indivíduos pesquisados, embora "capazes de dar sentido àquilo que fazem", nunca conseguem tornar-se bastante "transparentes para si mesmos como sujeitos em relação" com a sociedade ao seu redor (MELUCCI, 2005, p. 327), sendo nesse ponto que o estudo proposto poderia cooperar para ampliar o alcance de suas ações. Passei, assim, a abordar a história do Casarão e de seus ex-moradores como estudo de caso, baseando-o em relatos de lembranças individuais que apontassem para uma memória coletiva capaz de, através das eventuais lições que pudesse dar, servir de referência à discussão, planificação e aplicação de políticas sociais mais participativas (portanto, sensatas) na área da moradia, além de contribuir à reflexão de quem vive na própria pele o dia-a-dia das ocupações urbanas de caráter popular.

1.3.2 Origem: Choque de Interesses, Presença Pessoal e Ação Judicial

Na época da remoção, recém fazia três anos que eu vinha acompanhando de forma voluntária a ocupação do Casarão, desde que entrei lá pela primeira vez, em outubro de 2000. Nesse período, prevaleceu em mim um espírito militante dedicado ao diálogo com seus moradores, dando-lhes meu ouvido formado em psicologia para conhecer suas próprias demandas e necessidades, opinando em particular diante de assuntos individuais e buscando reuni-los em torno de interesses coletivos, à medida que manifestavam problemas em comum. Sem deixar de prestar assistência pessoal sempre que solicitado, nos termos da ética profissional, fui envolvendo-me cada vez mais com o conjunto das questões relativas à organização da coletividade em geral.

---

[12] Pesquisador de quem fui aluno no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nesse sentido, incentivei a organização das reuniões internas que acabaram dando fruto primeiramente na fundação da Associação de Amigos do Casarão (ASACASA), em março de 2002, convertida ao final desse mesmo ano na AMACASA (a partir de novembro). Através dessas associações, participei junto com mais alguns moradores do FROP-Centro em 2002 (dando-se ênfase à entrega de demandas)[13] e em 2003 (quando predominou a luta do Casarão contra a remoção prevista pela Prefeitura).[14] Entre outras ações, envolvi-me diretamente com a criação dos portais eletrônicos da ASACASA[15] e da AMACASA,[16] onde se encontram publicados os principais projetos elaborados numa relação de parceria entre amigos e moradores (prevendo o melhor aproveitamento possível das características do local e de seus talentos pessoais),[17] além dos episódios mais influentes da história do Casarão entre 1996 e 2003 (assim como os pude apurar ou vivenciar), com o que me dispenso de aqui retomá-los.[18]

Nesse percurso, o foco central de minhas preocupações sempre foi o da união entre os moradores, buscando entender os desafios coletivos que tinham pela frente em função do próprio convívio e das relações que mantinham com o meio social ao redor. Entender para melhor exercer o papel militante de apoiar ações e projetos que permitissem uma organização cada vez mais participativa dentro do Casarão, tendo em vista aproveitar sua localização e suas dimensões privilegiadas em favor dos moradores na busca pela realização de seus direitos à moradia e ao trabalho. Meu sonho pessoal era o de auxiliar essa organização a se erguer com base em sonhos, interesses e talentos pessoais de seus próprios integrantes, apostando na conquista de apoios externos a um conjunto de projetos concebidos junto com eles mesmos.

Apesar dos avanços, havia uma questão contra a qual me debatia desde meus primeiros contatos com o Casarão. Afinal, poucos foram os momentos em que pude testemunhar uma ação conjunta de seus moradores, capaz de se manter pelo tempo necessário à obtenção de efeitos prolongados, mesmo ante ameaças que recaíssem sobre todos por igual, como no caso da remoção (anunciada muito antes de ocorrer).

---

[13] Foram oito demandas entregues em 2002 e dezessete em 2003, segundo o sítio virtual da AMACASA (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CASARÃO, 2003f, 2003g).

[14] Cheguei a ser indicado e eleito pelo FROP-Centro para representá-lo junto ao Conselho do Orçamento Participativo, órgão máximo do OP, do qual participei de novembro de 2003 a junho de 2004, graças ao apoio obtido pela AMACASA em sua luta contra a Prefeitura.

[15] Lançado em 26/03/2002 (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CASARÃO, 2002).

[16] Lançado em 04/02/2003 (AMACASA, 2003c).

[17] Nas áreas da reciclagem, cozinha comunitária, creche e informática (AMACASA, 2003e).

[18] A última atualização do portal, em 16/09/2003, é anterior à remoção (AMACASA, 2003c).

Aos momentos de consenso e coesão costumavam sobrepor-se rivalidades pessoais e rixas entre vizinhos que contagiavam as pessoas com mágoas e ressentimentos difíceis de contornar. Em razão disso, os acordos se quebravam com certa facilidade e a mobilização inicialmente obtida logo perdia força, só ficando de pé às custas do esforço de poucos, até que o cansaço causado pela sensação de isolamento viesse quebrar a motivação de quem ainda buscava seguir adiante. Aprendi a respeitar tais ocasiões, aguardando sem insistir na retomada das ações, pois era eu quem punha meu trabalho voluntário a serviço das demandas dessas pessoas e não o contrário.

Não dá para dizer que tal experiência fosse tranqüila para mim. Ao convertê-la em tema de pesquisa de mestrado, em novembro de 2000, buscava uma base para apoiar-me em termos de reflexão e motivação. Apesar das sucessivas idas e vindas dessa trajetória, quase sempre abrangendo menos da metade dos moradores, era visível a ampliação dos horizontes em fevereiro de 2003, com o lançamento do sítio eletrônico da AMACASA em busca de suporte humano e material para seus próprios projetos. A participação junto ao FROP-Centro já estava por completar seu primeiro ano, permitindo supor, pela experiência acumulada, que a conquista de demandas para a obtenção de recursos junto às políticas públicas municipais parecia próxima. O Casarão recém havia sediado um evento do 3º FSM, o *Acampamento Mundial dos Lutadores Urbanos*, sob coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), cuja liderança local, reconhecida pelo apelido de Tita, oferecia "assessoria técnica, principalmente em arquitetura, urbanismo e na área jurídica" (TITA, 2003).

Figura 7 – Tita na véspera do 3º FSM no Casarão em 22/01/2003 (MARINHO, A., 2003).

Era nesse pé que as coisas estavam quando a Prefeitura entrou em jogo com planos totalmente diferentes para aquelas pessoas e para aquele lugar. Em reunião ocorrida em 25 de fevereiro de 2003, funcionários do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) estiveram no Casarão para apresentá-los a seus moradores. Os argumentos usados foram de que o lugar não era próprio para moradia, que já havia alternativa para eles e que a Prefeitura tinha outros projetos para a área:

> DEMHAB apresentou projeto de moradia na Padre Cacique com 18 casas, com sanitários com 3 boxes, sanitário feminino e masculino, cozinha, refeitório e assistência social. Fátima (DEMHAB) alegou que a área do Casarão não é própria para moradia, tendo condições precárias. O governo municipal tem projeto para essa área. Neste local serão instalados equipamentos públicos. Existe a possibilidade de saída nossa desse local. Há necessidade de implantação de equipamentos públicos. O projeto de assentamento provisório é temporário até que se consiga orçamento com o OP. (Não publicada).[19]

Na avaliação da proposta apresentada, a principal objeção dos moradores dizia respeito à falta de privacidade prevista no projeto da casa de passagem, fazendo-os considerar a possibilidade de resistir no Casarão, conforme se percebe a seguir:

> Sr. João Nedi questionou o espaço, a privacidade e o deslocamento para o serviço. [...] Maiza propôs que se coloque o pessoal daqui com associações daqui [da Região Centro do OP], por exemplo: [Vila] Zero Hora. Janete propôs que se abrangesse 19 casas. Sérgio: privacidade na cozinha, com pia e segurança. Vilmar: cozinha individual. Anísio: segurança significa privacidade. João Pereira: a mesma coisa. Suzana: idem. Miriam e Alex: privacidade. Sr. João Nedi: cozinha, cada um na sua cozinha, geladeira comunitária não. Regina: cozinha individual. Paulinho: questão da saúde, que apoio vai ter? Janete propôs resistir. (Não publicada).[20]

Nos encaminhamentos finais dessa reunião, o sentimento geral de resistência buscava refúgio no resgate da história do Casarão e na ampliação do debate sobre sua ocupação com base na inclusão de novos interlocutores, nos seguintes termos:

> Podemos ter vitória, conquistando a área ou não. A prefeitura vai demolir prédios históricos? Restaurar a história do Casarão e da ocupação aqui dentro. Chamar UFRGS, Câmara de Vereadores, para debate aqui dentro. Levantar elementos a respeito da história daqui. (Não publicada).[21]

---

[19] Ata de reunião da AMACASA, ocorrida em 25 de fevereiro de 2003.
[20] Ibidem.
[21] Ibidem.

Não cabe aqui detalhar a história ocorrida nos meses seguintes, até a remoção e a demolição dos prédios. Basta lembrar que a relação entre as partes prosseguiu o tempo todo em clima de crescente tensão, além de reconhecer minha pronta adesão à causa dos moradores, os quais raras vezes tiveram motivos para julgar como justa a proposta defendida pelo poder público. Este, por sinal, jamais abriu mão de suas intenções nas inúmeras reuniões realizadas sobre o tema nesse período, das quais chegaram a participar, além das partes diretamente envolvidas, também o FROP-Centro e a Câmara de Vereadores. Para ilustrar o quanto me envolvi pessoalmente com esse conflito, ajudando a elevar sua temperatura, exibo a seguir o trecho de um texto de minha autoria, escrito em 22 de julho de 2003 para fins de reflexão junto aos moradores[22] sobre o modo como a Prefeitura vinha conduzindo as negociações:

> A Prefeitura demonstra falta de tato e seriedade na sua relação com a comunidade do Casarão, tendo em vista que jamais apresentou sua própria proposta por escrito de modo claro e formal. Quando cobrada pela AMACASA, apresentou na reunião do último dia 15 de julho uma lista de intenções que mais parecem pontos de pauta [...]. [...] Qualquer um poderia digitar um papel desses em qualquer computador, pois não há timbre da Prefeitura, nem nomes que se responsabilizem pela "proposta", nem uma assinatura sequer. Portanto, não deve causar surpresa a mágoa que alguns moradores sentem quando falam do tratamento que a Prefeitura lhes dá nesse caso, com o perdão da palavra: "Como se a gente fosse porco num chiqueiro!" (ROSA et al., 2003).

Ao final dessa carta, fiz breve síntese da situação em jogo naquela época com base nas opiniões que ouvia dos moradores tanto dentro quanto fora da AMACASA:

> Será que vale a pena para essas famílias que ocupam o Casarão desde 1995 largar tudo o que conquistaram nesses últimos anos para ir a essa "casa de passagem", que ninguém sabe direito como vai ser, em troca de promessas sem nenhuma garantia de que vão ser cumpridas? O que a AMACASA deseja é a restauração dos prédios históricos [...] para que sejam destinados a projetos em benefício não só de seus atuais moradores, como também da população desabrigada que circula pelo Centro [...]. E que cada família possa ter seu cantinho melhorado dentro do próprio Casarão, pelo menos até conquistar a casa definitiva através do OP, mesmo que seja por reassentamento em outro lugar da Região Centro. O que importa para cada família é que seja casa de verdade e não “casa de passagem”. (ROSA et al., 2003).

[22] Três moradores assinaram o texto de acordo com versão publicada no sítio da AMACASA (ROSA et al., 2003) à qual se anexou a proposta da Prefeitura (PORTO ALEGRE, 2003a).

A Prefeitura, por sua vez, adotou uma posição bastante ambivalente quanto ao reconhecimento da AMACASA durante essa mesma época. Em ofício encaminhado à associação, datado de 31 de julho de 2003,[23] dava a entender que reconhecia sua representatividade e a importância de seus projetos, conforme o seguinte fragmento: "Consideramos importante a discussão dos projetos apresentados pela AMACASA em seu site, a Prefeitura dispõe-se a firmar uma parceria para a avaliar a viabilidade da implementação destes projetos" (PORTO ALEGRE, 2003d).

Vale esclarecer que essa disposição da Prefeitura para firmar parceria jamais foi posta em prática. Ao contrário, na documentação remetida ao poder judiciário, em momento algum a AMACASA foi citada como legítima representante dos moradores, omitindo-se a sua organização em torno de interesses e projetos específicos para a área do Casarão. Basta ver o modo como foram tratados na petição inicial que deu origem à ação de reintegração de posse, datada de 28 de julho de 2003:[24]

> Decorrência da falta de utilização adequada do imóvel foi a sua deterioração, com a transformação das antigas construções nele existentes em não mais do que ruínas e a sujeição da área a constantes e desordenadas invasões, gerando enorme insatisfação da população vizinha. Os Requeridos ocupam parte dessa área em razão das referidas invasões, utilizando-a para sua moradia, em condições extremamente precárias. A expectativa do Município era que o imóvel lhe fosse entregue já livre dos invasores. (Não publicada).[25]

O caráter de gente desonesta foi colado sobre a imagem dos moradores com base na sua típica identificação como invasores, ocultando-se assim o dado histórico referente ao completo abandono da área por sua proprietária anterior (CEEE), dando oportunidade a uma ocupação popular de origem absolutamente mansa e pacífica. Uma simples consulta ao dicionário já basta para comprovar que os termos *invadir*, *invasão* e *invasor* (FERREIRA, 1986, p. 963-964) associam-se ao emprego de força hostil e violenta na conquista de um território alheio, presumindo-se alguma forma de resistência humana em oposição. Nada consta em registros de meu conhecimento sobre seu envolvimento em invasões havidas no local, a não ser como alvo de ações do próprio poder público através da BM, da Guarda Municipal e da Polícia Civil.

---

[23] Firmado pela então Coordenadora de Políticas Sociais da SGM, Sônia Passos.
[24] Firmada pela então Procuradora do Município, Cláudia de Aguiar Barcellos.
[25] Fonte: Petição Inicial elaborada pela Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre em 28/07/2003, à f. 4 da Ação de Reintegração de Posse nº 113921564, ajuizada na 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Noutra ocasião, em inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPE) após declarações do morador João Nedi, denunciando as “péssimas condições" do Casarão e as "condições promíscuas de habitação" da casa de passagem, e da perita em engenharia química Karin Maria Klein, solicitando "perícias de engenharia civil em ambos os prédios” (não publicada),[26] também aqui surge uma imagem simplificadora dessa população, agora em relatório do DEMHAB, no qual a organização dos moradores e a representação de seus interesses junto à Prefeitura foram tratadas sem qualquer referência à AMACASA, como se vê adiante:

> 3.-A comunidade não possui homogeneidade quanto à sua organização e, principalmente, representação de seus interesses junto à Administração. Basicamente, a representação das famílias se dá em dois momentos, por dois cortes de interesses. [...] O primeiro, através de iniciativas tomadas por um acadêmico, de nome ADRIANO, que utiliza a situação de risco e vulnerabilidade social como objeto de teses de mestrado, estudos pós-acadêmicos, etc. [...] O segundo, a partir da edição do Fórum Social Mundial/2003, pela participação do MNLM, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e, mais recentemente, pela intervenção do Conselheiro do OP, Felisberto Luisi. (Não publicada).[27]

Salta aos olhos o esforço em ocultar a existência de uma entidade organizada com participação majoritária de moradores e assumidamente representativa de seus próprios interesses, além do empenho em invalidar o envolvimento junto ao Casarão das pessoas e entidades citadas, fazendo-as passar por suspeita de intromissão em causa alheia somente para prejudicar uma remoção que já se pressupunha aceita:

> 4.-A gama de “representantes” da comunidade vem, sistematicamente dificultando a conclusão do processo, a contento, qual seja a desocupação da área e dos prédios, bem como o reassentamento das famílias. Ressalte-se que todas as iniciativas tomadas pelo Município, até o momento, quando estabelecidas diretamente com a comunidade, obtêm relativo avanço, que, sempre, são dificultados, posteriormente, pela intervenção dos aludidos representantes. (Não publicada).[28]

---

[26] Fonte: Termo de Declaração 475/2003, firmado em 18/08/2003 por João Nedi Maurício da Rocha na presença da perita em engenharia química Karin Maria Klein, juntado à f. 2-3 do Inquérito Civil Público nº 0279/2003, instaurado no Processo nº 16626-09.00/04-3 do MPE pela 4ª Promotoria dos Direitos Humanos – Núcleo da Ordem Urbanística e Cidadania.

[27] Fonte: Relatório elaborado entre 1º e 10/10/2003 pelo Diretor-Geral do DEMHAB, Flávio Helmann (em resposta a pedido da SGM), à f. 22 do Inquérito Civil Público nº 0279/2003, instaurado no Processo nº 16626-09.00/04-3 pela 4ª Promotoria dos Direitos Humanos – Núcleo da Ordem Urbanística e Cidadania, junto ao MPE.

[28] Ibidem.

Não foi só a linha de argumentação utilizada pela Prefeitura o que mais causou surpresa, mas também sua imediata aceitação por parte do poder judiciário, tanto ao conceder uma medida liminar "sem ouvida da parte contrária",[29] quanto ao arquivar um inquérito civil conduzido do começo ao fim sem que a população atingida e sua entidade associativa fossem sequer chamadas a se manifestar.[30]

É dentro desse contexto conflitivo, do qual sou testemunha pessoalmente ativa, que as memórias do Casarão aqui reveladas adquirem o sentido vivo da urgência, à medida que apresentam ao juízo novas circunstâncias trazidas à tona por antigos moradores mantidos até então em silêncio no tratamento judicial dado ao caso.[31] É com tal sentido de urgência que a divulgação dessas memórias desde já se impõe.[32] Do contrário, corre-se o risco de se fazer desse caso só uma página a mais no longo inventário de injustiças sociais que desgraçam a história do povo brasileiro.

1.3.3 Contexto: Conflito de Direitos entre a Propriedade e a Moradia

Caracterizado como fenômeno social, o Casarão ilustra uma realidade cada vez mais visível no Brasil da metade do século XX em diante: o inchaço populacional nos bolsões de miséria das médias e grandes cidades. Em menos de cinco décadas, a população nacional triplicou dos quase 52 milhões de habitantes em 1950 para mais de 157 milhões em 1996[33] (ano em que iniciou a ocupação do Casarão). Trata-se de um crescimento quase totalmente urbano. A população rural era praticamente igual no início e no fim desse período (ao redor de 33 milhões, com pico de 41 milhões em 1970).[34] A relação entre a porção urbana e a porção rural da população total que em 1950 era de 36% e 64%, respectivamente, inverteu-se em 1996 para 78% e 22%.[35]

---

[29] Fonte: Petição Inicial elaborada pela Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre em 28/07/2003, à f. 11 da Ação de Reintegração de Posse nº 113921564, ajuizada na 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

[30] O inquérito civil público nº 0279/2003 foi arquivado em 26/10/2004 sem que o MPE tivesse colhido informações senão junto ao poder público acusado, tendo a parte denunciante só se manifestado por iniciativa própria, através do referido Termo de Declaração (folha 30) e do Termo de Denúncia datado de 13/10/2003 (incluído no Anexo C desta dissertação).

[31] A ação de reintegração de posse mantinha-se ajuizada na 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre, em agosto de 2007, sem suscitar a defesa dos réus.

[32] Ao menos enquanto não esgotar-se a crença no princípio ético da imparcialidade jurídica, tão bem simbolizado na imagem da justiça cega, universalmente difundida.

[33] De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1997).

[34] Ibidem.

[35] Ibidem.

A concentração da propriedade nas mãos de poucos vem se afirmando como um dos principais motivos para essa tão expressiva inversão demográfica, de acordo com José de Souza Martins (2003, p. 141): "Tem sido pequenas as variações quanto a isso nas últimas décadas: no Brasil, 50% dos produtores rurais têm cerca de 1% da terra, enquanto cerca de 3% dos proprietários têm 50% da terra". Se, de um lado, os números permitem deduzir uma forte e contínua corrente migratória na direção do campo para a cidade, acentuada a partir da década de 1970, cabe reconhecer, de outro lado, que tamanha desproporção entre as respectivas populações na virada do século XX ao século XXI torna possível supor que o crescimento urbano já venha sendo puxado nas últimas décadas mais por sua própria reprodução populacional do que pelo ingresso de novos habitantes oriundos do meio rural. A tais considerações, vale acrescentar que o Brasil vem ocupando há dezenas de anos um lugar de baixo destaque entre os países com pior distribuição de renda e maior desigualdade social em todo o planeta,[36] a ponto de, ao longo da década de 1990, por exemplo, a parte mais rica da classe alta (1% da população) ter usufruído de uma renda total quase igual àquela de toda a metade mais pobre dos brasileiros (ARAÚJO, A., 2002).

Diante dos dados, pode-se entender melhor por que uma parcela considerável desse aumento populacional venha se concentrando sobre a periferia miserável das cidades de médio e grande porte. Com uma população estimada para julho de 2006 em 1.440.939 habitantes (IBGE, 2006), Porto Alegre é capital e metrópole maior do estado mais ao sul do Brasil, com influência social, econômica e política sobre quase quinhentos municípios. A evidente saturação de suas vilas pobres ante a reprodução natural dos próprios moradores e o incessante fluxo migratório acolhido, em contexto histórico de bloqueio à terra e à renda, tem criado uma pressão cada vez maior de gente a circular pela cidade à procura de melhores condições para morar e trabalhar. Tal foi o contexto dentro do qual a ocupação popular do Casarão teve origem a partir de 1996 com a progressiva instalação no local de pessoas vindas dos mais diversos pontos de Porto Alegre e da própria região metropolitana. Seus antigos moradores representam, em pequena escala, toda essa faixa populacional que se tem sujeitado a repetidas mudanças de casa e trabalho por falta de condições estáveis de vida.

---

[36] De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseado em dados do Banco Mundial (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil chegou a completar 25 anos, já em 2001, com o título de campeão mundial da má distribuição de renda (BAIMA, 2001).

A falta de condições se associa aqui à privação de demandas e ao confronto de interesses por trás dos quais se revela um verdadeiro conflito de direitos. Ao pedir medida liminar para legitimar a remoção pretendida, a Prefeitura invocou seu direito à propriedade tanto quanto seu dever de preservar o patrimônio público em nome do interesse social. Ao promover a remoção, porém, acabou por ferir todo um conjunto de princípios éticos e dispositivos legais que respondem pela sustentação do direito à moradia. O conflito de direitos torna-se visível, nesse caso, pela presença de dois indícios complementares. O primeiro baseia-se em breve comparação das condições dessa remoção com aquelas previstas em 2003 pelo plano de ações compensatórias (PAC)[37] do Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre (PISA) para o qual a Prefeitura captou financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outro empréstimo da mesma instituição, levantado pelo governo federal, financiou o Programa Habitar Brasil/BID,[38] com cujos recursos o DEMHAB contratou pesquisa junto ao Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS)[39] para avaliar sua própria política municipal de habitação (PMH). Dados desse estudo, de 2004, dão base ao segundo indício dos direitos em conflito no caso do Casarão.

O PISA é um programa de saneamento de grande porte e custo total elevado,[40] sendo dividido em três projetos, um dos quais trata do reassentamento de famílias.[41] O que me interessa aqui comparar não é a quantidade de famílias,[42] a razão[43] ou a soma[44] envolvidas nos casos do PISA e do Casarão, mas sobretudo o compromisso de natureza ética, social e legal assumido na preparação de cada transferência, à medida que as condições de vida captadas durante seu planejamento não eram tão diferentes entre uma população e outra, a começar pela situação de renda familiar.[45]

---

[37] De acordo com *Plano de Ações para Compensação de Perdas de Imóveis, Relocalização, Reabilitação Socioeconômica de População e Reinstalação de Negócios Afetados pelo Projeto BR-390 (PAC)*, componente do PISA (PORTO ALEGRE, 2003c).

[38] O programa visa a promoção de "intervenções em assentamentos subnormais" de regiões metropolitanas, capitais e aglomerações urbanas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2005).

[39] *Perfil da Habitação de Interesse Social em Porto Alegre* (SAULE JÚNIOR et. al., 2004).

[40] A previsão só da parte financiada atingia US$75.6 milhões (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2006). Na cotação de 15/05/2007 (dólar a 2 reais): R$151,2 mihões.

[41] Conforme entrevista do Coordenador do PISA, Carlos Fernando Marins (2005).

[42] Eram 1.767 famílias no PISA (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 3), contra dezoito no Casarão.

[43] Construção de diques e canais de drenagem no PISA (ibidem, p. 11), contra destinação do Casarão para projetos sociais financiados pela Fundação Airton Senna (idem, 2003d).

[44] O custo era de R$60 milhões em remoções no PISA (R$250 mil em casas de passagem) (idem, 2003c, p. 125), contra R$180 mil na casa de passagem da Av. Padre Cacique.

[45] Havia 92% de famílias com renda de até três salários mínimos no PISA (ibidem, p. 27) em maio de 2003 (SCOMBATTI, 2003, p. 3/14), contra 100% no Casarão em agosto de 2003.

Além desse indicador, havia outros de caráter socioeconômico que tendiam a revelar um quadro semelhante de vulnerabilidade social, inclusive mais profundo no caso do Casarão em comparação com as regiões afetadas pelo PISA,[46] em termos de faixa etária,[47] situação ocupacional[48] e nível de escolaridade[49] da população, tomando por referência levantamentos feitos em 2003 com diferença de poucos meses entre si.[50] Outro aspecto comum a ambas as remoções era a condição de moradia anterior das famílias atingidas, marcada tanto pela irregularidade fundiária quanto pela situação de risco. Dados do PAC revelavam a gravidade desse problema em Porto Alegre:

> O critério utilizado para a quantificação do déficit e da inadequação habitacional em Porto Alegre é a situação de irregularidade fundiária das unidades habitacionais. Assim, os núcleos e vilas irregulares são aqueles cujos habitantes não são proprietários da terra e não têm nenhum contrato legal que lhes assegure a permanência no local. O déficit e a inadequação habitacional foram quantificados por ocasião da realização do "Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre", [publicado[51]] em 1999. A contagem dos domicílios nesta situação apontou que 73.392 famílias, compreendendo 287.161 pessoas, habitavam um total de 464 núcleos e vilas irregulares. [...] Um levantamento realizado pelo DEMHAB e pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente mostrou que, do total, 9.329 moradias (12,71% do total em situação de irregularidade fundiária) situavam-se em áreas de risco ou de proteção ambiental e, portanto, deveriam ser relocalizadas. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 30-31).

---

[46] A Vila dos Sargentos (no Bairro Serraria junto ao Lago Guaíba) e as vilas Icaraí I, Icaraí II, Foz do Arroio Cavalhada, Nossa Senhora das Graças, Hípica e Barbosa Neto (situadas no Bairro Cristal às margens do Arroio Cavalhada) constituem assentamentos irregulares em áreas inundáveis com risco geológico e hidrográfico (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 17-18).

[47] No PISA, em maio de 2003, a população "é extremamente jovem, com a média de idade de 24,5 anos – 34% são crianças e jovens de até 14 anos e 3,5% são idosos" (ibidem, p. 21). No Casarão, em agosto de 2003, a média de idade era de 19,1 anos, com 42,6% de jovens até 14 anos e sem presença de idosos (a pessoa mais velha tinha então 53 anos).

[48] No PISA, a população economicamente ativa (15 a 64 anos) alcançava 62% do total com "idade média de 33 anos e renda *per capta* [*sic*] de 0,9 salários mínimos mensais" (ibidem, p. 25). No Casarão, os mesmos dados eram de 57,4%, 29,6 anos e 0,6 salários mínimos.

[49] No PISA, a população além de 14 anos tinha baixo nível de escolarização: "40% possuem entre 4 e 7 anos de estudo e 13% possuem até 3 anos de estudo. O [...] analfabetismo declarado é de 6,2%" (ibidem, p. 29). No Casarão, respectivamente: 40%, 40% e 11,4%.

[50] Os dados relativos às áreas afetadas pelo PISA foram pesquisados em maio de 2003 pelo DEMHAB (SCOMBATTI, 2003, p. 3). Os dados do Casarão têm base em levantamento de agosto de 2003 para o cadastro das famílias publicado pela AMACASA (2003b) e podem ser vistos integralmente nas Tabelas 1 e 2, incluídas no Apêndice A desta dissertação.

[51] MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio José. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/DEMHAB, 1999. Para acompanhar a evolução dos assentamentos irregulares na capital entre 1950 e 1996 por dados de tal obra, basta ver tabela de Sérgio Gregório Baierle (2005, p. 11), inserida no Anexo A desta dissertação.

Diante desse quadro, já se fazia bem rigorosa a política do BID para investir em obras que exigissem a transferência de famílias não demandantes de tal mudança:

> O Banco Interamericano de Desenvolvimento dispõe de uma Política e correspondentes diretrizes aplicáveis à operações de crédito de projetos que requerem desapropriação de imóveis e deslocamento involuntário de população. Entre elas está a determinação de que todo Projeto envolvendo geração deste efeito deve dispor de um plano específico para tratamento do tema. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 3).

Entre os critérios exigidos no PAC, estava o de manter as famílias próximas de seus respectivos locais de origem para evitar problemas de adaptação. Desse modo, reconhecia-se a manutenção das relações socioeconômicas originais como condição necessária à prevenção de impactos indesejáveis e impopulares:

> A compreensão da necessidade de preservação dos laços sociais e econômicos que as famílias moradoras nas áreas irregulares possuem, e que influenciam diretamente a qualidade de vida e a sustentabilidade do projeto orientará a aquisição de áreas para a construção dos conjuntos habitacionais. Assim, considerando-se que os empreendimentos serão construídos em um raio máximo de 1km de distância dos atuais locais de moradia da população envolvidas (sic), infere-se que as famílias que têm suas vidas estruturadas nas regiões não terão alteradas suas relações pessoais, econômicas, culturais, educacionais e outros aspectos sociais estruturantes da vida familiar e comunitária. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 28-29).

A orientação manifesta pelo plano aponta a ruptura de laços como grave risco social. José de Souza Martins[52] emprega o termo *desenraizamento* para caracterizá-la como forma de exclusão própria da sociedade capitalista em todos os tempos:

> É característico da sociedade capitalista, desde a sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas. O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. (MARTINS, 2003, p. 120).

---

[52] Sociólogo brasileiro, Martins possui vasto currículo de pesquisas sobre a diversidade das relações sociais e econômicas nos meios rural e urbano, destacando-se entre seus focos de interesse a consideração de pontos de vista dados por membros de classes populares. Para uma consulta à sua biobibliografia até o ano 2000, ver Martins (2000, p. 205-210).

No PAC, afirmava-se a consciência de que a mudança involuntária para áreas distantes da origem poderia ser prejudicial às famílias atingidas, tornando necessária a dotação de custosos investimentos em programas de reabilitação socioeconômica:

> Nos casos de construção de Conjuntos Habitacionais, os empreendimentos serão construídos na região dos atuais locais de moradia da população afetada, evitando-se assim rupturas culturais de vizinhança e, sobretudo, a emergência de dificultadores de acesso aos atuais locais de trabalho, o que poderia implicar inserção de novos gastos familiares em transportes. O cumprimento desta premissa torna desnecessária aplicação de energia em programas de reabilitação socioeconômica pós-translado uma vez que a relocalização se processará praticamente nas vizinhanças do local original de moradia da população. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 71).

A distância do Casarão à casa de passagem da Av. Padre Cacique era próxima de 4,5 km. No *Termo de Compromisso* (PORTO ALEGRE, 2003b) para "relocalizar" seus antigos moradores nesse espaço, os serviços públicos de saúde e assistência social indicados distavam 5,3 km e 5,7 km, respectivamente.[53] Vista a importância dada no PAC à permanência das famílias em distância não superior a 1 km, esse afastamento quase cinco vezes maior em relação ao Casarão apontaria claramente para a necessidade de "programas de reabilitação socioeconômica pós-translado". Mas nada disso foi previsto no *Termo de Compromisso* que representou o contrato efetivo do poder público municipal com cada uma das dezoito famílias removidas. No máximo, o que se previu foi a garantia de atendimento em serviços que chegavam a exigir deslocamentos superiores a 10 km na soma dos percursos de ida e de volta. É visível o planejamento distinto da Prefeitura nos casos praticamente simultâneos do Casarão e do PISA, guardadas as devidas proporções. Será que a disponibilidade de recursos financeiros próprios para executar a operação no primeiro caso poderia dispensá-la dos cuidados previstos tão convincentemente no segundo caso por clara exigência do BID? Quem sabe? Seja como for, importa-me aqui colocar um ponto de exclamação sobre a consciência real do problema (remoções criam prejuízos sociais e econômicos que exigem compensações!), mas um ponto distinto, de interrogação, sobre a execução de soluções contraditórias (por que se compensa num caso e não no outro?), haja vista a abordagem ética que um assunto dessa natureza requer.

---

[53] Os mesmos serviços situavam-se em relação ao Casarão, pelos endereços constantes no referido documento, a cerca de 1,3 km e 2,5 km de distância, respectivamente.

A proximidade do destino em relação à origem não aparecia só como critério do PAC, mas também como interesse manifesto das próprias famílias:

> A relocalização das famílias seguirá as diretrizes discutidas e aprovadas pela comunidade, pois trata-se de uma demanda da população afetada que sua transferência seja para áreas próximas ao local originalmente ocupado. Esta ação preocupa-se em reduzir, ao mínimo, o impacto social, respeitando a rede de relações sociais já estabelecida, oferecendo condições de habitabilidade superiores à situação atual. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 109).

Na referência acima, pode-se perceber a existência de outras duas importantes condições exigidas pelo BID: a participação dos moradores na tomada de decisões e a qualidade do resultado social obtido ao final da transferência. Eis como foi tratada essa última exigência na apresentação dos objetivos específicos do PAC:

> Assegurar, no caso de moradias, a substituição do bem afetado em condições superiores à situação original, em específico para os casos de famílias vulneráveis. [...] Por moradia em condições superiores à moradia afetada se entende uma moradia construída em alvenaria, com área coberta mínima de 40m^2 e repartições que evitem o adensamento familiar, com instalações sanitárias e disponibilidade/acesso a serviços de água tratada, esgoto e coleta de lixo [...]. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 68-69).

Quanto ao critério do resultado com qualidade superior, cumpre esclarecer que as características previstas para a nova moradia (em termos de material, dimensões, divisões, instalações e serviços) retratavam unidades habitacionais permanentes, ou seja, sem comparação àquelas de unidades habitacionais provisórias inspiradas no modelo da casa de passagem, bem mais simples e menores. A rigor, salvo equívoco meu, parece não existir qualquer dispositivo legal que discipline as características mínimas e as condições básicas que uma casa de passagem deva respeitar desde a sua concepção.[54] Seria de se esperar da Prefeitura, no enquadramento normativo da própria PMH, a prescrição técnica desse tipo de equipamento público, à medida que dele faz uso. Porém, apesar do PAC oferecer uma detalhada exposição da PMH em vigor na época, vale notar que as duas únicas referências sobre casas de passagem em todo o documento só se encontram bem discretamente nas planilhas relativas ao quadro de custos e ao cronograma de obras (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 125-126).

---

[54] Não encontrei qualquer referência às casas de passagem nas legislações de nível federal, estadual e municipal que tratam das políticas habitacionais de interesse social.

Tal observação chama a atenção ainda mais quando o próprio PAC é comparado ao esboço que lhe deu origem, elaborado pela consultora do BID Marília Scombatti com participação direta de diversos técnicos da Prefeitura,[55] onde a casa de passagem chegou a constar entre suas metas como alternativa possível de moradia temporária, embora ali fosse admitida exclusivamente para aqueles casos em que não houvesse como se fugir do chamado *reassentamento em áreas ocupadas*,[56] assim definido:

> *Áreas Ocupadas:* Processo pelo qual se retira todas as famílias da área determinada para intervenção colocando-as em casas temporárias (Casas de Passagem), urbanizando-se a área e construindo-se novas unidades habitacionais para que posteriormente as famílias retornem ao local. (SCOMBATTI, 2003, p. 47, grifo da autora).

Sem aprofundar-se no tema, a autora apresentou fortes ressalvas contra o risco de uma situação provisória tornar-se excessivamente prolongada no tempo, tratando logo de descartar a validade dessa opção, a não ser em última necessidade:[57]

> O uso das Casas de Passagem será excepcional, devendo mesmo ser evitado o máximo possível, tendo em vista os riscos de criar-se situações provisórias de longo prazo. Somente em ultimo caso e, mesmo assim, perante não objeção prévia do BID, o presente recurso será utilizado. (SCOMBATTI, 2003, p. 47).

Projetada por definição enquanto solução temporária (portanto, de sustentação precária a médio ou longo prazo), a casa de passagem não tem qualquer condição de resistir ao prolongamento de sua vida útil sem impor a seus ocupantes condições de vulnerabilidade social tão graves ou mesmo piores do que antes, quer se trate de ação planejada no âmbito de um empreendimento urbano de grande porte (como no PISA), quer se trate de obra emergencial em função de catástrofe natural ou despejo (como no Casarão). É importante aqui não confundir *casa de passagem* (referida no PAC sem contextualização alguma) com *casa de emergência* (apresentada no PAC como uma ação da PMH para atendimento de necessidades urgentes de moradia).[58]

---

[55] A autora destaca as participações do DEMHAB, da Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional (SECAR), do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM) (SCOMBATTI, 2003, p. 3).

[56] A casa de passagem da Rua Frederico Mentz, construída para permitir o reassentamento da Vila dos Papeleiros no próprio local de origem, é um bom exemplo desse tipo.

[57] Ao apontar para tal risco, é provável que Scombatti tivesse em mente o conhecimento de experiências anteriores do DEMHAB com casas de passagem em Porto Alegre, sobre as quais também tive a oportunidade de me inteirar na época em que fui conselheiro do OP.

[58] Auxílio à população em estado de vulnerabilidade social (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 36).

A casa de emergência destina-se ao uso de um grupo familiar único, sendo erguida em estrutura simples com todas as instalações básicas. Já a casa de passagem é de caráter coletivo e costuma compor-se de pavilhões com espaço para vários grupos familiares, cada qual numa peça exclusiva, ficando as instalações hidráulicas à parte da área domiciliar, em local reservado para utilização de todos. Sua edificação para fins semelhantes aos da casa de emergência é sugerida numa outra ação da PMH, os *reassentamentos emergenciais*, sobre os quais nada consta no PAC, mas sim no relatório apresentado pelo POLIS, onde ambas as ações foram assim distinguidas:

> A Casa de Emergência é uma ação [...] do Departamento [DEMHAB] para o atendimento das situações emergenciais de moradia decorrente de situações de sinistros, desabamentos ou de risco iminentes. Não obstante pode, pelo caráter permanente de atuação ser avaliado como um programa. Já os reassentamentos emergenciais se referem a uma intervenção de caráter excepcional e esporádico decorrente de processos coletivos emergenciais de demanda por moradia, originados por sinistros ou despejos judiciais. Configura-se efetivamente enquanto ação emergencial devendo assim permanecer. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 42-43).

Embora tal definição de reassentamento emergencial tampouco faça referência à casa de passagem, dá para pressupô-la como medida arquitetônica cabível nesse tipo de situação. É dentro dessa concepção de política emergencial que a remoção dos antigos moradores do Casarão ao equipamento público da Av. Padre Cacique torna-se compreensível. É evidente, sem dúvida alguma, que a solução encontrada jamais poderá ser considerada definitiva enquanto o resultado atingido estiver longe de superar a condição anterior, tomando por base os padrões apresentados no PAC. Não é à toa que a casa de passagem recebeu o nome que tem. A precariedade de sua estrutura física e das condições de moradia que oferece só podem ser toleráveis e justificáveis sob a ressalva de serem passageiras, ou seja, por tempo determinado. Eticamente falando, trata-se de uma alternativa só concebível se constituir-se como fase preparatória de uma nova situação mais avançada em seguida. Assim, tanto faz que a casa de passagem sirva ao reassentamento projetado em área ocupada ou ao atendimento previsto em urgências habitacionais por calamidade pública ou despejo coletivo. Em qualquer caso, será sempre preciso evitar o risco dela perdurar além do que deveria, a ponto de degradar as condições de moradia e convívio social de seus ocupantes, submetendo-os a um aprofundamento cada vez maior no mesmo estado de vulnerabilidade social que já os fez usuários desse tipo de equipamento público.

A persistência dessa situação os recoloca a mercê de novos desenraizamentos que podem preceder novas inclusões tão perversas quanto aquelas capazes de resultar, para Martins, numa socialização degradante. É justamente aí, onde se criam formas precárias de *inclusão perversa*, que o autor identifica o verdadeiro nó da questão:

> Por isso, o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade. (MARTINS, 2003, p. 124).

Através de Martins, é possível captar o eventual significado do Casarão, para cada família que o ocupava, como oportunidade a mais de inclusão, perversa que fosse, em sua própria trajetória de vida, já marcada por exclusões anteriores (sabe-se lá por quantas). Tal processo cíclico de conseqüências degradantes não fez mais do que se reproduzir com a remoção dessas famílias a uma casa de passagem por prazo indeterminado. A absoluta ausência, no termo de compromisso para ocupação do prédio da Av. Padre Cacique, de cláusulas prevendo a abertura de negociações rumo ao reassentamento definitivo, com programas de reabilitação socioeconômica incluídos (dada a distância do destino em relação à origem), comprova a contradição do poder público no tratamento do tema, por conduzi-lo de forma totalmente distinta da abordagem assumida dentro do PISA. Essa contradição também aparece quando se analisa o terceiro critério do BID (além daqueles relativos à distância próxima e à qualidade superior dos resultados) para a devida aprovação de projetos envolvendo o deslocamento involuntário de população. Trata-se, pois, da participação da própria população atingida em todo o processo de transferência. Cabe aqui observar, antes de tudo, o destaque conferido pelo PAC ao papel da participação:

> Assegurar que o processo de liberação das áreas requeridas para implantação das obras do Projeto BR-390, bem como a compensação das perdas dos imóveis e de outros impactos derivados na população, se realize em consonância com as diretrizes preconizadas pelo BID para tratamento do tema e, portanto, com a participação efetiva da população afetada em todo o ciclo do processo e em sintonia com a capacidade e possibilidades das instâncias municipais responsáveis pela questão habitacional em Porto Alegre. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 68-69).

De acordo com o PAC, participar não faria qualquer sentido aos moradores se lhes faltassem alternativas sobre as quais pudessem exercer eles mesmos o próprio direito de optar a partir de informações claras e precisas, nesses termos:

> A adoção de uma abordagem pluralista implica assumir que será executado, junto à população alvo do P.A.C., um amplo processo de elegibilidade das diversas modalidades de relocalização. Desconsiderar a precedência da elegibilidade e adesão das famílias às alternativas propostas, ao início das ações físicas de relocalização representará relegar o preceito da Participação ao status de mero rito, no sentido de que primeiro se determinam todos os componentes do modelo de relocalização (os lugares de implantação dos CH [conjuntos habitacionais]; os desenhos das casas, os mecanismos de acesso, etc.) e depois então dito modelo é apresentado aos interessados. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 72).

Que tipo de opção tiveram os antigos moradores do Casarão? Quanto à casa de passagem, em termos de local, desenho e forma de acesso a novas condições de moradia, pode-se mesmo dizer que nenhuma alternativa lhes foi oferecida além do próprio despejo. Trata-se de uma situação bem oposta àquela prevista no PAC:

> A noção de participação popular tem permeado todas as intervenções do poder público municipal na implementação das ações de desenvolvimento da cidade. No âmbito deste plano trabalha-se a Participação Popular como um “processo educativo” que objetiva a integração social dos segmentos populacionais excluídos dos recursos urbanos produzidos pela sociedade. [...] Trabalhar-se-á com o “enfoque participativo”, que pressupõe a participação efetiva da população em todos os momentos e instrumentos do projeto, tornando ilegítima a tomada unilateral de decisões. (PORTO ALEGRE, 2003c, p. 103).

As noções de *processo educativo* e de *enfoque participativo* permeavam toda a abordagem metodológica do trabalho social programado pelo PAC, com foco claro no respeito tanto ao cidadão quanto ao seu direito de participar do processo, não só para cumprir um rito formal e vazio, mas sim para atuar com peso decisório real. O trabalho social conduzido pelo DEMHAB, entretanto, obteve uma apreciação crítica desfavorável na avaliação que o POLIS fez da PMH, como se vê a seguir:

> Em muitos casos, o que foi referido como “trabalho social” não fica claro. [...] Este é um campo que necessita ser revisado e melhor estruturado porque é o campo que promove as condições para a implementação das ações dos projetos. [...] Presente em todas as etapas do processo, a articulação comunitária fica identificada como um dos maiores entraves do programa. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 97).

É preciso reconhecer que se trata de um trabalho nada fácil de conduzir. Maria Conceição D'Incao e Gérard Roy,[59] após exitosa intervenção em assentamento rural com população de origem social parecida,[60] descreveram-na como ativa reprodutora das mesmas *relações de dominação* vivenciadas em sua própria socialização:

> O tema deste texto é a necessária criação de relações sociais democráticas no seio de populações contempladas por programas de desenvolvimento oriundos de políticas sociais governamentais ou não-governamentais. Populações, via de regra, socializadas em relações de dominação as mais perversas e, por isso mesmo, incapacitadas para a conquista e o exercício dos direitos da cidadania. Ao abordá-lo, partimos do pressuposto de que, no dia-a-dia dessas populações, as pessoas tendem a reproduzir as mencionadas relações de dominação, isto é, a não se comportar como cidadãs umas em relação às outras. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 23).

Conforme os autores, a reprodução das relações de dominação compromete a organização local dessas populações e a própria qualidade das políticas sociais que lhes são dirigidas por instituições públicas ou não governamentais:

> Porque, recriando suas velhas práticas de dominados – a competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorrateira, etc. –, eles não teriam condições de negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns e estariam, conseqüentemente, fragilizados [...] no enfrentamento das novas regras às quais [...] estavam submetidos: as regras do mercado, do sistema financeiro, do acesso a políticas públicas de saúde, educação, habitação, etc. A partir da consciência desse impasse, nós considerávamos a importância e, mesmo, a necessidade de eles serem assessorados. Mas entendíamos que a intervenção programada pelas referidas instituições os recolocaria na situação de dominados – que eles precisavam superar –, reforçando seus limites em lugar de alargá-los. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 29-30).

D'Incao e Roy consideram menores as chances de sucesso dessas assessorias necessárias ao desenvolvimento de tais assentamentos sem a criação de relações democráticas desde seu próprio interior, capazes de contrapor-se à reprodução das relações de dominação que impedem as pessoas de se organizar adequadamente.

---

[59] D'Incao, socióloga brasileira, estudou a conquista da cidadania entre trabalhadores rurais. Roy, pesquisador francês, fez pesquisas antropológicas e sociológicas sobre camponeses e operários em países como França, Madagascar e Brasil (D'INCAO; ROY, 1995, p. 279).

[60] Socializada na lida obreira de fazendas, explorações agroindustriais e empresas urbanas, especialmente no ramo da construção civil (D'INCAO; ROY, 1995, p. 29). Parte importante da população urbana situada na periferia social das cidades brasileiras tem essa origem.

Para ambos, o caminho para isso deve passar pelo reconhecimento respeitoso aos projetos que as próprias pessoas concebem a partir de sua *aspiração à liberdade*:

> Sabíamos da aspiração à liberdade que os tinha levado a se mobilizarem, juntamente com suas famílias, para a conquista da terra sobre a qual estavam, de agora em diante, instalados. Eles vinham [...] de uma história parecida. História longínqua de pequenos arrendatários ou parceiros nas grandes fazendas e história mais recente de trabalhadores temporários ou ocasionais, rurais ou urbanos, submetidos ao arbítrio de um empregador ou de seu preposto. Cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e em seu esforço. Eles não queriam mais depender senão deles mesmos. E elaboravam a partir daí seus projetos. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 28).

Se o Casarão, visto como assentamento de formação espontânea, foi capaz de abrigar dentro de si projetos autônomos de sustento econômico, especialmente no ramo da reciclagem, não seria de espantar que a desconsideração desses projetos, no raio de ação das assessorias e das políticas sociais responsáveis pela concepção da casa de passagem da Av. Padre Cacique, pudesse criar novas condições para a preservação de comportamentos desagregadores, tal como sugerem os autores:

> Com efeito, a estranheza dessa forma constitutiva que lhes era oferecida sob forte injunção, isto é, como condição de acesso aos subsídios estatais e às ajudas de organizações não-governamentais (ONGs), tinha toda chance de ser vivida como uma imposição. E, coagidos, mais uma vez, à obediência de regras definidas à revelia de seus próprios interesses, esses trabalhadores tenderiam a continuar comportando-se como os dominados que sempre foram. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 32).

A abordagem de D'Incao e Roy permite apreciar o risco causado aos antigos moradores do Casarão pela postura contraditória do poder público, não só por lhes negar a participação pregada no PAC para populações igualmente vulneráveis, mas sobretudo por reforçar as barreiras necessárias à sua contínua permanência nessa mesma condição, haja vista o caráter impositivo da liminar requerida para privá-los de defender justamente seus próprios interesses. O que se evidencia aqui, mais uma vez, é a contradição entre o discurso e a prática no âmbito da política habitacional, determinada não por eventual ignorância da Prefeitura sobre a maneira correta de proceder, mas por pura inobservância de princípios éticos e sociais dos quais provou ter pleno conhecimento à luz do PAC. Portanto, fica a pergunta: o que poderia tê-la conduzido, no caso específico do Casarão, ao descarte de princípios para os quais tanto valor conferiu no desenvolvimento histórico de suas próprias políticas sociais?

É possível adivinhar uma resposta examinando-se o contexto em que o Casarão se insere sob a ótica da lei. Foi esse o segundo principal indício sobre o qual firmou-se minha suspeita de que o direito à moradia de seus antigos moradores estaria sendo violado em favor do direito à propriedade da Prefeitura. Também aqui, a contradição se revela. Por um lado, Porto Alegre dispõe já de uma legislação digna de nota para tratar o direito à moradia como função social da cidade, conforme sugere o POLIS:

> Porto Alegre possui um arcabouço de direito urbanístico bastante consolidado nos principais instrumentos legais competentes para definir as diretrizes, princípios e instrumentos urbano-habitacionais, qual seja a Lei Orgânica e o Plano Diretor de Desenvolvimento [Urbano] Ambiental. [...] A LOM [Lei Orgânica Municipal] de Porto Alegre incorporou a compreensão das funções sociais da cidade pela ótica dos direitos (art. 200, §2º). [...] O Direito à cidade compreende os direitos inerentes às pessoas que vivem nas cidades de ter condições dignas de vida, de exercitar plenamente a cidadania, de ampliar os direitos fundamentais (individuais, econômicos, sociais, políticos e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 106).

Por outro lado, a remoção do Casarão feriu dispositivos legais concebidos para dar viabilidade e concretude a tal direito em benefício da população mais pobre, nos termos do instrumento chamado Concessão Especial para Fins de Moradia (CEFM):

> Concessão Especial para fins de Moradia – CEFM (individual e coletiva): prevista na Constituição Federal, Estatuto da Cidade, e Medida Provisória nº 2220/01, constitui-se em direito subjetivo público que tem por objetivo regularizar áreas públicas onde residem moradores de baixa renda, uma vez que os imóveis públicos não podem ser adquiridos pelo [*sic*] usucapião. Trata-se de um direito real que gera efeitos contra terceiros que possam vir a ameaçar ou violar este direito. A concessão especial é formalizada mediante um contrato entre o Poder Público e o ocupante da área pública, ou ainda por uma sentença judicial. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 59).

A análise dos requisitos para obtenção da CEFM demonstra que certas famílias assentadas no local cumpriam todos os critérios básicos para reivindicá-la, a saber:

> Para fazer jus a concessão especial, os ocupantes de áreas públicas municipais, estaduais ou federais deverão atender aos seguintes requisitos: a) ter exercido cinco anos de posse mansa, pacífica e ininterrupta sobre terreno de domínio público na data de 30 de junho de 2001; b) utilizar o terreno para fins de moradia, sem serem proprietários de outro imóvel urbano ou rural; c) não ter a posse sofrido contestação judicial transitada em julgado. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 59).

De acordo com a CEFM, a transferência de habitação só poderia ser admissível sob condições dignas e a partir da plena aceitação das famílias envolvidas:

> Quando a ocupação oferecer risco à saúde ou à segurança dos ocupantes, o Poder Público fica obrigado a garantir o exercício [do] direito de moradia em outro local que ofereça condições adequadas de moradia e mediante a concordância dos moradores. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 59).

Não custa lembrar que a Prefeitura teve de recorrer a uma medida liminar para impor tal aceitação no Casarão. Mas cabe considerar que não faltaria base legal ao judiciário para garantir o acesso dos moradores à CEFM: "Havendo recusa do Poder Público em expedir os títulos de concessão especial para fins de moradia, poderá o interessado recorrer à via judicial para obtenção do direito" (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 59-60). Trata-se de preservar a função social da propriedade pública acima de qualquer outra "afetação" (isto é, destinação) prevista no plano diretor da cidade:

> A CEFM tem o objetivo de garantir uma destinação social para os imóveis urbanos públicos, em atendimento ao interesse público, estando o poder público obrigado a reconhecer o direito subjetivo do ocupante de área pública de obter a declaração do domínio útil desse imóvel. [...] A desafetação não é requisito para a concessão especial para fins de moradia, já que esta não é apenas uma faculdade do poder público, mas sim obrigação a ser cumprida. O direito subjetivo público da população à CEFM retira do imóvel toda e qualquer afetação distinta que porventura existisse anteriormente. (SAULE JÚNIOR et. al., 2004, p. 60).

A ação da Prefeitura poderia ser motivada pela intenção de impedir que antigos moradores do Casarão se valessem da CEFM para permanecer no local de origem? Teriam sido violados em seu "direito subjetivo público" à concessão daquele terreno para fins de moradia? Quem sabe? Compete ao poder judiciário a legítima atribuição de julgar o caso para lhe dar a sentença devida. A mim corresponde, na condição de pesquisador envolvido no assunto por motivações acadêmicas e políticas (no sentido da luta pela cidadania e não da simples disputa partidária), destacar os indícios de injustiça que pairam no ar. Indícios visíveis na postura contraditória do poder público municipal ao propagar o direito à moradia com dignidade dentro do PAC, enquanto a negava de fato para os antigos moradores do Casarão no tocante à qualificação das condições habitacionais, dos laços socioeconômicos e da participação nas decisões. Contradição que a Prefeitura também expôs ao invocar seu direito à propriedade na contramão do direito à função social da cidade em defesa do qual deveria erguer-se.

Por trás dessa postura, pode-se perceber um modo de agir similar ao que Christian Geffray[61] indicou como típico da *dominação paternalista* exercida pelo poder político governante ao se apropriar da lei para legitimar ações prepotentes, nesses termos:

> A velha forma de dominação paternalista, [...] que prevalece ainda freqüentemente na vida econômica latino-americada, acha talvez sua expressão mais espetacular no campo político. O poder de um dirigente populista (um paternalista de Estado) não é legítimo, com efeito, senão na medida em que ele demonstra sua capacidade de encarnar, à maneira de um pai, a Lei junto àqueles que ele dirige, e a se fazer o vetor dela de tal sorte que esses últimos, dependentes e protegidos, não lhe tenham acesso senão através de sua intermediação. A prepotência aí é uma figura estrutural, mesmo que fantasiada pelos ornamentos jurídicos e fraseológicos da democracia. (GEFFRAY, 1995, p. 18-19).

A imagem da prepotência fantasiada de democracia corresponde bem à atitude da Prefeitura diante dos moradores do Casarão, à medida que a decisão de removê-los, mantida à força mesmo após a posição contrária assumida pelo FROP-Centro,[62] não condiz com a figura de baluarte da participação democrática, muito explorada na época pela propaganda da *Administração Popular*.[63] "Possuímos uma experiência importante na construção da democracia participativa com experiências de gestão e controle social que são destaques nacional e internacional" (VERLE, 2003).[64] O caso do Casarão é exemplar por revelar a presença do vício paternalista justo no modelo administrativo que já foi celebrado como paradigma de um novo mundo possível.

1.3.4 Itinerário: Apresentação de Objetivos e Etapas Metodológicas

É objetivo desta dissertação indicar evidências de que a intervenção promovida pelo poder público foi concebida à revelia dos interesses e experiências das pessoas removidas, resultando numa visível deterioração de suas próprias condições de vida.

---

[61] Pesquisador francês falecido em 2001, Geffray aproximou a antropologia, a sociologia e a psicanálise entre si ao "insistir no papel do imaginário na estruturação social" em estudos sobre o parentesco e a guerra em Moçambique e sobre o paternalismo e o narcotráfico no Brasil (MESSIANT; CAHEN; RAPOSO, 2003).

[62] Especialmente através da Comissão de Assuntos do Casarão da CEEE, do FROP-Centro, que "apoiou integralmente as reivindicações da AMACASA", conforme ofício elaborado em 21/08/2003 pelo conselheiro Ataulso Rocha Veríssimo para entrega ao Conselho do OP.

[63] *Administração Popular* foi o lema com o qual se designaram as quatro gestões sucessivas do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo de Porto Alegre entre 1991 e 2004.

[64] Conforme mensagem do Prefeito João Acir Verle aos participantes da etapa municipal de Porto Alegre, ocorrida em agosto de 2003, referente à Conferência Nacional das Cidades.

Não só porque faltaram participação plena, resultado final superior e proximidade do local de origem aos olhos de meu testemunho pessoal, mas sobretudo porque assim se exprimiram, de várias maneiras possíveis, os próprios moradores que entrevistei para saber um pouco mais de suas trajetórias de vida, de suas histórias da época do Casarão e de suas esperanças no futuro, sempre em termos de moradia, trabalho e cidadania. É objetivo desta dissertação sugerir, com base nas mesmas entrevistas, que tais moradores já vinham vivendo sob condições cada vez mais precárias antes até de seu próprio estabelecimento no Casarão, sendo a casa de passagem da Av. Padre Cacique nada além do que uma continuidade aprofundada dessa situação. Na origem de todos os casos aqui examinados, mostraram-se continuamente presentes tanto a traumática ruptura de laços familiares quanto a progressiva necessidade de recorrer ao instável mundo do trabalho informal. É ainda objetivo desta dissertação interpretar exemplos dos cuidados tomados e das benfeitorias feitas ou previstas por eles mesmos na área da qual foram retirados como expressão do próprio desejo por uma vida mais estável em termos de moradia e trabalho para si e para os seus. Em contrapartida, nas famílias com maior número de filhos pequenos, pôde-se perceber o quanto a impotência diante do presente refletia-se em recordações saudosistas do passado recente e na falta de expectativas animadoras com relação ao futuro.

Para chegar a tais conclusões, foi preciso cumprir certas etapas metodológicas determinadas a partir da formulação do problema em torno da memória coletiva dos antigos moradores do Casarão, a saber: elaboração da hipótese inicial; delimitação da população-alvo e da amostra pesquisada; preparo e aplicação dos instrumentos para coleta, tratamento e verificação de dados; e escolha do referencial teórico para sua análise e interpretação. Uma breve apresentação de como evoluiu a execução dessas etapas é de fundamental valor para a compreensão dos resultados atingidos.

A hipótese inicial deste estudo era baseada na suposição de que poderia haver uma contradição básica entre as lembranças e as esperanças dessas pessoas com respeito à sua própria realidade social, econômica e política. De acordo com essa suposição, ao falar de sua vida anterior à remoção, as histórias de desenraizamento, dominação e desvio social seriam lembradas em número relativamente maior do que as experiências dignas de inclusão, participação e solidariedade. Seria ao abordar o próprio futuro que as expectativas por experiências desse último tipo predominariam sobre aquelas de sentido oposto. Tal contradição poderia abrir espaço à mediação por uma nova identidade coletiva, mais próxima da esperança do que da lembrança.

Assim esboçada, essa hipótese levou-me a enquadrar como objetivo de pesquisa a definição de uma memória compartilhada e de uma esperança conjunta com base no levantamento, registro e comunicação das lembranças e esperanças individuais de cada uma das pessoas convidadas a participar dessa experiência, tendo em vista os requisitos e critérios que escolhi para delimitar sua população-alvo e sua amostra.

O primeiro requisito para participar do estudo era pertencer àquela população formada por todas as pessoas que ocupavam o Casarão na condição de habitantes em outubro de 2003, quando foram removidas, e que também integravam o cadastro publicado no mês anterior pela AMACASA em seu sítio eletrônico.[65] Satisfaziam tal requisito 61 indivíduos no total, dentre os quais havia 24 crianças, 7 adolescentes e 30 adultos.[66] O segundo requisito era corresponder aos critérios de composição da amostra, constituída por aquela parte da população realmente abordada por meio de técnicas e medidas de valor experimental e investigativo para obtenção de dados. A aplicação do primeiro critério, que restringia tal participação às pessoas em idade adulta por ocasião da remoção, determinou uma amostra inicial de trinta nomes. A aplicação do segundo critério, que limitava essa participação a quem ainda morasse numa casa de passagem da Prefeitura em dezembro de 2005 (fase inicial da coleta de dados), comprimiu a amostra inicial para doze indivíduos. A aplicação do terceiro critério, que reservava a pesquisa só para quem aceitasse estabelecer uma relação negociada comigo depois da leitura e esclarecimento de dois documentos básicos, a *Carta de Informação aos Sujeitos de Pesquisa*[67] e o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*,[68] definiu a amostra final em oito pessoas.[69] Ao escolher tais critérios, procurei observar três interesses principais: destacar as famílias ainda mantidas sob abrigo do poder público, prever minha relação com os participantes da pesquisa em termos contratuais e facilitar o uso do instrumento que achei mais propício à coleta de dados para verificação da hipótese inicial, ou seja, a entrevista semi-estruturada.

---

[65] De acordo com o *Cadastro das Famílias do Casarão* (AMACASA, 2003b).

[66] Eram 15 meninas e 9 meninos até 11 anos completos, mais 4 moças e 3 rapazes de 12 a 17 anos completos, mais 15 mulheres e 15 homens de 18 a 59 anos completos. Ninguém tinha lá, naquela época, idade igual ou superior a 60 anos.

[67] Conforme as *Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos* (COUNCIL FOR INTERNATIONAL ORGANIZATIONS OF MEDICAL SCIENCES, 1997).

[68] Com suporte nas *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*, nos termos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1997).

[69] A progressiva redução da população-alvo em amostra final pode ser reparada, conforme o grupo familiar de origem, através da Tabela 3, incluída no Apêndice A desta dissertação.

O destaque dado dentro deste estudo às famílias ainda residentes em casas de passagem visou não só agilizar o contato com possíveis participantes (concentrados em dois endereços), mas também fixar o campo de pesquisa no mesmo espaço com o qual os principais protagonistas da briga judicial pela posse do Casarão (Prefeitura e moradores) continuavam comprometidos no final de 2005 através de uma relação contratual (referente ao termo de compromisso para uso desse equipamento público com finalidade de moradia provisória), estabelecida em função da remoção de 2003.

A proposição da pesquisa em termos de contrato formaliza a divisão de papéis entre pesquisador e participantes na investigação de conhecimentos que interessam a ambas as partes, ainda que por motivos distintos, conforme Alberto Melucci:[70]

> Em um sistema com alta diferenciação e alta variabilidade, o conhecimento torna-se, então, um recurso desejável pelos atores e isto abre o espaço para o reconhecimento de uma diversidade de competências e de interesses entre atores e pesquisadores. [...] O ponto de encontro só pode ser contratual. [...] O terreno do encontro com os atores [...] é o reconhecimento de uma demanda de recursos cognitivos. Dois interesses diversos, aquele do pesquisador de captar informações e aquele do ator de aumentar a própria capacidade de ação por meio da auto-reflexão, podem se encontrar temporariamente e tornar possível uma troca. (MELUCCI, 2001, p. 164-165).

Para o autor, cabe ao pesquisador negociar sua presença junto ao grupo de tal modo que permita a cada parte criar expectativas concretas sobre o comportamento da outra, prevendo as obrigações assumidas e as vantagens esperadas da própria relação. Uma constante reflexão sobre tal relação é sempre necessária para garantir a observância de princípios éticos compatíveis com uma condução responsável da pesquisa do princípio ao fim. Nesse sentido, além de dar para cada participante as informações e garantias éticas prescritas internacionalmente no caso de pesquisas envolvendo seres humanos, tratei de prever, em contrapartida aos dados fornecidos, a entrega de um exemplar em formato de livro com a versão final desta dissertação, assim como fotos e gravações completas dos encontros que lhe foram dedicados.[71]

---

[70] Psicólogo e sociólogo italiano falecido em 2001, Melucci voltou-se às relações entre ação e identidade coletiva no campo dos movimentos sociais das sociedades industrializadas, introduzindo avanços metodológicos em termos de pesquisa. Para uma visão abrangente de sua obra, ver Sposito e Fischer (2001, p. 13-20), mais Dayrell (2005, p. 7-12).

[71] Os modelos originais dos documentos usados com tal finalidade, além de seus posteriores adendos, encontram-se disponíveis nos Apêndices B e C desta dissertação.

A entrevista semi-estruturada parte sempre de uma lista prévia de questões às quais o entrevistado é solicitado a responder. À medida que as respostas vêm, mais questões, até então não previstas, são incluídas pelo entrevistador para obter novos esclarecimentos sobre o que foi respondido. O que torna esse tipo de entrevista bem especial é a possibilidade de se desenrolar como um diálogo nutrido por sucessivos temas que se encadeiam uns nos outros. O registro das perguntas e respostas é de vital importância para o posterior trabalho de análise e interpretação a ser feito em total sintonia com o problema formulado e a hipótese original. Nesse sentido, com o objetivo em mente de promover um levantamento das lembranças e esperanças em comum dos membros da amostra (também chamados aqui de sujeitos da pesquisa), concebi, para cada um deles, duas rodadas de entrevista. A primeira seria individual e toda gravada em vídeo, enquanto a segunda reuniria os sujeitos de cada casa de passagem, abrindo-se com a projeção duma fita editada com trechos das gravações anteriores. Na montagem do roteiro para a entrevista inicial, defini-me por questões que fossem capazes de provocar a lembrança das várias experiências de moradia, trabalho e organização (familiar ou social) pelas quais teriam passado ao longo de suas vidas, sem esquecer de abordar suas expectativas futuras quanto aos mesmos aspectos. Propositalmente, resolvi não tomar a iniciativa de fazer perguntas diretas sobre a AMACASA (símbolo maior de meu próprio envolvimento com o Casarão) ou sobre a Prefeitura (principal alvo de minhas críticas junto ao OP pela AMACASA) a fim de evitar, o quanto possível, a tentação da tendenciosidade. Mas não deixei de lhes dar oportunidade para recordar tais assuntos ao prever questões sobre como se organizavam no Casarão e sobre o que os motivara a sair do local.[72] Se a rodada de entrevistas individuais com uma hora de duração transcorreu bem, o mesmo não se deu quanto à rodada seguinte. Problemas técnicos tornaram inviável a realização da entrevista coletiva do modo previsto devido ao baixo nível de captação sonora obtido na maior parte das fitas originais, o que impediu a edição do material bruto com a qualidade necessária para servir de estímulo à discussão em grupo. Por sorte, isso não impossibilitou sua completa transposição por escrito sob a forma de relato que, após concluído, submeti à revisão de cada sujeito em um novo contato mantido com o intuito de corrigir eventuais equívocos cometidos por ele mesmo nas informações prestadas pela primeira vez ou por mim próprio ao transformá-las em texto narrativo.

[72] O roteiro completo, com dezoito questões, encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

A continuidade do estudo só se fez possível porque o conteúdo desses relatos tinha riqueza suficiente para dispensar a comparação prevista na hipótese inicial (entre lembranças e esperanças) que deixou de ser útil com o cancelamento da entrevista coletiva onde seria verificada. Foi por isso que a substituí por três hipóteses finais, elaboradas com base nas respostas mais lembradas por mim depois das entrevistas e tendo em vista o referencial teórico que dispunha para orientar o esforço reflexivo necessário à busca de conclusões compatíveis com os dados levantados.

Na primeira hipótese final, baseei-me na ótica de Martins sobre a *socialização degradante* que atinge populações expostas a processos cíclicos de exclusão social, alternando o *desenraizamento* com várias formas de *inclusão perversa* (caso visível especialmente na periferia de médias e grandes cidades), para me interrogar até que ponto as trajetórias de vida dos sujeitos revelariam semelhante condição. Tratei já dessa perspectiva ao contextualizar a relação da Prefeitura com o Casarão.[73]

Na segunda hipótese final, vali-me das idéias de Martins sobre *novo populismo* e de Geffray sobre *dominação paternalista*, referentes à postura típica daquela elite dirigente habituada a dissimular, com atos aparentemente populares e democráticos, a imposição de projetos já concebidos à revelia dos interesses, das experiências e da *aspiração à liberdade* que mobilizam o povo em busca de soluções autônomas, segundo D'Incao e Roy, para me perguntar até que ponto as lembranças da casa de passagem serviriam para confirmá-la como caso concreto e exemplar desse mesmo tipo de arbitrariedade. Também fiz menção às referidas concepções de Geffray e de D'Incao e Roy em momento anterior.[74] Quanto à definição de *novo populismo*, cabe esclarecer que Martins fez uso dela para criticar o emprego da noção de *exclusão* no ideário de políticas públicas e programas sociais voltados ao combate da pobreza:

> No fundo, a luta contra a exclusão, pela centralidade desse "conceito" na teoria e na prática, é uma luta conformista: toma os integrados na sociedade de consumo como referência privilegiada para definir o destino das vítimas extremas dessa mesma sociedade. [...] Estamos em face da elaboração de um novo populismo, já não o populismo do poder nem o poder popular, mas o poder do populismo das elites e da classe média. Uma interdição da competência criativa dos pobres e, sobretudo, uma negação articulada de sua efetiva libertação. (MARTINS, 2003, p. 45-46).

---

[73] Conforme citações do referido autor, constantes das folhas 35 e 40.
[74] Conforme citações dos referidos autores, constantes das folhas 43 e 46.

Na preparação da terceira hipótese final, inspirei-me no conceito estabelecido por Maurice Halbwachs[75] sobre a *memória coletiva*, sobretudo em sua relação com as dimensões físicas do espaço e do tempo, ao considerá-la influente no sentimento de propriedade e na tendência à recriação do passado em função do presente, para me questionar até que ponto as lembranças do Casarão traduziriam não só o desejo por uma vida mais estável, expresso em cuidados e benfeitorias daquela época, mas também a frustração da esperança no futuro, manifesta sob forma de saudosismo.[76] Vale a pena estender-me adiante na exposição desse conceito, tendo em vista ser a partir dele que se definiu justamente o objetivo da pesquisa aqui apresentada.

Conforme Halbwachs, a memória individual de uma pessoa corresponde àquela parte de suas lembranças que pertence só a ela mesma e a mais ninguém. Trata-se, assim, daquelas recordações que não ultrapassam sua própria consciência pessoal. Quando aquilo de que se recorda também faz parte da memória de outras pessoas, entra-se no âmbito daquelas lembranças de conteúdo compartilhado, integrantes de uma consciência socializada, típica da memória coletiva. Apesar dessa diferença, há que se considerar entre ambas uma relação dinâmica de constante interpenetração, à medida que lembranças individuais passam para o acervo da memória coletiva e vice-versa. Há memórias coletivas com vários graus de abrangência, desde aquelas restritas a um pequeno círculo de amigos até outras de amplo alcance, o que é cada vez mais comum de se ver na era contemporânea acelerada pela globalização. Ao abordar a memória individual como um ponto de vista particular da memória coletiva, Halbwachs reconhece o efeito das redes de influências recíprocas que dão suporte à dinâmica viva, múltipla e desigual das relações sociais:

> Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

---

[75] Sociólogo francês abatido num campo de concentração nazista em 1945, Halbwachs lidou com vários temas, da estatística à memória e das classes operárias à tradição cristã, para investigar questões da consciência social e da vida cotidiana. Para um apanhado geral de sua obra, ver Duvignaud (2004), Alexandre (2004) e Santos (2003, p. 35-44).

[76] Conforme Ferreira (1986, p. 1556): "Gosto ou tendência para superestimar o passado."

Trata-se de influências sociais que dão sentido desde cedo às percepções que cada um gradativamente decodifica em formas de linguagem e assume em termos de significado ao interagir com o mundo material e humano em torno de si. É assim que a matéria-prima da memória sofre os efeitos da inserção pessoal em grupos de referência que compartilham determinadas correntes de pensamento coletivo:

> Desde que a criança ultrapasse a etapa da vida puramente sensitiva, desde que ela se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, podemos dizer que ela pensa em comum com os outros, e que seu pensamento se divide entre o conjunto das impressões todas pessoais e diversas correntes de pensamento coletivo. (HALBWACHS, 2004, p. 66).

É, portanto, no âmbito das relações humanas que se dá o compartilhamento de conteúdos da memória, sem que as pessoas necessariamente se dêem conta disso, mergulhadas que estão no contexto social através do qual modelam suas visões de mundo. Haja vista a exposição de cada um desde cedo a grupos de referência que o cercam no interior de sua sociedade de origem, torna-se difícil perceber o quanto de conteúdos e significados muitas vezes atribuídos ao próprio pensamento procedem, na realidade, de seus contatos com os outros: "Uma 'corrente de pensamento' social é ordinariamente tão invisível como a atmosfera que respiramos." (HALBWACHS, 2004, p. 45). Esse mesmo processo de influências mútuas interfere também sobre a ação da memória, aplicando um cimento coletivo aos tijolos originalmente pessoais da lembrança, de modo tal que o próprio ato de reviver o passado se faz com muita freqüência pela mistura em diversas combinações possíveis do reconhecimento com a reconstrução daquilo que primeiro se vivenciou de um ponto de vista individual:

> Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2004, p. 38-39).

Segundo o autor, a mescla de fatos realmente reconhecidos e revividos de um certo acontecimento com conteúdos comprovadamente ausentes da cena de origem, que a ela se agregam de modo involuntário, revela a ação reconstrutiva da memória.

Nessa recomposição, entram elementos tirados do presente ou de épocas anteriores à atual, embora posteriores à experiência recordada, sempre a renovar tal mistura:

> Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

Foi exatamente a capacidade de reconstruir o passado pelo presente, típica da memória coletiva, que me levou à suposição do saudosismo no interior da terceira hipótese final, à medida que o Casarão surgia, na memória dos sujeitos, como lugar bem melhor de viver, comparado à casa de passagem da Av. Padre Cacique, onde a falta de esperança parecia reinar absoluta. A frustração atual reforçaria, pois, aquela dolorida saudade do que se foi. Quanto ao desejo por estabilidade, também sugerido na terceira hipótese final, cabe voltar a Halbwachs quando diz que um grupo imprime sua marca sobre o local que ocupa tal como o espaço o faz sobre sua memória:

> O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e as figuras. [...] Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade [...] naquilo que havia nela de mais estável. (HALBWACHS, 2004, p. 139).

O grupo se adapta ao espaço fixando-o em sua memória coletiva com o sentido das relações sociais ali travadas. Conforme o autor, não é sem motivo que resiste ao desaparecimento, contra a própria vontade, de suas antigas referências espaciais:

> Certamente, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem alguns indivíduos em seus hábitos, perturbem-nos e os desconcertem. [...] Esses pesares ou mal-estares individuais, não tem efeito, porque [não] dizem respeito à coletividade. Um grupo, ao contrário, não se contenta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permanece sem efeito. Procura e tenta, em parte, encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições. [...] Mas a população pobre também não se deixa deslocar sem resistência, sem ressentimentos, e mesmo quando cede, deixa para trás muitos traços de si mesma. (HALBWACHS, 2004, p. 143-144).

Se a memória coletiva de um grupo finca raízes no espaço que ocupa a ponto de identificar-se com ele, eis a base do direito à propriedade na visão de Halbwachs:

> Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade, ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir [*sic*] para garantir-lhe a aplicação. [...] Porém, a memória que garante a permanência dessa situação apóia-se ela própria, sobre a permanência do espaço ou, pelo menos, sobre a permanência da atitude adotada pelo grupo frente a essa porção do espaço. (HALBWACHS, 2004, p. 151-152).

À luz dessas considerações, não seria de estranhar a presença de lembranças sobre alterações, melhorias e cuidados de preservação promovidos no Casarão por obra de seus antigos moradores, a refletir o eventual sentimento de propriedade que sentiam pelo local. Tampouco surpreenderia que tais benfeitorias fossem recordadas com certo pesar, sofrimento, indignação, nostalgia ou saudosismo, como se algo de muito íntimo e familiar, como se um pedaço de si mesmos, tivesse por lá se perdido. Vale observar, pois, que a memória coletiva tem seu tempo de existência restrito em função do quanto se estende a própria vida dos grupos responsáveis por conservar vivas as recordações divididas entre seus integrantes, o que revela a importância de se fazer o registro daqueles conteúdos cuja preservação definitiva se queira garantir:

> Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais suporte [em] um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 2004, p. 85).

Ao se fazer o registro escrito das lembranças em comum de um grupo, pode-se pensar que sua memória coletiva esteja sendo transformada em história. Cabe, pois, assinalar a distinção que Halbwachs faz entre história e memória coletiva:

> A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os conhecimentos e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém a atenção histórica. [...] Sem dúvida, é preciso então apoiar-se em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos. (HALBWACHS, 2004, p. 114).

Para o autor, mesmo que se esteja lidando com a história de uma só pessoa, o historiador não deixa de ser responsável por relacionar os dados que levanta com os demais eventos históricos que os cercam e lhe dão contexto, especialmente aqueles já registrados por outros historiadores. Caso encontre contradições, das duas uma: ou revisa seus próprios achados ou revisa os registros alheios em função das novas evidências que acredita ter obtido, porque uns e outros jamais devem se contradizer. É por essa razão que, segundo Halbwachs, a história precisa ser vista de fora para dentro. Para quem se põe a levantar e registrar a memória coletiva de um grupo, não é exigido o mesmo nível de precisão. Aqui, a contradição torna-se aceitável porque a ênfase se fixa justamente sobre o ponto de vista interior ao grupo, independente de concordar ou não com pontos de vista externos ou então com evidências históricas. Não quer dizer que a memória coletiva deva necessariamente contrapor-se à história em maior ou menor grau, nem que não possa servir de matéria-prima à investigação histórica. Ao contrário, há muito que a história oral se vale da memória coletiva como fonte de dados, consistindo em método de pesquisa altamente respeitável nos meios acadêmicos e científicos em geral. Ao fixar o alvo desta dissertação no levantamento da memória coletiva de antigos moradores do Casarão, não foi meu objetivo lhe dar um tratamento rigorosamente histórico, o que, ao meu ver, exigiria o cruzamento dos dados obtidos com registros documentais e testemunhais em nível mais profundo se comparado àquele por fim atingido. O que me importou aqui, sobretudo, foi entender o que havia em comum nas lembranças trazidas à tona pelos sujeitos, comparando-as entre si mesmas para então apontar aquelas que apareciam com mais freqüência (desprezando tudo o que fosse de ocorrência puramente individual), sem impedir-me de estabelecer relações, quando possível, com dados de outra procedência. Nesse sentido, tomei por objetivo tirar conclusões cabíveis e responsáveis sobre a origem e o destino da ocupação popular do Casarão a partir do exame dos relatos obtidos das entrevistas dos sujeitos, em cruzamento com os dados de meu arquivo de pesquisa sobre o tema[77] e com as hipóteses finais lançadas à luz da teorização reunida. Eis o desafio ao qual se propõe esta dissertação: espantar o risco do esquecimento que paira sobre a memória coletiva dessa ocupação popular varrida do mapa por obra da política social imposta aos seus antigos moradores pelo poder público da época.

---

[77] Fotos, notícias publicadas, documentos oficiais, cartas abertas, transcrições de gravações e filmagens, entre outros itens ligados à história do Casarão e de seus antigos moradores.

2 MEMÓRIAS EM FOCO

2.1 SUJEITOS: LAÇOS, REPRESENTATIVIDADE E ENVOLVIMENTO

Na fase terminal do Casarão, em 2003, doze de suas dezoito famílias ligavam-se a um dos quatro diferentes grupos lá reunidos por laços de parentesco. Os dois maiores continham quatro famílias cada. Já nos dois menores, elas eram em número de três. As quatro famílias restantes, sem vínculo de sangue com as demais, viviam mais isoladas em meio às outras. A população toda chegou a ficar junta na casa de passagem da Av. Padre Cacique só durante alguns meses após a remoção. Pouco a pouco, por motivos diversos e às próprias custas, muitas famílias decidiram deixar o novo endereço para trás à procura de rumos distintos. Quase dois anos depois, duas famílias isoladas foram de novo transferidas pela Prefeitura a uma segunda casa de passagem situada a mais de 10 km de distância da primeira. Continuavam lá quando as visitei em busca de participantes para a pesquisa em dezembro de 2005. Por sua vez, apenas seis famílias ainda permaneciam vivendo na casa de passagem original nessa mesma ocasião. Eram dessas oito famílias os doze adultos restantes daquele conjunto de trinta que havia no Casarão em 2003. Embora tenha abordado a todos, apenas oito deles se dispuseram a aceitar meu convite para tornar-se sujeitos deste estudo e, portanto, dar números finais à relação entre sua amostra e sua população. Eles pertenciam a sete famílias, menos de 40% do total removido, mas quase 90% da parcela restante em casas de passagem (só uma ficou fora). Essas sete famílias abrigavam 27 pessoas ao todo, quase 45% da população-alvo. Somente um grupo familiar, dos quatro originais, não fez parte do estudo por já não viver mais ao abrigo do poder público no fim de 2005. Dentre os outros três grupos, os maiores contaram com dois sujeitos cada, enquanto o menor teve um único. Dentre as quatro famílias isoladas, só metade permanecia em casa de passagem, justo na segunda, de onde saíram os três últimos sujeitos. É bom fixar os limites dessa distinção entre o todo e a parte, de modo que os resultados atingidos, por mais aceitáveis que sejam para a própria amostra, nem sempre têm igual representatividade para a população inteira.

Para todos os sujeitos, fiz leituras individuais da carta de informação e do termo de consentimento, prestando esclarecimentos, respondendo dúvidas e oferecendo a oportunidade de negociar alterações de acordo com seus interesses,[1] em encontros gravados em vídeo, de uma hora no máximo, entre 16 e 29/12/2005. As entrevistas individuais, também com registro em vídeo e duração máxima de uma hora, foram feitas entre 19 e 31/12/2005.[2] As revisões dos textos resultantes dessas entrevistas ocorreram entre 23 e 26/01/2006 em contatos finais de meia hora, onde limitei-me a redigir as retificações requeridas, sem nenhuma gravação. Toda a coleta de dados, incluindo as leituras informativas, as entrevistas e as validações dos relatos, deu-se nos meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006 na casa de passagem ocupada por cada sujeito, às vezes em sua própria peça ou naquela de um vizinho, às vezes em locais destinados a reuniões comunitárias ou mesmo no pátio em comum.

Cabe destacar minha decisão (esclarecida nos documentos acima referidos) de pesquisar só com quem liberasse a divulgação de seu nome próprio verdadeiro e de lidar exclusivamente com informações e imagens autorizadas a constar de qualquer relatório ou publicação sobre os resultados deste estudo. Aqui, portanto, ninguém se acha protegido por nome fictício e nenhum dado revelado possui caráter sigiloso.

A apresentação dos relatos segue a ordem cronológica de entrada dos sujeitos no Casarão pela primeira vez para fins de moradia (metade deles entrou lá de 1996 a 2001, enquanto a metade restante o fez entre 2002 e 2003). Ao redigir a narrativa dos relatos com base no tempo verbal do presente, meu objetivo foi lhes dar um tom maior de vivacidade. Nos trechos onde reproduzo as palavras tais quais foram ditas, apoiei-me numa transcrição cuidadosa que mantivesse erros ortográficos, pausas e interjeições para permitir (com uma leitura atenta às vírgulas que indicam mudanças discretas ou bruscas no rumo de cada frase) que a voz da pessoa se fizesse "ouvir". Na seqüência de cada relato, faço o mapeamento da trajetória de moradia do próprio sujeito durante sua vida, seguido de uma breve análise comparativa desses dados com as hipóteses finais e o referencial teórico disponível. Adotei igual procedimento com relação aos dados de meu arquivo de pesquisa que utilizei para contextualizar o conteúdo evocado por cada um no relato resultante de sua respectiva entrevista.

---

[1] Houve três pessoas que não deixaram de aproveitar tal oportunidade. Em todos os casos, acabei por aceitar seus argumentos, incorporando as pequenas alterações solicitadas.

[2] Foi preciso repetir uma das entrevistas em 24/01/2006, tendo em vista que a qualidade do som originalmente obtido ficou abaixo do nível mínimo necessário a uma boa transcrição.

2.2 SUJEITO Nº 1: MARLI TEREZINHA RODRIGUES FRANCO

Os dados apresentados a seguir baseiam-se na entrevista concedida por Marli em 30/12/2005 na casa de passagem da Av. Padre Cacique. O relato que fiz dessa entrevista foi revisado e autorizado por ela na minha presença em 26/01/2006. Marli pertence ao grupo identificado pelo código 07-C no Apêndice A desta dissertação.

2.2.1 Relato: Trajetória de Marli da Infância até a Casa de Passagem

Figura 8 – Marli com Adriano durante entrevista concedida em 30/12/2005 (foto nossa).

Marli nasce em 02/01/1980, filha de José Luiz e Iguacira. Junto com os irmãos Celoí (quatro anos) e Vilson (três anos), é criada pelo avô paterno, também Vilson, que trabalha cortando grama para o sustento da família, integrada ainda pela esposa Cecília (a vó de sangue, também Celoí, já é falecida). O pai contribui todo mês com o dinheiro da aposentadoria. Marli mora desde bem pequena na casa do avô, na Vila Maria da Conceição, Bairro Partenon (zona sudeste da capital), até quinze anos de idade. Nesse tempo, chega a cursar a quinta série do ensino fundamental, mas sem concluí-la. São perdas familiares que vão mudar seu destino.

Primeiro é o avô que morre, deixando os netos sozinhos. Vilsinho assume o cuidado dos irmãos mais novos. O conselho tutelar até tenta intervir, mas sem obter sucesso. Os irmãos permanecem juntos sob a liderança de Vilsinho. Mas logo ele se envolve com o tráfico de drogas e, numa guerra entre quadrilhas rivais, acaba caindo morto. É então que Marli sai da vila para viver nas ruas do Centro de Porto Alegre.

Marli passa a integrar um bando de adolescentes e crianças que vivem na região da Praça XV. Para se alimentar, pedem comida em padarias, restaurantes e churrascarias. Sempre tem algum deles que arruma algo para dividir com os demais. São pessoas desse bando que, mais tarde, vão dar início à ocupação do Casarão.

Corre o ano de 1996. Marli está com dezesseis anos. Ela, Nandinho, Michelle e o resto do bando, percebendo o abandono da área, resolvem entrar para conhecê-la melhor. O local, na parte dos fundos, junto à Rua Washington Luiz, está ocupado por um grupo de *punks* que os mandam pegar as peças da frente, mais próximas da Av. Loureiro da Silva, completamente tomadas pelo mato. Com o tempo, Nandinho providencia a limpeza da área para permitir sua ocupação em melhores condições, lá estabelecendo-se junto com Michelle. Nessa época, Marli permanece com eles de vez em quando, dividindo temporadas no Casarão com outras na rua, onde costuma ficar para cheirar loló. Tem um quartinho sempre à sua espera na casa de Nandinho e Michelle, com sua própria cama, roupas, calçados e demais pertences.

Afasta-se por mais tempo na época em que Maiza, mãe de Michelle, vem morar no Casarão (dezembro de 1998). É quando engravida de Mirele, também chamado de Bombom, o qual conhece lá da Conceição. O namoro inicia na época em que ele está preso. Durante sua gravidez, Marli vira-se entre as ruas e a casa da "tia" Sônia, na região das Tamancas, Bairro Lomba do Pinheiro (junto à divisa com Viamão/RS). É logo na primeira semana após nascer o filho mais velho, Maximiliano, chamado de Max (31/08/1999), que Marli se estabelece de vez no Casarão:[3]

> Foi quando eu tava no Centro, meu marido tinha ido pra cadeia, daí eu tinha só o Max, daí a Maiza tava lá embaixo, encontrei a Maiza trabalhando na banca das flores, daí eu falei com a Maiza se a Michelle tava lá embaixo ainda, se tinha... Porque, quando eu saí de lá, depois eu fiquei sabendo que tava cheio lá, né... daí eu falei com a Maiza e perguntei se tinha lugar ainda pra mim voltar pra lá com o Max. Daí eu fui lá... [inaudível], daí eu fui lá, falei com o Nandinho e o Nandinho disse que o meu lugar sempre ia tá lá.

[3] Transcrições da fala dos sujeitos estarão dentro de molduras para distingui-las de citações bibliográficas. Intervenções ou comentários do pesquisador estarão entre colchetes.

Sustenta-se graças ao apoio de Nandinho, de Michelle e do bando que circula por ali, todos acostumados a praticar atos ilícitos para garantir a sobrevivência:

> O Nandinho, aquela época, era mão grande... [inaudível]. Todos os guri que tavam lá junto, aquela época, eram cinco-cinco, tudo mão grande, todo mundo comia bem.

De volta ao Casarão, Marli assiste a vinda das famílias de Miriam e de Regina (as quais irão permanecer lá até 2003). No ano seguinte (junho de 2000), voltando à liberdade, Bombom junta-se à família, passando a morar no Casarão. No início, é na casa de Maiza que o casal se mantém junto com o filho. Mais tarde, instalado com a família em peça própria nos fundos do Casarão, Bombom passa a atuar no ramo da reciclagem, juntando cobre, latinha e papelão. Logo começa a usar uma peça vazia ao lado da própria casa como depósito, onde instala uma balança, passando não só a recolher o próprio material, mas também a comprar o material coletado e oferecido por outras pessoas, especialmente moradores da vizinha Vila do Chocolatão. Vão trabalhar com ele nesse empreendimento o irmão Nenê e o cunhado Pinto (João Pereira). Toda 6ª-feira, vem um caminhão pátio adentro do Casarão para adquirir de Bombom o material acumulado durante a semana. A renda semanal, nessa época, alcança em torno de 80 reais (320 reais por mês). O negócio funciona bem nesses moldes pelo menos até 2002. Nesse período, Marli não trabalha, dedicando-se a cuidar dos filhos, até porque a família não pára de crescer com os nascimentos de Jonathan, chamado Bola (18/08/2001), e Christian, chamado Dingo (01/09/2002).

A saída do local por remoção para a casa de passagem da Av. Padre Cacique (outubro de 2003) ocorre sob escolta da BM. A vida torna-se bem mais difícil a partir de então, haja vista a maior distância com relação aos pontos de comércio (o que faz aumentar o custo de vida) e a excessiva proximidade dos demais moradores (o que acaba resultando até em intervenções policiais):

> Tá pior. Lá ainda era muito melhor. Aqui não tem bar, aqui não tem nada. Tu vai num posto, as coisa tudo cara. [*É mais caro aqui do que lá?*] É mais caro aqui do que lá. Lá nós tinha um bar do outro lado da rua. Aqui largaram nós no maior inferno. Maior inferno aqui. É polícia, é DENARC [Delegacia de Narcóticos da Polícia Civil], é toda hora batendo aqui, toda hora denúncia dos morador daqui de dentro mesmo, né...

A família cresce ainda mais na casa de passagem com as chegadas de Emily (04/12/2003) e Brian (13/06/2005). Atualmente, Bombom passa por nova temporada na prisão, enquanto Marli segue sem trabalho. No tempo do Casarão, uma volta na redondeza bastava para encher o carrinho de papelão, garantindo a comida do dia.

Agora é preciso percorrer uma longa avenida com poucas lixeiras no caminho para se catar a mesma quantidade, com esforço bem maior. Marli sustenta-se graças ao apoio da cunhada Bia (irmã de Bombom), cujo marido trabalha com reciclagem na Vila do Chocolatão. A ajuda consiste no repasse de alimentos como arroz e feijão.

Para o futuro, Marli tem esperança na casa própria prometida pela Prefeitura, tendo em vista os aspectos de proteção (contra o risco de alagamento) e segurança (contra o risco de atropelamento) que lhe preocupam com relação às crianças:

> O que nós vamo esperar do futuro? Vamo esperar eles dar nossa casa duma vez. Vai ser o melhor, porque aqui não dá. Chove, alagueia de água até por dentro de casa. Perdemo, várias pessoa aí perderam móvel, perderam tudo. [...] Tamo esperando a nossa casa, daí vai ser o melhor, tudo fechadinho pras criança poder brincar. Que aqui já foi até criança atropelada aí nessa faixa.

Sobre a promessa da casa própria, Marli mostra insatisfação quanto à falta de notícias e quanto à situação da casa de passagem, julgada pior do que o Casarão:

> Ué, estão só enrolando nós, enrolando tudo nós, que vão dar e dar, e aí fica anos e anos... Era até março, parece, né... Era oito meses só pra nós ficar aqui, nós já tamo virando o ano de novo aqui. Já dois anos que tamo aqui e nada e nada e nada, só enrolam nós. Não dão nada de limpeza pra esse pátio, não dão nada pra nós limpar os banheiro. As criança já tão tudo aqui, tão ficando doente aqui. E é rato, é tudo aqui dentro. Aqui nós, ó, botaram nós no inferno. Acharam que botaram pro melhor. Botaram pro pior. É as barata, é as lagartixa caminhando por cima do teto da casa, tu tá fazendo uma comida, cai bicho dentro da coisa. É horrível. E até rato, os pequenininho, boiando nas roupa da gente.

A indignação aumenta com a lembrança de uma organização bem mais eficaz no tempo do Casarão por iniciativa dos próprios moradores, sem a necessidade de qualquer intervenção do poder público:

> Lá não tinha, lá era mais organizado porque daí... E assim mesmo lá não tinha ninguém pra dizer o que nós tinha que fazer, nós mesmo, morador, que se reunia e todo mundo limpava o banheiro, todo mundo fazia limpeza no pátio, assim era. Agora aqui eles prometem mil coisas e não trazem nada. Os latão aí, ó, cheio de lixo, sem tampa. Aí um monte de mosca, um monte de coisa. Tem mosca até em cima das comida da gente, das comida da gente.

Marli qualifica o tratamento recebido da Prefeitura em termos típicos de quem se sente vítima de uma relação de engano, descaso e abandono:

> Só prometem, prometem, prometem. Nos primeiro mês que nós viemo, davam até rancho pra nós, pra agradar nós, traziam uma vassourinha, aqueles tubo de higiene pra limpar os banheiro. Depois abandonaram nós. Abandonaram nós. Nunca mais. Tamo aí, atirado aí, ó, que nem bicho. Ninguém vem aqui pra ver como é que nós tamo. Ninguém vem dar bola pra nós aqui. Tamo aí atirado. Liguemo, liguemo, liguemo o dia que encheu d'água aqui, entrou água por todas as casa, liguemo, liguemo, tu acha que veio alguém aqui ver, não vieram. Eles vêm depois de uma semana e vêm [inaudível] querendo botar gente pra dentro das peça. Cada vez eles querem botar mais gente. Isso aqui tá virando uma podridão.

A esperança na casa própria justifica-se ainda pela necessidade de melhores condições de saúde para os filhos:

> Claro, é ter uma casa pra tirar meus filhos do meio dessa imundície aqui, cheio de rato [inaudível], periga até pegar uma doença aí. O dia que choveu, aqui dentro de casa tava alagado d'água, as criança tavam tomando banho no pátio que nem piscina, aqui no pátio.

Quanto ao futuro em termos de trabalho, Marli considera pensar no assunto só após tomar posse da casa própria, caso sinta que os filhos já estejam bem cuidados. Assim sendo, seu desejo é de trabalhar na limpeza urbana como gari, varrendo ruas. Quanto ao futuro dos filhos de modo bem geral, sua esperança é de que possam ter o amparo familiar e social que ela própria não pôde ter na infância e adolescência:

> Um colégio, uma creche pra eles, né. Pra eles não ser o que eu fui, né, da rua [inaudível]. Pra não ser o que a gente foi. O que a gente passou, eu não quero que eles passem. Quero colégio pra eles, eu trabalhando, o Bombom [inaudível] também trabalhando, nós se ajudando assim como uma família, só tem nós mesmo, já perdeu pai, já perdeu mãe [inaudível]. Só eu e ele pra se ajudar e ajudar as criança. E nós não queremo que os nossos filhos passem o que nós passemo. Tinha crianças que, tinha gente que andava com nós, uns dez, onze anos, tavam cheirando loló ali junto, sabe. Tu via assim, era uma criança. A gente era pequeno também, mas tu olhava assim, era do tamanho da Paola, da Andri, do Max [sobrinhas e filho, todos entre seis e sete anos de idade], tudo ali [inaudível] cheirando loló porque tinham fugido da mãe, do pai, porque os pai batiam [inaudível].

Figura 9 – Marli em casa com os filhos e o pai (de visita) em 26/01/2006 (foto nossa).

Na história do Casarão, Marli dá destaque especial à presença do 3º FSM no pátio local durante o mês de janeiro de 2003:

> As coisas boa que aconteceram quando eles botaram aquele Fórum Mundial [inaudível] lá no pátio. Foi um comentário que não era pra botar [inaudível] lá porque iam ser roubado, ia ser aquilo. No fim, todo mundo respeitou, ninguém roubou ninguém.

Chega a lembrar de outro comentário difundido no pátio, na época do 3º FSM, sobre certa verba destinada às casas definitivas para as famílias de lá, envolvendo a Câmara de Vereadores, assunto esquecido após o evento. Apesar disso, enfatiza a participação dos moradores na hora das refeições e na programação cultural:

> A coisa boa é que no fim eles ficaram lá, no fim acabavam dando comida ao meio-dia pra todo mundo, chamavam pelo microfone. De noite eles faziam capoeira pras pessoas que participavam, depois botaram uma corda pras pessoas dançar. E ali ninguém abusou, ninguém roubou eles, ficaram uns quatro, cinco dias lá dentro do pátio.

Outras boas lembranças que Marli guarda do Casarão referem-se à distribuição de roupas e alimentos por representantes de entidades religiosas, além do trabalho voluntário organizado pelo Peter em favor das crianças (todo sábado, através de atividades recreativas e culturais), o qual vem prosseguindo na casa de passagem:

> Seu Peter também ia lá, fazia, né, festinha, coisa pras criança.

Figura 10 – Marli com Andréia e a criançada no pátio em 26/01/2006 (foto nossa).

2.2.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Marli

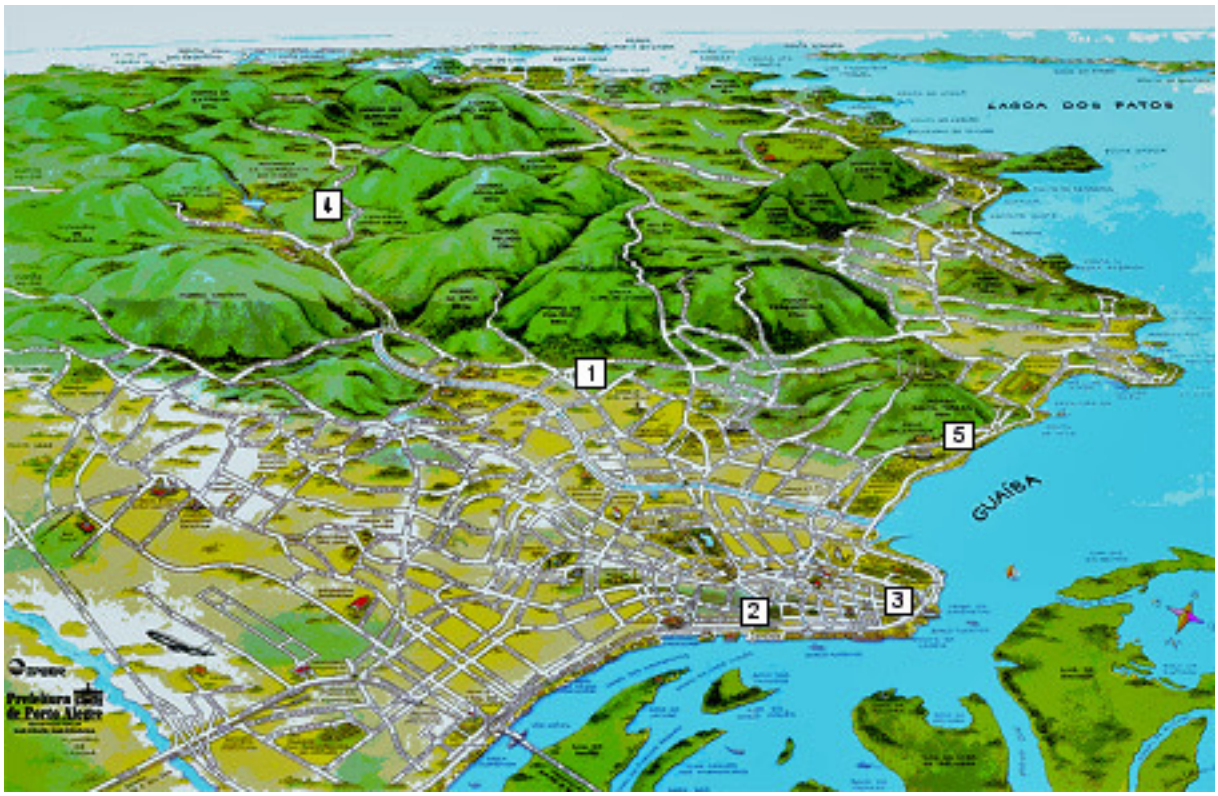


Figura 11 – Moradias de Marli (ver Quadro 1) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1980-1995	0-15	Vila Maria da Conceição	Partenon	Porto Alegre/RS	1
1995-1996	15-16	Praça XV	Centro	Porto Alegre/RS	2
1996-1998	16-18	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	3
1998-1999	18-19	Estrada das Tamancas	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	4
1999-2003	19-23	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	3
2003-2005	23-25	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	5

Quadro 1 – Moradias de Marli: período, idade, localização e nº na Figura 11.

Marli só morou em dois lugares antes do Casarão. A Vila Maria da Conceição, onde nasceu e se criou até a metade da adolescência, caracteriza-se por ser região de ocupação urbana irregular, habitada por famílias de baixa renda desde a década de 1950.[4] A Praça XV situa-se numa área rodeada de prédios comerciais, vizinha ao Mercado Público Municipal e ao Paço Municipal (sede da Prefeitura e marco zero da cidade de Porto Alegre), a qual costuma atrair jovens e adultos em situação de rua.

[4] Desde 1952, de acordo com Sérgio Gregório Baierle (1992, f. 46).

Entre seus dois períodos passados no Casarão, Marli viveu na região conhecida por Estrada das Tamancas, junto à divisa de Viamão/RS. Trata-se duma área de muitos morros com alta quantidade de loteamentos irregulares formados, especialmente a partir da década de 1990, por famílias de baixa renda. Sua trajetória revela presença constante em ambientes urbanos dotados de condições socioeconômicas suficientes para a recriação sustentável do que Martins chama de *socialização degradante*.

2.2.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Marli

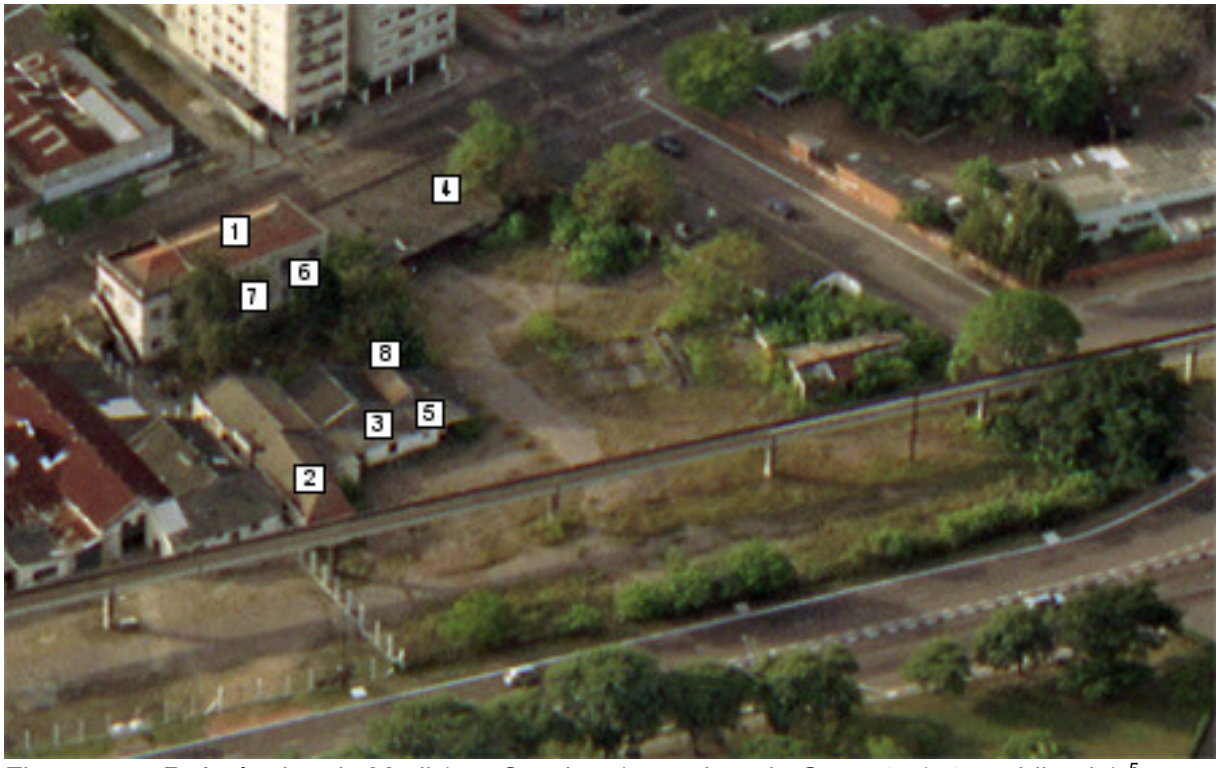


Figura 12 – Referências de Marli (ver Quadro 2) em vista do Casarão (não publicada).[5]

Referência	Período	Nº
Área ocupada por grupo de *punks* (no início da ocupação do Casarão)	1996	1
Casa de Nandinho e Michelle (onde Marli teve um quartinho até 1998)	1996-2003	2
Casa de Maiza (onde Marli ficou com Mirele e Max de 1999 a 2000)	1999-2003	3
Casa montada para o uso de Miriam [e família]	1999-2003	4
Casa montada para o uso de Regina [e família]	2000-2003	5
Casa montada por Marli e Mirele para sua própria família	2001-2003	6
Espaço ocupado por Mirele para servir como depósito de reciclagem	2001-2002	7

Quadro 2 – Referências de Marli no Casarão: período e nº na Figura 12.

[5] Numeração inserida digitalmente sobre imagem ampliada de foto aérea não publicada de Henrique Amaral, batida em 18/05/1997, com escala indeterminável. A expressão *imagem citada* indicará mais inserções digitais sobre a mesma imagem ao longo desta dissertação.

O primeiro tema tratado por Marli sobre o qual possuo dados de arquivo tem a ver com o principal responsável pelo foco original de ocupação contínua do Casarão. Ainda tive a oportunidade de fotografar Nandinho com Michelle e amigos na festa de primeiro aniversário da filha Edna, no pátio da própria casa (Figura 13), pouco antes de falecer no local em julho de 2001, aos 22 anos de idade, por agravos de saúde:

Figura 13 – Nandinho e Michelle na festa para Edna em 27/05/2001 (foto nossa).

Marli hospedou-se com esse casal durante seu primeiro período de moradia no local. A Figura 14 mostra Marli com Michelle (entre ela e outra amiga) em sua casa:

Figura 14 – Marli, Michelle e amiga entre janeiro e março de 2002 (foto nossa).

Em seu segundo período de estadia no Casarão, a partir do nascimento do filho Max, Marli passou um tempo inicial hospedada na casa de Maiza, mãe de Michelle, onde aparece junto comigo na foto adiante (Figura 15), durante visita minha ao local:

Figura 15 – Marli, Max, Adriano e outros com Maiza em abril de 2002 (foto nossa).

Após a chegada de Mirele, a família toda mudou-se para uma casa montada no principal prédio do conjunto que formava o Casarão (o único com dois pavimentos). Foi diante dessa casa que fotografei o casal com os três filhos mais velhos (incluindo Bola e Dingo, além de Max) para o sítio eletrônico da AMACASA (Figura 16):

Figura 16 – Marli, Mirele e filhos diante de casa em janeiro de 2003 (foto nossa).

Já na casa de passagem, um dos motivos de maior queixa por parte de Marli é a ocorrência de enchentes causadas por chuvas fortes, como aquela que fotografei na madrugada de 11/11/2004. Vale notar que o brilho visto no piso de sua peça não resulta da aplicação de cera, mas sim da camada d'água que o recobriu (Figura 17):

Figura 17 – Marli com sua peça invadida pela água em 11/11/2004 (foto nossa).

Na foto que ilustra a notícia dessa enchente (Figura 18), vê-se o alagamento da Av. Padre Cacique que tive de atravessar para obter a imagem anterior (Figura 17):

ZERO HORA
GERAL

CLIMA Chuva forte iniciada ontem à noite alagou dezenas de residências e interrompeu vias, principalmente na Zona Sul

Enxurrada toma ruas de Porto Alegre

Ciclone previsto não se parece com o Catarina

Figura 18 – Notícia de enchente em 11/11/2004 (ARAÚJO, D., 2004, p. 34).[6]

[6] Foto de Robinson Estrásulas.

Na comparação com os problemas da casa de passagem, Marli lembra do que havia de organização coletiva na limpeza do pátio do Casarão, como no mutirão que fotografei em 25/08/2001, por exemplo. Note-se, no prédio de dois pisos (à esquerda da Figura 19), a janela através da qual se abriria a porta da futura casa de Marli:

Figura 19 – Lixo recolhido na limpeza do Casarão em 25/08/2001 (foto nossa).

Entre as lembranças que Marli considera inesquecíveis do tempo do Casarão, destaca-se a presença do 3º FSM no pátio local em janeiro de 2003, ilustrada na foto adiante, batida pela moradora Maiza (Figura 20):

Figura 20 – Evento do 3º FSM no Casarão entre 25 e 27/01/2003 (foto nossa).

Das atividades promovidas pelo *Acampamento Mundial dos Lutadores Urbanos* durante o 3º FSM no Casarão, Marli traz boas recordações dos momentos de dança na parte festiva da programação, como se vê nesta foto tirada por Maiza (Figura 21):

Figura 21 – Dança durante 3º FSM no Casarão, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

Na animação musical do evento, sobrou espaço inclusive para a apresentação de *raps* tocados e cantados por tradicionais freqüentadores do Casarão, como pode-se observar no exemplo da foto seguinte, também batida por Maiza (Figura 22):

Figura 22 – Música durante 3º FSM no Casarão, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

Outra lembrança importante para Marli é a do trabalho voluntário conduzido por Peter, Sarita e Lúcia em favor das crianças do Casarão, o qual pode se vislumbrar dentro do quadro visto abaixo, emoldurado e presenteado aos moradores (com fotos batidas pelo próprio Peter durante os encontros no pátio) sob o título de *Artistas do Casarão* (Figura 23). Descobre-se, em duas fotos desse quadro, a presença de Max:

Figura 23 – Atividades artísticas no Casarão em julho de 2003 (foto nossa).[7]

[7] Não foi possível digitalizar o quadro inteiro, tendo-se privilegiado seu canto superior direito.

A atividade voluntária semanal de Peter e Sarita teve continuidade na casa de passagem da Av. Padre Cacique, conforme dá para se ver na foto seguinte, onde os retratei dirigindo uma encenação teatral (na qual Max aparece de chapéu vermelho) em comemoração ao Dia da Criança durante o mês de outubro de 2004 (Figura 24):

Figura 24 – Dia da Criança na casa de passagem em outubro de 2004 (foto nossa).

As imagens tiradas de meu arquivo de pesquisa oferecem a dimensão visual de alguns dos principais temas tratados por Marli em sua entrevista, onde sempre deu destaque às lembranças positivas do tempo passado no Casarão em contraponto às lembranças negativas do tempo presente vivido na casa de passagem. A exceção à regra foi a recordação positiva de uma atividade ocorrida na casa de passagem: o trabalho voluntário do Peter. Trata-se justamente do prosseguimento de uma ação já promovida no Casarão da mesma maneira. A regra manteve-se assim praticamente igual: para Marli, as imagens associadas ao Casarão foram sempre lembradas como agradáveis, ao contrário daquelas referentes só à casa de passagem. A impotente expectativa pelo cumprimento da promessa quanto à casa definitiva encontra reflexo numa visão saudosista do Casarão (cuja organização incluía cuidados e benfeitorias feitas sem necessidade de qualquer dependência ou interferência do poder público). É visível o desejo por condições mais estáveis de moradia e trabalho que permitam-lhe oferecer aos filhos uma perspectiva de vida mais saudável e segura, com acesso a educação, cultura e recreação. Sem dúvida, o estado de degradação que tanto lhe incomoda reflete a perversidade do modelo de assentamento ao qual foi submetida.

2.3 SUJEITO Nº 2: MAIZA SANCHEZ DA ROSA

Os próximos dados provêm da entrevista de Maiza, feita na casa de passagem da Av. Padre Cacique em 27/12/2005 e refeita (haja vista a péssima qualidade do som obtido originalmente) no mesmo local em 24/01/2006 (quando lhe pedi que me repetisse aquelas respostas dadas na primeira vez). Elaborado a partir da segunda entrevista, o relato a seguir foi revisado e autorizado por ela própria em 25/01/2006. Maiza pertence ao grupo identificado pelo código 02-A no Apêndice A deste texto.

2.3.1 Relato: Trajetória de Maiza da Infância até a Casa de Passagem

Figura 25 – Maiza e Adriano durante explicação da pesquisa em 20/12/2005 (foto nossa).

Maiza nasce em 31/07/1959 em Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. É o quinto rebento de Bento e Mary. Seus irmãos mais velhos são Jorge (doze anos), Maria José (dez anos), Pedro (oito anos) e Marisa (três anos). Seguem-lhe mais quatro irmãos: Maria Lúcia (três anos após), Daniel (quatro anos após), Miriam (sete anos depois, mas falecida quando ainda bebê) e Marta (dez anos após). O pai tem uma marcenaria e a mãe possui uma butique de roupas, louça e outros artigos.

Maiza vive com os pais até metade da adolescência numa enorme casa da cidade. A família passa temporadas de oito a doze meses noutros municípios da região, como Jardim, Bonito (com a avó paterna, parente do cangaceiro Lampião), Aquidauana, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Dourados e Ponta Porã, na maioria das vezes em função do trabalho do pai, freqüentemente contratado para longas empreitadas em grandes fazendas onde faz cercados e demais obras de marcenaria. Chegam a viver dois anos em Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Durante essas temporadas, a mãe nunca pára, sempre mexendo com a venda de roupas, colchas, produtos artesanais, entre outros. Sempre que a família está fora de Campo Grande, a casa e a oficina se mantêm fechadas, enquanto a butique permanece aberta graças a uma sócia da mãe. Certa vez, no retorno, a casa aparece arrombada, o que motiva a única troca de endereço nesse período todo. Assim vai se levando a vida até 1974, quando uma grave crise estoura com força o bastante para alterar o destino da família.

Trata-se da tentativa de estupro do próprio pai contra a filha Maria Lúcia (então com doze anos). Em razão disso, a mãe decide abandonar o marido imediatamente. Já no dia seguinte ao episódio, enquanto ele se dirige ao trabalho, tal como costuma fazer todas as manhãs, ela apanha Maiza, já com quatorze anos, e seus três irmãos menores para sair de casa em definitivo, sem deixar rastro de seu paradeiro.

Vão à cidade de Rio Grande/RS (a 300 km de Porto Alegre), onde encontram Jorge, irmão mais velho de Maiza que na época trabalha embarcado em navio como chefe de praça de máquinas, a serviço de um estaleiro gaúcho. Passam seis meses morando numa pensão. Depois disso, ele adquire um sítio em Taquari/RS (a 100 km de Porto Alegre), onde instala a mãe e os irmãos menores, sustentando-os com seu próprio salário. Após uma grande enchente, a mãe vende o sítio e leva a família para uma casa alugada na mesma cidade, onde Maiza fica até 1977, ano em que cursa a 5ª série do 1º grau (atual ensino fundamental), a qual não chega a completar. É na escola que ela conhece Nelson, empregado de um estaleiro local, seu futuro marido.

Aos dezessete anos, Maiza deixa a família e interrompe os estudos em face do casamento. O estaleiro onde Nelson trabalha dispõe de um conjunto de casas para o uso dos funcionários. É numa delas que Maiza passa a morar com o marido. Não demora muito para ganhar sua primeira filha, Janete (01/11/1977). Permanece sem estudo e trabalho para dedicar-se especialmente aos seus cuidados. Mas a sogra se mete demais na sua vida pessoal, dando origem a desavenças que, com o tempo, acabam comprometendo a própria relação do casal.

No outro ano (1978), Maiza já está separada do marido. Ela passa a guarda da filha à própria mãe e se transfere para Canoas/RS, na grande Porto Alegre, onde arranja trabalho e moradia como empregada doméstica por quatro meses. Mas logo a patroa se muda para longe e Maiza retorna à casa da mãe em Taquari. A seguir, já está em Porto Alegre a serviço de outra patroa (para cuidar de uma pessoa idosa), e mais outra depois dela (uma modelo), onde sempre tem um quarto à sua disposição.

Com 21 anos (1980), Maiza pára de trabalhar ao assumir uma nova relação de casamento. Alencar é técnico de elevador e a leva para morar em sua casa na Vila Mapa, no Bairro Lomba do Pinheiro, junto à divisa com Viamão/RS. Nesse período, Maiza traz Janete para morar consigo e dá à luz Michelle (31/07/1981). Dedica-se ao cuidado das crianças e à participação em cursos (crochê, corte e costura, pintura em tecido, culinária). Aos 24 anos (1983), arruma serviço como florista numa banca de rua no Centro. No ano seguinte, a família se muda para uma invasão próxima que dá origem à Vila Mapa 2. É lá que nascem Daiane (25/06/1984) e Thaís (13/05/1987).

Ao separar-se com 30 anos (1989), Maiza leva as filhas para outra casa na Vila Mapa 2, ficando lá por cerca de um ano, período em que nasce Camila (10/03/1990). Depois disso, transferem-se para o Bairro Santa Tereza (zona sul da capital), onde permanecem quatro anos morando sempre em casas de aluguel: três meses na Av. Orfanotrófio, quase três anos noutra casa mais perto do Morro Santa Tereza, onde nasce Milene (13/03/1993) de uma relação ocasional, e quase um ano no chamado Beco da Escuridão, o que vai significar para ela, pela primeira vez, morar em área favelada. É então que as filhas Janete e Michelle vão sair de casa para levar suas vidas de forma independente, cada uma em seu próprio rumo. Maiza se sustenta esse tempo todo com o trabalho de florista, sempre na mesma banca do Centro.

Aos 36 anos, já grávida de Tainara (16/12/1995, filha do mesmo pai de Milene), conhece Serginho, indo morar em sua casa na Vila Nossa Senhora de Fátima, Bairro Bom Jesus. É com ele que tem Gabriel (14/06/1997). Mas a relação torna-se cada vez mais difícil, até o ponto em que resolve largá-lo de mão, sem aviso prévio.

Aos 39 anos, ela se vê de novo só com seus filhos menores. Por quatro meses, abriga-se com eles na casa de uma amiga na cidade vizinha de Alvorada/RS. Depois disso, retorna à Av. Orfanotrófio, no Bairro Santa Tereza, onde não fica por mais do que três meses, pois Serginho, disposto a persegui-la, descobre seu paradeiro e quebra toda sua casa. Em busca de segurança, Maiza ouve dizer que sua filha Michelle está morando num “mocó” situado no Centro de Porto Alegre.

Corre o mês de dezembro de 1998 quando Maiza visita Michelle num local que, na época, costuma servir de “mocó”, isto é, de refúgio a meninos e meninas de rua.

> Quando eu cheguei no Casarão, a parte onde a Michelle morava, era uma parte bem limpa, bem organizada, só que eles chamavam de mocó por causa que lá era casarão abandonado, né, e eu não sabia que era um mocó. Daí assim, não tinha porta, não tinha janela, era uns cobertor que ele botava, que eles colocavam na, na porta, na janela, né. E não tinha, não tinha crianças, né, não tinha crianças lá. Não tinha crianças por causa que não era família, era só meninos e meninas de rua, né. Então ali era um refúgio, muitos que fugiam da família ou, ou que fugiam mesmo da FEBEM [Fundação Estadual de Bem-Estar ao Menor], então eles se escondiam ali porque ali era uma, era uma fortaleza, né, era fechado. De dentro, tu enxergava pra rua, mas da rua, tu não enxergava pra dentro. E pessoas que não tinham onde morar, geralmente sempre solteiro assim, ou casal, nunca com criança, né. Então quer dizer que a primeira família que foi pra ali com criança foi eu.

A instalação de Maiza com filhos pequenos leva Nandinho, marido de Michelle, a propor a transformação do lugar em espaço mais adequado à moradia familiar:

> Aí depois, quando eu fui, fui ficando, fui ficando, aí um dia o Nandinho perguntou se eu ia ficar morando, eu disse que eu achava bom, que era perto de tudo e que eu ia, eu pretendia ficar morando ali. Então ele pegou os guri, fizeram um mutirão, fizeram a limpeza duma peça pra mim, me botaram na peça. Mas eu tinha medo por causa que não tinha porta e não tinha janela. Aí ele disse assim: “A senhora vai ficar mesmo aqui?” Daí eu disse: “Vou.” “Então nós vamos transformar isso aqui de, vamo mudar a aparência disso aqui. De mocó, nós vamos fazer casa, vamo morar.”

Para transformar o local, os moradores saem à procura de móveis, madeiras e materiais em entulhos do Centro. Com o tempo, todo o espaço vai assumindo cada vez mais o aspecto de área para moradia. É assim que o mocó dá lugar ao Casarão, completando-se através da seleção de famílias com crianças para melhor ocupá-lo:

> Aí perguntaram onde é que eu tava morando, eu disse que era no Casarão e aí mudou de mocó pra Casarão, né. Que todo mundo até, muita gente até antes de, de, de derrubarem lá tudo, sempre chamou de mocó. Mas ficou conhecido mundialmente como Casarão depois que eu fui lá pra dentro. Aí de noite a gente pegava, lá tinha muito carrinho de supermercado, a gente ia pra [Rua] Duque de Caxias, [Rua] Riachuelo, pro Centro na noite, na madrugada, juntar madeira, prego, tábua, móveis, tudo que a gente achava e a gente foi transformando aquilo ali. As escolas de carnaval que tavam atrasada, que passavam por último, consertavam os carro alegórico ali, davam sobra de tecido, tinta pra nós. Nós fomos pintando, fomos botando cortina, fomo arrumando e mudemo a aparência, tanto que tu chegou lá, tu viu que era bem, tinha aparência de, de casa, era casa, já não era mais um mocó como foi quando na época que eu fui lá. Fizemos festa de natal, fizemos festa de aniversário. Aí comecemo selecionar as família pra ir morar, né. Comecemo a pegar família com criança, nossa preferência sempre foi família com criança. E transformamos naquilo que tu viu que resultou em dezoito famílias, né.

Naquele tempo, os moradores se abastecem de água e de luz somente à noite, a partir das 19 horas, quando os vigias da área ao lado liberam seu fornecimento, o qual cortam às 6 horas da manhã seguinte, removendo o fio elétrico e a mangueira.

Entre 2000 e 2001, resolvem pedir ajuda à Câmara de Vereadores (ali defronte) para garantir o abastecimento também durante o dia, o que acabam enfim conseguindo:

> O guarda, sabe, cuidava da gente e a gente, né, conversava com o guarda e o guarda começou a dar luz pra nós, nós arrumemo um pedaço de fio, ele ligava a luz de noite, depois que todo mundo ia embora e 6 horas da manhã, a nossa luz era desligada. Daí, como tinha a Thaís [sua filha] que tinha bronquite e tinha mais o filho do Adriano [outro morador] que tinha bronquite, a gente começou a pedir luz mais freqüente, né, durante o dia. Daí eles pegaram e mandaram a gente procurar a Prefeitura. Ah, como a gente não tinha contato, não tinha ninguém que a gente fosse, né, a gente conseguiu ficar com a luz sempre nesse esquema assim, né, de 6, 7, 8 horas da noite ligava e 6 horas da manhã a gente não tinha luz. Aí os oficial de justiça mudou dali, a gente pegou e puxou um cano e instalou água pra gente, né. A gente, só banheiro acho que tinha uns doze ou treze banheiro no Casarão. Aí na, na, na parte que nós fiquemo, era a parte mais nova do prédio, né, nós, nós, nós comecemo a reativar os banheiro, reativemo banheiro, coloquemo tanque, puxemo água pra dentro de casa. A gente puxou luz, aí fomos na, na Câmara de Vereador, falemo com o pessoal, conseguimo luz e conseguimo água.

Com o ingresso de novas famílias, o Casarão também passa a ser visitado por pessoas ligadas a entidades interessadas em prestar apoios diversos. Surge então a proposta de se fundar uma associação para organizar um projeto social no local:

> Daí começou a aparecer umas pessoa, quando viu que tinha família, né, começou a aparecer vereador, começou a aparecer irmão franciscano do Asilo Santo Antônio, gente, começou, começou a vir doações, né. Aí apareceu a Inês [Rosa] e ela doava muita fruta que a SMIC [Secretaria Municipal de Indústria e Comércio] apreendia no Centro, né, começou a doar pra comunidade. E o pessoal começou, começou a, vinha rancho pra cada família, se vinha um rancho, era pra dividir entre as família. E a gente começou, aí eles começaram, aí eu não sei quem foi porque eu não participava, né, não parava, trabalhava, não participava de nenhuma reunião, que foram que convidaram pra formar uma, uma associação. Que era o sonho do Nandinho, formar uma associação, fazer, fazer um museu ali dentro, fazer algum trabalho social com a comunidade, né. Ele sempre teve vontade, mas nunca ninguém deu bola, até eu mesmo, nem eu dava bola pra isso, né. Aí foi que aconteceu que o Nandinho morreu, aquilo lá virou um caos. Aí a gente se reuniu, todo mundo se reuniu e achou que era necessário fundar uma associação que era pra organizar, né.

Se, por um lado, já há o apoio de entidades externas para organizar melhor a vida no Casarão em 2001, também surge, por outro lado, o interesse da Prefeitura, junto com a CEEE (então proprietária do imóvel), em retirar de lá seus moradores:

> Foi que eu fui trabalhar lá no Comitê Fome Zero e eu trabalhei... Daí eu liguei pra Inês que tavam lá pra, o pessoal da SGM, o diretor da CEEE, pra remover as famílias. Que seria lá pra [Vila] Timbaúva, né. Daí a Inês disse que, por direito e por lei eles não podiam ter tirado a gente da, a Inês é assistente social, né, que não podiam ter tirado a gente da Região Centro e que era uma mentira, que ela conhecia o lugar e que não eram as casas como eles falavam, que seriam casa grande com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e um pátio grande pra, pra dividir pras família. A Inês disse que não tinha água, não tinha luz, e que era mentira, que era ilusão aquilo que a Prefeitura tava nos apresentando. Aí tinha uma família que tinha um problema muito grave de saúde, um carroceiro, né, que foi. Eu sei que foi removido quatro famílias pra lá. E o restante não quis ir. Mas o [Ebraim] Shahin ficou com a promessa de vir buscar o resto das família, né, e nós dissemos que nós não ia ir.

Entre os removidos à Vila Timbaúva (divisa com Alvorada/RS), está Maninha, irmã de Nandinho. Com filho pequeno, recebe um benefício municipal mensal, tipo Bolsa-Família. Sob ameaça de perdê-lo, aceita a remoção. Acaba perdendo-o assim mesmo, por se tratar de benefício vinculado à Região Centro, onde não mora mais.

O apoio ao Casarão ganha maior expressão em 2003, a partir da visita de Tita, Gilmar e demais dirigentes do MNLM, interessados na área do pátio para lá instalar um evento previsto dentro da programação do 3º FSM, o que de fato acontece. Em reunião chamada pelo próprio MNLM, a Prefeitura compromete-se em negociar a situação de moradia e desenvolver um trabalho social com as famílias:

> Olha, a melhor coisa que aconteceu pra mim, que eu gostei, foi um banho de cultura pra nós, a gente fez amizade, dei entrevista pra vários países, falou com várias pessoas, de estados e países, né. E a gente teve uma reunião com o pessoal da, com o pessoal da, como é o nome, Adriano, que eu não me lembro do, da luta pela... [*Do Movimento? Movimento da Luta pela Moradia.*] Movimento pela Moradia. E eles acionaram todos os órgãos de dentro de Porto Alegre pra levar lá pra dentro. Até foi o primeiro contato que a gente teve com, com a Prefeitura, com os órgãos públicos, foi, sem eles ir ditar lei ou, que sentou pra reunir com nós pra conversar, foi essa época. Que na época era o Bruno [Scheidemandel], Sônia Passos. E a gente teve essa reunião, que era o [Carlos] Todeschini que foi participar, né, Shahin, e, que a gente seria, que a gente ia negociar e que ia fazer um trabalho, trabalho social com a família, né, e um trabalho preparatório com dependente químicos, né. Só que, só ficou na promessa, né, não passou disso e... Que nem até hoje, a gente se encontra aqui, éramos dezoito família removida do Casarão, hoje não, das dezoito que foram removidas, são poucas que tem aqui dentro. Muitos tão, uns tão no Chocolatão [vila], uns tão em outra casa de passagem, uns foram pra Viamão, a maioria tá na rua.

A promessa que a Prefeitura se dispõe a cumprir, porém, não é a de negociar a moradia definitiva das famílias, mas de completar o serviço iniciado dois anos antes:

> Novamente a Prefeitura voltou com papo que a gente seria removido pra, pra nossas casas, que seria reunião pra mudança das casas. E eu não tava em Porto Alegre, eu tava lá em Viamão. E foi aí que a gente veio pra reunião, e começou dia 13 de fevereiro. Cheguemo nessa tal de reunião, seria a negociação com a SGM pra nós vir pra casa de passagem. Aí começou nosso inferno, nosso martírio, que não era nada daquilo que a gente queria. E a gente já sabia que o pessoal, o restante do pessoal que foram pra Timbaúva, não tinha água, não tinha luz, foram assaltado quatro dias que tavam morando lá. E que, e aí eles se, disseram que iam remover a gente pra Restinga [bairro distante]. Só que, pra Restinga onde eles disseram que iam remover a gente, foi invadido. A gente ficou contente, né, que foi invadido, várias família invadiu, quer dizer que a gente não foi removido pra Restinga. Aí passou, passou um tempo, eles deram um tempo, acho que deram uma estudada, pesquisaram, analisaram a gente. Quando foi um dia, aconteceu que aconteceu da gente vir parar aqui na casa de passagem. Que seria a proposta de seis a oito meses. Primeira família foram, primeira turma foram o, eu não me lembro exato a quantia, mas foram removido dia 16 de outubro, foram removida algumas famílias, e dia 24 de outubro fomos eu, seu Anísio, Alice, o Maninho [Sebastião], o Maninho. E a gente veio, foi removido por último. Mas a promessa, a promessa foi que seria pra, de seis a oito meses, e já faz dois anos e, nós já tamo em janeiro, dois ano e pouco, até agora a gente não tem uma definidade, não tem uma resposta, não tem nada de habitação.

A remoção engaveta o sonho de dar cara nova ao Casarão, destacando o valor histórico dos prédios em projetos como os de creche ou hospital para dependentes químicos e reservando uma área do pátio para a construção de casas em benefício das famílias. A derrubada dos prédios é sentida como abuso de poder e autoridade:

> A gente não queria isso aqui, a gente tinha, a gente tem os projetos que tão guardado na gaveta mofando, que seria nosso sonho, a gente ver o Casarão com outra cara, de outro jeito, não ser, ser, ser destruído como foi, porque pra nós aquilo ali era um patrimônio histórico. A gente sabia que aquilo ali não seria uma área pra gente morar dentro do espaço dos prédios, mas a gente tem projetos que seria, poderia ceder um espaço pra construir as doze casa habitacionais pra famílias, pra família morar, assim como teria espaço prum hospital químico dependente, pra hospital pra dependente químico e também seria o espaço de creche, que seria o nosso sonho ali dentro. Dava pra construir bem umas duzentas casa ali dava, apartamento, sei lá, mas, o que eu acho assim é que, o que eles fizeram de derrubar aquele patrimônio, aquele lugar lindo que a gente tem fotos que eu gostaria que tu mostrasse no teu trabalho. Muita coisa ali, sabe, que eles fizeram, eles fizeram errado, sabe, ali foi abuso de poder, sabe, abuso de autoridade, sabe. Que um dos prédios mais bonitos que tinha dentro de Porto Alegre era aquilo ali.

Hoje, Maiza sobrevive como de costume, trabalhando de florista. A diferença é que, nos últimos anos, não mais conta com emprego fixo como antes. Atualmente, é chamada só para serviços temporários nas épocas em que cresce a venda de flores: Dia das Mães, Dia dos Namorados, Finados e Natal. O marido Arnaldo também se sustenta com trabalhos esporádicos, fazendo segurança de edifícios durante os fins-de-semana, o que lhe dá de 25 a 30 reais por noite. Quando falta serviço, vira-se produzindo e vendendo pamonha de forma ambulante. Raramente conseguem uma renda familiar superior a 200 ou 300 reais por mês. No que diz respeito ao futuro, Maiza alimenta o sonho de se tornar proprietária de uma banca de flores.

Em termos de moradia, sente que faz falta o acompanhamento das famílias por parte de um profissional capaz de levar em consideração suas necessidades quanto a espaço e privacidade, tendo em vista não só o bem-estar dos filhos, mas também melhores condições para que possam desenvolver suas próprias visões de mundo:

> Em termos de moradia eu acho assim, sabe, Adriano, tinha que vir um, não gosto de falar essa palavra, assistente social, porque eu não acredito nessa palavra, sabe, assistente social não existe. Existe alguém mandado que vai lá e faz o que, o que, por exemplo, tu não tem coragem de fazer, tu manda o assistente social fazer. Então eu acho assim, que tinha que ter alguém que viesse, conversava, analisava: “Pô, ó, ali tem duas, três, quatro criança.” Não adianta construir que nem aqui. Casa de passagem é uma peça que não tem privacidade, não tem nada. Então, se vai construir, construa com banheiro, dois, três quarto, dois quarto que seja, não precisa ser três, dois quarto, né, pros filho, uma cozinha decente, um lugar decente pra se criar os filho. Porque eu acho assim, se a pessoa tá bem, tá bem instalada com seus filho no lugar, os filhos têm o seu espaço, têm a sua privacidade, eles têm mais, mais visão pro mundo lá fora, sabe.

Sobre o futuro a título de organização, Maiza se vê só, sem expectativas, ainda mais pela imagem que faz da atual administração municipal, a qual considera muito perdida. Acha difícil se organizar com outros moradores da casa de passagem, por senti-los acuados demais diante de suas próprias condições de vida. Mas espera por uma tentativa com pessoas de outras comunidades através da representação que a AMACASA vem mantendo dentro do FROP-Centro. Acha que a sociedade precisa ver como se vive na casa de passagem, em vez de simplesmente cruzar os braços.

Quanto ao que não pode ser esquecido na história do Casarão, destaca o lado humano das pessoas (até as que estão presas, como as duas filhas mais velhas), afetado pela destruição do Casarão, dos projetos sociais e da própria esperança.

> O acontecimento, o sofrimento das famílias, a dor, a mentira, a promessa não cumprida, as mágoas que ficou pra trás, a destruição de um patrimônio histórico, a, o trabalho social que gostaria que fizessem com as criança, adolescente. Gostaria, Adriano, que tu contasse a história dos moradores do Casarão que estão preso, presas, sabe. Isso, isso não pode ficar de fora. Porque tem vários relato, varias coisa que aconteceu, é, depressão química de droga por causa da, de promessa, de coisas que foram tomada e que não, jamais eles vão conseguir colocar no lugar o que eles tiraram, sabe.

Figura 26 – Filhos e neta de Maiza com crianças de Andréia em 27/12/2005 (foto nossa).

2.3.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Maiza

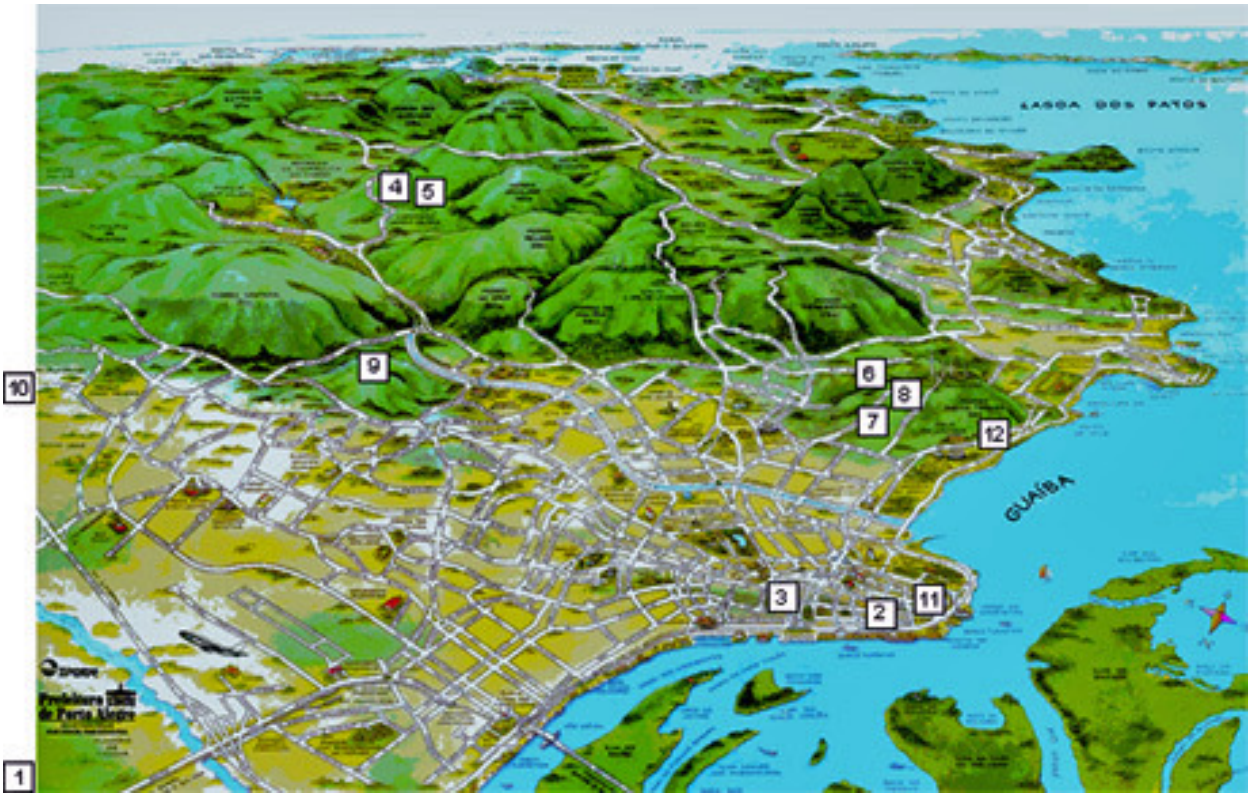


Figura 27 – Moradias de Maiza (ver Quadro 3) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1959-1974	0-15	...	...	Campo Grande/MS	-
1974	15	...	...	Rio Grande/RS	-
1974-1978	15-19	...	...	Taquari/RS	-
1978	19	...	...	Canoas/RS	1
1978	19	...	...	Taquari/RS	-
1978-1979	19-20	Rua da Praia	Centro	Porto Alegre/RS	2
1979-1980	20-21	Rua Vigário José Inácio	Centro	Porto Alegre/RS	3
1980-1984	21-25	Vila Mapa	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	4
1984-1990	25-31	Vila Mapa 2	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	5
1990	31	Av. Orfanotrófio	Santa Tereza	Porto Alegre/RS	6
1990-1994	31-35	Morro Santa Tereza	Santa Tereza	Porto Alegre/RS	7
1994-1995	35-36	Beco da Escuridão	Santa Tereza	Porto Alegre/RS	8
1995-1998	36-39	Vila N. Sra. de Fátima	Bom Jesus	Porto Alegre/RS	9
1998	39	...	...	Alvorada/RS	10
1998	39	Av. Orfanotrófio	Santa Tereza	Porto Alegre/RS	6
1998-2003	39-44	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	11
2003-2005	44-46	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	12

Quadro 3 – Moradias de Maiza: período, idade, localização e nº na Figura 27.

Enquanto seus pais estiveram juntos, as condições socioeconômicas nas quais Maiza viveu foram relativamente estáveis. Superado o trauma da separação, a vida voltou a atingir certo grau de equilíbrio em Taquari/RS. Em Porto Alegre, ao assumir novo relacionamento, foi morar no Bairro Lomba do Pinheiro, perto de Viamão/RS, região de ocupação urbana mais recente (a partir da década de 1990), formada em grande parte por loteamentos irregulares que atraem populações de baixa renda. Foi nessa época que começou a trabalhar como florista, passando a adotar tal atividade como identidade profissional. Após dez anos, mudou-se com as filhas para o Morro Santa Tereza,[8] bairro de ocupação urbana mais antiga, dividido em áreas de classe alta, média e baixa. Embora sua condição fosse de baixa renda, foram precisos três anos nessa região para que se visse obrigada a viver em área favelada, o que nunca lhe tinha ocorrido antes. Jamais retornaria a uma situação socioeconômica melhor. A Vila Nossa Senhora de Fátima, onde viveu por três anos, é uma das áreas de maior vulnerabilidade social da cidade. A trajetória de Maiza retrata os efeitos combinados da desvalorização do trabalho com a degradação das condições de moradia.

2.3.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Maiza

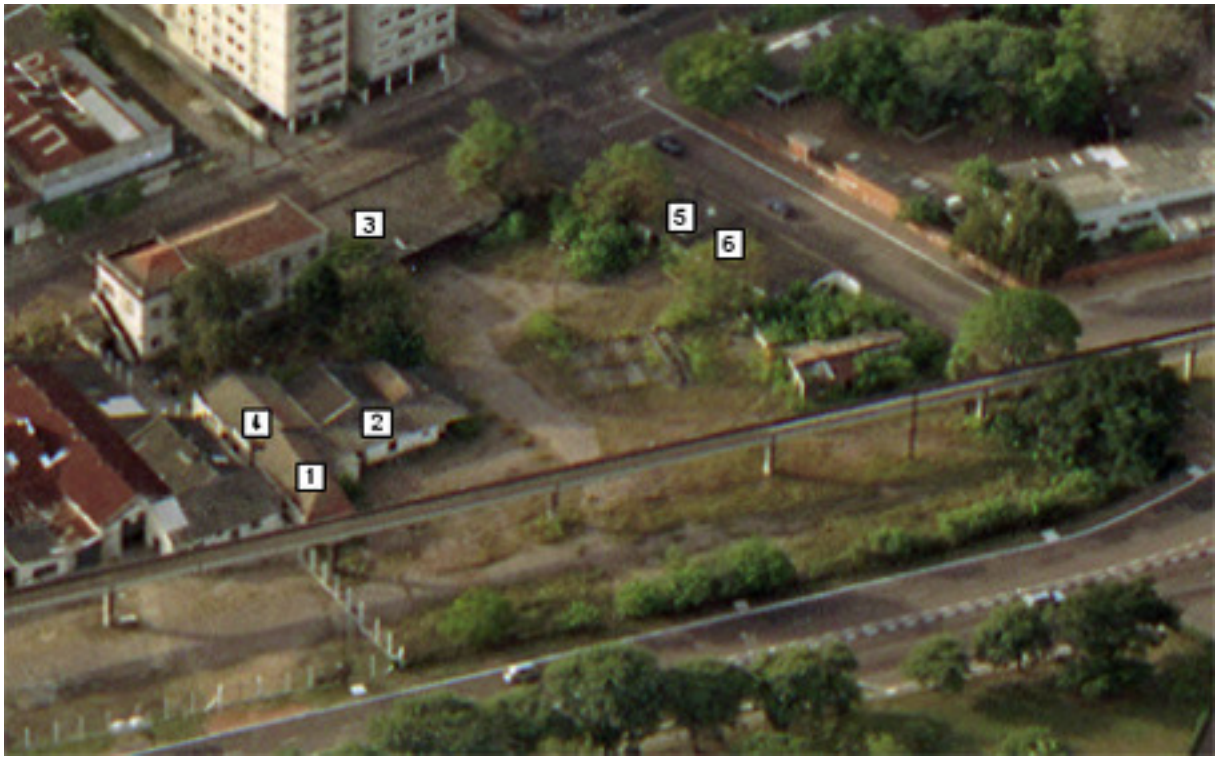


Figura 28 – Referências de Maiza (ver Quadro 4) em vista do Casarão (imagem citada).

[8] Do conjunto que cerca a capital de leste a sul, trata-se do morro mais próximo do Centro.

Referência	Período	Nº
Casa de Nandinho e Michelle (onde Maiza permaneceu de 1998 a 1999)	1998-2003	1
Casa montada para o uso de Maiza e seus filhos menores	1999-2003	2
Casa ocupada por Elisângela (Maninha) [junto com outros moradores]	2000-2001	3
Casa de Elisângela [e Tubias] até sua remoção à Vila Timbaúva	2001	4
Casa da família de Alice (juntamente com Anísio)	2002-2003	5
Casa de Sebastião (filho de Anísio) junto com o irmão Márcio	2002-2003	6

Quadro 4 – Referências de Maiza no Casarão: período e nº na Figura 28.

Com a entrada de Maiza, a presença das crianças passou a marcar a paisagem do Casarão de forma constante. Na foto logo a seguir (Figura 29), pode-se vê-la com seus três filhos menores e mais cinco netos na escadaria lateral externa do principal prédio existente no local, tal como assim os registrei em abril de 2001:

Figura 29 – Maiza com filhos e netos em 21/04/2001 (foto nossa).

Foi na casa da filha Michelle que Maiza se abrigou ao chegar no Casarão com seus filhos menores. A foto a seguir (Figura 30) mostra a sala dessa casa enfeitada para o Natal de 2000 em visita que fiz a convite de Nandinho, com Michelle e a filha Edna, Elisângela (Maninha) e o filho Luiz Fernando, Mascote no meio e eu atrás:

Figura 30 – Adriano na casa de Nandinho e Michelle em 24/12/2000 (foto nossa).

Irmã mais nova de Nandinho, Elisângela e seu filho integravam uma das quatro famílias removidas na primeira tentativa de desocupação promovida pela Prefeitura contra o Casarão em 2001. Seu relato sobre o começo dessa ocupação coincide em diversos pontos com aquele trazido à tona por Maiza em sua própria entrevista:

> Em 1995, estava morando nas ruas de Porto Alegre, dormindo aqui, ali, até que eu e meus amigos de rua achamos um casarão abandonado e decidimos dormir lá. [...] Mas, quando eu entrei, me apavorei com a sujeira. Era tanto mato, tanto lixo. Nós pegamos uma peça e limpamos, arrumamos colchão, cobertor, etc. A gente dormia lá de noite, mas nem água tinha, nem luz, era à vela. [...] Eu saí de lá por um ano e depois, quando voltei, em 1996, o meu irmão Éverton, o Nandinho, estava morando lá. O lugar estava completamente diferente, tudo lindo, sem sujeira, sem mato, e não tinha mais meninos de rua. No tempo em que eu morei com os meninos, tinha muitas drogas, mas depois que o meu irmão Éverton foi morar lá, tinha tudo mudado, tinha disciplina, tinha respeito, tinha famílias morando lá. O meu irmão limpou tudinho com essas pessoas, colocou luz e água, pintou por fora e por dentro a pecinha dele, fez uma casa para ele e sua namorada. E eu voltei a morar lá. (Não publicada).[9]

[9] *Minha História*, de Elisângela Soares de Brito, incluída no Anexo D desta dissertação.

No texto de Elisângela, juntado ao *Termo de Denúncia* enviado pela AMACASA em 2003 ao MPE, aparece a mesma demanda por trabalho social dentro do Casarão que Maiza apresenta como razão de origem da associação dos moradores:

> Este é um recado para quem quer tirar as famílias do Casarão. Enquanto vocês se preocupam em tirar pessoas do Casarão e botar em outras casas, por que vocês não tiram as famílias das ruas, mães, filhos, debaixo dos viadutos, das ruas, das drogas? Por que vocês não fazem o Casarão virar um lugar de exemplo, de sobreviventes que só querem ser o que são, dando a eles trabalho, creche para as crianças (que, por sinal, tem um monte), escola, saúde? E se fossem vocês que tivessem que deixar o seu apartamento ou casa, com suas famílias, o que vocês fariam? Se botem no lugar dessas famílias. (Não publicada).[10]

Eis como o trecho acima exibido mostra-se no manuscrito original (Figura 31):[11]

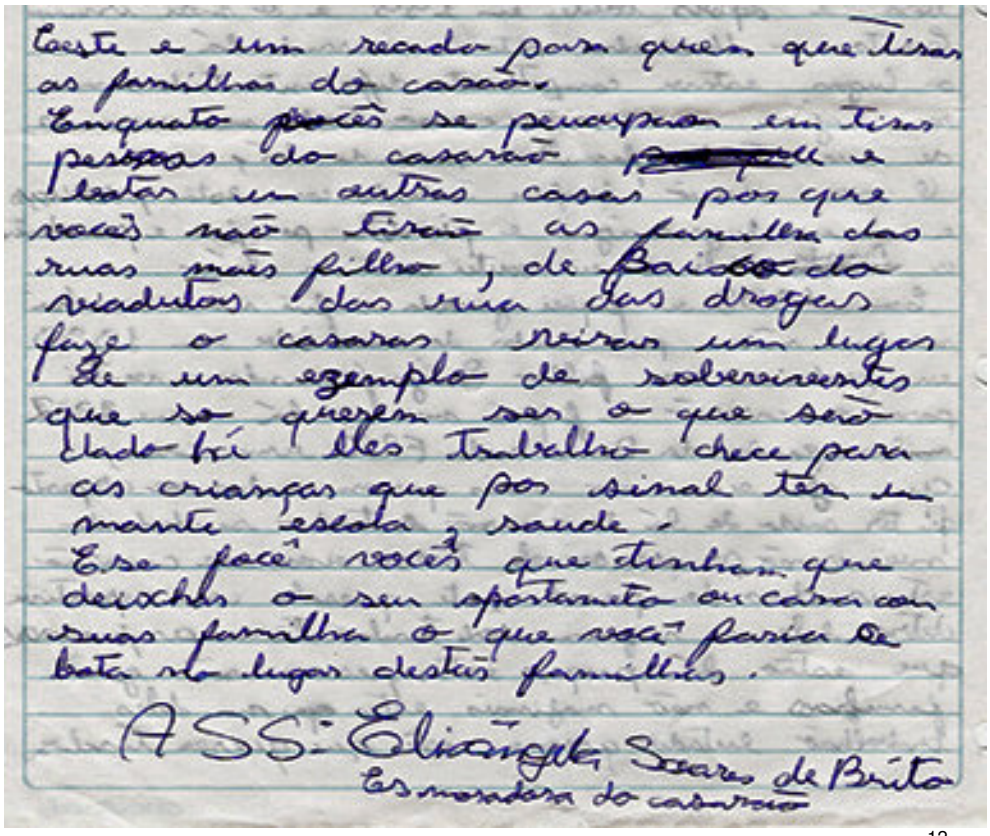


Figura 31 – Trecho manuscrito da carta de Elisângela (não publicada).[12]

[10] *Minha História*, de Elisângela Soares de Brito, incluída no Anexo D desta dissertação.

[11] Em contato com o Casarão, procurei incentivar a expressão por escrito dos interesses que me eram apresentados pelos moradores, sempre quando envolvessem a violação de seus direitos, visando preservar o ponto de vista de cada um na exposição de suas razões e na demanda por soluções. Meu modo de contribuir foi convertendo manuscritos originais em textos impressos com correção ortográfica, ajuste sintático e formatação apropriada para envio aos destinatários ou à publicação nos sítios virtuais da ASACASA e da AMACASA.

[12] Imagem digitalizada do manuscrito de *Minha História*, de Elisângela Soares de Brito.

Nessa carta, Elisângela também fala da sensação de ter sido enganada quando aceitou ser removida (como se tivesse comprado gato por lebre):

> Disseram que era uma casa completa, que teria luz, água, encanamento e esgoto, atendimento de assistente social por 2 anos no que fosse preciso, etc. E que eu não me preocupasse que teria atenção para qualquer coisa que eu pedisse. Mas não foi bem assim. Cheguei lá e não tinha luz. [...] Como não tinha trabalho, passei necessidade para tudo. [...] Meu telhado destelhou e ninguém veio me ajudar. (Não publicada).[13]

A situação descrita por Elisângela era de conhecimento geral dos mais antigos moradores do Casarão quando a Prefeitura voltou em 2003 para uma nova tratativa de remoção, conforme observou Maiza em sua entrevista. Não é de surpreender que já houvesse em Maninha, como nos relatos de Maiza e Marli, uma visão saudosista do passado em reação às decepções provocadas por promessas descumpridas:

> Em 2001, eu ganhei do DEMHAB e da FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania] uma casa, onde hoje eu moro. Mas querem saber? Me arrependo até hoje de ter saído de lá do Casarão e tenho saudade do meu irmão, porque, se ele estivesse vivo, esse Casarão estaria cheio de pessoas e até, quem sabe, com uma cooperativa dentro dele. E ninguém iria tentar tirar as pessoas que estão lá [...]. (Não publicada).[14]

O primeiro registro que retrata o interesse de alguns moradores em se associar após o falecimento de Nandinho (18/07/2001), conforme relatou Maiza, aparece na ata de uma reunião da qual participei em 08/09/2001, como se vê no trecho a seguir:

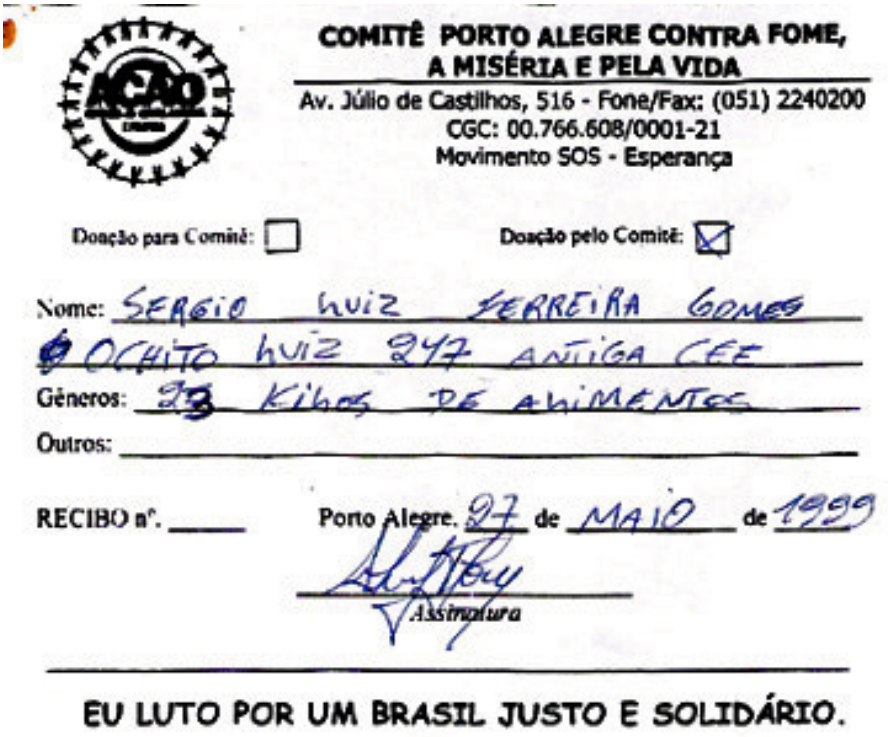
> Nós abaixo-assinados, representando 6 famílias de moradores do Centro de Valorização Humana do Casarão (antigo Casarão da CEEE), nos reunimos hoje para debater melhorias e regras de convivência que queremos para o nosso espaço. [...]. Estamos abertos para novas discussões [...] nas reuniões gerais que estamos realizando todos os domingos à tarde, às 17 horas. (AMACASA, 2003a).

Havia na época só nove famílias no local, após quatro terem sido removidas de lá em março de 2001. A denominação de *Centro de Valorização Humana*, assumida então pelos participantes dessa reunião, vinha do título de um projeto concebido em dezembro de 1994 pelo Movimento SOS-Esperança, também conhecido por Comitê Porto Alegre ao filiar-se à Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.[15]

---

[13] *Minha História*, de Elisângela Soares de Brito, incluída no Anexo D desta dissertação.
[14] Ibidem.
[15] Organização criada em 1993 pelo falecido sociólogo Herbert de Souza, o famoso Betinho.

Não era novo o contato do Comitê com o Casarão, como prova o seguinte recibo de doação de alimentos (Figura 32), onde o termo "Ochito Luiz 217" representa um jeito meio aportuguesado de escrever seu endereço na Rua Washington Luiz, nº 217:


COMITÊ PORTO ALEGRE CONTRA FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA
Av. Júlio de Castilhos, 516 - Fone/Fax: (051) 2240200
CGC: 00.766.608/0001-21
Movimento SOS - Esperança

Doação para Comitê: ☐ Doação pelo Comitê: ☑

Nome: SERGIO LUIZ FERREIRA GOMES
OCHITO LUIZ 247 ANTIGA CEE
Gêneros: 23 Kilos DE ALIMENTOS
Outros:

RECIBO nº. ____ Porto Alegre, 27 de MAIO de 1999

Assinatura

EU LUTO POR UM BRASIL JUSTO E SOLIDÁRIO.

Figura 32 – Recibo para o Casarão em 27/05/1999 (não publicado).[16]

A idéia de implantar o Centro de Valorização Humana justo no Casarão foi vista por alguns moradores como esperança de um trabalho social em seu favor, segundo se vê em texto de minha autoria, de 01/12/2001, publicado no sítio da ASACASA:

> Já faz tempo (desde 1994) que o Comitê Porto Alegre busca, sem sucesso, apoio junto à Secretaria Geral do Município para implantar no Casarão um amplo projeto intitulado Centro de Valorização Humana (CVH), visando atender o público-alvo da entidade: pessoas moral e socialmente excluídas. Tendo como objetivo promover [...] a instalação de cozinha, restaurante e padaria popular, horta, oficinas (mecânica, marcenaria, informática, etc.), ateliês (costura, artesanato, etc.), creche, escola infantil e especial, espaços para atividades culturais e de lazer, serviços de assistência jurídica e de saúde, clínica para dependentes químicos, centro de reciclagem de lixo, cooperativas de produção e consumo, etc. [...] Privados de sua maior liderança [Nandinho] e preocupados com o futuro, alguns moradores começaram a buscar alternativas para organizar melhor o espaço em comum. Foi então que voltou à tona o projeto do Comitê. (MARINHO, A., 2002).

[16] Recibo original pertencente ao acervo da AMACASA.

O projeto já era do conhecimento de muitos moradores do Casarão, haja vista a disposição de implantá-lo por desejo da então coordenadora do Comitê, Inês Rosa, com quem Maiza trabalhou por um tempo (conforme relatou) e a quem fotografei de enxada na mão durante mutirão de limpeza do pátio em agosto de 2001 (Figura 33):

Figura 33 – Inês Rosa no mutirão de limpeza do pátio em 25/08/2001 (foto nossa).

Também Maiza manifestou, na época, seu desejo por melhores condições de vida no Casarão e por um trabalho social de ajuda à recuperação de dependentes químicos com base em apoio externo, de acordo com o trecho abaixo apresentado da carta *Ajuda aos Jovens*, de 16/12/2001, publicada no sítio da ASACASA:

> Gostaria de obter várias parcerias para melhor ficar o nosso local, onde a gente cria os nossos filhos. [...] Gostaria de fazer uma área de lazer, tipo quadra de esporte, vôlei, futebol. [...] Mas é difícil ter ajuda, só crítica, ajuda são poucos os que oferecem. A gente quer melhorar a vida, ajudar as pessoas que [...] são dependentes químicos. Muitos fogem nas drogas por não obter a ajuda que merecem, pois muitos são tratados como animal por mães ou padrastos, por mães que deixam de dar amor para os seus filhos, que trocam seus filhos por homens. [...] Aí eu faço a minha pergunta: quem vai ajudar os jovens que são o futuro do nosso país? (ROSA, M., 2002).

Se, por um lado, faltou apoio interno e externo para que o projeto do Comitê pudesse prosperar dentro do Casarão, não faltou, por outro, a disposição de alguns moradores em levar em frente a idéia de uma associação capaz de dar andamento a projetos sociais, o que acabou por se efetivar através da fundação da ASACASA em 18/06/2002, transformada nesse mesmo ano em AMACASA, a partir de 19/11/2002.

Maiza fez parte dessa história com atuação na diretoria de ambas as associações.[17] Quando o MNLM escolheu o pátio do Casarão como sede do *Acampamento Mundial dos Lutadores Urbanos*, dentro da programação do 3º FSM, já estava em fase final o lançamento do sítio virtual da AMACASA com publicação de quatro projetos sociais, dentre os quais um cuja autoria Maiza dividiu comigo e com a arte-educadora Lúcia Maria Puggina Moraes, voltado à implantação de uma creche comunitária. Em carta escrita nesse período, em 09/01/2003, intitulada *Sonhos e Ideais*, Maiza reafirmou o interesse por um trabalho social no Casarão, segundo o fragmento exibido a seguir:

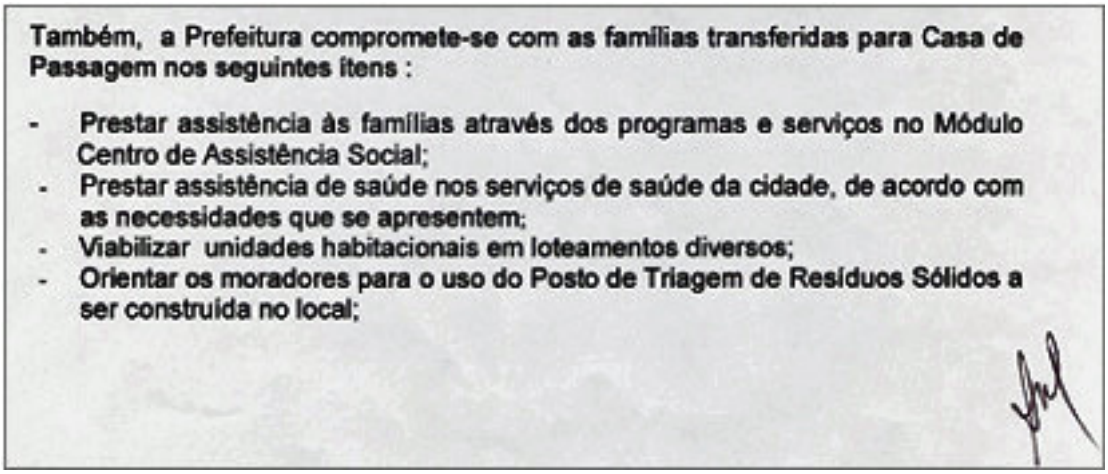
> Tenho muitos sonhos a realizar aqui no Casarão como cancha de vôlei, atelier de roupas infantis, sala de recreação para as crianças, biblioteca, sala para as crianças fazerem trabalhos como por exemplo caixas decoradas e colares com missangas. Temos o sonho de restaurar todos os prédios do Casarão. Gostaria que o nosso local fosse visto com melhor atenção pelos órgãos públicos, porque aqui moram 18 famílias para quem não dão a mínima. [...] Gostaria de construir uma clínica para desintoxicar alcoólatras e dependentes químicos, para elevar seus conceitos sobre a auto-estima que muitos já esqueceram. (ROSA, M., 2003).

A presença do 3º FSM foi o ponto alto do sonho por um novo Casarão possível. A foto seguinte mostra Maiza com Tita, do MNLM, durante o evento (Figura 34):

Figura 34 – Maiza e Tita no 3º FSM do Casarão, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

[17] Maiza foi vice-presidente da ASACASA durante toda a sua existência e da AMACASA até março de 2003, quando então assumiu a presidência, onde se manteve até o fim de 2004.

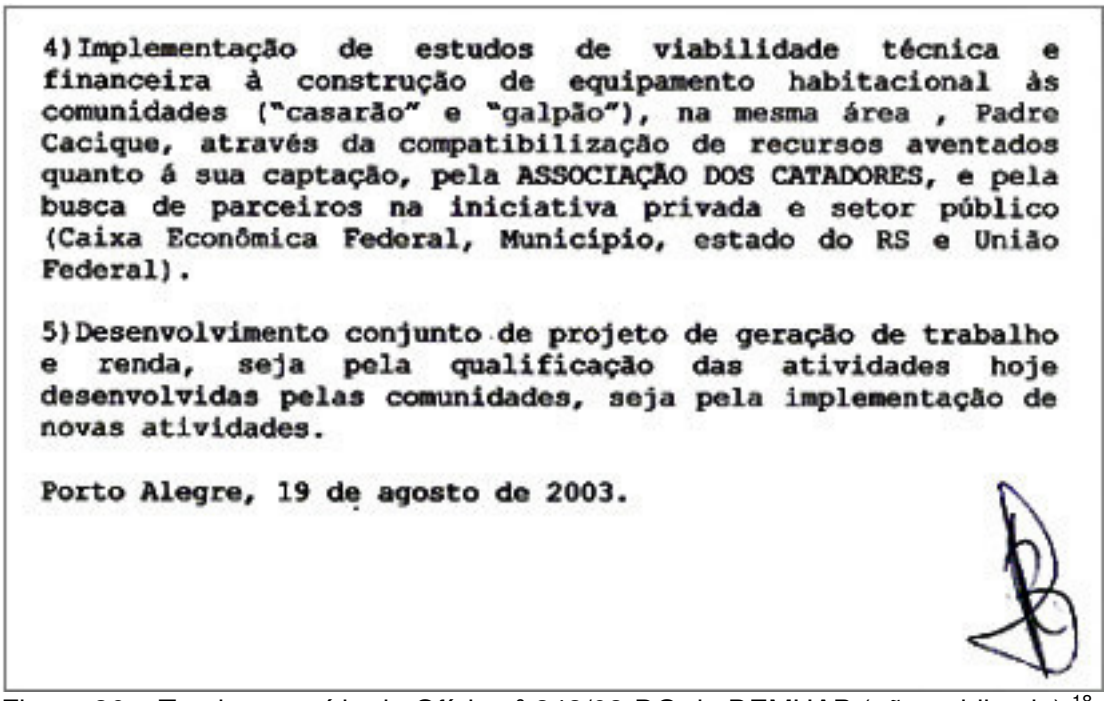
Embora exitosa a iniciativa do MNLM em chamar a atenção do poder público para o Casarão (de cuja falta reclamava Maiza), repetiu-se o velho vício desse poder (no contexto das relações paternalistas historicamente enraizadas no Brasil) em usar de promessas como meio de atingir certos fins, mas sem dar provas e garantias de poder honrá-las no prazo assumido. Através da AMACASA, foi possível o acesso a não mais do que dois documentos oficiais (de órgãos públicos municipais envolvidos no processo de remoção) nos quais se tratou do futuro dos moradores após a casa de passagem. A seguir, fragmentos selecionados de ambos (Figuras 35 e 36):



Também, a Prefeitura compromete-se com as famílias transferidas para Casa de Passagem nos seguintes itens :

- Prestar assistência às famílias através dos programas e serviços no Módulo Centro de Assistência Social;
- Prestar assistência de saúde nos serviços de saúde da cidade, de acordo com as necessidades que se apresentem;
- Viabilizar unidades habitacionais em loteamentos diversos;
- Orientar os moradores para o uso do Posto de Triagem de Resíduos Sólidos a ser construída no local;

Figura 35 – Trecho extraído do Ofício nº 28/PS da SGM (PORTO ALEGRE, 2003d).



4) Implementação de estudos de viabilidade técnica e financeira à construção de equipamento habitacional às comunidades ("casarão" e "galpão"), na mesma área , Padre Cacique, através da compatibilização de recursos aventados quanto á sua captação, pela ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES, e pela busca de parceiros na iniciativa privada e setor público (Caixa Econômica Federal, Município, estado do RS e União Federal).

5) Desenvolvimento conjunto de projeto de geração de trabalho e renda, seja pela qualificação das atividades hoje desenvolvidas pelas comunidades, seja pela implementação de novas atividades.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2003.

Figura 36 – Trecho extraído do Ofício nº 343/03-DG do DEMHAB (não publicado).[18]

[18] Em folha anexa: *Proposta de ocupação da casa de passagem: Av. Padre Cacique, 1391*.

O primeiro dos fragmentos apresentados é do Ofício nº 28/PS de 31/07/2003, dirigido para a AMACASA e assinado pela então Coordenadora de Políticas Sociais da SGM, Sônia Passos, cuja rubrica aparece no canto. Assim encontra-se expresso nesse documento o compromisso com o futuro das famílias transferidas: "Viabilizar unidades habitacionais em loteamentos diversos; [...]" (PORTO ALEGRE, 2003d). Sequer há prazo previsto. Tampouco há prazo assumido no segundo trecho exibido, referente ao Ofício nº 343/03-DG de 19/08/2003, dirigido à Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Porto Alegre e assinado pelo então Chefe de Gabinete da Direção Geral do DEMHAB, Bruno Scheidemandel Neto, cuja rubrica também aparece no canto. O que há é uma proposta feita nesses termos: "Implementação de estudos de viabilidade técnica e financeira à construção de equipamento habitacional às comunidades ('casarão' e 'galpão'), na mesma área, [Av.] Padre Cacique [...]" (não publicado).[19] Só foi dado prazo no convencimento dos moradores e na reunião do FROP-Centro de 30/07/2003, onde disse Sônia Passos que haveria, já a partir de dezembro de 2004, a mudança das primeiras famílias da casa de passagem para casas definitivas. Ao criar expectativa sem compromisso em documentação oficial, o que obteve o poder público foi pura manipulação da vontade alheia. Maiza teve bons motivos, assim como Marli, para sentir-se vítima de engodo.

A remoção e a conseqüente derrubada dos prédios também pôs abaixo todo o conjunto de projetos referido no relato de Maiza, cujo conteúdo encontrou guarida na proposta da AMACASA para utilização da área do Casarão, publicada em seu sítio eletrônico e entregue à Prefeitura em setembro de 2003, conforme trecho abaixo:

> 1. Para as demandas imediatas de moradia, propõe-se a construção de 18 unidades habitacionais [...], além de espaços comunitários para reuniões e para a prática de esportes, cultura, lazer e jardinagem, a partir de projetos elaborados em parceria com a AMACASA. 2. Para as demandas imediatas de trabalho, propõe-se a construção de um galpão para implantação de cooperativa de reciclagem, além da restauração de prédios históricos do Casarão para a instalação de oficinas de produção e geração de renda [...], a partir de projetos elaborados em parceria com a AMACASA. 3. Para as demandas imediatas de cidadania, propõe-se a restauração de prédios históricos do Casarão para a instalação de cozinha comunitária, creche comunitária, turmas de alfabetização e educação para jovens e adultos, sala de informática, estúdio de "hip hop", posto de saúde [...], a partir de projetos elaborados em parceria com a AMACASA (AMACASA, 2003h).

[19] Em folha anexa: *Proposta de ocupação da casa de passagem: Av. Padre Cacique, 1391*.

A idéia de que os prédios do Casarão constituíam patrimônio histórico de Porto Alegre é procedente, como prova matéria de Lisane Berlato (2003, p. 7), publicada em abril de 2003 no Jornal do Centro, segundo trecho recortado a seguir (Figura 37):

Histórias do Centro

"De Mocó a Casarão"

Manoel Canepa

A Porto Alegre de 1874 vivia a efervecência de um final de século: No cenário do Centro bondes puxados a mulas em trilhos de ferro, ruas calçadas, aumento populacional, companhia hidráulica, processos de modernização e urbanização fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Os códigos de posturas municipais, conjunto de normas que estabelecem as regras do convívio social, pretendem organizar a ordem e a segurança públicas, através da higienização da vida urbana, conferindo à capital e ao Centro da cidade, feições de metrópole. Neste contexto, inicia-se em 1874 a distribuição de iluminação pública à gás carbonado, organizada pelo francês Noel Paul Baptiste d´Ornano, utilizando capital inglês. A Companhia Rio-Grandense de Iluminação à Gás estabelece sua sede na Antiga rua Pantaleão Telles, hoje Washington Luís, próximo à Casa de Correção. Mais tarde, a Usina elétrica é construída, às margens do Guaíba, e recebe o nome de Usina do Gasômetro, como havia ficado conhecida toda a região. Mais de cem anos depois, o desenvolvimento promovido no final do século XIX deixa no cenário do Centro um legado de exclusão, miséria e violência. Crianças

Figura 37 – Notícia sobre história do Casarão (BERLATO, 2003, p. 7).[20]

[20] Foto de Manoel Canepa.

Quanto à beleza atribuída por Maiza aos edifícios, basta admirar a simplicidade das linhas retas do principal prédio local quando visto a partir do pátio, conforme foto batida por mim em maio de 2002 (Figura 38), para se entender seu sentimento:

Figura 38 – Maior prédio do Casarão (fundos) em abril de 2002 (foto nossa).

Ao final da entrevista, Maiza expressou o desejo de que também a história das pessoas presas (tal qual se encontravam suas filhas mais velhas) fosse lembrada. A foto seguinte (Figura 39) mostra Michelle e Janete no Casarão, em casa de Maiza, com Lucas (filho de Janete), Tainara e Gabriel (irmãos caçulas de ambas) no chão:

Figura 39 – Michelle e Janete no Casarão em maio de 2002 (foto nossa).

Janete, filha mais velha de Maiza, foi das pessoas que mais incentivou a busca de entendimentos para a formação da associação de moradores, como fez registrar na carta intitulada *Oficinas e Associação*, de 13/11/2001, conforme trecho a seguir:

> O que eu gostaria de passar a todos é que a associação a ser montada será para o bem de todos os moradores, para [...] reivindicar nossos direitos [...], até mesmo trocar a identidade de desorganizados, marginais, preguiçosos e deixar de ser excluídos da sociedade. E, após a nossa organização, buscar os que estão na mesma situação, para ajudá-los a ganhar confiança, se aprimorar, deixar de serem excluídos. [...] O que eu gostaria é de conseguir unir todos, mas é difícil. Mas não impossível. Acho que teríamos que respeitar a prioridade de cada um. E conseguir desenvolver cada dom dos moradores. Respeitar suas funções, deixar claro suas responsabilidades e conseguir subir os degraus todos juntos. (ROSA, J., 2002).

Michelle, além do pioneirismo de ter ocupado com Nandinho a primeira casa do Casarão, também deve ser lembrada pelo talento como compositora de *rap*, visível no fragmento inicial da letra de *Menino Pobre*, de 15/08/2001, transcrito a seguir:

> Conheci um menino pobre que sonhava em ser nobre. De manhã entregava jornal, à tarde jogava futebol num campo de terra, queimava no sol. Não tenho pai, não tenho mãe! Ele dizia sempre assim: Tenho que fazer por mim! Moleque sem maldade. Adormecia em qualquer canto da cidade. Sonhando em ser nobre, em sair daquela vida de pobre. Mas um dia de verão, colado na vitrine, vendo televisão, quando se aproxima um cara bem vestido, querendo ser seu amigo. Disse: Você foi escolhido! Tinha dinheiro de montão. Uma pistola escondida. Acho que o cara é patrão. Estava certa a minha intuição. Largou 500g na minha mão. Disse pra mim passar, que eu não podia recusar, que ele ia me ajudar. Às 3 em ponto eu vou voltar. Me senti importante. Banquei o traficante. Já são 3 em ponto: Que tanto dinheiro! Chego a tar meio tonto! Era isso que ele queria: Bom menino, agradou a freguesia! O cara olhava pra ele e ria. Me deu uma grana legal: Dá mais do que vender jornal! O tempo foi passando. A grana foi aumentando. O menino cresceu: Agora o patrão sou eu! (RAMIRES, 2002).

A associação de meus dados de arquivo ao relato de Maiza destaca, além da dureza própria de uma condição social adversa, toda a riqueza humana do Casarão, indicando o quanto se poderia aproveitar de interesses, talentos e experiências na concepção de políticas sociais preocupadas em valorizar as pessoas a partir de sua *aspiração à liberdade*. Se Marli revela os efeitos degradantes da casa de passagem, Maiza ressalta a origem impositiva e unilateral dessa intervenção. Cabe registrar sua noção do papel da assistência social na criação de condições mais adequadas ao desenvolvimento de uma visão de mundo ampla e decente desde a infância.

2.4 SUJEITO Nº 3: REGINA DE PAULA GOUVÊA

Os dados apresentados logo adiante baseiam-se na entrevista dada por Regina em 28/12/2005 na casa de passagem da Rua Frederico Mentz. O relato foi revisado e autorizado pela própria entrevistada junto a mim em 26/01/2006. Regina pertence ao grupo familiar identificado pelo código 15-E no Apêndice A desta dissertação.

2.4.1 Relato: Trajetória de Regina da Infância até a Casa de Passagem

Figura 40 – Regina com Adriano durante entrevista ocorrida em 28/12/2005 (foto nossa).

Regina nasce em Porto Alegre em 02/02/1961. Os pais, João Lauro e Marlene, são recém-casados, ele com dezoito anos e ela com quatorze anos de idade. Filha única, é entregue bem cedo (com só quinze dias) pelos próprios pais aos cuidados de um militar, chamado Hélio, e sua esposa, Maria. Trata-se do mesmo militar que criou seu próprio pai de sangue. A mãe de criação não trabalha, pois tem problemas de coração. Há uma empregada em casa para dar conta do serviço doméstico. Moram na Vila Minuano, em Viamão/RS (cidade vizinha de Porto Alegre), numa casa confortável e luxuosa. Uma filha única tem o casal, Ana Maria, oito anos mais velha.

A família aumenta à medida que incorpora outros três filhos do mesmo pai biológico. Trata-se de Rogério (dez anos após), Rejane (onze anos após) e Renato (doze anos depois). Ao contrário da mãe biológica, com quem não tem nenhum contato, convive com o pai de sangue, a quem trata como tio. A verdade só lhe é revelada aos treze anos, deixando-a inconformada, como algo que não aceita. Regina estuda em boas escolas, termina o 2º grau (atual ensino médio) e chega a concluir curso técnico de nutrição. Fica com sua família de criação, sempre na mesma casa, até os dezenove anos (1980), só saindo de lá para se casar com Manoel, então empregado em uma firma de lavagem de carros. Nos anos que se seguem, o casal vai passar por várias mudanças de endereço e de trabalho, quase sempre entre Viamão e Porto Alegre.

Em função do casamento, Regina vem morar com o marido em Porto Alegre, no apartamento dos sogros, situado no Bairro Santa Cecília (zona leste da capital). Três meses depois, a morte de sua mãe de criação a joga em forte crise depressiva.

Para contornar essa crise, por sugestão do marido, mudam-se à cidade do Rio de Janeiro, onde ele já chega contratado por uma grande construtora para comandar uma equipe de quarenta peões. O emprego é muito bem remunerado, dispensando-a da necessidade de trabalhar e permitindo-lhes morar em um bom apartamento na Ilha do Governador. Mas a distância não basta para livrá-la da depressão.

É nesse estado que ela se mantém quando, no ano seguinte (1981), a notícia de que o pai de criação está doente de câncer (osteoporose) leva Regina à decisão, com a qual concorda o marido, de voltarem a Porto Alegre, estabelecendo-se ambos novamente com os pais dele no Bairro Santa Cecília.

Regina está próxima dos 21 anos quando se estabelece com o marido no sítio de um primo dele, na Vila São Tomé, em Viamão. É nessa época que morrem seus dois pais biológicos. É nessa época ainda que nasce seu filho William (28/03/1982). Durante o tempo em que ali permanecem, Manoel trabalha como funcionário numa borracharia, enquanto Regina faz bicos de manicure e cabeleireira.

Por volta de 1986, a família já está morando em casa própria localizada bem no Centro de Viamão. Regina passa a trabalhar como funcionária num supermercado, enquanto Manoel se emprega numa imobiliária para exercer a função de porteiro. Já em 1987, vendem a casa anterior para adquirir uma outra, mais espaçosa, na Vila Estalagem, em Viamão. Regina agora trabalha como balconista num restaurante.

Lá por 1988, Manoel consegue emprego como zelador num edifício do Centro de Porto Alegre, onde também Regina, com 27 anos, arruma serviço como faxineira.

A casa própria é vendida, tendo em vista que passam a dispor de um apartamento muito bom para morar junto com o filho no próprio prédio onde trabalham.

No ano seguinte (1989), voltam a entrar numa fase boa em termos de moradia e trabalho, quando ele aceita convite para cuidar da casa de praia de um diretor da Olvebra (grande indústria de gêneros alimentícios) em Torres/RS, no litoral gaúcho (a 200 km de Porto Alegre). Lá eles têm uma casa só para si, no canto do terreno, com todo o conforto possível. O marido faz a manutenção geral da casa principal, da casa de hóspedes, da piscina e do jardim, com salário muito bom. Regina trabalha na cozinha, algo que sempre aprecia fazer. Após dois anos e meio, entretanto, um acidente doméstico provoca-lhe fratura nos dois joelhos, acarretando três meses de idas e vindas diárias até a cidade próxima de Araranguá/SC para fins de tratamento. Caindo em depressão, decide-se pelo retorno à Porto Alegre.

Já em 1991, Regina e William acompanham Manoel que pega outro serviço de caseiro, agora numa propriedade bem mais modesta da Av. Juca Batista (zona sul da capital), onde permanecem por cinco meses. Também aí ela trabalha na cozinha.

Regina tem 31 anos (1992) quando se instala com a família numa casa própria situada na Vila dos Sargentos, no Bairro Agronomia (zona sudeste da cidade) pelo tempo de dois anos, durante o qual ela e o marido trabalham ambos como frentistas, só que em diferentes postos de gasolina.

Depois disso, instalam-se por dois anos em apartamento localizado no Centro da capital, num prédio da Rua Pinto Bandeira, onde Manoel assume como zelador durante o dia. À noite, ele exerce o ofício de *diskjockey* numa casa noturna situada na parte térrea do próprio edifício. É nessa época que decide investir na aquisição de equipamentos de som, alimentando a vontade de estabelecer um negócio onde possa trabalhar por contra própria. Durante todo esse período, Regina prossegue no mesmo ofício de frentista.

Com 35 anos (1996), Regina torna-se parceira do marido na realização de seu sonho através da abertura de uma danceteria na região de Viamópolis, em Viamão, onde passam a dirigir uma equipe de doze funcionários. Na época, vivem com o filho numa casa alugada na vizinha Vila Minuano. A oportunidade de melhorar de vida vai esbarrar num incidente complicado, quando freqüentadores começam a usar o local como ponto para venda de drogas, o que a deixa inconformada, fazendo-a desistir do negócio. O fechamento da empresa resulta em forte abalo na relação do casal.

É em 1997 que a situação começa a decair, com a família se estabelecendo numa casa alugada na região do Campo da Tuca, no Bairro Vila João Pessoa (zona sudeste da capital). Regina volta então a trabalhar como frentista, enquanto William realiza o sonho de jogar futebol, treinando na escolinha do Sport Club Internacional, além de cursar a 8ª série do ensino fundamental. A separação do casal nessa época acaba resultando na interrupção da carreira escolar e esportiva do rapaz.

Novamente em crise depressiva, Regina abriga-se por algum tempo com o filho em casa de parentes de sangue, no vizinho Bairro São José. Já em 1998, passam por duas casas de aluguel no mesmo bairro, período durante o qual ela trabalha de dia num hospital como nutricionista, enquanto à noite, sempre que surge a ocasião, engorda o orçamento cuidando de pacientes terminais. Por azar, o hospital fecha e ela arranja serviço num bar da Praça XV, no Centro, fazendo faxina. Até sofrer um enfarte. Na época, já convive com Alberi, mais conhecido pelo apelido de Paulinho, vendedor ambulante com quem se une, acolhendo-o em sua própria casa. É ele que cuida dela até se recuperar. Mas Regina, aos 38 anos, está agora desempregada, sem condições de pagar a conta do aluguel, levando o locador a pedir o imóvel de volta. Nesse momento, Paulinho lhe apresenta uma alternativa: morar no Casarão.

Corre então o ano de 2000. Paulinho conhece Maiza e seu marido da época, chamado Paulinho Careca, com quem hospeda-se de vez em quando no Casarão. É lá que acabam se estabelecendo, contando com o apoio e a amizade também de outros moradores, como Michelle, Miriam, Paulista e, especialmente, Nandinho:

> Inclusive a gente agradece muito ao falecido Nandinho. Se não fosse ele a gente não tinha tido aquele Casarão pra morar. Porque ele reformou tudo, teve o maior sacrifício, ele arrumou tudo, ele conseguiu móvel, ele foi uma grande figura. Merece esse *site* que tem o nome dele.

Regina e Paulinho passam a trabalhar juntos como vendedores ambulantes no Centro de Porto Alegre, normalmente na Rua Vigário José Inácio, apesar de não possuírem autorização oficial para esse tipo de negócio, o que os obriga sempre a fugir da fiscalização. Chegam a manter duas bancas dedicadas à venda de diversos produtos, especialmente óculos escuros e *CDs*, os quais sujeitam-se à apreensão por serem considerados piratas. William, a essa altura com dezoito anos, começa a trabalhar com seu próprio pai no mesmo ramo de atividade, em condições bastante semelhantes (também no Centro, sem autorização, sempre de olho na fiscalização), só que comerciando um outro tipo de mercadoria: cintos, bolsas e artigos de couro.

Em condições mais favoráveis, Regina e Paulinho conseguem obter um rendimento médio, em valores atuais, não abaixo de 200 reais por semana, ao qual se soma a contribuição que William traz com seu próprio trabalho, em torno de 100 reais por semana, o que faz a renda familiar alcançar 1.200 reais a cada mês. Nem sempre, entretanto, as circunstâncias favorecem. De uma vez só, por ação da fiscalização, o casal chega a perder mais de 280 peças, justamente quando Regina está grávida de Natiely, já em 2001. Por sorte, o prejuízo é assumido inteiramente pelo fornecedor, tendo em vista a repercussão pública do episódio, livrando a família de obrigar-se com uma dívida difícil de resgatar. Tal desfecho só é possível por se tratar, nesse caso, de um produto que passa do atacado ao varejo em regime de consignação, dispensando o vendedor ambulante de bancar o negócio com capital de giro próprio, pois não paga antecipadamente pelos *CDs* que expõe em sua banca. Portanto, ele somente presta contas ao fornecedor sobre o material vendido, devolvendo-lhe, pura e simplesmente, as peças que não consegue vender. A renda obtida é repartida em partes iguais. Mesmo sem prejuízo para si, o episódio deixa Paulinho extremamente abalado, fazendo-o parar de trabalhar por alguns bons meses.

Regina passa então a dividir com a vizinha moradora Miriam, a partir do capital inicial oferecido por seu marido Alex, uma banquinha de miudezas (pilhas, perfumes, relógios), a qual montam diariamente no Centro, quase sempre na Rua Vigário José Inácio. Não se trata mais de venda em consignação, pois elas próprias adquirem os produtos que revendem. Sempre ao fim da tarde, as duas repõem seu estoque com a féria obtida durante o dia, comprando no atacado o material que vão expor já na manhã seguinte. Regina segue nesse ritmo até quebrar o pé numa queda ocorrida enquanto tenta fugir dos fiscais. Em conseqüência desse problema, acaba sofrendo uma ameaça de aborto, justamente às vésperas do parto.

Natiely nasce em 28/09/2001. Regina só retorna ao Casarão após dezoito dias de internação hospitalar. Passa a participar do programa municipal chamado Núcleo de Apoio Sócio-Familiar (NASF) para ganhar o benefício previsto, o qual lhe garante 150 reais mensais por dezoito meses. Paulinho volta a trabalhar de camelô, dessa vez vendendo brinquedos e uma variedade de outros artigos. Nessa época, a renda obtida por ele e por William, trabalhando cada um em separado, totaliza não mais do que 200 reais semanais (800 reais por mês). Ajuda-lhes bastante, pelo menos, o fato de não terem gastos com passagem de ônibus.

Nesse tempo, Regina se organiza principalmente com Maiza ao redor da luta que a vizinha empreende para instalar uma cozinha comunitária no Casarão:

> Mas infelizmente a luta dela foi em vão, né. [*Por que foi em vão?*] Ela não foi acreditada, não levaram a sério o projeto dela. [*Quem não acreditou?*] Geralmente, né, os políticos, mais os políticos, sabe [inaudível]. Nisso ela foi uma grande guerreira. Só que ela foi muito, ela acabou cansando, desistindo, porque ela tinha tantos planos e lutava sozinha, ninguém dava atenção praquilo que ela falava. Acredito que ela não deva mais nem pensar em cozinha comunitária, não sei.

Regina justifica o fato de não participar mais diretamente dessa luta por causa dos cuidados com a filha miúda, ainda mais com Paulinho sempre muito "enjoado", restringindo-a de levar a menina para fora de casa. Seu interesse pelos planos de Maiza não surpreende a quem conhece sua paixão em cozinhar, a ponto de fazê-la concluir um curso técnico de aperfeiçoamento em nutrição:

> Eu só sou feliz em cima de um fogão. Sério! Eu faço por amor. Eu não faço nem por dinheiro, eu faço por amor. Eu sinto prazer em ver as pessoas comer aquilo que eu faço com carinho.

Janete, filha mais velha de Maiza, também é lembrada com ternura por Regina, ressaltando-lhe a inteligência e a disposição guerreira:

> Outra pessoa também que era fantástica [inaudível], uma pessoa muito inteligente era a Janete, a filha dela. Pô, eu jamais vou esquecer da Janete. Era uma pessoa assim, ó, de uma inteligência, bom, tu conheceu ela, sabe que ela é uma pessoa fantástica, né, sabe. E é outra pessoa também que não... [*Ela participou também dessa luta da cozinha comunitária?*] Ela tava sempre junto, só não sei se ela participava. Tava sempre junto, sempre envolvida. A Janete foi [inaudível] uma guerreira também.

A saída do Casarão é um episódio lembrado com amargura. O investimento de cada um no próprio espaço é reconhecido no exato momento de sua destruição:

> Então o que eu lembro, que me marcou demais, vai me marcar pelo resto da minha vida, foi o dia que a gente saiu de lá. [*Por que esse dia que vocês saíram foi marcante? Em que sentido?*] Teve morador lá que [inaudível], apegados ao que, bem ou mal, construíram no cantinho deles [inaudível], eles pegaram áreas que tavam destruídas, construíram, reconstruíram, fizeram as coisinhas deles ali, e pelas fotos que eu vi, eu não tava presente, mas pelas fotos que eu vi, com as pessoas dentro das casa, as máquinas derrubando as casa. Isso foi muito marcante. O teu trabalho junto com nós também, foi muito marcante, sabe, o teu apoio, a tua luta junto com nós. Infelizmente, a nossa luta não deu em nada. A gente tentou renegociar o terreno, a área, mas não deu [inaudível], nos puseram naquela casa de passagem.

Sobre o momento atual de sua vida, Regina diz que está tentando se reerguer depois do falecimento de Paulinho, ocorrido meio ano atrás, já na casa de passagem da Rua Frederico Mentz, onde sua família está estabelecida desde abril de 2005.

Destaca o apoio que vem recebendo de muitas pessoas com quem convive hoje em dia, especialmente da assistente social e das principais lideranças da comunidade. Trabalha fazendo o que gosta de fazer, na cozinha da Associação de Reciclagem da Vila dos Papeleiros (AREVIPA). Já William, por sua vez, está tendo muita dificuldade para exercer seu ofício de vendedor ambulante por causa da fiscalização. Quanto à futura moradia, espera ansiosa pela casa própria junto ao trabalho:

> O sonho, o meu sonho, se Deus quiser, eu vou conseguir realizar, que é a entrega da minha chave da minha casa. Que já tá quase pronta. Esse é um sonho que não é só pra mim, é pra 213 pessoas que lutam, que trabalham no dia-a-dia. A gente passa tanto trabalho aqui, né, com várias coisas, mas a nossa casa ali tá tão pertinho. A gente mora, em frente a nossas casas, só atravessar, a gente tá no trabalho.

Quanto àqueles com quem espera conviver no futuro, restringe-se a pensar no próprio filho, a quem chama de guerreiro, e na própria filha, vista como herdeira do grande sonho de seu pai: a realização da casa própria. Quanto ao futuro em termos de trabalho, pretende inscrever-se como atendente da creche prevista no projeto da nova Vila dos Papeleiros, para atuar na área da nutrição, visando lá exercer a sua própria profissão em prol das crianças. Quanto ao futuro em termos de organização, pensa em manter-se ao lado da presidente da Associação da Vila dos Papeleiros, Dona Paraguaia, com quem afirma ter aprendido o sentido de trabalhar em conjunto. Quanto ao futuro em termos de cidadania, pretende voltar a estudar para formar-se em veterinária, por considerá-la mais apaixonante do que a própria culinária.

Figura 41 – Regina e os filhos na casa de passagem em 26/01/2006 (foto nossa).

Sobre o que considera imprescindível no registro da história do Casarão, volta a dar destaque ao aspecto humano envolvido no episódio da remoção:

> A dor das pessoas, a tristeza, a revolta, ninguém queria sair de lá, a perda do trabalho das pessoas, que ficou difícil lá na [Av.] Padre Cacique. Poxa vida, eu nunca trabalhei com papel, mas eu vi o sacrifício deles. Foi muito duro pra mim, foi muito triste, porque, bem ou mal, era o meu povo, como esse aqui tá sendo o meu povo. Então tu não deve deixar nunca de registrar a nossa remoção. Contrariedade, estupidez, ira. Foi uma coisa assim que marcou muito, eu nunca vou esquecer disso, porque nenhum de nós tínhamos concordado de ir pra lá, a gente foi obrigados. A mesma coisa assim, ó: "Ou vocês vão [à casa de passagem], ou vão pra rua." Foi o que disseram pra nós. A gente teve que assinar um papel assim, obrigado, de última hora. A gente lutou até o último, mas não teve, não teve chance. Era sair ou ir pra baixo de uma ponte. E como a gente tinha família, né, eu já tinha a pequena... Tanto eu como as outras pessoas, ninguém ficou satisfeito, ninguém ficou feliz com aquela remoção. Foi muita, olha, te digo, foi até, houve até gestos de violência. [*Em que sentido?*] Assim, violência com as pessoas, sabe, vendo, vendo... [*Violência por parte de quem?*] Ah, das pessoas que estavam nos tirando de lá, as máquinas, é, as máquinas, policiais, bá, autoritarismo, aquilo ali nunca vai sair da minha cabeça. Então eu gostaria que isso fosse marcado, sabe, muito bem marcado. A gente ter que sair contra a vontade, como se a gente fosse assim, um bando de animais. Foi assim que a gente tava se sentindo aquele dia, um bando de animais, escorraçados dali. A gente vê o nosso, a gente vê o nosso sacrifício todo indo por água abaixo. Todo mundo construiu alguma coisinha, feio ou bonito, todo mundo construiu. E tu viveu essa época com nós, tu sabe que cada um construiu alguma coisa ali dentro. Cada um puxou a sua água, fez uma areazinha, feia, mas fez, né, plantou uma flor, né. Tu é uma pessoa assim, que pode dizer que acompanhou o nosso sofrimento, e as nossas alegrias também.

Figura 42 – Natiely, filha de Regina, mostrando foto do pai em 26/01/2006 (foto nossa).

2.4.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Regina

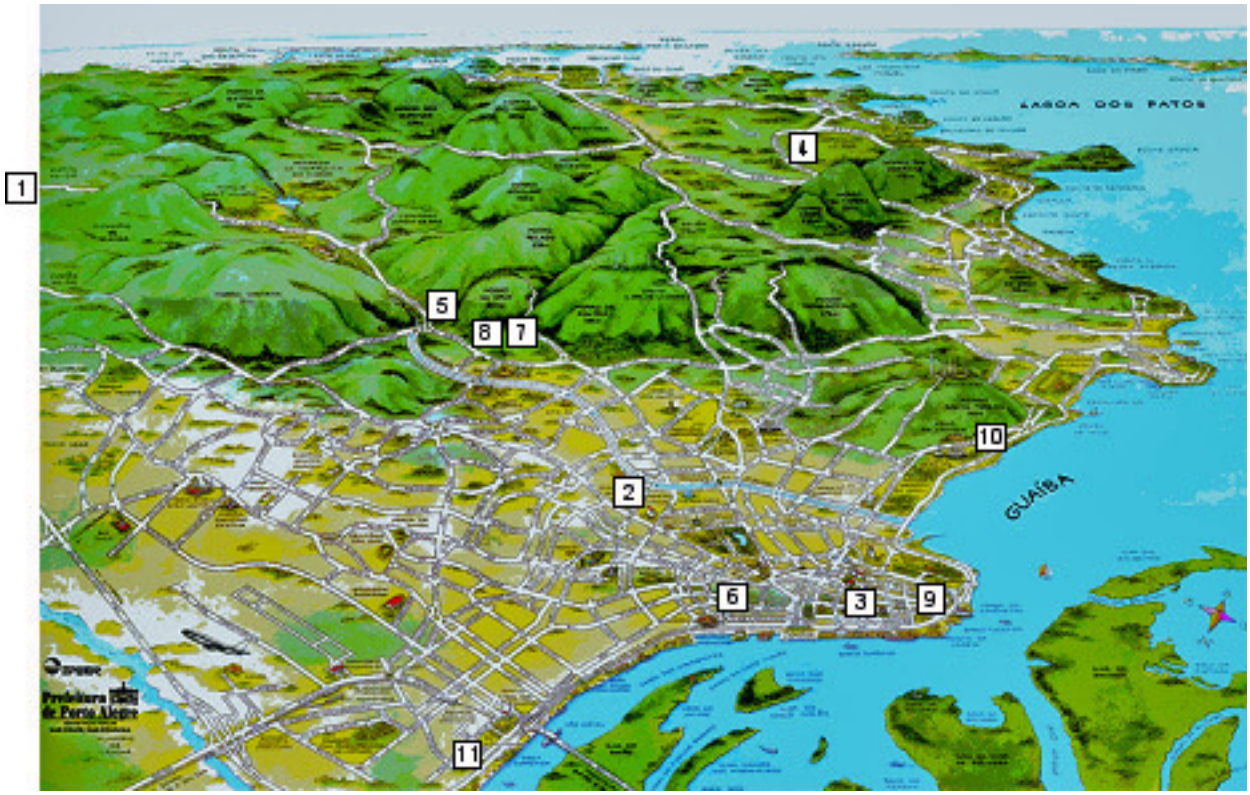


Figura 43 – Moradias de Regina (ver Quadro 5) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1961-1980	0-19	Parada 40	Vila Minuano	Viamão/RS	1
1980	19	...	Santa Cecília	Porto Alegre/RS	2
1980-1981	19-20	Ilha do Governador	...	Rio de Janeiro/RJ	-
1981	20	...	Santa Cecília	Porto Alegre/RS	2
1981-1986	20-25	...	Vila São Tomé	Viamão/RS	1
1986-1987	25-26	...	Centro	Viamão/RS	1
1987-1988	26-27	...	Estalagem	Viamão/RS	1
1988-1989	27-28	Rua João Manoel	Centro	Porto Alegre/RS	3
1989-1991	28-30	...	...	Torres/RS	-
1991-1992	30-31	Estrada Juca Batista	...	Porto Alegre/RS	4
1992-1994	31-33	Vila dos Sargentos	Agronomia	Porto Alegre/RS	5
1994-1996	33-35	Rua Pinto Bandeira	Centro	Porto Alegre/RS	6
1996-1997	35-36	Parada 40	Vila Minuano	Viamão/RS	1
1997	36	Campo da Tuca	Vila João Pessoa	Porto Alegre/RS	7
1997-2000	36-39	Santa Maria	São José	Porto Alegre/RS	8
2000-2003	39-42	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	9
2003-2005	42-44	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	10
2005	44	Casa Rua Frederico Mentz	Farrapos	Porto Alegre/RS	11

Quadro 5 – Moradias de Regina: período, idade, localização e nº na Figura 43.

Até a idade adulta, Regina viveu em condições típicas de classe média estável, completando o ensino médio com formação técnica em nutrição. Em quase todo seu primeiro casamento, viveu em situação bastante instável de classe média, oscilando entre épocas favoráveis e desfavoráveis, a depender da qualidade dos trabalhos de seu marido. Por azar, toda vez que a vida parecia se estabilizar, um acontecimento traumático impunha novo recomeço. Assim foi com as experiências interrompidas de moradia e trabalho no Rio de Janeiro (pela doença de seu pai de criação), em Torres (pelo acidente que fraturou suas pernas) e em Viamão, no tempo da danceteria (pelo fechamento do negócio). No último caso, o resultado foi a queda das condições de vida para o nível de classe baixa, terminando com o casamento e com o avanço da carreira escolar do filho. O golpe final veio com novo trauma de saúde: o enfarte que a impediu de seguir trabalhando por um tempo, trazendo-a para o Casarão através do novo marido. A trajetória de Regina, embora seja marcada por traumas pessoais e familiares que abalaram sua estabilidade socioeconômica, não deixa também de refletir o processo cíclico de exclusão e reinclusão social que se faz acompanhar da desvalorização profissional e da degradação das condições de vida.

2.4.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Regina

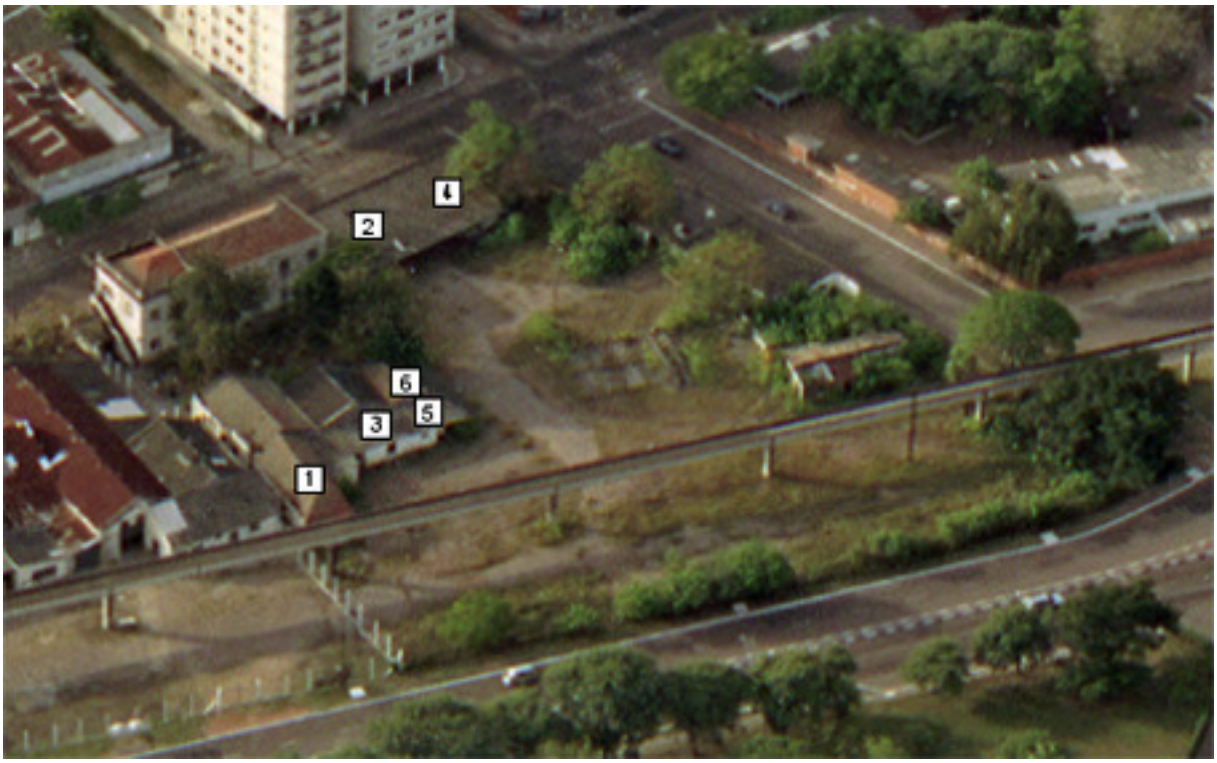


Figura 44 – Referências de Regina (ver Quadro 6) em vista do Casarão (imagem citada).

Referência	Período	Nº
Casa de Nandinho e Michelle (que apoiaram Regina no Casarão)	2000-2003	1
Casa de Paulista [removido com Elisângela à Vila Timbaúva]	2000-2001	2
Casa da família de Maiza (através de quem Regina entrou ao Casarão)	2000-2003	3
Casa da família de Miriam junto com seu companheiro Alex	2000-2003	4
Casa montada para Regina, Alberi e William (onde nasceu Naiely)	2000-2003	5
Casa ocupada por Janete (filha de Maiza)	2000-2003	6

Quadro 6 – Referências de Regina no Casarão: período e nº na Figura 44.

Chegando ao Casarão, a família de Regina recebeu ajuda para instalar-se em uma peça situada logo ao lado da casa de Maiza, lá permanecendo até a remoção. Fotografei Regina com Paulinho e Natiely no mês de janeiro de 2003 (para ilustrar o sítio virtual da AMACASA), bem defronte à sua casa (Figura 45):

Figura 45 – Alberi, Regina e Natiely diante de casa no Casarão em 24/01/2003 (foto nossa).

Ao agradecer pela memória do falecido Nandinho, Regina quis reconhecer seu pioneirismo na transformação do Casarão em local de moradia, a ponto de merecer o batismo de um sítio eletrônico com seu nome. Provavelmente, fazia referência ao sítio virtual da ASACASA em sua página de abertura, ilustrada a seguir (Figura 46):

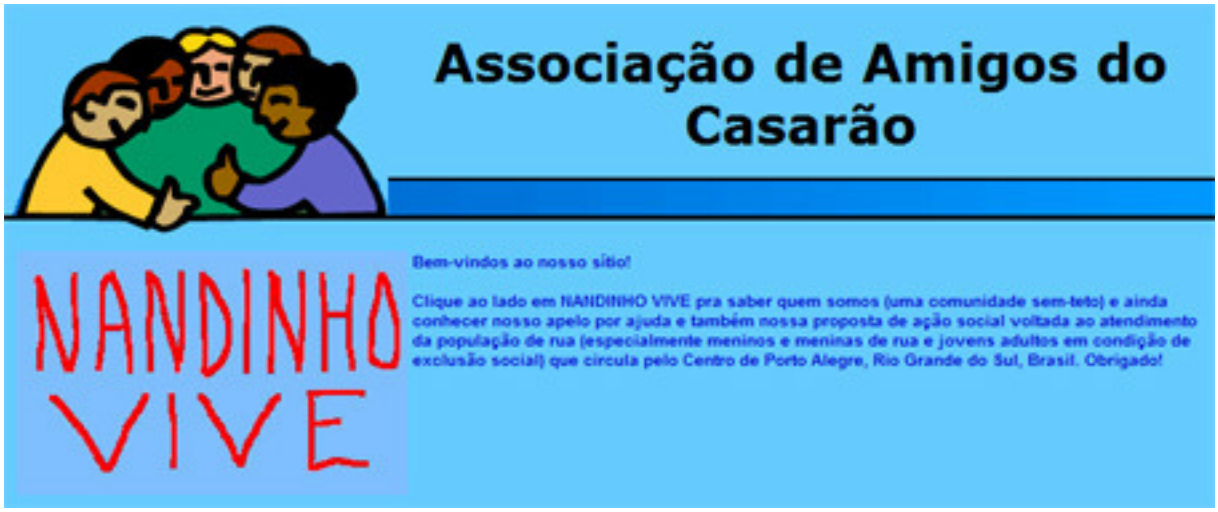


Figura 46 – Imagem de abertura do sítio eletrônico da ASACASA (2002).

Regina ainda lembra com carinho da filha mais velha de Maiza, Janete, a quem qualifica como inteligente e guerreira. Não são à toa os adjetivos que usa para falar da antiga vizinha, como se vê num texto de autoria dela com Miriam (outra moradora importante na memória de Regina), intitulado *Carta ao Senhor Prefeito Tarso Genro*, de 04/01/2002 (entregue ao seu destinatário em mãos), conforme trecho a seguir:

> Assim, nós pedimos que os órgãos públicos se sensibilizem com os nossos problemas e que haja um consenso entre a sociedade e nós, os excluídos. Pois nossas necessidades são muitas e as oportunidades são poucas. [...] Há moradores de várias idades e escolaridades, pessoas até com profissão. Todo morador sabe fazer algo ou até mesmo tem desejo de aprender [...], seja por obra de órgão público ou por interesse de alguém: financiar algum projeto para profissionalizar os adultos e manter nossos adolescentes e crianças longe da exclusão social, das drogas e das dificuldades financeiras de seus provedores. (AMARAL; ROSA, 2002).

Na luta pela implantação de uma cozinha comunitária no Casarão, comentada por Regina, Maiza associou-se entre 2002 e 2003 ao morador João Nedi (primeiro presidente da AMACASA) e à nutricionista Suely Raimundo que assinaram comigo um projeto sobre o assunto, publicado no sítio da associação, com estes objetivos:

> a) Aparelhar o Casarão com os equipamentos mínimos necessários para a instalação duma cozinha comunitária [...]. b) Possibilitar aos moradores do Casarão o acesso a 3 refeições diárias [...], visando erradicar a fome desse local. c) Oportunizar a moradores e freqüentadores do Casarão a participação em cursos de formação nas áreas da culinária e nutrição. d) Motivar a implantação duma horta para suprimento diário da cozinha, incluindo temperos, legumes, verduras, frutas e hortaliças. (RAIMUNDO; ROCHA; MARINHO, 2003).

Ao lembrar das tentativas de negociar a permanência dos moradores dentro do Casarão (iniciada em 2002 com o encaminhamento de demandas nesse sentido ao FROP-Centro e acelerada quando a Prefeitura entrou em cena visando removê-los), Regina traz à tona momentos de uma luta compartilhada entre muita gente, tal como na reunião chamada pela AMACASA em 26/07/2003 para definir sua contraproposta (à proposta de remoção feita pelo poder público), afinal redigida em cinco pontos:

> 1º) Transferir o local da negociação sobre o destino das famílias e da área do Casarão para dentro do FROP [...] da Região Centro [...]. 2º) Viabilizar meios de se garantir a permanência das famílias do Casarão dentro da área do Casarão. 3º) Levar em consideração os projetos da AMACASA para a área do Casarão. 4º) Incluir a participação de outras entidades na negociação, especialmente do Ministério Público e de todas aquelas que tiverem interesse ou estejam envolvidas no destino das famílias e da área. 5º) Determinar que a Prefeitura apresente o seu projeto para a área do Casarão. (AMACASA, 2003d).

Regina recorda ainda o sentimento generalizado entre os antigos moradores do Casarão contra os termos da proposta de remoção apresentada pelo poder público. Ela própria esteve entre os que expressaram com forte veemência sua discordância, como se vê pelo conteúdo de uma carta sua, intitulada *A Quem Possa Interessar*, de 13/08/2003, publicada no sítio da AMACASA, especialmente no trecho seguinte:

> Por este governo somos tratados como verdadeiros seres insignificantes, sem valor humano algum. Pergunta: Resolveria nossos problemas pessoais, nós indo para esta casa de passagem? Lógico que não, sabem por quê? Logo de início, já teríamos que nos desfazer de nossos pertences, que lutamos com tanta dificuldade para conseguir. Sem falar que teríamos que morar eternamente numa cocheira chamada casa, sem o direito de ter um espaço digno para o lazer da minha filha, sem contar a nossa própria liberdade. Teríamos de viver grudados uns nos outros, sem a garantia de um dia termos o direito de ser humano a termos a nossa chamada moradia própria e digna. [...] O nosso direito ninguém irá nos tirar, ou seja, ter uma vida digna, ter a nossa moradia, para conviver como pessoas e não como animais. Desculpem, é o que penso! (GOUVÊA, 2003).

De acordo com Regina, a remoção está entre as ocorrências mais marcantes da história do Casarão, haja vista a forma humilhante com a qual foram tratados os antigos moradores. Na sua opinião, a ação das máquinas e dos policiais revelou-se como gesto de violência e autoritarismo contra o sacrifício investido na construção de toda pequena obra levantada por cada um, seja para morar, seja para trabalhar.

A seqüência das duas fotos seguintes, tiradas por Cézar (sobrinho de Anísio), reúne tais elementos. Dentro da área que cerca o pátio interno onde se fazia a triagem do material coletado para reciclagem, erguida por Anísio, Sebastião e Márcio em torno da casa dos dois últimos, o policial vigia a escavadeira em ação (Figuras 47 e 48):

Figura 47 – Investida contra o cercado de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 (foto nossa).

Figura 48 – Derrubada do cercado de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 (foto nossa).

Com relação ao futuro, Regina espera aproveitar seus conhecimentos técnicos de nutrição trabalhando na creche prevista dentro do projeto habitacional da Vila dos Papeleiros, ao qual está integrada. A foto adiante (Figura 49) a mostra na primeira casa de passagem, na festa do Dia da Criança, junto com Paulinho (não seu falecido marido, mas outro antigo morador do Casarão) e Gabriel (filho caçula de Maiza):

Figura 49 – Dia da Criança na primeira casa de passagem em outubro de 2004 (foto nossa).

Os dados de arquivo reforçam o que as lembranças de Regina já indicam sobre o caráter impositivo e brutalizante empregado na intervenção de uma política social inteiramente afastada dos interesses, talentos e experiências das pessoas atingidas, com efeitos danosos sobre sua própria identidade. Não falta a ela o reconhecimento do esforço requerido em cada singela benfeitoria promovida em nome do desejo por estabilidade nos âmbitos da moradia e do trabalho. Cruzando-se essas recordações com as de Marli e de Maiza, fica evidente o quanto são complementares entre si, o que sugere o conteúdo compartilhado típico de uma memória coletiva. Cabe notar, por fim, a visível diferença entre as esperanças depositadas no futuro de quem já vê a concretização do sonho da casa própria e de uma nova oportunidade profissional à sua frente, como no caso de Regina, quando comparadas àquelas de Marli e Maiza, mantidas na casa de passagem original, para quem sequer há luz no fim do túnel.

2.5 SUJEITO Nº 4: WILLIAM AUGUSTO DE PAULA GOUVÊA

Os dados que se seguem têm por base a entrevista de William em 28/12/2005 na casa de passagem da Rua Frederico Mentz. O correspondente relato foi revisado e autorizado por ele próprio junto comigo em 26/01/2006. William integra o mesmo grupo familiar de Regina, identificado pelo código 15-E no Apêndice A deste texto.

2.5.1 Relato: Trajetória de William da Infância até a Casa de Passagem

Figura 50 – William com Adriano durante entrevista concedida em 28/12/2005 (foto nossa).

William nasce no dia 28/03/1982 no município de Viamão/RS, na grande Porto Alegre. É filho único. Passa a primeira infância, até cerca de quatro anos, com seus pais, Manoel e Regina, numa casa com pátio, próxima à Parada 40 da estrada que vem da capital. Nessa época, o pai trabalha como frentista num posto de gasolina.

A família muda-se por volta de 1987 para uma casa própria na Vila Estalagem, também em Viamão, lá permanecendo até William completar seis anos de idade, em 1988. Durante esse período, o pai já trabalha como porteiro, enquanto a mãe arruma serviços temporários de faxina.

Depois disso, o pai vende a casa para morar com a mulher e o filho em Porto Alegre, no Bairro Partenon, próximo da Igreja São Jorge (zona sudeste da capital), o que se dá apenas por um ou dois meses. É quando surge a proposta de se transferir com a família para a cidade de Torres/RS, com o objetivo de trabalhar como caseiro, o que de fato ocorre. Nesse período, a mãe trabalha como empregada doméstica.

Com cerca de oito anos (1991), William está outra vez com a família em Porto Alegre, na região da Av. Juca Batista (zona sul da capital), onde o pai arruma serviço também de caseiro. Meses depois disso, estão novamente na altura da Parada 40, na estrada para Viamão, o que dura pouco tempo, pois logo a seguir se transferem para uma casa própria no Bairro Agronomia, já em Porto Alegre, ali ficando por cerca de dois anos. O pai volta a trabalhar de porteiro, enquanto a mãe se emprega num posto de gasolina como frentista.

A partir de 1994, mudam-se para um prédio no Centro de Porto Alegre, na Rua Pinto Bandeira, onde o pai vai trabalhar como zelador, dispondo de um apartamento para acomodar a família. Nessa época, a mãe trabalha num supermercado durante certo tempo, para retornar logo após ao serviço de frentista. William tem treze anos (1995) quando pega serviço pela primeira vez, lavando carros todo sábado por 15 reais num estabelecimento situado junto ao posto de gasolina onde a mãe trabalha.

Por volta de 1996, abrigam-se com uma tia (por parte de mãe) na casa que foi do avô, lá na Parada 40 de Viamão, por cerca de seis meses. Perto dali, na Parada 41, os pais alugam um espaço durante o verão, onde estabelecem uma danceteria, chamada Estúdio 41. Passam depois disso mais três meses numa casa alugada nas proximidades, até que uma série de problemas os faz desistir do negócio.

William está com quinze anos de idade (1997) quando vão de muda para uma casa alugada em Porto Alegre no Bairro Vila João Pessoa, no local chamado Campo da Tuca (zona sudeste da capital), onde permanecem por quase dois anos. A mãe arranja emprego outra vez como frentista em posto de gasolina. Nesse meio tempo, William segue com os estudos e treina futebol nas categorias de base do Sport Club Internacional. É quando os pais se separam, em outubro de 1997.

Lá por 1998, mãe e filho se transferem para o vizinho Bairro São José, onde trocam de endereço duas vezes no período de ano e meio. Passam um mês numa casa alugada no Bairro Lomba do Pinheiro (zona sudeste da capital) para, a seguir, retornar ao Bairro São José por mais seis meses. Com tantas mudanças, William acaba rodando na escola, deixando de completar a 8ª série do ensino fundamental.

Depois disso, apesar de algumas tentativas, não consegue mais voltar aos estudos. É nessa época que a mãe conhece Alberi, o qual passa a viver junto com eles. Alberi se sustenta trabalhando como vendedor ambulante no Centro, mas sem ponto fixo, sempre correndo da fiscalização.

Ao sair atrás de um novo lugar para morar, eles finalmente param na área do Casarão, já em 2000, por indicação do padrasto que tem amigos vivendo lá dentro: Maiza, Nandinho (que coordena o local e os ajuda na mudança), Miriam e Paulista. Durante dois meses, William chega a arrumar serviço como servente de obras, onde recebe 5 reais por dia. Mas logo em seguida a mãe se emprega como caseira num sítio em Gravataí/RS, na grande Porto Alegre, para onde leva só o filho, ficando o padrasto no Casarão. Permanecem lá por uns quatro meses. Depois disso, passam mais dois meses em Canoas/RS, também na região metropolitana da capital, onde ela consegue trabalho numa clínica geriátrica e aluga uma casa para morar.

Corre o ano de 2001 quando voltam ao Casarão, onde Alberi está desde o ano anterior. William já está com dezoito anos. No início, convive com seus moradores mais antigos: Maiza e o marido Paulo, Nandinho (que vem a falecer três meses após devido a um tiro na perna), Miriam e o marido (chamado Paulista). A partir de 2002, passa a conviver também com seus novos moradores: Vildemar e sua mulher Bete, João Nedi e esposa, Mirele (chamado Bombom), Anísio e família, além de Gabriela.

William vai trabalhar com o pai, o qual já vem exercendo o ofício de camelô há algum tempo por não conseguir emprego de carteira assinada depois dos quarenta anos. Trata-se de uma atividade irregular, o que os obriga constantemente a fugir da fiscalização promovida pela SMIC. Vendem basicamente cintos ou óculos escuros, dependendo da ocasião. Os cintos são adquiridos em consignação, de modo que só pagam ao fornecedor a parte referente aos produtos vendidos, sendo-lhe devolvido o material encalhado, sem qualquer prejuízo para eles. A sobra é então igualmente dividida, o que chega a dar, em boas temporadas, entre 20 e 25 reais por dia. Eles revezam suas funções no trabalho de forma bem esquematizada: enquanto um fica atendendo o freguês, que costuma experimentar diversas opções antes de se decidir pela compra desse ou daquele modelo, o outro fica cuidando o movimento da rua para evitar que sejam surpreendidos pelos fiscais. É com tal produto que trabalham durante a maior parte do tempo. A venda de óculos escuros se dá mais nos períodos de verão. Nesse caso, o negócio é diferente, visto que o pai os compra antes para revendê-los depois. Portanto, o que não sai acaba resultando em prejuízo para ele.

Em contrapartida, o produto das vendas é todo seu. William recebe dele apenas um salário diário para trabalharem juntos, em torno de 10 reais. Em geral, a renda obtida com tal ofício é muito variável, à medida que se alternam semanas boas com outras ruins de vender. Quando chove, por exemplo, é preciso dividir o espaço com outros camelôs que se aglomeram debaixo de marquises, o que dificulta as vendas. Sem contar aqueles dias em que simplesmente não dá para trabalhar por um motivo ou outro. Na média, é possível dizer que William chega a levar para casa um salário mínimo por mês, renda que se soma àquela obtida em igual ramo de atividade por seu padrasto e também pela mãe, que segue na ativa até o nascimento de Natiely (28/09/2001). Porém, renda média está longe de significar renda fixa ou constante:

> Pra resumir, o camelô, ele não tem uma renda fixa, entendeu? Não tem renda, entendeu, é uma coisa bem difícil de explicar. Isso aí, conforme vai vendendo, conforme vai, sei lá, isso aí é conforme vai vendendo, né, varia, é muito variável. Pessoas que ganham bem, pessoas que ganham muito pouco, pessoas que ganham mais ou menos, razoável. Nós ganhava, nós ganhávamos razoável, né, mais ou menos, né. Mas aí a coisa começou a apertar, ficou difícil, os fiscais apertaram demais, o SINDILOJAS [Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre e Alvorada] deu muito em cima da gente, né. E esse negócio dos óculos de grau e mais as coisa, mais os produtos, né, pirata, isso aí foi quebrando os camelô, né, isso aí foi, bá. Daí as coisas ficaram ruins pra nós, né.

Durante essa época, William não chega a se organizar com ninguém atrás de melhorias ou realizações. Até tenta retomar os estudos, mas não consegue escola e termina desistindo de continuar procurando. Com a saída do Casarão, em outubro de 2003, perde-se o que ele tem de melhor: o fato de ser bem localizado, no Centro, perto de tudo. A mudança forçada para a casa de passagem da Av. Padre Cacique (em direção à zona sul da cidade) acaba sendo bastante desagradável para todos:

> É, foi um negócio assim, foi... É, foi uma coisa meia desagradável, né, porque nós, pessoas, nós, os moradores do Casarão, né, por tanto tempo que o pessoal já estava morando lá, tinha pessoas que estavam morando desde [19]96 lá, né. Eles eram, se não me engano, era uma área da CEEE. Só que aí a CEEE vendeu pra DEMHAB, no caso. Aí a DEMHAB começou a meter pressão em nós... E "tem que desocupar, tem que desocupar." E começaram a procurar áreas pra nós e tudo... E foram metendo pressão, e tanto é que nós tivemos que sair, né, não tivemos opção. Nós não queríamos sair, a gente não queria acordo com eles, né. Contra a nossa vontade, nós tivemos que fazer acordo. Aí eles conseguiram, procuraram uma área pra nós e, uma área no Centro, né, e conseguiram na [Av.] Padre Cacique, ali ao lado do Estádio Beira-Rio. Aí foi, no caso, eles precisaram disso aí, uns dois meses, mais ou menos, aí no terceiro mês nós tivemos que nos mudar. Foi uma mudança muito, muito assim, né, muito rápida, uma coisa muito, muito brusca, né. Aí, tanto é que eles não tiveram muita paciência de esperar todo mundo ajeitar as coisa direitinho, já foram, tipo, né, já atiraram tudo assim, né, e fomos pra lá, daí, né. [*Isso criou certas complicações?*] Não, não digo complicações, mas foi uma coisa meio desagradável, né, todo mundo queria um prazo maior, né, pra arrumar as coisa direito, né, deram uma semana pra arrumar tudo, né, era pra ocupar um tempo maior, né, uma coisa meio, meio brusca.

A distância da casa de passagem para o Centro torna bem mais difícil manter a atividade de camelô. Agora é preciso levar em conta o custo do transporte público. Com freqüência, o que ele tira num dia não dá nem para a passagem de ônibus do dia seguinte, obrigando-o a fazer a pé todo esse deslocamento (quase 5 km), sob o risco até de, chegando lá, sequer poder trabalhar por força da fiscalização. Depois de três meses, porém, William consegue arrumar emprego de carteira assinada para trabalhar com serviços gerais num restaurante do *Shopping Center* Praia de Belas (a meio caminho do Centro). Mas não consegue manter-se nesse trabalho por mais de um mês, pedindo suas contas por não aceitar a pressão do gerente em cima dele.

São transferidos em abril de 2005 para a casa de passagem da Rua Frederico Mentz (no Bairro Farrapos, zona norte) onde o padrasto, já doente, acaba morrendo. De lá para cá, tem pegado apenas serviços esporádicos, embora mantenha o hábito, cultivado desde o Casarão, de procurar emprego de carteira assinada, preenchendo fichas e mais fichas na tentativa de não ficar na dependência só do trabalho na rua. Já a mãe, por sua vez, consegue serviço na cozinha da associação de reciclagem dos moradores locais (da Vila dos Papeleiros), onde permanece até recentemente, quando, por falta de patrocínio, acaba retornando à condição de desempregada.

Para o futuro, William faz planos em termos de trabalho, educação e família:

> Bom, em primeiro lugar, eu espero, né, conseguir um emprego, não precisa ser bom, mas que eu possa assinar minha carteira, né, como qualquer outro cidadão que procura, né, ter a sua vida, ter seu emprego, né. Voltar a estudar, fazer o supletivo e fazer o meu curso de informática, né, que eu já tive um "minicurso" que eu fiz, mas não, foi só pra fazer o básico, mas agora eu pretendo me aperfeiçoar, né, fazendo um novo curso de um mês, né. Que isso aí eles ainda vão, a SMIC vai patrocinar e vão dar mais um bônus no fim do mês, né [*Que que é um bônus?*] No caso, uma taxa assim, uma ajuda de custo, né. E pretendo tocar o barco pra frente na vida, arrumar uma pessoa que possa, né, gostar de mim e aí, sei lá, depende, né, tocar, tocar a vida pra frente.

Pretende se organizar na companhia de uma pessoa que tenha cabeça bem formada e que seja de boa índole. Com relação ao futuro em termos de moradia, dá preferência a seguir vivendo com a mãe numa das casas definitivas que estão sendo erguidas para a comunidade da Vila dos Papeleiros (no Bairro Marcílio Dias, junto ao Centro). Nesse caso, cada futuro proprietário deverá arcar com uma taxa mensal, correspondente ao número de quartos dentro de casa, além dos custos relativos ao consumo de água e luz. Mas não descarta outras duas alternativas que tem diante de si. A primeira consiste em aceitar convite do pai para morar com ele na Lomba do Pinheiro. Já a segunda possibilidade é a de lutar pela casa própria para si mesmo.

Sobre a história do Casarão, destaca o evento ocorrido dentro do próprio pátio durante a 3ª edição do FSM:

> Foi muito bom, né. Recebermos pessoas de tudo quanto é país e, bá, lá eles, bá, nos ensinaram várias coisas, né, maneira de viver, tudo. [*Maneira de quê?*] De viver lá, várias dessas coisas, [inaudível] de viver do Brasil, né. E foi útil, eu nunca havia participado do Fórum Social, né, foi muito legal, uma experiência muito boa.

Mesmo sem maior contato com os participantes, por trabalhar o dia todo nessa época, William ressalta a troca de aprendizagens, oportunizada pelo evento:

> Eles foram lá, passaram esse momento todo que é [inaudível], eles passearam por toda a cidade aí, [inaudível] negócio tudo, e queriam aprender algumas coisas com nós, né, e ficaram estudando a gente também, [inaudível] a nossa maneira de vida. E várias outras coisas, né. Deixaram palavras de carinho e tudo, né. E tavam dando, ensinando várias coisas que [inaudível]. [*Ensinando que tipo de coisa?*] Ah, é sobre, como é que eu vou te explicar, que temos sempre que amar o semelhante, essas coisa, né, sempre lutar por um futuro melhor, sempre [inaudível].

No mais, recorda dos desfiles de passagem pela Av. Loureiro da Silva, defronte ao Casarão, como os de Carnaval, Sete de Setembro e Semana Farroupilha, além do episódio havido ali perto, relativo à quebradeira do Relógio dos Quinhentos Anos, às vésperas do ano 2000, classificado como ato de vandalismo, roubo e destruição.

Figura 51 – William com a mãe e a irmã na casa de passagem em 26/01/2006 (foto nossa).

2.5.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de William

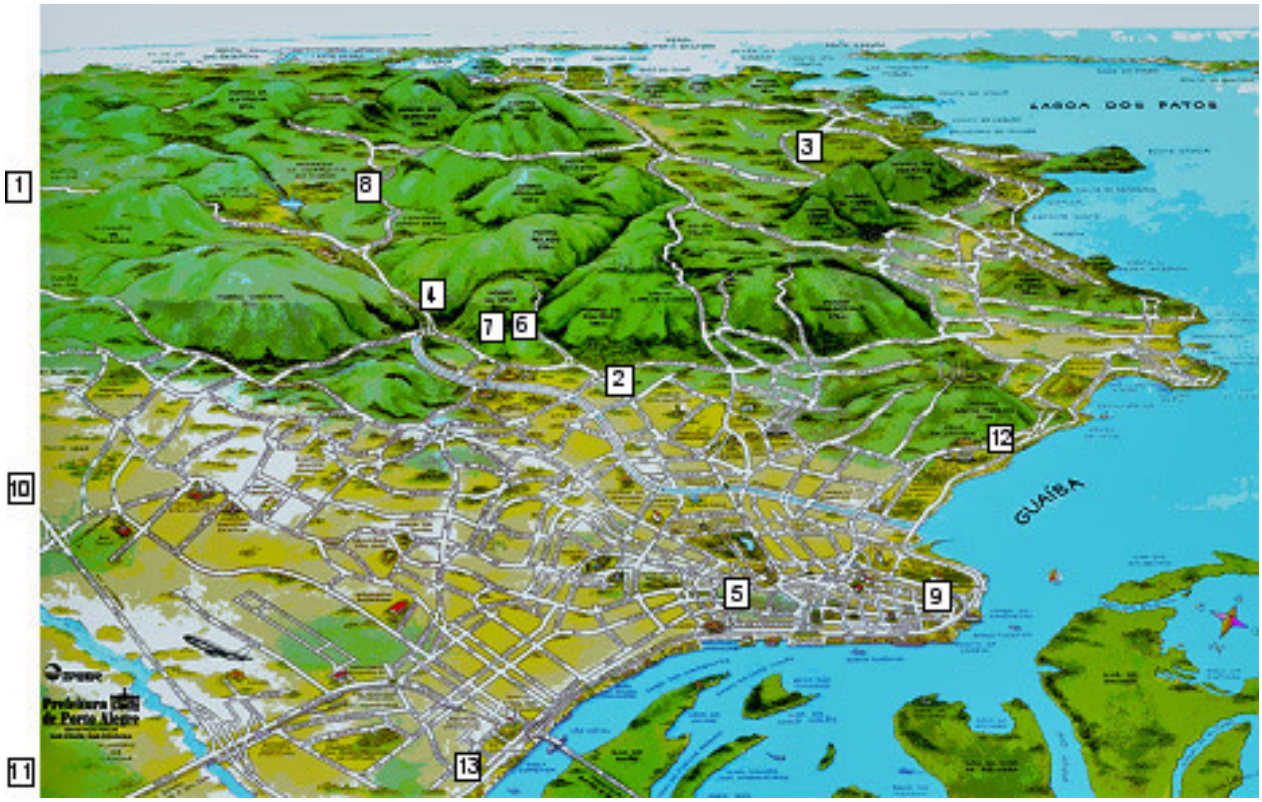


Figura 52 – Moradias de William (ver Quadro 7) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1982-1987	0-5	Parada 40	Vila Minuano	Viamão/RS	1
1987-1988	5-6	...	Estalagem	Viamão/RS	1
1988	6	Perto da Igreja São Jorge	Partenon	Porto Alegre/RS	2
1988-1991	6-9	...	...	Torres/RS	-
1991-1992	9-10	Estrada Juca Batista	...	Porto Alegre/RS	3
1992	10	Parada 40	Vila Minuano	Viamão/RS	1
1992-1994	10-12	...	Agronomia	Porto Alegre/RS	4
1994-1996	12-14	Rua Pinto Bandeira	Centro	Porto Alegre/RS	5
1996-1997	14-15	Parada 40	Vila Minuano	Viamão/RS	1
1997-1998	15-16	Campo da Tuca	Vila João Pessoa	Porto Alegre/RS	6
1998-1999	16-17	Santa Maria	São José	Porto Alegre/RS	7
1999	17	...	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	8
1999-2000	17-18	Santa Maria	São José	Porto Alegre/RS	7
2000	18	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	9
2000-2001	18-19	...	...	Gravataí/RS	10
2001	19	...	...	Canoas/RS	11
2001-2003	19-21	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	9
2003-2005	21-23	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	12
2005	23	Casa Rua Frederico Mentz	Farrapos	Porto Alegre/RS	13

Quadro 7 – Moradias de William: período, idade, localização e nº na Figura 52.

A trajetória de William acompanha a de sua mãe Regina e retrata o processo cíclico de exclusão e reinclusão que reflete a desqualificação do trabalho como meio de ascensão social, conforme Martins. No caso de William, cabe situar a separação dos pais na origem da queda do poder aquisitivo familiar, provocando a interrupção dos estudos e do sonho de seguir carreira profissional como jogador de futebol.

2.5.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por William

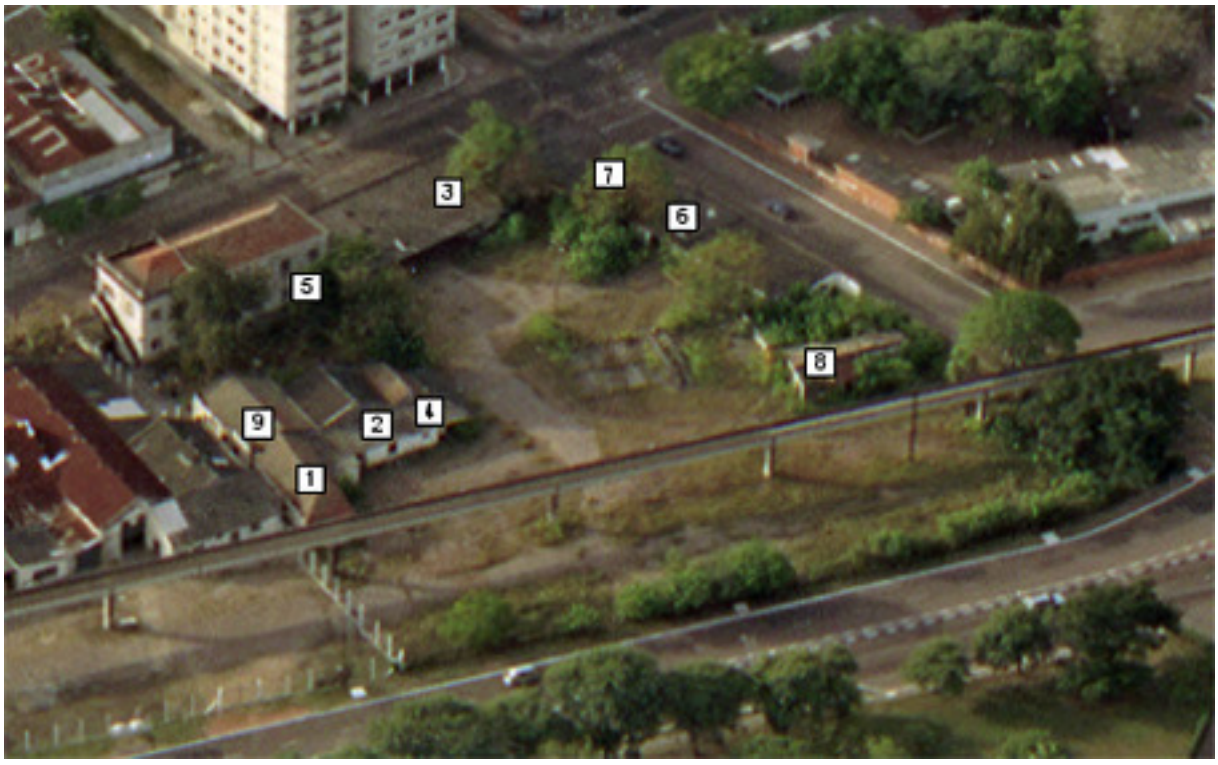


Figura 53 – Referências de William (ver Quadro 8) em vista do Casarão (imagem citada).

Referência	Período	Nº
Casa de Nandinho (que coordenava o Casarão e ajudou na mudança)	2000-2003	1
Casa da família de Maiza (com seu companheiro Paulo)	2000-2003	2
Casa da família de Miriam com seu companheiro Paulista [Alex]	2000-2003	3
Casa de William com a mãe e o padrasto (onde nasceu a irmã Natiely)	2000-2003	4
Casa de Mirele com sua família [Marli e filhos]	2001-2003	5
Casa de Anísio [junto com a família de Alice]	2002-2003	6
Casa de João Nedi com a esposa [Clair e filhos]	2002-2003	7
Casa de Gabriela [com a filha Alicia]	2002-2003	8
Casa de Vildemar e Bete [com o filho João Pedro]	2003	9

Quadro 8 – Referências de William no Casarão: período e nº na Figura 53.

Maiza está entre as primeiras pessoas com quem William travou relações logo que veio viver no Casarão. A foto abaixo (Figura 54) exibe a família de William (mãe, padrasto e irmã) diante de casa com Maiza e as pequenas Tainara e Edna por perto:

Figura 54 – Família de William no pátio do Casarão em 24/01/2003 (foto nossa).

Outro morador lembrado por William, dos seus primeiros tempos de Casarão, é Paulista (Alex Sandro), marido de Miriam, o qual aparece na foto adiante (Figura 55), tirada durante mutirão de limpeza do pátio, em 25/08/2001. Na metade esquerda do prédio ao fundo, vê-se a casa de William e Regina antes da varanda ser gradeada:

Figura 55 – Alex durante mutirão de limpeza do pátio em 25/08/2001 (foto nossa).

Entre os moradores de quem William se lembra está Gabriela, a qual já visitava o local antes mesmo de morar lá, como prova esta foto (Figura 56) tirada durante o mutirão de limpeza, onde aparece segurando um saco de lixo junto com Janete:

Figura 56 – Gabriela e Janete no mutirão de limpeza em 25/08/2001 (foto nossa).

A presença do 3º FSM no Casarão é apontada como um dos principais fatos da história local. William enfatiza a relação de aprendizado recíproco entre moradores e participantes do evento. Na foto batida por Maiza (Figura 57), vê-se João Nedi, outro morador lembrado por William, falando ao microfone como presidente da AMACASA:

Figura 57 – João Nedi no pátio durante 3º FSM, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

William ainda lembra do desagradável jogo de pressões para forçar a remoção. Em matéria publicada no Jornal do Comércio de 14/05/2003, também se revelam a pressão do poder público e a insatisfação das pessoas com uma casa de passagem sem projeto habitacional, ao contrário dos casos da Vila Planetário e do Condomínio Integração dos Anjos, citados por Maiza, vista na foto com Mirele e Marli (Figura 58):

GERAL
geral@jornaldocomercio.com.br
Quarta-feira
14 de maio de 2003
21

CENTRO

Antigo prédio da CEEE terá nova destinação

Parte do chamado Casarão será ocupada por uma capatazia do DMLU

Um antigo prédio da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), na rua Washington Luiz, Centro de Porto Alegre, está abrigando irregularmente 18 famílias, o que vem criando uma polêmica entre a prefeitura, moradores da vizinhança e os próprios invasores. O "Casarão da CEEE" - como é chamado o prédio desativado desde 1990 e vendido ao Município - está ocupado por cerca de 70 pessoas que vivem do recolhimento de papel e garrafas no próprio Centro.

O secretário-geral de Governo de Porto Alegre, Gerson Almeida, disse que parte do terreno do Casarão será utilizado para a implantação de uma capatazia do DMLU - que hoje funciona no Gasômetro - e o restante, para serviços de assistência social voltados para crianças e adolescentes vinculados à Escola Porto Alegre. Almeida informou que os ocupantes foram cadastrados e deverão ser transferidas, em 40 ou 60 dias, para um abrigo da prefeitura que está sendo construído na avenida Padre Cacique. Um comerciante com armazém naquela área disse que são constantes as brigas entre os freqüentadores do Casarão. A presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Casarão (Amacasa), Maisa Sanches da Rosa, disse que o local era utilizado para o desmanche de veículos. Segundo ela, hoje os catadores são responsáveis pela conservação do terreno. Eles não querem ser transferidos. "Se é para sair, queremos uma área como a que os moradores da Vila Planetário e dos Anjos receberam", diz .

Famílias que moram no local deverão ser transferidas

Figura 58 – Notícia do Casarão em 14/05/2003 (ANTIGO..., 2003, p. 21).[21]

O relato de William confirma os demais relatos ao abordar a contrariedade dos moradores diante da ação constrangedora que sofreram. Merece destaque o esforço assumido na luta diária do trabalho, detalhado no passado e planejado no futuro. O vínculo da casa de passagem com um projeto habitacional lhe garante, pelo menos quanto à moradia, uma opção a considerar. Não se vê em William, como tampouco em sua mãe, lembranças que façam pensar numa imagem saudosista do Casarão.

[21] Foto de Patrícia Haubert.

2.6 SUJEITO Nº 5: ROSA ALICE PADILHA

Os dados exibidos a seguir apóiam-se na entrevista de Alice em 27/12/2005, na casa de passagem da Av. Padre Cacique. Seu relato foi revisado e autorizado em 24/01/2006. Alice integra o grupo codificado como 11-D no Apêndice A deste texto.

2.6.1 Relato: Trajetória de Alice da Infância até a Casa de Passagem

Figura 59 – Alice e Adriano durante explicação da pesquisa em 18/12/2005 (foto nossa).

Alice nasce em 27/01/1967 em Porto Alegre. Filha de Nelson e Terezinha, é a caçula da família, tendo três irmãos mais velhos: Luiz Fernando (nove anos), Cláudio (seis anos) e Iara (três anos). Tem quatro anos quando os pais se separam, pouco após alugarem uma casa no Bairro Glória (em direção à zona sul da capital). A mãe é quem fica com a casa e os filhos, sustentando-os graças à pensão paga pelo ex-marido (policial), a qual complementa com a renda obtida ora em empregos fixos (como funcionária de açougue, por exemplo), ora em serviços temporários de faxina. Do pai, nunca mais tem notícia. É na Glória que Alice passa da infância até o início da adolescência, período no qual seus dois irmãos mais velhos saem para se casar.

Aos treze anos (1980), transfere-se com a mãe e a irmã para um apartamento alugado no Bairro Cidade Baixa (próximo ao Centro de Porto Alegre), onde acaba ficando até os dezesseis anos (1983). Nesse período, é Iara quem se casa, ficando Alice de filha única. A mãe prossegue engrossando a renda com faxinas, até que se casa novamente, com um baiano com quem vai morar na cidade de Salvador/BA. Mesmo convidada a seguir com a mãe, Alice prefere permanecer em Porto Alegre.

Durante dois anos, volta a morar na Glória, no apartamento onde vive sua irmã com o marido e o filho pequeno. Na época, Alice só estuda, atingindo a 5ª série do ensino fundamental, mas sem chegar a completá-la.

Aos dezoito anos (1985), decide que é hora de andar com os próprios pés, ora arranjando serviço e estadia em casa de família, ora trabalhando com faxina ou de babá, ficando em pensionato. São quase dois anos assim até se casar com Roberto.

Alice já está grávida quando o casal decide morar junto na casa dele, no Bairro Rio Branco (a pouca distância do Centro). Está prestes a fazer vinte anos quando dá à luz Luiz Otávio (08/01/1987). Mas a relação não dá certo e logo se separam.

Recém descasada, com o filho no colo, Alice embarca para Salvador/BA, onde vai morar com a mãe que, por conviver com uma pessoa bem situada na vida, não precisa trabalhar. Nem Alice carece de trabalho enquanto lá permanece. Mas não se adapta ao clima da cidade e em pouco tempo já está de volta a Porto Alegre.

Aos 21 anos (1988), Alice está mais uma vez com a irmã, onde fica pelo tempo necessário para se equilibrar melhor, até arrumar emprego novamente em casa de família, no Bairro Assunção (zona sul da cidade), onde passa a morar com seu filho.

Já com 25 anos (1992), chega a vez de assumir um novo casamento. Gilberto ganha a vida como cozinheiro e leva Alice para morar num apartamento alugado no Bairro Independência (também próximo do Centro). Dessa união vão se originar três frutos: Amanda (25/10/1992), Carolina (27/09/1994) e Viviane (26/08/1997). Alice já não mais trabalha, dedicando toda sua atenção ao cuidado dos filhos.

Em busca de aluguel mais barato, resolvem mudar-se em 1998 para uma casa no Bairro Lomba do Pinheiro (na divisa com Viamão/RS). Já no outro ano, participam da invasão de uma área verde bem próxima dali, onde erguem uma meia-água. Mas o dono da área consegue vencer a ação de reintegração de posse após sete meses de ocupação, o que os obriga a alugar outra casa para morar nesse mesmo bairro. Um ano apenas depois disso, já não vivem mais juntos.

Aos 34 anos (2001), Alice aceita convite de um recém-conhecido para ocupar um terreno ao lado do seu no Cafuncho (Vila dos Herdeiros, na Lomba do Pinheiro). Abrigam-se com Anísio enquanto ele lhes levanta uma casinha de madeira que logo fica pronta. Tudo vai bem no novo lar até aparecer alguém para reivindicar a posse da área. Voltam então a se acomodar com Anísio, agora na região das Tamancas, no mesmo bairro, onde se aprofunda o envolvimento entre ambos. Mas ele também tem seus filhos em casa e a convivência entre todos não é fácil. Desconfiado sobre a paternidade da criança que ela traz no ventre, ele lhe pede para sair. Outra vez sem lugar para ficar, é através do pai das meninas que ela vai encontrar uma alternativa.

Corre o ano de 2002. Gilberto, através da antiga moradora Maiza, já está com moradia estabelecida no Casarão desde 2001. Ao tomar conhecimento da situação de Alice, oferece dividir o espaço de sua casa, ampla o bastante para separar-se em duas partes completamente independentes entre si, com entrada, circulação e área interna próprias. A oferta é prontamente aceita:

> Sim, eu tava sem pra onde ir, né, com as filhas dele. Aí ele disse: "Então vem pra cá, né". Eu tava grávida, né. "Então vem pra cá, fica aí." [...] Porque não tinha pra onde eu ir, não tinha condição. Não tinha condição de pagar um aluguel, não tenho trabalho, serviço fixo, né. Opção que tem pra onde ir, fiquei aí.

No início, Alice passa o tempo mais envolvida com a casa e com as filhas, sem muito contato com os demais moradores do lugar. Mesmo dando-se bem com todos, não é de seu estilo visitar ou receber visita. E assim vai levando a vida até nascer Anísio Filho (10/05/2002). É justamente em visitas ao menino que seu pai vem tomar conhecimento maior da área. Em pouco tempo, o casal se reconcilia e voltam a viver juntos. Gilberto logo se afasta. A seguir, Anísio já traz consigo os filhos mais velhos (Sebastião e Márcio), ajeitando-lhes um espaço novo bem ao lado de sua casa.

Apesar do temperamento reservado, Alice não deixa de se entrosar com outros moradores, comparecendo às reuniões marcadas pela Prefeitura (especialmente em 2003, quando o assunto da remoção entra em pauta) e à assembléia geral do OP da Região Centro (pelo menos uma vez), sem esquecer dos encontros para organizar eventos locais como as festinhas de Natal, por exemplo. Nessas ocasiões, costuma se envolver mais com Maiza, com o voluntário Peter (que vai todos os sábados ao Casarão para desenvolver atividades recreativas e culturais junto à criançada), com representantes da Igreja das Dores (em função da distribuição de ranchos) e com a moradora Miriam (sempre bem informada sobre benefícios como o Bolsa-Escola).

No tempo do Casarão, Alice se sustenta principalmente graças a Gilberto que, além de pagar a pensão das filhas, ainda lhe dá uma cesta básica todo mês. De vez em quando, aparece uma faxina para engordar o orçamento. Sai todo dia para catar latinha, cobre, papelão e garrafas plásticas (tipo PET), normalmente ao cair da tarde, perto das 19 horas, para retornar lá pelas 22 horas. Às vezes, chega a sair de novo, influenciada pela abundância do material disponível ou pelo aperto da necessidade, voltando então ao redor da meia-noite. O roteiro que percorre costuma ser o mesmo, passando pela Volta do Gasômetro, pela Rua Duque de Caxias, pela região de mais movimento no Centro e pela Rua General Vitorino. Armazena o material para vendê-lo semanalmente na vizinha Vila do Chocolatão. Consegue assim tirar entre 30 e 50 reais por venda, dando em média 120 reais por mês. Juntando com a pensão, atinge uma renda mensal bem próxima dos 300 reais. Não é por satisfação pessoal que se dedica a essa atividade, mas por necessidade, falta de opção e discriminação:

> Não era uma coisa assim que me deixava feliz, né. É que não tinha opção mesmo e faxina... [*Já ia te perguntar sobre isso.*] É, ali é um pouquinho difícil, geralmente ali é ponto de gente rica, né, e quando sabiam que eu morava ali, era totalmente discriminada, né. [*Ah, tinha esse problema.*] Sim, sim. Muita, muita discriminação. E é difícil, e ali é [inaudível] de gente rica. E aí eles já, já tem pessoal certo, também, né. [Inaudível], não tinha opção. E com criança pequena, pegar um serviço de carteira assinada [inaudível], não dava. Aí eu dependia de creche e esses negócio pra deixar os pequeno. Então, pra não morrer de fome e pra ter um trabalho, eu fiquei com isso. Não é, não, que seja uma coisa assim que eu queira pra mim.

A saída do Casarão é vista com desgosto, especialmente quando compara as condições de lá com aquelas que encontra na casa de passagem:

> Ah, eu não gostei, né, porque lá eu tinha muito mais espaço, né, eu tinha mais privacidade. Eu tinha meu banheiro, né, não assim, aquele banheiro, mas tinha um banheirinho com chuveiro [inaudível] pra tomar meu banho. Quer dizer, eu tinha meu tanque, eu tinha minha pia, eu tinha água dentro de casa. Quer dizer, era mais organizado, né. Eu também tinha mais privacidade assim, né. Aqui já não tem isso, não. [*A privacidade é em função de que, porque tinha mais espaço, né, era mais isolado?*] É, tinha mais espaço. É, era mais isolado, né. Aí eu fiz o meu pátio fechado, né, com cerquinha, tudo. Eu não tinha tanta, aqui já é mais junto, né. Lá já era mais isolado, né, cada um, [inaudível] morava um pouco mais afastado, né.

Em termos de trabalho e renda, sua vida atual não é muito diferente daquela do Casarão, pois continua juntando suas latinhas e garrafas PET, além da pensão que recebe do ex-marido. O que muda é o benefício da FASC que já ganha há algum tempo, embora o prazo para recebê-lo esteja no fim, sem direito a renovação. Em compensação, as despesas não param de aumentar, ainda mais com o nascimento de Aniziane (11/11/2003), também filha de Anísio.

Sobre expectativas para o futuro, tem em mente tanto a casa como o trabalho, o qual imagina possível numa firma de limpeza, haja vista seu nível de escolaridade:

> Minha casa, pra que eu possa dar um jeito na minha vida, né. Quero um serviço fixo, eu quero uma coisa, eu tenho condições de ter, né, um serviço fixo, eu tenho condições de ter um trabalho de carteira assinada, uma coisa certa, né. Dia de chuva, eu não posso juntar latinha, é difícil.

Quanto àqueles com quem deseja conviver no futuro, restringe-se a pensar nos filhos, até porque não tem planos de se casar de novo. Nem conta com ninguém para se organizar no futuro, senão com ela mesma, a fim de levar a vida em frente.

Figura 60 – Filhos de Alice na sua peça da casa de passagem em 23/01/2006 (foto nossa).

Com relação à sua futura moradia, tem preferência por regiões que considera interessantes, como a Lomba do Pinheiro, por exemplo. Mas a informação que tem (de uma assistente social do DEMHAB) refere-se à previsão de moradia na entrada da cidade (perto da divisa com Canoas) para as famílias da casa de passagem, o que não lhe agrada pela distância com a escola de suas filhas, localizada no Centro. Há quem fale de casa na Vila dos Papeleiros, o que só a deixa mais confusa ainda.

Seja como for, fia-se na expectativa criada com base nas promessas assumidas pela Prefeitura desde a época da remoção:

> Porque quando eles retiraram nós lá do Casarão, botaram nós, assentaram nós aqui. Daí, quando tirar a pessoa daqui, que isso aqui seria apenas uma casa, uma passagem, por isso que tem o nome de casa de passagem, pra assentar cada um das famílias na sua devida casa. Eu me baseei por isso, né, e assim espero que eles cumpram, né, com a palavra, né.

Em suma, espera pela chance de mudar sua vida para melhor, principalmente no que diz respeito às suas próprias condições de trabalho e moradia:

> É, eu tenho que modificar a minha vida, né. [*Modificar a tua vida em que sentido?*] Em tudo, meu trabalho, ter o meu cantinho, minha casa, ter a minha vida que eu sempre tive e sempre quis ter, né. A minha vida era um pouquinho normal, né, sempre trabalhei, sempre tive minha vida, né, tive uma estrutura familiar, né. E eu quero continuar assim, não quero ficar do jeito que eu tou, né, tipo pra baixo e pra cima, sem banheiro decente, sem uma pia dentro de casa pra lavar louça, quer dizer, fizeram uma peça, um cubículo que mal, se entra um, sai outro.

Sobre possíveis fatos marcantes que tenham a ver com a história do Casarão, considera não ter o que comentar:

> Eu acho que eu não tenho o que falar, não tenho nada, eu acho que não tem nada de extraordinário pra falar do Casarão.

Figura 61 – Alice em sua peça durante realização da entrevista em 27/12/2005 (foto nossa).

2.6.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Alice

Figura 62 – Moradias de Alice (ver Quadro 9) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1967-1971	0-4	...	...	Porto Alegre/RS	-
1971-1980	4-13	Rua Pedro Boticário	Glória	Porto Alegre/RS	1
1980-1983	13-16	...	Cidade Baixa	Porto Alegre/RS	2
1983-1985	16-18	Rua Pedro Boticário	Glória	Porto Alegre/RS	1
1985-1986	18-19	Pensão e casas de família	...	Porto Alegre/RS	-
1986-1987	19-20	...	Rio Branco	Porto Alegre/RS	3
1987-1988	20-21	...	...	Salvador/BA	-
1988	21	Rua Pedro Boticário	Glória	Porto Alegre/RS	1
1988-1992	21-25	...	Assunção	Porto Alegre/RS	4
1992-1998	25-31	Av. Independência	Independência	Porto Alegre/RS	5
1998-2001	31-34	Rua Bom Sucesso	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	6
2001	34	Cafuncho	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	7
2001-2002	34-35	Estrada das Tamancas	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	8
2002-2003	35-36	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	9
2003-2005	36-38	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	10

Quadro 9 – Moradias de Alice: período, idade, localização e nº na Figura 62.

Até a fase final de sua primeira relação conjugal, Alice viveu em nível social de classe média, salvo nas condições típicas de classe alta que pôde usufruir, seja com a mãe em Salvador, seja quando trabalhou como doméstica no Bairro Assunção. Ao partir da área mais central da capital rumo à periferia, pode-se dizer que ingressou numa situação característica de classe baixa, da qual não conseguiu mais sair. Sua própria trajetória ilustra a decadência do trabalho em termos de poder aquisitivo com impacto direto sobre as condições de moradia, haja vista sua transição do aluguel mais caro no Bairro Independência ao mais barato na Lomba do Pinheiro, sucedida por uma história repleta de ocupações, da qual o Casarão foi apenas o capítulo mais recente (sem garantia alguma de que venha a se tornar derradeiro).

2.6.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Alice

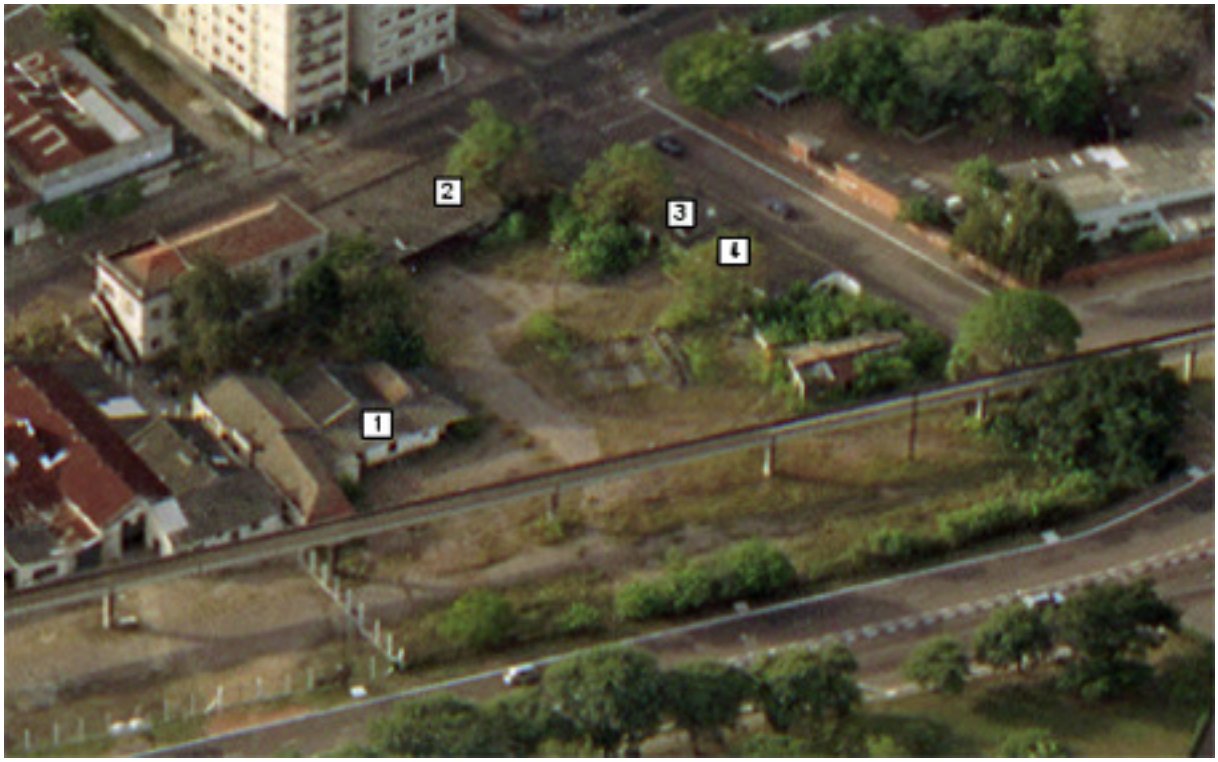


Figura 63 – Referências de Alice (ver Quadro 10) em vista do Casarão (imagem citada).

Referência	Período	Nº
Casa da família de Maiza (com quem Alice às vezes se organizava)	2002-2003	1
Casa da família de Miriam (com quem Alice também se organizava)	2002-2003	2
Casa da família de Alice (dividida com Gilberto e depois com Anísio)	2002-2003	3
Casa de Sebastião e Márcio (filhos de Anísio)	2002-2003	4

Quadro 10 – Referências de Alice no Casarão: período e nº na Figura 63.

Durante o período em que esteve no Casarão, Alice ocupou sempre a mesma casa, diante da qual aparece na foto adiante (Figura 64), tirada para o sítio virtual da AMACASA, com as filhas Carolina e Viviane, mais o caçula (da época) Anisinho:

Figura 64 – Alice e filhos diante de casa no Casarão em 24/01/2003 (foto nossa).

A casa de Alice foi a primeira a ocupar o prédio que aparece na foto seguinte (Figura 65), na parte telhada por trás de João Nedi e Clair, os quais vinham conferir a limpeza do terreno para a construção de sua futura moradia (na zona sombreada à esquerda da imagem). À direita, telhas e chapas de compensado repousam sobre a parede frontal da parte destelhada do mesmo prédio, então ainda desocupada. Será nessa última parte que Anísio montará a casa de seus filhos, poucos meses depois:

Figura 65 – João Nedi e Clair na edificação de sua casa em abril de 2002 (foto nossa).

Entre as pessoas lembradas por Alice (assim como pela maioria dos sujeitos) está Miriam, presidente da associação no tempo da ASACASA, a qual fotografei (de branco) na casa do falecido Flávio, sua esposa Suzana e o filho Héliton (Figura 66):

Figura 66 – Miriam na casa de Flávio e Suzana em abril de 2002 (foto nossa).

Outra pessoa com quem Alice se entendeu foi Maiza durante a organização da festa de Natal de 2002, promovida com apoio das voluntárias Lúcia Puggina e Suely Raimundo. Na foto (Figura 67), vê-se Cleiton (filho de João Nedi, com brinquedo na mão), Tito (filho de Andréia) e Luiz Fernando com a mãe Elisângela por trás de si:

Figura 67 – Natal com Papai Noel no Casarão em 14/12/2002 (foto nossa).

Alice esteve entre os moradores que se sustentavam em parte ou totalmente com o trabalho de reciclagem. A seguir, foto aérea da região central de Porto Alegre (Figura 68), sobre a qual se desenha o trajeto percorrido por ela durante a coleta:

Figura 68 – Roteiro da coleta de Alice (ver Quadro 11) em Porto Alegre (não publicada).[22]

Roteiro	Nº
Área do Casarão (ponto inicial)	1
Volta do Gasômetro	2
Rua Duque de Caxias	3
Área mais movimentada do Centro	4
Rua General Vitorino (ponto de retorno)	5
Vila do Chocolatão (onde o material coletado era vendido)	6

Quadro 11 – Roteiro da coleta de Alice em Porto Alegre: nº na Figura 68.

Alice reconhece sentir falta do espaço interno, das instalações hidráulicas e do isolamento que garantiam privacidade ao seu lar no Casarão. Na casa de passagem, as necessidades de tanque e banheiro devem ser supridas fora da peça de moradia.

[22] Numeração e traçado inseridos digitalmente sobre foto aérea não publicada de Henrique Amaral, tirada em 18/05/1997, sob escala indeterminável. A expressão *foto citada* indicará outras inserções digitais promovidas sobre a mesma foto ao longo desta dissertação.

As fotos a seguir (Figuras 69, 70 e 71) mostram a casa de passagem desde a visão frontal da Av. Padre Cacique até a lateral do pavilhão mais à direita, com destaques retangulares (de contorno preto) inseridos sobre a área útil interna da peça de Alice:

Figura 69 – Vista frontal da primeira casa de passagem em 02/06/2006 (foto nossa).

Figura 70 – Vista diagonal da primeira casa de passagem em 02/06/2006 (foto nossa).

Figura 71 – Vista lateral da primeira casa de passagem em 02/06/2006 (foto nossa).

Alice é mais uma entrevistada a reprovar a casa de passagem na comparação com o Casarão. Pode-se reconhecer nela a mágoa de quem, constrangida em sua *aspiração à liberdade*, ressente-se das condições degradantes que sofre em termos de moradia e trabalho. Longe de providenciar a solução de seus sofrimentos, a ação da Prefeitura até então só os têm agravado, especialmente quanto à situação de sua casa. Salta aos olhos o desejo por estabilidade entregue a um saudosismo que não se detém nas lembranças do Casarão, mas naquelas de um passado mais distante.

2.7 SUJEITO Nº 6: SEBASTIÃO CARLOS DO AMARAL PINHEIRO

Os dados revelados adiante baseiam-se na entrevista feita com Sebastião em 19/12/2005 na casa de passagem da Av. Padre Cacique. Seu respectivo relato foi o único a não ser revisado, já que ele abandonou a casa de passagem dias depois de dar a entrevista, antes mesmo da virada do ano, não voltando mais a viver lá desde então. Sebastião integra o grupo codificado como 12-D no Apêndice A deste texto.

2.7.1 Relato: Trajetória de Sebastião da Infância até a Casa de Passagem

Figura 72 – Sebastião e Adriano durante explicação do estudo em 16/12/2005 (foto nossa).

Sebastião vem à luz em 12/08/1982, filho de Anísio e Rosimary. O irmão mais velho, Alexandre, tem só um ano. Seguem-lhe outros quatro: Lilian (dois anos após), Márcio (três anos após), Liliane (seis anos depois) e Jean (oito anos depois). O pai é vigilante e a mãe, faxineira doméstica. Ao contrário dos irmãos, Sebastião não chega a estudar e, por isso, jamais aprende a ler. Desde os nove anos, costuma arrumar trabalho como servente de obra. Passa toda a infância e adolescência com a família numa casa do Bairro Agronomia, em Porto Alegre, perto da divisa com Viamão/RS.

Sebastião ainda nem tem dezenove anos (2001) quando uma série de eventos vem abalar o destino de todos, a partir do momento em que a família (exceto Lílian, já casada e morando fora) se transfere a uma invasão no Alto da Colina, na própria Agronomia. Sebastião começa a perceber que os pais já não se entendem direito. A situação evolui até o ponto em que eles se separam. Ela sai de casa só com a roupa do corpo, deixando tudo para trás em busca de um novo relacionamento com outra pessoa, junto a quem vai morar no Morro do Ipê (zona leste da capital). Diante disso, o pai se joga na cachaça, perde-se na vida e deixa os filhos atirados, sem qualquer atenção. Pouco tempo depois, é o caçula Jean que se vai para perto da mãe, sendo seguido por Liliane, Alexandre e Márcio, nessa ordem, um de cada vez. Não demora para o próprio Sebastião se reunir aos irmãos. Mas o pai não permanece sozinho, já trazendo Alice e seus próprios filhos para morar junto com ele.

Daí para frente, Sebastião passa por vários endereços, sustentando-se quase sempre de serviços diversos que pega de forma temporária. Transita entre as casas da mãe e do pai por algum tempo até aproximar-se dos vinte anos (2002), quando ocorre o falecimento do irmão mais velho, assassinado a tiros por envolvimento com armas e roubos. Parte então para assumir uma relação na companhia de Janaína, conhecida de infância, com quem divide moradia por um certo período na Vila Santa Isabel, em Viamão/RS, junto à divisa de Porto Alegre. É dessa união que nasce sua filha Cíntia. Vai então passar um tempo em Tramandaí, no litoral gaúcho (a 100 km de Porto Alegre), voltando depois disso à casa da mãe no Morro do Ipê. Acaba se metendo numa briga com o padrasto, em quem acerta uma facada na perna. Diante da situação, retorna à Agronomia atrás do pai, a quem já não vê há meses, mas sem encontrá-lo mais por ali. Acomoda-se por algumas semanas com sua tia Carmem, lá na própria Agronomia, até finalmente descobrir o paradeiro de Anísio, quando ouve dizer que ele está morando num lugar chamado Casarão.

Corre o ano de 2002. Sebastião trabalha com instalação de fiação subterrânea, a serviço de uma empresa de telefonia. Estando em atividade no Centro, pergunta a colegas de equipe sobre a localização desse tal de Casarão, em frente à Câmara de Vereadores. Com as dicas recebidas, consegue chegar ao local, onde logo chamam-lhe a atenção o pátio grande e as casas velhas de tijolo. Enfim, revê Anísio. O irmão Márcio e a família de Alice também estão ali. Fica então sabendo que o pai e o irmão atuam juntos no lugar com a coleta de lixo reciclável, dispondo de um carrinho para tal atividade. Já na semana seguinte, está de volta para morar e trabalhar com eles.

No tempo do Casarão, Sebastião divide uma casa com Márcio, separada por apenas uma parede da moradia de Alice, junto com quem Anísio permanece. Mais tarde, o irmão se junta com Camila (filha da moradora Maiza), trazendo-a para morar consigo. Fora o pai, o irmão e a cunhada, Sebastião convive mais com seus vizinhos do lado oposto, o casal Sérgio e Estela, mais sua filha Vanessa, com quem chega a namorar por alguns meses. De resto, estando solteiro, envolve-se com outras jovens moradoras, como nos casos de Janete e Michelle (também filhas de Maiza), além de Luanda (filha de Miriam), ficando às vezes com uma ou outra na parte que lhe cabe de sua própria casa. A noite do Casarão é vivida por ele com muita intensidade:

> E daí depois eu comecei a viver com as gurias que vinham pro Casarão na noite, né. Como a gente trabalhava durante o dia, à noite a gente descansava, fazia fogo ali no pátio, ali, e tomava uma cerveja, uma cachacinha assim, e começava a vir o pessoal, a vender roupa, vender *pizza*, vender tênis, vender carteira, pedir dinheiro emprestado, 10 por 20 [reais], coisa de trambiqueiro. E aí assim eu vivia a minha vida.

Se a descontração comanda a noite, o trabalho puxado é que dita o dia. Assim que Sebastião chega ao Casarão para junto de Anísio e Márcio, logo adquirem um segundo carrinho para expandir o negócio. Enquanto o pai leva um deles, os irmãos dividem o outro. Mais tarde, conseguem um terceiro, ficando cada qual com o seu. A rotina diária é sempre igual. A coleta começa cedo, com sol ou chuva, às 7 horas:

> De manhã, de manhã só tomava um café e ia direto pra batalha, direto puxar lixo. Porque os prédios que a gente pegava os lixo, eles tinham horário, né, por causa do lixeiro, por causa do lixo seco, do pessoal. Então eles já guardavam pra nós. A gente conversava com eles. Conversava, fazia amizade com as pessoas, as pessoas realmente viam que a gente tava trabalhando e fazia amizade, eles davam pra gente, em vez de dar pro caminhão mesmo, eles davam pra nós que tava precisando e tava trabalhando.

Cada um cumpre sempre o mesmo roteiro, buscando estabelecer uma relação pessoal com porteiros e zeladores dos prédios situados no decorrer do caminho por onde passam. Ao mesmo tempo, percorrem trajetos diferentes entre si pelas ruas do Centro, assegurando assim uma área maior de cobertura. Sebastião costuma puxar seu carrinho pela Rua Washington Luiz até a Rua Vasco Alves, de lá subindo até a Rua Demétrio Ribeiro, dobrando a partir dela em direção à Av. Borges de Medeiros, seguindo dali para a Rua dos Andradas, através da qual inicia a virada até a região da Volta do Gasômetro, de onde entra no Casarão para descarregar. Anísio e Márcio transitam por ruas paralelas, em uma rota semelhante a essa. Cada carrinho chega a realizar de duas a três viagens durante o dia, uma após outra, até o final da tarde.

É por volta das 19 horas que se inicia junto à casa dos irmãos, no interior do pátio cercado à sua frente, a fase de separação dos materiais coletados ao longo do dia:

> A gente separava os papelão, né, num canto, o papel branco a gente separava... Botava um monte de saco em volta, sentávamos na frente do lixo, né, com um saco de papelão, saco de papel branco, saco de misto, as garrafa a gente tocava tudo num canto, que era, algumas era PET, outras era branco, daí garrafa não era tanto, os plástico não era tanto porque era mais fácil de separar, mais era os papel e jornal. Papel e jornal era os mais difícil de separar, né. E às vez a gente ficava até 2, 3 horas da manhã separando; 2, 3 horas da manhã...

Além de jornal, papel, papelão e plásticos (tipo PET), também separam vidro, alumínio, ferro, cobre e outros metais. O passo seguinte é enfardar o material. Trata-se então de vender os fardos, uma vez por semana, a quem fizer o melhor preço:

> Nós vendia pra terceiro. Tinha um rapaz ali da, o Nivaldo, da vilinha do Chocolatão, que eles tão ali ainda, né, daí a gente vendia pra eles. [*Vocês iam até lá e entregavam o material de vocês.*] Não, a gente ia lá conversar com ele, né, quanto que ele pagava o preço do material pra nós. Então ele ia lá olhar nosso material, o estado que tava, e dava um preço. Se nós achava que é muito pouco, a gente não vendia. Mas daí, se ele achasse, se a gente achasse que valesse o nosso suor, a gente ia lá e vendia pra ele. Mas só que ele ganhava muito mais em cima das nossas costa. Aí até teve um tempo que a gente parou de vender pra ele e a gente mesmo fazia a nossa carga, às vez enchia os três carrinho e sobrava material enfardado em casa e aí a gente levava lá na [Av.] Voluntários da Pátria.

Para valorizar o rendimento do trabalho, vale até um bocado de malandragem:

> A gente dava um banho nos jornal, nos papelão, pra pegar preço. Eles ficava bem pesado. A gente vendia por semana, então até lá, se o tempo tivesse, se a gente vê que não ia chover durante a semana, a gente molhava. E daí até lá, por fora ele tava seco, mas parte era molhada. Aí nós ganhava o dobro que o cara, que o terceiro, que o terceiro pagava pra nós, né, no caso. Se ele pagava, vamos dizer que ele pagava 1 real o quilo. Se a gente molhasse ali, ele pagava 1 real o quilo, vamos dizer que seco dava 10 kg, a gente ganhava 10 reais. Mas molhado ele pesa 30, 40 kg. Então a gente ganhava muito mais, entendeu, na mão deles.

A atividade chega a render de 150 a 200 reais por semana para cada um (com material molhado), isto é, não menos do que 600 reais todo mês. Sebastião destaca ainda o papel social do papeleiro, apesar do preconceito que pesa sobre si:

> Muitos da sociedade, eles não dão bola, eles acham que o papeleiro é ladrão, é mendigo, é sujo, é relaxado, sabe, não se cuida. Mas o trabalho do papeleiro é muito importante. A pessoa que tá puxando na rua, não as que reciclam no galpão, a pessoa que tá juntando na rua, ele tá limpando a cidade. E qualquer uma pessoa, até eu mesmo agora, como eu não trabalho mais, se eu abrir uma bolachinha recheada, eu toco o papelzinho no chão; falta de educação, sujando a cidade. Se eu tou comendo um... Se eu tou lendo um livro, já li o livro, eu toco fora, toco em qualquer lugar, azar, depois passa um papeleiro e junta. Que ali é um papel branco e ali vale dinheiro. O que tá na batalha, o que tá juntando lixo, ele sabe: "Olha um caderninho. Vou juntar porque vale dinheiro." Vai lá e junta. O lixo que o Sebastião fez, foi um mendigo, um papeleiro que juntou. E ele vai transformar em dinheiro pra família. Tá se defendendo [a partir] do lixo que nós tocamos na rua.

Com o tempo, o modo como se organizam chama a atenção de uma pessoa importante no ramo da reciclagem, a qual lhes oferece apoio para o incremento do próprio negócio através da melhoria de suas condições de trabalho. O problema é que a Prefeitura, na época, já está decidida a remover os moradores do Casarão:

> A gente ganhou um galpão também, 10 por 10 [m], do Irmão [Antônio] Cechin. E eles queriam derrubar nosso, nosso telhadinho. E nosso telhadinho era pra botar o nossos papel da reciclagem pra não molhar, porque daí perde preço. Um papelão seco, ele tem um valor de 50 centavos, 80 centavos. E ele molhado, ele já não tem esse valor já. Ele molhado, ele perde todo o valor dele. E daí, como a gente tava precisando mesmo, daí o Irmão Cechin foi, viu nós trabalhando no sol, sol e chuva, o Irmão Cechin resolveu dar um apoio pra gente, né, estendeu a mão. E disse que ia dar uma mão pra gente fazer um telhadinho pra nós botar nossos material. E quando a gente começou a construir o telhadinho, o pessoal da Prefeitura veio tudo pra cima, veio tudo pra cima e derrubaram nosso telhadinho.

É especialmente com Maiza que Sebastião começa a se organizar, através de uma associação de moradores, para defender os interesses do Casarão em espaços de discussão pública tais como o OP:

> A gente formou uma associação, né. Já tinha, apesar que já tinha a associação, AMACASA, AMAASA, AMACASA, não sei como é que foi, que era essa associação deles, né. Daí, com o tempo, daí... [*E quando tu foi morar no Casarão, já existia essa associação.*] Já existia essa associação. E daí eles me convidaram pra fazer parte, pra mim começar a freqüentar, né, o OP, pra ver como é que era, se eu ia gostar. E eu fui e gostei. Gostei das coisas que a gente tava ouvindo, a gente conversava, a gente debatia. Aí falei com ela, me organizei mais com ela e aí comecei a participar, fazer parte da associação também. Daí depois foi meu pai a fazer parte da associação também, aí o meu irmão...

A preservação do Casarão é a principal bandeira de luta da associação:

> A associação brigava pela, pra não derrubar o Casarão, que eles queriam derrubar o Casarão, né. [*Quem?*] Ah, o pessoal do DEMHAB, o pessoal da Prefeitura. Eles disseram que aquela área era uma área de risco. Mas muitas pessoas... Realmente, muitos prédios eram de risco, já tavam baleados, já tavam bem, bem destruidinhos, cheio de lixo, algumas paredes trincada, estragada. Mas umas já não estavam. Outras tavam em perfeito estado. E começaram, não sei o que eles viram no Casarão, né, e começaram a brigar, a gente começou a brigar que não queria que o Casarão saísse. Eles foram lá, como a força deles era maior, conseguiram derrubar o Casarão. E a gente, como a gente podia era pouco, a gente não pôde fazer nada.

A saída do Casarão é forçada através de uma ostensiva invasão militar. Já na casa de passagem, a assistência prometida se dá só durante os primeiros meses:

> Invadiram o Casarão com doze motos, quatro microônibus, quatro viatura da Brigada Municipal, da polícia municipal, né, que eu não sei o nome direito... [*Guarda Municipal.*] Da Guarda Municipal, dois microônibus da Brigada Militar, do GOE [Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil], doze moto e quatro viatura da Brigada mesmo, dessas antiga aí. E escoltaram nós até aqui com a mudança. E aí, pra cá eles davam rancho pra gente, né, uma cesta básica pra ajudar, durante uns dois, três meses eles ficaram ajudando a gente. Mas depois abandonaram a gente pro resto da vida: "Ah, que se virem!" Aí era nós por nós.

A escolta promovida durante a mudança, também ostensiva, faz parecer que ali são levados traficantes e não simples moradores que buscam sobreviver da coleta de lixo. Instalados na casa de passagem, percebem que as condições de trabalho encontradas naquela região são completamente diferentes daquelas com as quais estão acostumados no Centro, o que finalmente os impede de dar continuidade ao trabalho de reciclagem nos moldes do Casarão:

> Direto pra cá escoltado com a polícia. Além de sirene ligada, ainda. De sirene ligada, meu. As moto do lado, o microônibus na frente do caminhão, na maior sirene, no maior escarcéu, parecia que nós era tudo traficante. E nós, simples moradores, querendo sobreviver, juntando nosso lixo na rua, juntando lixo nos prédio e mesmo assim... [*Aqui vocês conseguiram continuar aquele trabalho de reciclagem que faziam lá?*] Não conseguimos continuar, porque a pernada, a caminhada era muito longe. Não tem e não tinha nem possibilidades, não tinha, não tinha. Mesmo aqui por perto, até teria por perto. Mas a gente não tinha, não tinha, a bem dizer, não tem, não tem como. Aqui não, aqui eles quebraram nossas perna.

Sem conseguir manter a atividade com a mesma autonomia possível no tempo do Casarão, buscam trabalho numa associação de reciclagem existente ao lado da casa de passagem, estruturada em forma de cooperativa. Não ficam lá por muito tempo. Atualmente, já não trabalham mais juntos. Sebastião está de volta à rotina de pegar serviço temporário como servente de obra, como antes do Casarão. A renda que ganha hoje em dia nem se compara àquela obtida como papeleiro:

> Tu tem um carrinho, tu vai ali no... Tu passa numa casa, tá cheio de lixo o pátio da vizinha, de caliça, eles te pagam pra ti fazer um carreto e tirar o lixo do pátio deles. Então a gente tava sempre com dinheiro. Eu comia melhor do que hoje eu como bem. Hoje eu já não tenho azeite, entendeu? Algumas coisas tão faltando dentro de casa e, na época que eu trabalhava de papeleiro, nunca faltou.

Considera a vida levada nas condições da casa de passagem um inferno:

> Quando eu trabalhava, quando eu comecei a trabalhar aqui, aqui virou um inferno. Depois que se, eu vim pra esse lugar aqui, não, não, minha vida perdeu, eu perdi o gosto de viver, eu perdi tudo. Aqui não tinha, não tinha movimento, de gente, de pessoas, né. É sempre as mesmas pessoa. Então eu me desgostei com tudo, me desgostei.

Sobre o futuro em termos de trabalho, pensa em seguir pegando serviço como servente de obra. Não vê possibilidade nenhuma de voltar a mexer com reciclagem, a não ser que possa dispor de um local em condições ideais, como no Casarão. Com relação à moradia, pretende investir em 2006 na construção de sua própria casa, num terreno que possui lá na Agronomia, visando sair da casa de passagem o quanto antes, sem contar mais com a promessa de habitação feita pela Prefeitura.

Espera conviver futuramente o mais próximo possível da família, organizando-se especialmente com a mãe, com os irmãos mais novos (Liliane e Jean), com a atual namorada de dezesseis anos e com a filha Cíntia, atualmente com cinco anos de idade. Tem muita vontade de trazer a filha para morar junto dele, mas considera a casa de passagem completamente inadequada para qualquer criança:

> E aqui também não dá pra criar filho, não dá. Eu queria que a dona Sônia [Passos], a dona Sônia que botou nós aqui dentro, eu queria que ela viesse com os filho dela pra cá, viver no meio da merda. Quando chove, essa casa alaga, que os esgoto são tudo a mesma coisa do [Lago] Guaíba. Então sobe, bá, um bom nível da parede sobe. Isso aqui enche d'água. Jamais. Eu prefiro então ficar aqui sozinho do que trazer minha filha pro meio dessa imundície, porque isso aqui é uma imundície, Adriano. Isso aqui é uma imundície mesmo. Os filhos dos outros cagam no banheiro, cagam em qualquer lugar, aquela cozinha cheia de lixo, os tanque cheio de merda, cheio de comida, banheiro entupido, é só o pai que limpa. Eu não boto a mão em nada aqui, ó. Pra mim ir no banheiro daqui, eu vou e me acoco no vaso, que nem eu tivesse numa patente. Eu não boto a minha bunda nesses vaso aí, que eu não sei que doença eles têm, o que que eles têm. Eu vou pegar uma hemorróida, uma sífilis, um HIV deles? Não, não, não. Em primeiro... Por isso que eu já nem trouxe a minha filha pra morar aqui, que aqui não é lugar pra ter filho. Eles têm filho porque eles realmente precisam, eles realmente precisam. Eu já não preciso. Precisar eu preciso, porque eu não tenho onde morar. Mas, como agora eu tou construindo, eu quero construir a minha casa lá, eu quero abandonar esse lugar aqui. Não quero casa do DEMHAB, não quero nada do DEMHAB, eu só quero ficar aqui até eu terminar de construir a minha casa lá e ficar do lado da minha filha.

Figura 73 – Auxiliar de pesquisa filmando Sebastião em 16/12/2005 (foto nossa).

2.7.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Sebastião

Figura 74 – Moradias de Sebastião (ver Quadro 12) no mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1982-2001	0-19	Cafuncho – Agronomia	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	1
2001	19	Alto da Colina – Agronomia	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre/RS	2
2001-2002	19-20	Morro do Ipê	Jardim Carvalho	Porto Alegre/RS	3
2002	20	...	Vila Santa Isabel	Viamão/RS	4
2002	20	...	...	Tramandaí/RS	-
2002	20	Morro do Ipê	Jardim Carvalho	Porto Alegre/RS	3
2002-2003	20-21	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	5
2003-2005	21-23	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	6

Quadro 12 – Moradias de Sebastião no Casarão: período e nº na Figura 74.

Antes do Casarão, Sebastião morou quase toda sua vida em regiões periféricas próximas da divisa entre Porto Alegre e Viamão, seja em bairros caracterizados pela freqüente invasão de áreas verdes (Lomba do Pinheiro), seja em zonas de ocupação humana mais antiga, mas igualmente precária (Jardim Carvalho e Vila Santa Isabel). Sua trajetória o revela constantemente presente em ambientes urbanos degradados, ou seja, submetidos a condições socioeconômicas degradantes.

2.7.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Sebastião

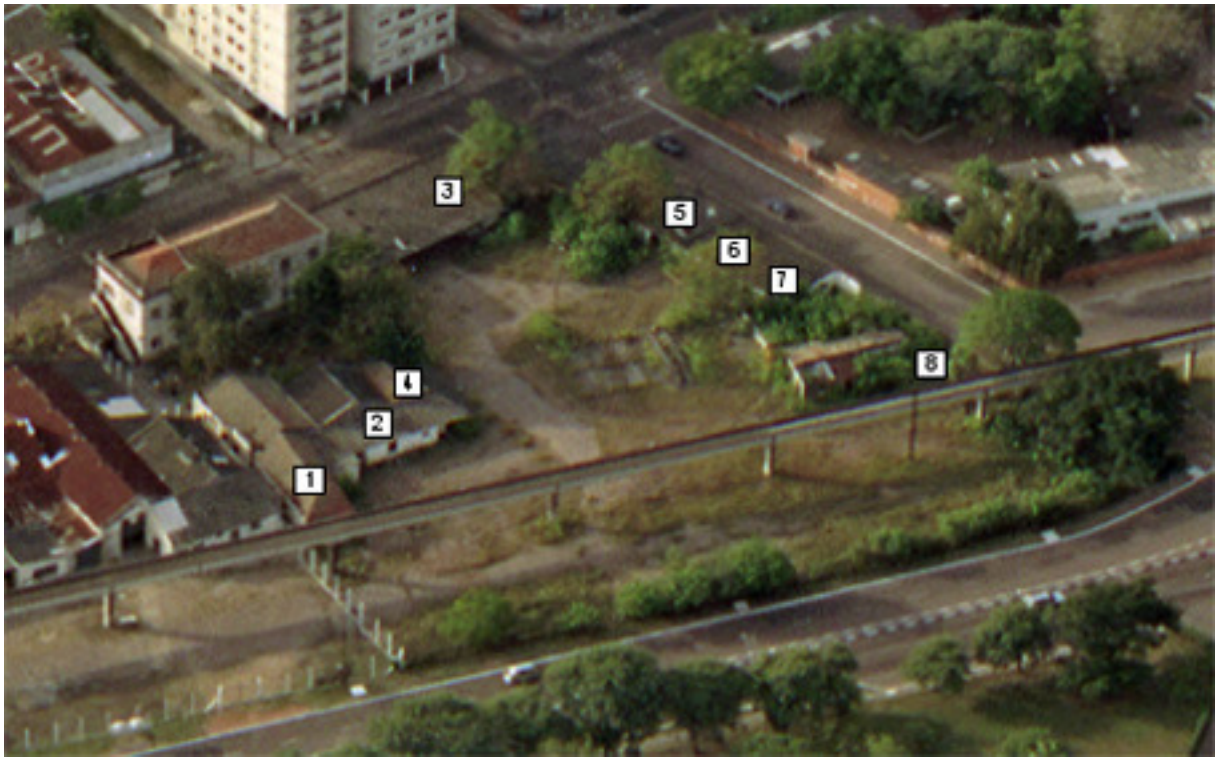


Figura 75 – Referências de Sebastião (ver Quadro 13) em foto do Casarão (imagem citada).

Referência	Período	Nº
Casa de Michelle (filha de Maiza)	2002-2003	1
Casa da família de Maiza (mãe da cunhada Camila)	2002-2003	2
Casa de Luanda (filha de Miriam)	2002-2003	3
Casa de Janete (filha de Maiza)	2002-2003	4
Casa da família de Alice (com quem o pai Anísio fixou moradia)	2002-2003	5
Casa de Sebastião e Márcio (em cujo pátio faziam reciclagem)	2002-2003	6
Casa de Sérgio com a esposa Estela e a filha Vanessa.	2002-2003	7
Galpão de reciclagem doado pelo Irmão Cechin	2003	8

Quadro 13 – Referências de Sebastião no Casarão: período e nº na Figura 75.

Após chegar ao Casarão, Sebastião (mais conhecido pelo apelido de Maninho) não demorou em decidir-se por permanecer ali mesmo, integrando-se ao trabalho de reciclagem promovido então pelo pai na companhia de outro filho, Márcio, seu irmão mais próximo (também chamado de Nenê). Enquanto Anísio ficava diretamente com Alice, os irmãos dividiam entre si uma casa à parte, com áreas reservadas para cada um deles. Era no pátio frontal dessa casa, devidamente cercado, que se realizava a tarefa de triagem e enfardamento do material coletado na rua por meio de carrinhos.

A foto exibida adiante (Figura 76), tirada para ilustrar o sítio eletrônico da AMACASA, apresenta-os diante da casa ocupada por Sebastião e Márcio:

Figura 76 – Sebastião e Márcio diante de casa com Anísio em 24/01/2003 (foto nossa).

Entre os moradores mais antigos, Luanda (filha de Miriam) é uma das pessoas de quem Sebastião se lembra com carinho. É possível vê-la na foto adiante (Figura 77), em mutirão de limpeza organizado bem antes de Maninho conhecer o Casarão. Ao fundo, avista-se a varanda fechada por chapas de compensado da casa onde ela morava com Miriam, o irmão Serginho e o padrasto Alex (de costas na foto):

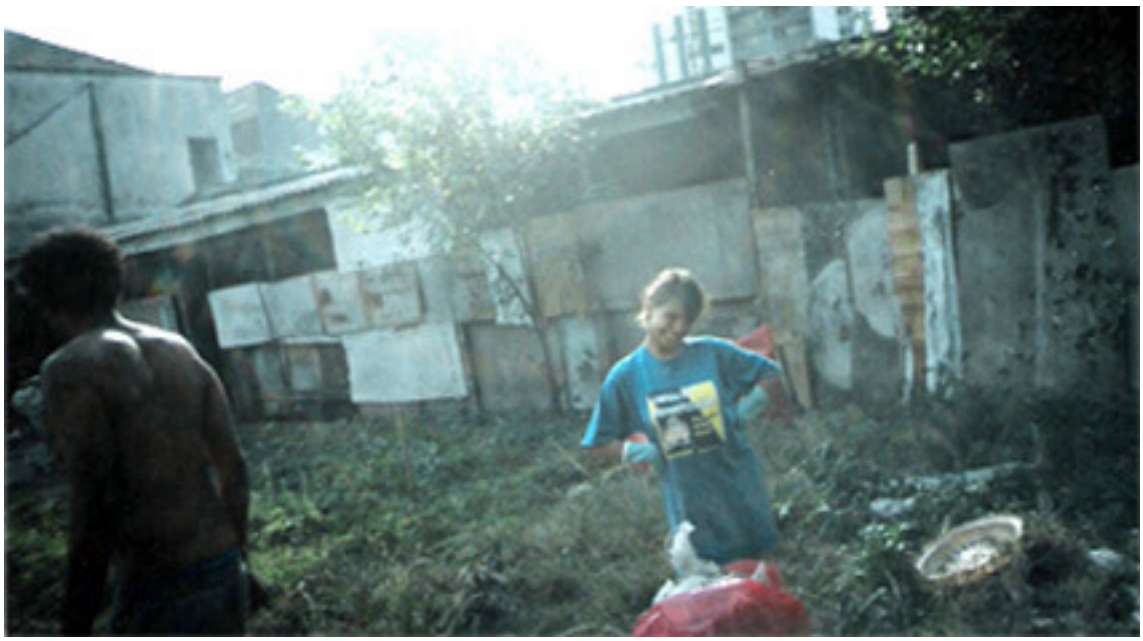


Figura 77 – Luanda durante mutirão de limpeza do Casarão em 25/08/2001 (foto nossa).

Ao relatar sua própria jornada de trabalho, Sebastião passa a imagem de uma atividade intensa. Eis o trajeto percorrido por ele todo dia, puxando carrinho, durante a fase da reciclagem dedicada à coleta no Centro de Porto Alegre (Figura 78):

Figura 78 – Roteiro da coleta de Sebastião (ver Quadro 14) em Porto Alegre (foto citada).

Roteiro	Nº
Área do Casarão (ponto inicial)	1
Rua Washington Luiz	2
Rua Vasco Alves	3
Rua Demétrio Ribeiro	4
Av. Borges de Medeiros (ponto de retorno)	5
Rua dos Andradas	6
Volta do Gasômetro	7
Vila do Chocolatão (onde quase sempre se vendia o material coletado)	8
Av. Voluntários da Pátria (onde às vezes se vendia o material coletado)	9

Quadro 14 – Roteiro da coleta de Sebastião em Porto Alegre: nº na Figura 78.

O alto pique de trabalho da família Pinheiro rendeu-lhe apoio material e técnico oferecido para a construção de um galpão de reciclagem capaz não só de abrigar o volume de lixo reunido, mas também de proteger as atividades posteriores à coleta.

O apoio foi dado pelo Irmão Antônio Cechin,[23] visto na foto adiante (de boné escuro ao fundo) junto de Anísio, Sebastião e Marli Medeiros[24] em reunião para organizar a resistência contra a demolição desse galpão por exigência da Prefeitura (Figura 79). O restante da roda é formado em boa parte por mulheres recicladoras da Vila Pinto. Dá para ver, de perfil, os rostos da moradora Gabriela (no fundo, à esquerda da foto) e do agregado Cézar (de boné claro mais à direita da imagem), primo de Sebastião:

Figura 79 – Reunião da resistência contra demolição do galpão em 15/09/2003 (foto nossa).

A organização dos moradores através da AMACASA é lembrada por Sebastião, sobressaindo-se o nome de Maiza, com quem aparece na foto seguinte (Figura 80) diante do galpão (tendo a neta Edna à sua frente), junto de Anísio e Vildemar:

Figura 80 – Moradores diante do galpão de reciclagem em 14/09/2003 (foto nossa).

[23] Co-fundador da Associação Profetas da Ecologia (dedicada à reciclagem na zona norte da cidade) e reconhecida liderança estadual na organização de catadores de lixo reciclável.
[24] Presidente do Centro de Educação Ambiental (responsável pela organização do galpão de reciclagem da Vila Pinto, na zona leste da capital).

O desmanche do galpão foi dirigido por agentes da Prefeitura com apoio militar, como revelam as fotos a seguir (Figuras 81 e 82), tiradas ao raiar do dia 18/09/2003:

Figura 81 – Desmontagem do galpão pela Prefeitura em 18/09/2003 (foto nossa).

Figura 82 – Poder público e força militar no Casarão em 18/09/2003 (foto nossa).

O episódio ocorrido de manhã foi alvo de debate à tarde no plenário da Câmara Municipal, entre vereadores favoráveis e contrários à ação desenvolvida. Uma breve exibição dos argumentos em jogo permite entrever os pontos de vista de cada parte.

Em prol do Casarão, vale destacar a fala do então Vereador Wilton Araújo, membro de partido político de oposição ao governo municipal, conforme trecho a seguir:

> Só para os Srs. Vereadores terem uma idéia do que aconteceu lá, havia nada menos do que dois microônibus cheios de brigadianos, duas viaturas, doze motos, quatro viaturas da Guarda Municipal e mais três caminhões da SMOV [Secretaria Municipal de Obras e Viação], além de funcionários e fiscais da SMOV. [...] Vão dizer e pensar aqueles que estão em casa e que não conhecem o Casarão: "deve ser, talvez, uma invasão de milhares de pessoas para precisar de tanta gente assim". São 18 famílias. E outros hão de dizer que, se estava lá a Brigada Militar, se estava lá a Guarda Municipal, se estavam lá os caminhões da SMOV, se estavam lá os fiscais da SMOV, certamente uma decisão judicial deveria ter sido exarada para dar legitimidade, legalidade a uma ação dessas. Nenhum juiz se manifestou, sequer o Poder Público entrou na Justiça. Sabem qual o documento legal? Uma notificação da SMOV. Eu, que fui Secretário desta pasta, sinto-me envergonhado de ver que uma notificação serve como pretexto para remover [...] a *manu militari*. (PORTO ALEGRE, 2004, grifo do autor).

Figura 83 – Vereador Wilton Araújo contra desmonte do galpão em 18/09/2003 (foto nossa).

Em defesa do poder público, cabe ressaltar a palavra do então Vereador Juarez Pinheiro, do partido de sustentação ao governo municipal, nos termos que seguem:

> O tráfico de entorpecentes ocupou aquela área e passou a cometer contra a coletividade do entorno uma série de agressões! [...] A comunidade do entorno, vendo a ineficiência do Poder Público [...] pleiteia, aproximadamente há 4 anos, que as famílias [...] recebessem um local, um abrigo para se locomoverem desse local, para possibilitar [...] que ali fosse instalada uma capatazia do DMLU [Departamento Municipal de Limpeza Urbana]. [...] Constituímos um albergue, temos local para levar as famílias, e com um acordo político construído com os moradores, [...] com o movimento, [...] com o Governo, ou seja, as famílias vão ser localizadas no albergue. Pediram inovações na obra já feita, o Município está fazendo. Há uma ação de reintegração de posse com concessão de liminar, Vereador, não tem *manu militari*, V. Exa. está absolutamente desinformado, [...] não estava nem acordado naquele horário, eu estava lá; [...]. Portanto, não houve [...] ação irregular, não houve abuso de poder. [...] Agora, se tem algum Vereador aqui que deseja que o tráfico continue no Centro da Cidade, então, o errado sou eu. (PORTO ALEGRE, 2004, grifo do autor).

Pelo tipo de preocupação que o movia, o pronunciamento do Vereador Juarez Pinheiro revela a razão do recurso a um aparato militar tão ostensivo para demolir o galpão e, mais tarde, remover os moradores. O que parecia ser simples aplicação da política social necessária ao enfrentamento de uma certa situação emergencial teve, por trás de si, motivações típicas de quem promove operações policiais para resolver problemas de segurança pública. Já no protesto do Vereador Wilton Araújo, vê-se o ponto de vista trazido pelos moradores com quem conversou e que acompanharam seu discurso no plenário da Câmara, como prova a foto seguinte (Figura 84), batida por Cézar, onde aparecem Sebastião e Márcio junto a Anísio no momento em que este conta sua história a um assessor parlamentar, enquanto os filmo à sua frente:

Figura 84 – Família de Sebastião na Câmara Municipal em 18/09/2003 (foto nossa).

Eis algumas palavras ditas por Anísio na ocasião da foto recém apresentada:

> Começaram a invadir as nossas casas também, daí pegaram e o major disse que era pra eles se retirarem do local, porque a missão deles ali era o telhado, e acabar com o vandalismo ali dentro. [...] Derrubaram, tudo animalesco, pedi pra que não quebrassem. Me agarraram e me tiraram debaixo do telhado, que eu não queria sair, pegaram e me tiraram o telhado de lá. [...] Daí não me deixaram mais eu entrar ali dentro, daí. Foi aí que eu me afastei deles, me pediram calma, mas naquela hora eu tava muito nervoso, não deu, não tem calma. Pô, vendo todo o meu suor, o meu trabalho lá, que a gente tá desenvolvendo ali, né, embaixo. [...] Era só simplesmente um telhadinho pra nós trabalhar embaixo. (Não publicado).[25]

[25] Depoimento inédito de Anísio dos Santos Pinheiro, gravado numa fita de videocassete por Adriano Ruschel Marinho em 18/09/2003.

No dia seguinte, Cézar pôs-se a ensaiar no gravador um pronunciamento sobre essa ocorrência, a ser dado na próxima reunião do FROP-Centro, à qual não chegou a comparecer. Restaram as palavras gravadas. Eis alguns fragmentos:

> Boa tarde! Eu sou o Cézar, sou morador do Casarão e estou aqui mais uma vez pra reclamar o que foi feito aqui em nosso estabelecimento. [...] Tudo que minha mãe e meu pai me ensinaram foram por água abaixo. Que existe a democracia, [...] que já tinha passado a época da ditadura, da censura, de tudo isso. [...] Querem desmanchar simplesmente o que nós temos [...], o que nós conquistamos com o nosso suor, como foi expressado [...] por vários vereadores que vê nosso trabalho. Que acompanha o nosso trabalho, que vê que [...] nós não somos um bando de marginais, não somos um bando de estúpidos e ignorantes. Simplesmente queremos o direito de trabalhar. [...] O que a gente pede aqui ao orçamento participativo, que todos tenham o direito de opinar pelas suas idéias, pelos seus direitos. Pô, que que é isso? Se o povo não tem mais direito a opinar, então não existe orçamento participativo. Então vamo deixar de lado essa conversa fiada, tá, então vamo deixar o pobre trabalhar, né. Por causa que as cadeias tão cheias, estão lotadas. Ou deixa o pobre trabalhar, ou encaminha pra vida do crime. O que que vocês acham melhor? (Não publicado).[26]

A foto adiante (Figura 85) mostra Cézar na ponta, tendo ao lado, da direita para a esquerda, Sebastião, Anísio, Márcio e Camila, no dia em que o depoimento acima foi gravado. Atrás deles, vale observar o espaço vazio onde antes ficava o galpão:

Figura 85 – Anísio e família após desmanche do galpão em 19/09/2003 (foto nossa).

[26] Depoimento inédito de Valmor Cézar da Silva, gravado em 19/09/2003 por ele mesmo em cassete sonoro pertencente ao acervo de pesquisa de Adriano Ruschel Marinho.

Era de Sebastião e Márcio a primeira casa derrubada no Casarão por ação de escavadeiras, conforme se vê na seguinte foto batida por Cézar (Figura 86):

Figura 86 – Derrubada da casa de Sebastião e Márcio em 16/10/2003 (foto nossa).

Ao conceder-me entrevista, Sebastião deixou bem clara toda sua descrença na promessa da Prefeitura com relação à entrega da moradia definitiva aos ocupantes da casa de passagem. Depois de uma semana, já nem residia mais lá. Para explicar os motivos de seu desgosto, Maninho valeu-se de argumentos semelhantes àqueles que seu próprio pai empregou em carta de 16/11/2003, intitulada *Não Agüento Mais*:

> Tenho 08 filhos e vivo numa casa de passagem onde me jogaram. [...] Meus filhos estão se tornando viciados e eu, um bêbado. Eu era vigilante bancário e residencial. Hoje puxo carrinho de papel para sobreviver. Estou com 41 anos e não agüento mais essa vida. Será que tem alguém no mundo que possa me ouvir e me ajudar? Socorro, por favor! [...] Jogado neste local pela Prefeitura. Responsável: Senhora Sônia Passos. (Não publicada).[27]

Meus dados de arquivo dão inteiro suporte ao relato de Sebastião, reforçando a suposição de que os antigos moradores do Casarão foram alvos de uma intervenção impositiva que mal se importou com seus interesses. O resultado degradante dessa imposição aparece de forma dramática nos testemunhos de Sebastião e de seu pai, cujas demandas por uma vida mais estável em termos de moradia e trabalho tantas vezes puseram em prática através de benfeitorias realizadas no local. Para Maninho, porém, a descrença na Prefeitura não se converte em impotência ou saudosismo, à medida que traça planos concretos para ir embora e refazer sua vida longe dali.

---

[27] Carta inédita de Anísio dos Santos Pinheiro, redigida sob o título de *Não Agüento Mais*.

2.8 SUJEITO Nº 7: GISELE ANDRÉIA SILVA DOS SANTOS

Os próximos dados apresentados têm por fundamento a entrevista concedida por Andréia em 31/12/2005 na casa de passagem da Av. Padre Cacique. O relato foi revisado e autorizado pela própria entrevistada na minha presença em 23/01/2006. Andréia pertence ao grupo familiar codificado como 09-C no Apêndice A deste texto.

2.8.1 Relato: Trajetória de Andréia da Infância até a Casa de Passagem

Figura 87 – Andréia e Adriano durante explicação da pesquisa em 22/12/2005 (foto nossa).

Andréia nasce em 30/11/1982. Filha de Tânia e Jayme, vem para integrar uma família bem numerosa. São três irmãos adolescentes, frutos do primeiro casamento da mãe: Leandro (treze anos), Liane (doze anos) e Luciano (onze anos). Outros dois irmãos provêm de relações passageiras da mãe: Mirele (cinco anos) e Roberto (dois anos). Há também Kátia (um ano), única irmã até então por parte do mesmo pai e da mesma mãe. Já nascida, vão lhe seguir mais quatro irmãos de sangue tanto materno quanto paterno: André (três anos depois), Carlos Alberto (cinco anos depois), Beatriz (sete anos depois) e Marilene (oito anos depois).

Moram na Vila Santa Isabel, em Viamão/RS, perto da divisa com Porto Alegre, nos fundos da casa da avó materna que, além de ceder espaço, também contribui com as despesas do lar. O pai não se mexe para trabalhar, nem gosta que a mãe o faça. O máximo que faz ele, quando está em casa de boa vontade, é roubar galinha para, como costuma dizer, ajudar no sustento da família. Mas as brigas de casal são freqüentes. Não é raro que ele se afaste por longos períodos, inclusive para conviver com outra mulher, voltando só de tempos em tempos. São nesses intervalos que a mãe se põe a lavar roupa para fora, reforçando assim o orçamento doméstico.

É por volta dos seis anos (1989) que Andréia vai ver seu irmão Roberto, então com oito anos, pela última vez. Já acostumado a fugir de casa, ele escolhe não mais retornar, preferindo ficar com as “tias” (como assim as chama) da FEBEM, o que se consolida com a assinatura da mãe nos documentos para transferência de guarda, por intermédio do Juizado de Menores. Depois disso, nunca mais se tem notícia de Roberto dentro da família.

Andréia está com nove anos (1992) quando acompanha a mãe, a irmã Kátia e os irmãos mais novos para seguir ao encontro do pai em Porto Alegre, mantendo-se os demais irmãos com a vó em Viamão. Há meses que o pai mora na Vila Maria da Conceição, Bairro Partenon (zona leste da capital), onde se fixa após dar de facão na orelha de um morador vizinho lá da Santa Isabel por conta de desentendimentos pessoais. É nessa época que ele começa a trabalhar como guardador de carros. Mas a situação vai se tornando cada vez mais instável para eles, o que os obriga a mudar de endereço diversas vezes no intervalo de seis anos, quase sempre entre a Conceição e o Bairro Nonoai (zona sul da capital). Em conseqüência disso, Andréia não pára em colégio nenhum e sequer aprende a ler, tal como acaba acontecendo com seus outros irmãos. A dificuldade de garantir vaga para os filhos em creches e escolas prende a mãe dentro de casa, especialmente no início, por não ter a quem confiá-los com segurança. Pouco a pouco, consegue se organizar melhor para isso, o que até lhe permite arrumar serviços de faxina, a partir dos quais obtém uma renda superior à do próprio marido. Mas ele, inconformado de vê-la sair para o trabalho, chega a acusá-la de infidelidade como forma de levantar suspeita sobre a origem do dinheiro que ela traz para dentro de casa. No extremo, é capaz de bater nela para impedi-la de trabalhar. E assim vão levando a vida. Nessa época, a irmã Kátia deixa a família para se casar, fixando residência com o marido na própria Conceição.

Com treze anos (1996), Andréia se transfere com a família para a Vila Safira, perto da divisa com os municípios de Alvorada e de Viamão. O pai segue ganhando a vida nas ruas como guardador de carro. Já a mãe, em função da idade (46 anos), não consegue mais trabalhar como faxineira. É lá que os irmãos André e Beatriz vão freqüentar a escola, avançando até a 3ª série do ensino fundamental.

Andréia já está com quatorze anos (1997) quando se casa com João Pereira, conhecido geralmente pelo apelido de Pinto, passando a morar na casa dele, lá na Conceição. Pinto sustenta-se catando papelão, enquanto Andréia só cuida do lar, sem exercer nenhuma atividade de trabalho. Logo são os filhos que vão exigir seus cuidados. Primeiro vem Andrielle (13/05/1999) e, a seguir, Jonathan, chamado Tito (02/10/2000). Com o aumento da família, porém, fica cada vez mais complicada a sustentação das despesas domésticas.

A solução é abrigar-se na Safira com os pais de Andréia. Ela agora já está com dezoito anos (2001). A casa é bastante grande, com pátio amplo e espaço suficiente para acomodá-los sem maior problema. É lá que nasce Jonny Marlon (08/10/2001). Mas a Safira é uma área violenta, barra pesada, coisa que Andréia e sua família vão provar na carne com uma dupla tragédia ocorrida no curto espaço de dois meses, entre setembro e novembro de 2002, cujas conseqüências acabam remexendo com o destino de todos. Trata-se de dois assassinatos que roubam a vida de seu irmão mais novo André e de sua irmã mais velha Kátia.

Corre o dia 09/09/2002. Andréia, Pinto e as crianças passam uns dias de visita ao irmão Mirele, na época já estabelecido no Casarão, quando aparece Leandro, o irmão mais velho, para trazer a notícia do assassinato a tiros de outro irmão, André, de dezessete anos. Não querendo acreditar, Andréia resolve ir até a Safira para ver a mãe. Lá chegando, confirma a notícia. A mãe já está na delegacia, dando parte do crime e dos criminosos. No dia anterior, são pessoas encapuzadas que invadem sua casa atrás do filho, chegando inclusive a atingi-la com coronhadas. Mas o capuz que oculta o rosto de cada um não é capaz de disfarçar seu dono para quem conhece e reconhece sua voz. A ameaça não demora para transformar-se em fato consumado. Ao que parece, André é mais um daqueles casos de vítima por engano em razão de dívidas que não são suas, mas de outro indivíduo. A mãe nem retorna mais à vila. Deixa tudo para trás (casa, móveis, roupas), vindo instalar-se no Casarão no mesmo dia, trazendo consigo só o marido e os três filhos menores. Tampouco Andréia volta à Safira, permanecendo desde então, com Pinto e os filhos, direto no Casarão.

Quase dois meses após, uma nova tragédia vem manchar a memória familiar. Agora é Kátia que cai vítima de homicídio, também na Safira. O assassino só faz cumprir ameaça feita no ano anterior. Naquela época, cumprindo pena no Presídio de Charqueadas/RS (a 50 km de Porto Alegre), ele quer alguém que vá lhe fazer visitas. A escolha recai sobre Kátia que sequer o conhece. Não se trata de convite, mas de imposição: se ela não o visitar, ele simplesmente manda seu pessoal corrê-la da vila ou matá-la. Ela o visita durante um ano, até ele fugir de lá, meses antes do episódio. Azucrinado por terceiros, passa a desconfiar de não ser seu o filho que ela espera há quase nove meses, abatendo-a à bala diante da filha Paola, então só com quatro anos (31/07/1998). A menina passa a ser criada pelos avós, pais de Andréia.

Durante o tempo do Casarão (pouco além de um ano), Andréia convive mais com Anísio e principalmente com Maiza. Em casos de necessidade, por exemplo, é através do apoio de Maiza que se organiza para conseguir um rancho da Prefeitura. Naquela época, Pinto costuma trabalhar com o cunhado Mirele, contando ambos, às vezes, com a ajuda de outro cunhado seu, Carlos Alberto, chamado Nenê. Juntam papelão ao longo da semana numa peça ao lado da casa de Mirele para vendê-lo depois, dividindo entre si a renda do negócio, cerca de 60 reais para cada um. Pinto chega a trazer para dentro de casa, portanto, 240 reais por mês com esse trabalho.

Andréia considera o Casarão melhor do que a casa de passagem por causa de sua maior proximidade com locais de abastecimento e de atendimento médico.

> Ah, não queria sair de lá. [*Vocês não queriam sair de lá por quê?*] Ah, porque tudo era mais perto, era o Centro, era perto. A gente tinha que ir no médico, não precisava pegar um ônibus porque ali tava pertinho. Aí, em qualquer médico dava pra ir consultar, se ficasse doente. E tudo era bem mais perto. Tinha um armazém ali, também. Aqui não, aqui a gente tem que ir lá, passando do [Estádio] Beira-Rio pra lá [inaudível] ou senão pra lá. [*E aí, por que é que vocês saíram de lá?*] Ah, saímos de lá por causa que eles acabaram convencendo todo mundo que iam nos dar uma casa, que ia ser melhor pra nós, que tavam reclamando. Daí nós acabemo vindo. [*E quem era que convenceram vocês disso?*] A dona Sônia aquela, Sônia Passos.

Quanto ao futuro em termos de moradia, Andréia espera pelo cumprimento da promessa referente à casa própria, ressentindo-se do fato de ninguém mais tocar no assunto por parte da Prefeitura. Com relação ao trabalho, sua expectativa é a de poder arrumar serviço de faxina. Sonha com a possibilidade de que cada criança sua possa estudar para ser alguém na vida. Em resumo:

> Ah, que a gente tenha trabalho, que não nos falte nada. E que as crianças tenham colégio, estudo.

Sobre o que pode haver de mais importante a lembrar na história do Casarão, logo lhe bate a saudade da mãe:

> Ah, pra mim, o fato mais importante é quando a minha mãe tava viva.

Sem dúvida, 2005 é um ano de perdas e ganhos familiares. Quanto às perdas, destacam-se os falecimentos da mãe (06 de fevereiro) e do pai (1º de dezembro) por doenças. Na época da entrevista, aguarda notícia sobre a possível morte, na cadeia, do irmão Luciano. Quanto aos ganhos, as novidades são o nascimento de Natasha (27 de maio) e a incorporação da sobrinha Paola à família. Outra lembrança sua do Casarão é da organização para limpar o pátio, o que faz falta na casa de passagem:

> É que lá era bem organizado, bem... Era organizado, tinha gente que dizia que não era organizado, mas era bem organizado. O pátio aquele, todo aquele baita pátio lá era limpo, né. Meu irmão, meus irmão, a gente limpava, deixava bem limpo. Porque quando a gente foi morar lá, era cheio de lixo, cheio de rato, lá nos fundos, quando nós fomo morar. Cheio de lixo, cheio de rato. Depois ficou mais ajeitadinho quando o Mirele começou a botar a mão [inaudível]. Se todo mundo ajudasse a limpar, capinar, deixar bem direitinho...

Por fim, recordar do Casarão traz consigo a dor de uma grande perda:

> Ah, que a gente nunca deveria ter saído do Casarão, porque lá era bem mais melhor.

Vê o bom do Casarão nas condições de acesso a saúde, trabalho e consumo:

> Ah, lá era bem mais melhor até pra gente conseguir as coisa [inaudível], os médico, né, os armazém. E até de trabalhar com carrinho era bem melhor.

Figura 88 – Andréia e família na revisão da entrevista em 23/01/2006 (foto nossa).

2.8.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Andréia

Figura 89 – Moradias de Andréia (ver Quadro 15) em mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1982-1992	0-10	...	Vila Santa Isabel	Viamão/RS	1
1992-1993	10-11	Vila Maria da Conceição	Partenon	Porto Alegre/RS	2
1993-1994	11-12	...	Nonoai	Porto Alegre/RS	3
1994-1995	12-13	Vila Maria da Conceição	Partenon	Porto Alegre/RS	2
1995	13	...	Nonoai	Porto Alegre/RS	3
1995-1996	13-14	Vila Maria da Conceição	Partenon	Porto Alegre/RS	2
1996-1997	14-15	Vila Safira	Protásio Alves	Porto Alegre/RS	4
1997-2001	15-19	Vila Maria da Conceição	Partenon	Porto Alegre/RS	2
2001-2002	19-20	Vila Safira	Protásio Alves	Porto Alegre/RS	4
1999-2003	19-23	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	5
2003-2005	23-25	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	6

Quadro 15 – Moradias de Andréia: período, idade, localização e nº na Figura 89.

Todas as regiões nas quais Andréia já morou antes do Casarão são habitadas por populações de baixa renda em loteamentos com infraestrutura urbana precária, freqüentemente irregulares. Vale observar, na origem de sua chegada ao Casarão, a recomposição do próprio grupo familiar em razão de uma tragédia duplamente fatal.

Já na casa de passagem, a seqüência de perdas familiares, associada à prisão do irmão Mirele, tem criado a necessidade de novos arranjos no interior desse grupo. A trajetória de Andréia caracteriza-se, assim como nos casos de Marli e de Sebastião, pela circulação permanente em ambientes forjados sob condições socioeconômicas adversas, diante das quais seus habitantes tornam-se mais vulneráveis a processos cíclicos de exclusão e reinclusão social que desembocam em situações degradadas. Pela sucessão de mudanças apresentada por Andréia (foram dez nos últimos quinze anos), é possível enxergar a remoção como um *desenraizamento* a mais dentro de uma história que se repete na contínua desvalorização do trabalho (que já não rende o que rendia no Casarão) com conseqüente deterioração das condições de moradia.

2.8.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Andréia

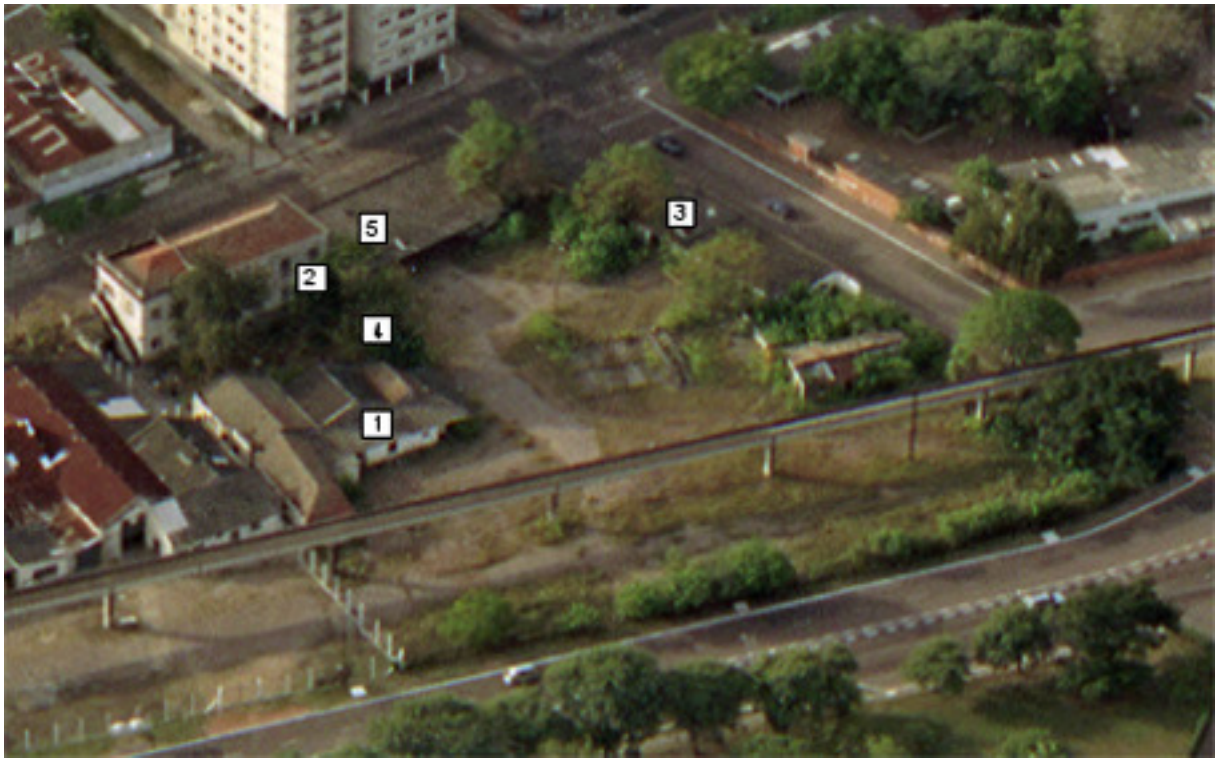


Figura 90 – Referências de Andréia (ver Quadro 16) em vista do Casarão (imagem citada).

Referência	Período	Nº
Casa da família de Maiza	2002-2003	1
Casa da família do irmão Mirele e da cunhada Marli	2002-2003	2
Casa de Anísio junto com a família de Alice	2002-2003	3
Casa de Andréia com João Pereira (Pinto) e os filhos	2002-2003	4
Casa da mãe Tânia com o padrasto Jayme e os filhos caçulas	2002-2003	5

Quadro 16 – Referências de Andréia no Casarão: período e nº na Figura 90.

Das lembranças do Casarão, Andréia destaca as que lhe remetem à presença ainda viva da mãe, Tânia, a quem fotografei com seus filhos menores (Mari e Nenê à direita e Bia à esquerda da imagem) diante de casa em janeiro de 2003 (Figura 91):

Figura 91 – Tânia com os três caçulas diante de casa em 24/01/2003 (foto nossa).

Uma foto mais antiga, tirada de ângulo similar (Figura 92), mostra as alterações feitas pelo grupo familiar de Andréia nas entradas de suas casas, como o cercado ao redor da varanda de Tânia (anteriormente aberta) e o puxado para servir de porta à casa de Mirele (em lugar da janela vista no canto esquerdo da imagem):

Figura 92 – Futuras casas de Mirele e Tânia, vistas em 25/08/2001 (foto nossa).[28]

[28] A Figura 92 representa uma parte selecionada e ampliada da Figura 19 (folha 70).

Faltam-me imagens de Andréia no Casarão, mas não da casa onde vivia, vista a seguir (Figura 93), em foto batida junto com a anterior, durante mutirão de limpeza ocorrido quando sequer morava no local. O destaque retangular abaixo revela a área útil dessa casa, situada justo à direita daquela de Janete (visível de sacola na mão):

Figura 93 – Destaque da futura casa de Andréia em 25/08/2001 (foto nossa).

O grupo familiar de Andréia procurou ter cuidados com a limpeza do pátio (mais raros na época das fotos anteriores). Mas a sujeira acabou recebendo destaque em reportagem do Jornal do Centro, de abril de 2003, como se vê adiante (Figura 94):

Figura 94 – Depósito de lixo seco confundido com sujeira (BOZZETTI, 2003, p. 7).

Confundiu-se com sujeira o que de fato era mero depósito de material reciclável (visto por trás), usado por Mirele, Pinto e Nenê, o mesmo que aparece vazio na foto a seguir (em visão frontal), tirada durante o 3º FSM no Casarão, diante do qual se vê Marli com crianças do local (Figura 95). Percebe-se, no prédio ao fundo, a porta do depósito anterior, então cedido por Mirele para servir de moradia à agregada Aline:

Figura 95 – Marli e crianças com depósito vazio, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

Da mesma época da foto acima, eis a melhor imagem que possuo de Pinto no Casarão (Figura 96), retratado no pátio à noite, junto à fila de alimentação do evento relativo ao 3º FSM, à frente de Alberi, marido de Regina (único sem camisa):

Figura 96 – João Pereira e Alberi durante 3º FSM, de 25 a 27/01/2003 (foto nossa).

Também fotografei João durante a enxurrada que alagou a casa de passagem em novembro de 2004, de vassoura na mão, tentando livrar sua peça da inundação (Figura 97). Cabe notar seus pés e a escova da vassoura ocultos debaixo d'água:

Figura 97 – João Pereira diante de sua peça inundada em 11/11/2004 (foto nossa).

Andréia não chegou a falar do episódio acima ilustrado em sua entrevista. Para ela, o que traz desgosto na casa de passagem, sobretudo, é sua própria localização, longe dos acessos à saúde, ao consumo e ao trabalho, antes bem mais facilitados. A imagem de satélite exibida adiante (Figura 98) mostra o quanto ela tinha razão:

Figura 98 – Referências de Andréia (ver Quadro 17) em Porto Alegre (imagem de satélite).[29]

[29] Numeração inserida digitalmente em imagem de satélite do programa Google Earth (2005) a 10.000 m de altitude nas coordenadas 30°03' de latitude sul e 51°14' de longitude oeste.

Referência	Nº
Área do Casarão (com armazém do outro lado da rua)	1
Casa de passagem da Av. Padre Cacique	2
Posto de Saúde Santa Marta	3
Armazém mais próximo na direção bairro-centro (passando o Estádio Beira-Rio)	4
Armazém mais próximo na direção centro-bairro	5

Quadro 17 – Referências de Andréia em Porto Alegre: nº na Figura 98.

O posto de saúde situa-se a 1 km da área do Casarão contra 5 km da casa de passagem. Para chegar ao armazém mais próximo do Casarão, bastava atravessar a rua. Na casa de passagem, é preciso de 1 a 3 km, ida e volta, a depender do lado que se vá. Quanto ao trabalho de puxar carrinho para coletar lixo seco, é suficiente comparar a localização central do Casarão (na área de maior movimento comercial da capital) com o endereço afastado da casa de passagem (espremida entre o Morro Santa Tereza e o Lago Guaíba, cujos bairros próximos são tipicamente residenciais). Não é à toa a dor de Andréia ao lembrar das vantagens que o Casarão lhe oferecia, ao contrário da visão dada na matéria do Jornal do Centro, pela qual os moradores do Casarão nada teriam a perder saindo dali. Trata-se de notícia redigida depois que um "grupo representando os moradores e o comércio da região procurou o Jornal do Centro com o intuito de resolver uma questão que segundo eles, se arrasta há mais de quatro anos." (CENTENO, 2003, p. 6). O objetivo desse grupo era obter a retirada dos moradores do Casarão por motivo de segurança pública, como se vê a seguir:

> Para os moradores do Centro os invasores representam um perigo constante. Segundo eles, na região aumentou e muito o número de assaltos e até mesmo a ocorrência de dois homicídios [...] dentro do casarão. A comunidade salienta que já foram feitas várias reuniões com os dirigentes [da Prefeitura] sobre o problema e que as promessas até agora não foram cumpridas. [...] Para os moradores o ideal seria a implantação de um projeto existente na Secretaria Geral do Governo [trata-se, na realidade, da SGM], para a transferência da capatazia do DMLU do Gasômetro para o local, pois assim obrigaria a retirada dos invasores do casarão. "O que nos preocupa é a segurança de nossas famílias, pois quem habita o casarão hoje são pessoas que nada têm a perder", diz o morador. (CENTENO, 2003, p. 6).

O primeiro desses homicídios foi abordado por Maiza na carta *Sonhos e Ideais*, publicada pela AMACASA em fevereiro de 2003, onde já reivindicava o mesmo que moradores e comerciantes do entorno, isto é, melhores condições de segurança:

> Mas, para melhor construir os nossos planos, volto a pedir ajuda para que a nossa segurança seja melhor, pois no último dia 31 de dezembro, às 7 horas da noite, um dos meninos que trabalham na usina de reciclagem de papel teve sua vida fatalmente roubada no Casarão depois que ele e seus colegas chegaram em casa. [...] Faz pouco tempo que ele partiu, mas já sinto sua falta, pois não tenho mais com quem brigar, para ele largar (ou eles largarem) essas drogas do mal. Eu impunha regras para eles. Dialogava com eles sobre a sua saúde. [...] Eu questionava: Vocês são uns loucos e trouxas, pois juram que são espertos e se matam mais rápido pelas drogas. Se eu tivesse condições, trabalharia como parceira voluntária com meninos e meninas de rua. (ROSA, M., 2003).

Como costuma ocorrer sempre que o preconceito rege as ações humanas, é o lado mais frágil quem sofre as piores conseqüências, mesmo quando as demandas são idênticas, como nesse caso com relação à segurança. Os homicídios citados na reportagem, também referidos pelo Vereador Juarez Pinheiro ao justificar a ação do poder público para demolir o galpão e remover os moradores do Casarão, não foram cometidos contra a população do entorno. Em ambos os episódios, quem morreu era morador e quem matou veio de fora. Assim como se confunde lixo reciclável com sujeira e abandono, tanto quanto se atribui às vítimas da degradação social a culpa maior por problemas de segurança pública, também a idéia de que essa gente nada tem a perder é preconceituosa. O depoimento de Andréia, na mesma linha de outros semelhantes, acusa a sensação de perda que a faz lamentar a saída do Casarão. É evidente o efeito degradante de uma intervenção promovida na contramão do desejo por estabilidade, em termos de moradia e trabalho, das próprias pessoas atingidas. Está clara a impotência da espera sem fim, refletida no saudosismo do Casarão. Em meio a tantas perdas, vale notar o efeito da ação solidária visível no acolhimento da sobrinha Paola por Andréia e João Pereira. Ei-la no meio da foto (Figura 99) entre os primos Max e Andriele (com a criançada de Maiza ao redor) na celebração do Dia da Criança, promovida na casa de passagem pelo voluntário Peter em outubro de 2004:

Figura 99 – Encenação durante o Dia da Criança em outubro de 2004 (foto nossa).

2.9 SUJEITO Nº 8: VILDEMAR STIEGLER

Os dados mostrados a seguir baseiam-se na entrevista concedida por Vildemar em 28/12/2005 na casa de passagem da Rua Frederico Mentz. O relato foi revisado e autorizado por ele mesmo diante de mim em 26/01/2006. Vildemar integra o grupo familiar identificado pelo código 18-H no Apêndice A desta dissertação.

2.9.1 Relato: Trajetória de Vildemar da Infância até a Casa de Passagem

Figura 100 – Vildemar com Adriano durante entrevista ocorrida em 28/12/2005 (foto nossa).

Vildemar nasce em 11/07/1961 na cidade catarinense de Rio Negrinho, junto à divisa com o Estado do Paraná. Seu pai, Henrique, trabalha numa fábrica de móveis, enquanto sua mãe, Zenira Ana, o faz numa fábrica de louça. Ganha seu único irmão três anos depois. É com a família que passa a infância, sempre na mesma casa. Aos treze anos (1974), desejoso de maior independência, emprega-se numa fábrica de móveis diferente daquela onde o pai trabalha. Vai morar sozinho numa pensão local. Após um ano, está de volta à casa dos pais, embora mantenha o emprego. Troca de empresa mais tarde, tornando-se enfim colega do pai na mesma fábrica de móveis.

Permanece nessa situação até findar a adolescência, quando então chega a concluir a 7ª série do ensino fundamental. Desse momento em diante, inicia-se para ele uma movimentada trajetória de vida, ao longo da qual vai passar por diversas cidades da região nordeste do Estado de Santa Catarina, antes de chegar a Porto Alegre.

Com dezoito anos (1979), ruma até Mafra/SC para trabalhar como empregado numa lavoura de fumo e erva-mate. Conhece Janete, com quem se casa já no ano seguinte. Aos 20 anos, muda-se com a mulher para Corupá/SC, onde se emprega numa madeireira. Não demora para o nascimento do filho Alexsandro (06/06/1981). Permanece lá só durante alguns meses, enquanto dura o casamento.

Com a separação, Vildemar, então nos seus 21 anos (1982), retorna outra vez à casa dos pais em Rio Negrinho, trazendo agora seu filho consigo. Durante os anos que se seguem, arruma serviço numa transportadora como motorista de caminhão, com o qual bota o pé na estrada para entregar móveis.

Vildemar já atinge 26 anos (1987) quando pára de viajar para assumir um novo casamento. Maria Líria é funcionária de uma fábrica de móveis. Ambos alugam uma casa em Rio Negrinho, para onde Vildemar leva junto seu filho Alexsandro. Passa então a trabalhar numa empresa de transporte público como motorista de ônibus em linha urbana regular. A seguir, torna-se pai mais duas vezes, a partir do nascimento das filhas Taís (28/04/1988) e Ana Carina (24/04/1991).

Resolvidos a tentar a sorte noutro lugar, mudam-se em 1993 para Joinville/SC, onde vão morar numa casa alugada. Lá ele se emprega numa firma de engenharia para executar serviços de carpinteiro e de pedreiro. Com o tempo, arrecada dinheiro suficiente para comprar uma casa bem simples (tipo meia-água) em área verde (não regularizada). Após três anos, disposto a ganhar mais, deixa o emprego anterior em troca de um melhor que, no fim das contas, acaba não dando certo. Desempregado, vende a casa para retomar a vida noutra cidade.

Aos 35 anos (1996), Vildemar leva a família junto consigo para morar em São Bento do Sul/SC, onde torna-se funcionário da prefeitura local como motorista de caminhão basculante. Adquire um terreno sobre o qual ergue sua nova casa. Acaba sofrendo grave acidente de trabalho quando a caçamba cai sobre ele, com ruptura do tendão entre a coluna e a bacia, fazendo-o afastar-se do serviço por seis meses. Até hoje traz seqüelas do acidente, não na sua capacidade de trabalhar, mas na sua disposição para dormir, pois é na posição horizontal que as dores se manifestam em intensidade particularmente desconfortável.

Já no ano seguinte (1997), sentindo-se recuperado, troca a casa de São Bento do Sul por outra em Itaiópolis/SC, onde vai morar com a família. Com a diferença que recebe em dinheiro, aluga um barracão e adquire ferramentas para lá instalar uma oficina mecânica onde passa a trabalhar por conta própria. Por azar, sofre outro acidente que, se não lhe afeta a própria saúde dessa vez, vai lhe trazer grande prejuízo material e financeiro. Trata-se do desabamento completo, bem em cima do carro de um freguês, da estrutura que apóia o teto da oficina. Além de ressarcir os danos causados ao veículo, ainda tem de arcar com a perda de todo seu ferramental de trabalho, o que acaba inviabilizando a continuidade do negócio. Na tentativa de se reerguer, decide arrendar um sítio, também em Itaiópolis, onde passa a trabalhar com estufa de fumo e criação de animais, contando com um aviário, quinze porcos e seis bois. Nesse negócio, 80% da renda é sua. Tempos depois, é a própria relação de casamento que desaba, levando o casal à separação. Ficam as duas filhas com a ex-mulher. Já maior de idade, o filho permanece tocando o arrendamento até o fim da safra, passando então a conduzir sua vida de forma independente.

Com quase 39 anos (2000), Vildemar está novamente só. É quando decide sair para o "mundão". Após breve passagem por Florianópolis/SC, volta a Joinville, onde arruma emprego temporário de pedreiro. Lá conhece um gaúcho, colega de serviço e de pensão, que o convida a acompanhá-lo (sem esperar a obra ficar pronta) até Lajeado/RS (a 100 km de Porto Alegre), onde tem uma irmã. O convite é aceito.

Vildemar não fica mais do que uma semana em Lajeado. Logo se dirige para Canoas/RS, na região metropolitana de Porto Alegre, onde vai trabalhar de pedreiro por dois meses. A seguir, já está na capital, parando num albergue enquanto arranja serviço em demolições, onde ganha pouco. É então que conhece Bete, mãe de João Pedro, na época com quatro anos (20/03/1996). Não demora para os dois se unirem.

Vildemar já atinge os 40 anos (2001) quando se instala com a nova mulher e o enteado numa casa alugada no Bairro São Geraldo (zona norte da capital) ao longo de dois meses. A falta de emprego, entretanto, torna completamente insustentável a conta do aluguel, o que os impede de lá permanecer por mais tempo.

É daí que batem à porta do abrigo público Abrivivência que os acolhe por sete meses, período durante o qual Vildemar aproveita para fazer um curso de telefonia pelo Programa Municipal de Reinserção em Atividade Produtiva (RAP), sob incentivo duma bolsa-auxílio, concluindo-o em maio de 2003. Mas o abrigo não pode mantê-los por mais do que seis meses, de acordo com suas próprias regras. É preciso sair.

Sem outra solução, vão parar na rua, onde se viram durante quase dois meses. Mantêm-se durante esse tempo na esquina da Av. Cristóvão Colombo com a Rua Alberto Bins (Bairro Independência, próximo do Centro), sobrevivendo de doações. Também conseguem tirar alguns trocados cuidando de carros. Nesse período, João Pedro não permanece junto com eles, ficando aos cuidados do próprio pai. Assim vão levando a vida até o dia em que, de passagem pelo Parque da Harmonia, perto do Centro, Vildemar revê um amigo que lhe revela o pouco que sabe do Casarão (localizado logo mais adiante), deixando-lhe a sugestão de conversar com o pessoal da associação de lá para ver como é que as coisas funcionam. Quem sabe não se consegue ali dentro um lugar para ficar?

Corre o mês de junho de 2003. Seguindo a indicação recebida, Vildemar vai com a mulher ao Casarão. Assim que chegam, são recebidos por Maiza, com quem falam sobre sua situação. Estão com sorte, pois há uma peça recém liberada por outro casal que acaba de se mudar para fora dali. Logo trazem João Pedro consigo.

No tempo do Casarão, as pessoas com as quais Vildemar mais convive, além da própria Maiza, são Anísio, Mirele e Janete, todos eles moradores do local. Nesse período, trabalha sempre junto com a mulher na coleta de papel e latinha para fins de reciclagem. Saem de casa com um carrinho de mercado sempre de 2ª a 6ª-feira, lá pelo meio da tarde, em torno das 16 horas, normalmente em direção à Rua Duque de Caxias e arredores, onde recolhem o que encontram pelo caminho. Nem sempre João Pedro os acompanha nesse percurso. Na maioria das vezes, ele permanece no Casarão aos cuidados de Maiza. Costumam chegar de volta entre 21 e 22 horas, quando então preparam todo o material coletado para levá-lo, já na manhã do dia seguinte, até a Av. Voluntários da Pátria, onde conseguem vendê-lo por cerca de 10 a 15 reais. Sustentam-se só com esse trabalho, cuja renda deve atingir, na média de um mês inteiro, entre 200 e 250 reais. Em conversas mantidas com Anísio, o qual atua nesse mesmo ramo de atividade, chegam a levantar a possibilidade de reunir seus esforços para trabalhar em conjunto. O assunto só não vai adiante em razão da intervenção que a Prefeitura impõe sobre o Casarão:

> O Anísio e eu, daí... O Anísio tinha mais carrinhos, né, então daí logo a gente começou a tentar ver se fazia alguma coisa pra gente trabalhar mais junto, uma coisa assim, só isso. [*Então tu chegou a trabalhar junto com o Anísio uma época?*] Não, não cheguei a trabalhar. Só a gente tava... [*Vocês pensaram nessa idéia, mas não chegaram a concretizar.*] Não. [*Teve algum motivo?*] Não, não, não. Não teve motivo nenhum, não. Daí eu, aí logo eles fizeram aquele galpão, né, daí foi onde que, onde a Prefeitura já entrou lá pra desmanchar e tudo. Aí já não fiquemo mais, não deu pra nós trabalhar junto, daí.

Para o desmanche do barracão utilizado no trabalho de reciclagem, é montada uma operação de guerra acima do comum, sem motivo que a justifique:

> Eu não sei como é que foi que, que funcionou aquela... Que eles entraram lá pra desmanchar o barracão, foram até num domingo. Foram lá pra desmanchar o barracão. [*Esse era um barracão pra poder fazer a reciclagem debaixo dele.*] Um barracão de 10 por 10 [m], é um barracão, é um barracão de 10 por 10 [m] pra eles fazer a reciclagem que nós ia fazer embaixo também. Pra não molhar material, né. [*E aí?*] E daí a Prefeitura entrou e queriam desmanchar naquele dia. Não desmancharam. Mas daí, durante a semana, daí, na 4ª ou 5ª-feira, eles vieram lá e desmancharam tudo. [*Acabaram desmanchando.*] É, fizeram uma operação de guerra lá e... [*Uma operação de guerra? Como é que foi isso?*] Tinha mais de cem brigadiano lá pra... [*Mais de cem brigadiano?*] Viatura de tudo quanto é lado pra poder tirar nós dali. Sem nenhum motivos. [*Sem motivos?*] Sim porque simplesmente não existia motivo pra fazer um... Pra ir tanta, tanta gente lá pra... Ninguém tava, ninguém tava agredindo ninguém nem nada, né.

Apesar de não haver uma razão evidente para o tamanho da operação armada, é possível reconhecer dois motivos para o objetivo de demolir o galpão. O primeiro é o motivo alegado, isto é, trata-se de obra irregular. O segundo é o motivo entendido, qual seja, trata-se de garantir a futura retirada dos moradores do Casarão:

> Não, porque dizem que já foi feito irregular, né. [*Ah, sim.*] Foi feito irregular. Agora, em que sentido, eu não sei. Irregular, eu não sei explicar. E outra, que eles queriam pegar, queriam pegar, pegar o pátio do Casarão todo ali, né. Queriam tirar nós dali mesmo, né. [*Queriam tirar vocês.*] É. [*E isso acabou acontecendo.*] Sim, acabou. Mais tarde, daí, já veio a, a intimação do juiz e tudo, né. [*Teve uma intimação do juiz.*] É, veio um, não sei como é que se chama aquilo. E deram um prazo pra nós sair. Queriam transferir nós pra casa de passagem. Era, e... Era pra ser num dia e daí não foi naquele dia. Aí no dia 17 de outubro, vieram lá e tiraram nós. [*17 de outubro de 2003.*] 2003.

A saída do Casarão é marcada tanto pela escolta militar como pela derrubada de todos os prédios ali existentes:

> Bom, brigadiano pra todo lado e os caminhão... Ofereceram caminhão, carregaram a mudança, levaram nós pra, pra casa de passagem lá na [Av.] Padre Cacique. [*Quer dizer, da mesma forma como na, no, pra desmanchar o barracão...*] Sim. [*Também nessa saída...*] Também. [*Foi mobilizado, teve forças militares ali.*] É, certo. Também. [*E aí, então...*] E até os caminhões foram escoltados aí. Alguns caminhão, não todos eles, né. Algumas mudanças foram escoltadas. [*Houve uma escolta.*] E assim como, assim como saía, ia saindo as mudança assim, eles já tavam tocando a máquina pra desmanchar tudo. [*Pra desmanchar lá...*] O Casarão.

Vildemar também não sabe explicar o motivo de sua posterior transferência da casa de passagem da Av. Padre Cacique (rumo à zona sul) àquela outra lá da Rua Frederico Mentz (na zona norte). Certo dia, chegando em casa às 23 horas, depara-se com as coisas da família arrumadas pela mulher em virtude da mudança marcada naquele mesmo dia para ocorrer já no dia seguinte. Sem aviso prévio.

No que diz respeito ao trabalho atual, Vildemar segue na função de catar papel e latinha por falta de oportunidade de emprego. Tendo em vista a própria distância do Centro, porém, obtém um rendimento que mal chega à terça parte do que antes, no período do Casarão, o que resulta em torno de 60 a 70 reais por mês. A esse valor, agrega-se agora o benefício mensal que Bete recebe a título de Bolsa-Família, correspondente a 65 reais, o qual acredita que vá continuar recebendo até o menino completar quatorze anos de idade. Atualmente, ele já está na faixa dos nove anos e mantém-se firme na escola.

Para o futuro, Vildemar espera por emprego em qualquer área, pois sente que não lhe cabe escolher. Vem preenchendo ficha em diversos lugares, especialmente para o ofício de auxiliar de serviços gerais. Acredita que, quando estiver empregado, vai naturalmente querer progredir dentro da empresa.

Com relação à moradia, considera a questão resolvida, à medida que já estão assinados os papéis que lhe garantem uma casa no projeto habitacional da Vila dos Papeleiros, cuja entrega está prevista para agosto de 2006. Só não sabe esclarecer ainda como vai funcionar a questão da mensalidade.

Figura 101 – Vildemar e Adriano durante explicação do estudo em 23/12/2005 (foto nossa).

Sobre outras possibilidades futuras, resume-as na esperança de levar uma vida melhor, mas sente que isso depende da obtenção da casa própria e de um trabalho:

> Eu, depois que eu me mudar pra lá, daí, daí é que a gente vai ver, isso aí a gente não tem nem, não tenho nem como falar nesse aspecto ainda, não tenho. Depois que a gente mudar pra lá é que a gente vai ver como é que vai melhorar. [*Por enquanto, a expectativa então é em relação a moradia e trabalho, basicamente isso.*] É. Basicamente é isso, né. Que sem trabalho, não tem como. Poder aquisitivo mesmo, não tem como nem pensar já.

Quanto aos fatos marcantes para o registro da memória do Casarão, destaca a falta de importância dada pela Prefeitura ao valor histórico dos prédios demolidos:

> Eu acho que o que tem que ser registrado é que eles não poderiam desmanchar, né, demolir uns prédios tão... Que aquilo lá é um, era um prédio histórico praticamente, né, uma companhia de energia que nem tinha ali, né. Eu acho que aquilo ali não poderia perder, não, não poderia ter demolido aquilo ali assim. Eu acho que, eu penso assim, né, não sei. Isso é uma coisa que não poderia ficar sem registro. [*No sentido então de que é, foi, que eram prédios históricos que foram demolidos, e do teu ponto de vista, isso não poderia ter sido feito dessa maneira.*] Deveria de ser virado patrimônio histórico.

Vildemar também acha importante assinalar, no registro histórico do Casarão, o excesso das medidas tomadas pela Prefeitura ao remover seus antigos moradores:

> Sim, a respeito da, como é que se diz, das força que eles tomaram, né, pra, das medida que eles tomaram pra retirar nós de lá, né, pra reintegração de posse, através de Brigada Militar e tudo, né. Isso aí é uma coisa que eles, devia ficar registrado também, né. Porque isso aí é, no máximo, um aparato de, que eles usaram lá pra, quando nós fomos sair é, eu acho que não tinha necessidade de tanta, né. Coisas que são mais, importantes, eles não usam tanto.

Figura 102 – Vildemar com fotos de seus familiares em 26/01/2006 (foto nossa).

2.9.2 Mapeamento: Deslocamento Geográfico das Moradias de Vildemar

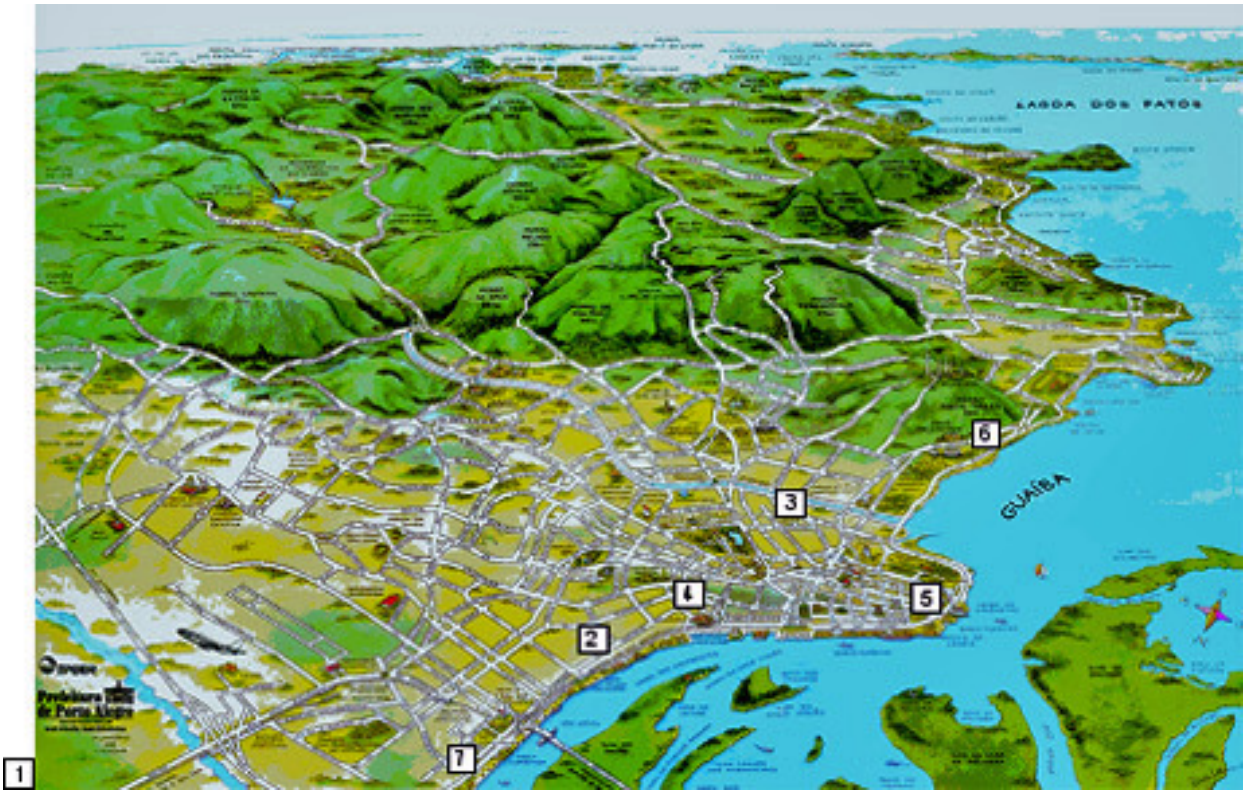


Figura 103 – Moradias de Vildemar (ver Quadro 18) no mapa de Porto Alegre (mapa citado).

Período	Idade	Local	Bairro	Cidade/Estado	Nº
1961-1979	0-18	...	...	Rio Negrinho/SC	-
1979-1981	18-20	...	...	Mafra/SC	-
1981-1982	20-21	...	...	Corupá/SC	-
1982-1993	21-32	...	...	Rio Negrinho/SC	-
1993-1996	32-35	...	...	Joinville/SC	-
1996-1997	35-36	...	...	S. Bento do Sul/SC	-
1997-2000	36-39	...	...	Itaiópolis/SC	-
2000	39	...	...	Joinville/SC	-
2000-2001	39-40	...	...	Canoas/RS	1
2001-2002	40-41	Albergues	...	Porto Alegre/RS	-
2002	41	Rua do Parque	São Geraldo	Porto Alegre/RS	2
2002-2003	41-42	Abrigo Abrivivência	Meninos Deus	Porto Alegre/RS	3
2003	42	Av. Cristóvão Colombo	Independência	Porto Alegre/RS	4
2003	42	Casarão	Centro	Porto Alegre/RS	5
2003-2005	42-44	Casa Av. Padre Cacique	Praia de Belas	Porto Alegre/RS	6
2005	44	Casa Rua Frederico Mentz	Farrapos	Porto Alegre/RS	7

Quadro 18 – Moradias de Vildemar: período, idade, localização e nº na Figura 103.

Faz pouco mais de cinco anos que Vildemar vive em Porto Alegre, após passar a maior parte de sua vida em cidades da região norte do vizinho Estado de Santa Catarina, de onde é natural.[30] Durante toda sua infância e adolescência, até atingir a maturidade da idade adulta, gozou de uma condição socioeconômica característica de classe média urbana e operária. Foram nos último anos de sua fase catarinense que a situação mudou, especialmente quando, após recuperar-se de grave acidente de trabalho, quis deixar de procurar emprego para assumir uma atividade por conta própria. Com o prejuízo da oficina e o fim do segundo casamento, o destino o trouxe ao Rio Grande do Sul já na obrigação de lutar pela sobrevivência diária, nunca mais arrumando serviço senão em caráter precário e temporário. Albergues, abrigos e a própria rua viraram seu endereço antes do Casarão. A trajetória de Vildemar é mais um exemplo vivo do processo social de exclusões e reinclusões sucessivas a impor, com o avanço da idade, a depreciação do trabalho e das condições de existência.

2.9.3 Arquivo: Dados e Comentários sobre Temas Tratados por Vildemar

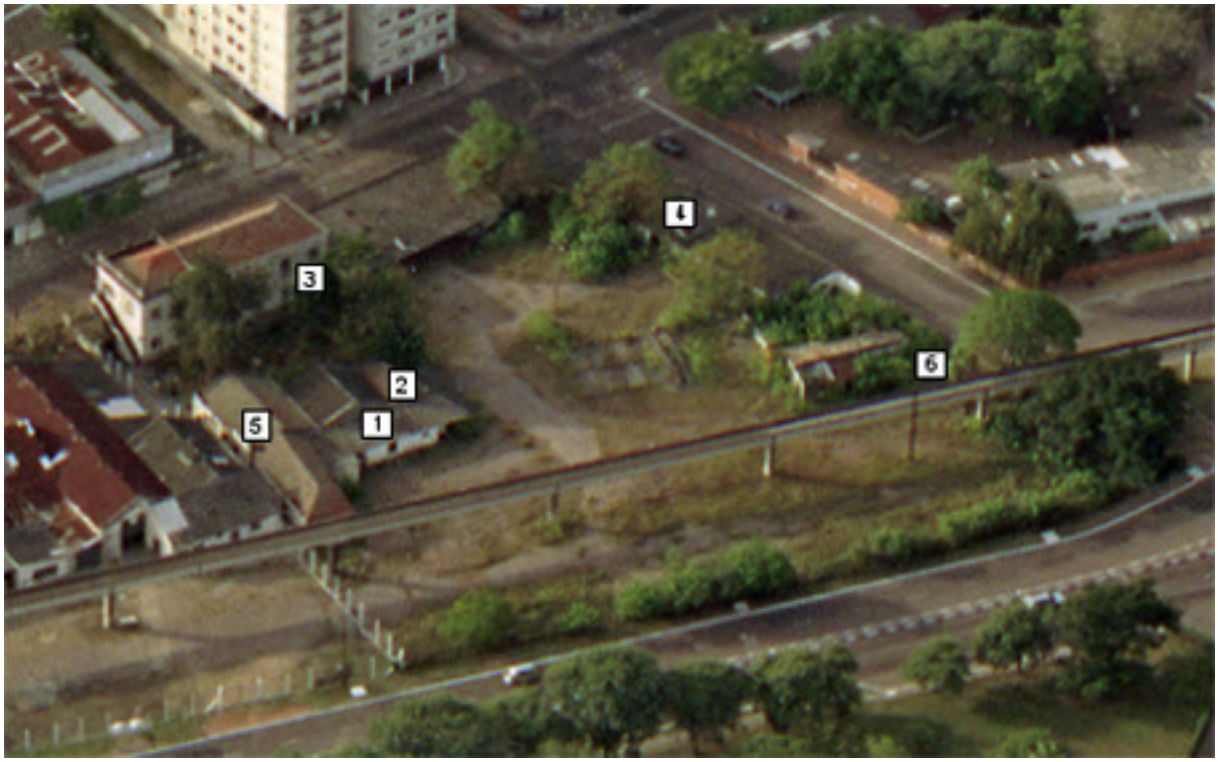


Figura 104 – Referências de Vildemar (ver Quadro 19) no Casarão (imagem citada).

[30] Região de colonização européia, principalmente alemã, onde está situado o pólo florestal catarinense, com base nas indústrias de madeira, móveis e papel, em cidades pequenas (Corupá e Itaiópolis têm cada qual menos de 15 mil habitantes), medianas (Rio Negrinho, Mafra e São Bento do Sul possuem entre 40 e 75 mil habitantes) e na maior (Joinville está com quase 500 mil habitantes) de todas elas (SANTA CATARINA, 2002a, 2002b, 2002c).

Referência	Período	Nº
Casa de Maiza (onde João Pedro costumava ficar durante a coleta)	2003	1
Casa de Janete	2003	2
Casa da família de Mirele [e Marli]	2003	3
Casa de Anísio (com quem Vildemar pensou em trabalhar)	2003	4
Casa de Vildemar com Bete e João Pedro	2003	5
Galpão de reciclagem desmontado pela Prefeitura	2003	6

Quadro 19 – Referências de Vildemar no Casarão: período e nº na Figura 104.

Vildemar e Bete tiveram sorte de chegar no Casarão quando outro casal recém havia partido, liberando vaga. As imagens adiante mostram o corredor de acesso à sua casa (só as paredes à direita pertencem ao Casarão) e uma vista parcial de seu interior, fotografadas um ano antes dessa chegada (Figuras 105 e 106):

Figura 105 – Acesso à futura casa de Vildemar em abril de 2002 (foto nossa).

Figura 106 – Interior da futura casa de Vildemar em abril de 2002 (foto nossa).

O acolhimento recebido no local pôs fim a quase dois meses vividos na rua, dia e noite. Bete deixou um relato dessa difícil experiência na carta intitulada *Meu Filho*, indicando o sofrimento sentido por não ter onde morar. Eis alguns fragmentos:

> Quero que o meu filho tenha escola e posto de saúde perto de casa. Não adianta nada nós termos que sair do Casarão, ir pra uma casa de passagem e dela ter que ir pra rua de novo. Pois antes de nós virmos pra cá, nós estávamos na rua, dormindo lá na escadaria da Praça da Matriz, passando frio e correndo o risco de sermos mortos e não é isso que eu quero pra nós. Meu filho só tem 7 anos e, assim como nós, muitas famílias passaram e ainda passam pelo que nós passamos. [...] Além de passarmos fome, nós tínhamos que dormir na escadaria, sem colchão, papelão ou tapete, com todo esse frio. E, pra nós tomarmos banho, tínhamos que ir tomar banho frio lá no Parque da Harmonia. [...] Quando tinha biscate, o meu marido fazia. Mas, como ele vivia dizendo: "Como é que eu vou trabalhar sossegado sabendo que a minha família não tem o que comer e nem onde ficar? E eu, sem dormir à noite?" Bom, à noite nem dá pra dormir. Se a gente dorme, os malandros vêm incomodar a gente, roubar e às vezes até fazer maldades com a gente. Pois ele tinha que ficar a noite toda acordado com um ferro enorme embaixo de um papelão pra cuidar de nós. (ARAÚJO, E., 2003).

João Pedro, filho de Bete, aparece na foto a seguir (Figura 107) diante da placa de resistência contra o desmanche do galpão (visto mais atrás). Repare-se, entre ele e a placa, a dupla linha do cordão de isolamento usado para impedir simbolicamente o acesso dos agentes da Prefeitura que, a essa altura, já haviam se retirado, depois de passar o dia todo cercando o local. À esquerda da imagem, vê-se Sebastião:

Figura 107 – João Pedro junto à placa de resistência em 15/09/2003 (foto nossa).

Vildemar chegou a pensar na idéia de trabalhar com Anísio, ainda mais após se erguer o galpão. A próxima foto (Figura 108) os mostra lado a lado (no canto direito), com Sebastião, Maiza (mais Edna) e Gabriela, ao fim do segundo dia de resistência:

Figura 108 – Vildemar e vizinhos junto ao galpão de reciclagem em 14/09/2003 (foto nossa).

Na falta de um emprego fixo, foi justamente recolhendo material reciclável que Vildemar e Bete garantiram a sobrevivência de sua família no tempo do Casarão. Eis o trajeto percorrido diariamente pelo casal nas ruas centrais da capital (Figura 109):

Figura 109 – Roteiro da coleta de Vildemar (ver Quadro 20) em Porto Alegre (foto citada).

Roteiro	Nº
Área do Casarão (ponto inicial)	1
Rua Duque de Caxias (percorrida com carrinho de supermercado)	2
Final da Rua Duque de Caxias [junto à Praça Argentina] (ponto de retorno)	3
Av. Voluntários da Pátria (onde o material coletado era vendido)	4

Quadro 20 – Roteiro da coleta de Vildemar em Porto Alegre: nº na Figura 109.

Para Vildemar, o que mais lhe surpreendeu em sua passagem pelo Casarão foi o aparato militar armado para garantir o interesse da Prefeitura, seja no desmonte do galpão em setembro de 2003, seja na remoção dos moradores no mês posterior. As duas fotos exibidas adiante confirmam o uso desse aparato em ambas as situações. Na primeira delas (Figura 110), pode-se notar um membro da Guarda Municipal (de farda escura, bem à direita) e efetivos da BM (mais adiante, também à direita) dentro do pátio (do lado de fora, reforços aguardavam por chamado que não chegou a vir):

Figura 110 – Guarda Municipal e BM no Casarão em 18/09/2003 (foto nossa).

Na próxima foto, pode-se ver o comandante da BM com agentes da Prefeitura após a mudança de Sebastião (Figura 111). Cabe reparar, em sua mão esquerda, a medida liminar autorizando o poder público a tomar posse da área e a desfazer as obras ali erguidas. Ao fundo, nota-se o restante do efetivo no aguardo de instruções:

Figura 111 – Comandante da BM dentro do Casarão em 16/10/2003 (foto nossa).

Além de um esquema de segurança desproporcional, Vildemar se impressionou também com o descaso da Prefeitura em reconhecer o valor histórico do Casarão, cujos prédios antigos foram erguidos para sediar as instalações do velho *gasômetro* (FERREIRA, 1986, p. 839): "Reservatório de gás para iluminação ou combustão. [...] Fábrica de gás." A conhecida Usina do Gasômetro, hoje importante centro cultural da cidade, só tinha em comum com o gasômetro original a proximidade geográfica, da qual tirou sua própria identidade, tal como assim atestou o historiador Gunter Axt:

> Quiseram os caprichos da memória coletiva que a "Usina do Gasômetro" fosse usina e gasômetro ao mesmo tempo, quando sabemos serem estas coisas completamente distintas. A usina termelétrica da Companhia Rio-grandense de Energia Elétrica (CEERG), inaugurada em 1928, foi construída na região da cidade conhecida como Ponta da Cadeia, ou Volta do Gasômetro, pois lá funcionavam, desde o século XIX, o antigo cadeião e o gasômetro, que [...] distribuía gás encanado às residências e aos candeeiros de iluminação pública. Dessa forma, o novo palácio de eletricidade converteu-se em "Usina da Volta do Gasômetro" e, em seguida, em "Usina do Gasômetro". (AXT, 2001, p. 451-452).

A antiguidade do velho gasômetro não era novidade alguma para a Prefeitura na época da derrubada dos prédios, como assim revela o seguinte trecho de matéria jornalística publicada na capa do Diário Oficial de Porto Alegre, em 10/11/2003, para divulgar a programação comemorativa aos 75 anos da Usina do Gasômetro:

> A usina forneceu energia elétrica à base de carvão mineral para Porto Alegre de 1928 a 1974, quando foi desativada. [...] Sua edificação ocorreu na chamada Praia do Arsenal e, próximo a ela, na antiga Rua Pantaleão Telles – atual Washington Luiz –, havia outra edificação desde 1874: a Usina de Gás, o Gasômetro. Popularmente, o perímetro entre as ruas Pantaleão e General Salustiano era chamado de "volta do Gasômetro", eis o porquê do prédio receber esta denominação. (PORTO ALEGRE, 2003e, p. 1).

Conforme Luís Cláudio Pereira Symanski (1997, p. 35-36), baseado em Gaston Hasslocher Mazeron,[31] o gasômetro foi decisivo na história da iluminação pública da capital: "Em 1872, a Companhia São Pedro Brazil Gaz Limited começou a construir o gasômetro. Dois anos depois, os velhos lampiões de azeite que iluminavam a cidade desde 1832, foram substituídos por combustores de gás [...]".

---

[31] MAZERON, Gaston Hasslocher. **Notas para a história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Globo, 1928.

A foto adiante mostra o reservatório maior do velho gasômetro (Figura 112). À sua esquerda, vê-se parte da casa de Nandinho e Michelle, atrás da qual se revela a ponta superior da casa de Maiza, ambas visíveis na foto posterior (Figura 113):

Figura 112 – Reservatório do gasômetro na década de 1950 (não publicada).[32]

Figura 113 – Casas de Michelle (rosada) e Maiza (mais clara) em abril de 2002 (foto nossa).

[32] Original pertencente ao acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Na foto adiante (Figura 114), eis os três reservatórios do gasômetro em volta do prédio principal do Casarão (ao fundo, a Usina Termelétrica e a Casa de Correção):

Figura 114 – Vista aérea do gasômetro em 1956 (METZ, FISCHER, 2001, p. 28).[33]

Na foto seguinte (Figura 115), avista-se o gasômetro em 1937 com apenas dois reservatórios (em destaque tracejado), antes do aterro que permitiu sua ampliação:

Figura 115 – Contornos do gasômetro em 1937 (METZ, FISCHER, 2001, p. 68).[34]

[33] Foto de José Abraham, pertencente ao Museu Joaquim José Felizardo, em Porto Alegre.
[34] Foto original integrante do acervo do Museu Joaquim José Felizardo, em Porto Alegre. O destaque tracejado encontra-se já presente na fonte consultada.

Muitos prédios hoje tombados pelo patrimônio histórico em Porto Alegre foram inaugurados após o antigo gasômetro.[35] A foto a seguir o apresenta numa época em que a atual Rua Washington Luiz ainda se chamava Pantaleão Telles (Figura 116):

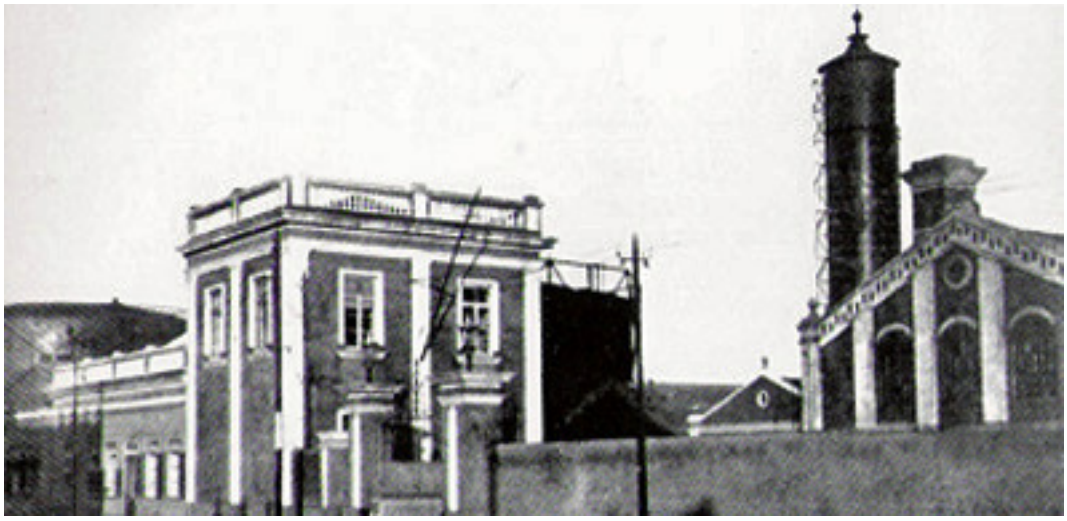


Figura 116 – Vista frontal do gasômetro em 1912 (METZ, FISCHER, 2001, p. 69).[36]

A construção do Casarão teve início quando a população da capital mal atingia 44 mil moradores.[37] O mapa abaixo, de 1888, já assinala sua presença (Figura 117):

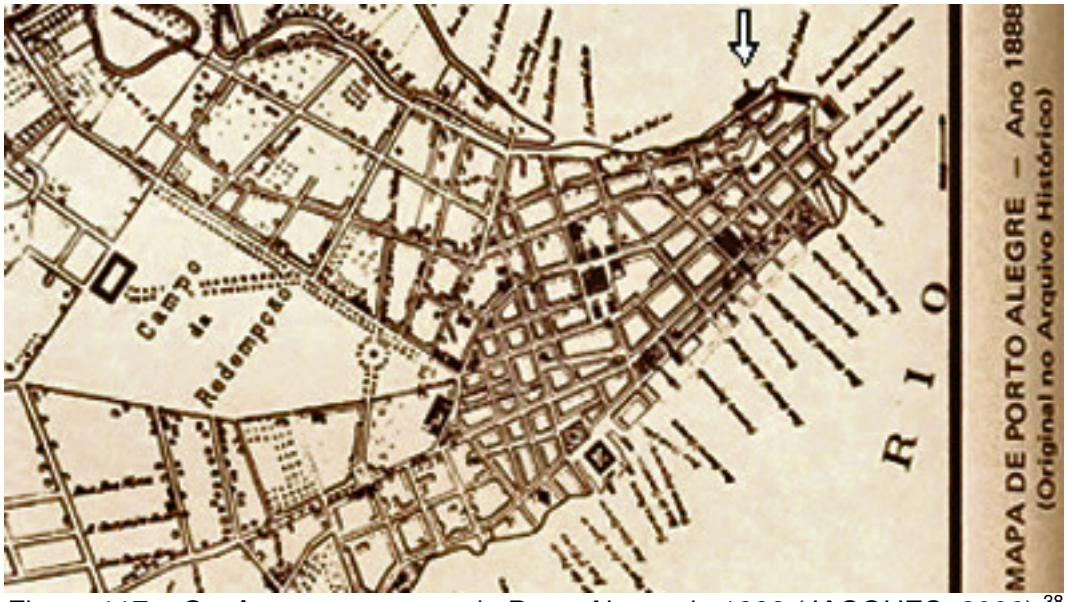


Figura 117 – Gasômetro em mapa de Porto Alegre de 1888 (JACQUES, 2006).[38]

[35] Ver Prefeitura de Porto Alegre (2006): Solar dos Câmara (1818), Teatro São Pedro (1858), Mercado Público (1869), Prefeitura (1901), Chalé Praça XV (1911), Palácio Piratini (1921), Pórtico do Cais (1922), Biblioteca Pública (1922), Edifício Ely (1923), Hidráulica (1927).
[36] Foto original pertencente ao acervo do Museu Joaquim José Felizardo, em Porto Alegre.
[37] Conforme censo de 1872, Porto Alegre tinha 43.998 habitantes (PATARRA, 2003, p. 42).
[38] Seta inserida digitalmente sobre parte de antiga planta da cidade, cuja provável autoria é de João Cândido Jacques, conforme indicação obtida em Alexandre Fortes (2001, p. 6).

O gás reinou absoluto como principal fonte energética na iluminação pública de Porto Alegre por mais de trinta anos até passar a sofrer concorrência da eletricidade:

> Em 1887 teve início a construção da primeira Usina de Eletricidade (Empresa Fiat Lux), porém, devido a pequena capacidade geradora seu uso se restringiu ao âmbito particular. Quando em 1908 foi inaugurada a Usina Municipal de Luz e Força, teve início a substituição do gás e do querosene pela energia elétrica. Os lampiões a gás sofreram adaptações, possibilitando o uso da eletricidade. [...] Ainda na Praça da Alfândega, em 1920, podemos ver a luminária com arandela [para bico de gás], a eletricidade. É um período de substituição do antigo pelo novo. (MOREIRA, 1999?, p. 3).

Tal substituição só se completaria entre as décadas de 1920 e 1930, depois da inauguração da usina termelétrica em 1928, a qual assumiria o nome de *Gasômetro* por pura proximidade geográfica. Curiosamente, a termelétrica seria nesse mesmo ano vendida à Companhia Brasileira de Força Elétrica (de capital norte-americano) numa transação que envolveu inclusive o antigo gasômetro.[39] Com a estatização do setor elétrico no Rio Grande do Sul em 1959 e a criação da CEEE em 1963,[40] esta herdaria as instalações da usina de gás, passando a manter ali outras atividades até a década de 1990. Aos prédios abandonados desde então, já sem os reservatórios que os cercavam, restaria identificar-se com sua última proprietária. Eis a intrigante história da inversão de identidade entre uma termelétrica e um gasômetro, a partir daí convertidos, respectivamente, em *Usina do Gasômetro* e *Casarão da CEEE*.

Os dados confirmam a opinião de Vildemar sobre o valor histórico do Casarão. Além disso, reforçam o caráter impositivo visível no modo de agir da Prefeitura, haja vista o tratamento descartável dado aos interesses dos moradores. No seu caso, a degradação resultante da remoção foi atenuada pela mudança à casa de passagem da Rua Frederico Mentz, devido à sua integração ao projeto habitacional da Vila dos Papeleiros. A própria queda na renda de seu trabalho foi compensada pelo benefício governamental que Bete passou a ganhar. Todavia, talvez por cautela, preferiu não se arriscar a prever o futuro, ciente de que a solução da moradia não basta por si só sem trabalho e renda. É possível que a existência de uma perspectiva real quanto à futura moradia o proteja de cair numa visão saudosista do Casarão, já que esta não aparece em seu relato para além do desabafo com relação ao tratamento recebido.

---

[39] De acordo com o historiador Gunter Axt (1998).
[40] Conforme histórico apresentado no sítio eletrônico da CEEE (2005).

3 LIÇÕES

3.1 LIÇÃO Nº 1: TRAJETÓRIA DE VIDA DOS SUJEITOS

A trajetória de vida dos sujeitos revela que sua socialização em meio urbano é marcada pela exposição a processos cíclicos de exclusão e reinclusão social onde a contínua desqualificação do acesso ao trabalho a níveis cada vez mais instáveis de informalidade se combina com repentinas rupturas de laços familiares para resultar na progressiva degradação das condições socioeconômicas sob as quais vivem.

No caso de Marli, o ciclo de exclusões e reinclusões que marca sua trajetória de vida foi se manifestar só no meio da adolescência, muito embora vivesse desde o nascimento em situação socioeconômica degradada, típica de sua comunidade de origem. Mesmo assim, ela e os irmãos desfrutaram de uma estrutura minimamente estável enquanto o avô esteve vivo, graças ao seu trabalho de jardinagem. Foram as mortes do avô e do irmão que havia assumido o sustento da casa em seu lugar, logo em seguida, que fizeram desmoronar essa estrutura, levando-a ao desenraizamento. A integração ao bando de Nandinho acabou significando para ela, sem dúvida, uma oportunidade de reinclusão que obteve sua máxima expressão dentro do Casarão, através da formação de seu próprio núcleo familiar com base econômica no trabalho informal de Mirele (Bombom). As privações desse local e da companhia cotidiana do marido trouxeram novo retrocesso às suas condições de moradia, dessa vez já na casa de passagem. Cabe lembrar que Marli jamais garantiu seu sustento de forma contínua a partir do próprio trabalho, mesmo depois de se desprender da família de sangue, dependendo sempre de alguém mais para sobreviver, seja do bando de Nandinho, da "tia" da Lomba do Pinheiro, de Mirele ou da cunhada. É de se destacar ainda a instabilidade dessa condição de dependência, freqüentemente apoiada em alicerces frágeis, com a sujeição ao risco da prisão, por vezes efetivada, tanto de membros do bando de Nandinho quanto do próprio marido.

No caso de Maiza, da mesma forma como se deu com Marli, o processo cíclico de exclusões e reinclusões foi desencadear-se após a traumática ruptura da própria estrutura familiar original quando recém atingira a metade de sua vida adolescente.

Após deixar sua terra natal para acompanhar a mãe e os irmãos menores rumo ao Rio Grande do Sul, revezou períodos de maior estabilidade, principalmente durante a permanência dos primeiros relacionamentos conjugais mais sólidos (em Taquari e na Lomba do Pinheiro), com momentos menos tranqüilos a cada vez que se deparou sozinha diante da necessidade de sustentar os filhos. Foi justamente num momento desse tipo que a degradação econômica alcançou proporções inéditas em sua vida, obrigando-a a estabelecer moradia em área favelada (Beco da Escuridão). A ruptura traumática com o terceiro marido (com quem morou na Vila Fátima) levou-a a buscar refúgio no Casarão, onde afinal se instalou e de onde só saiu por força da remoção, a despeito de todo esforço empreendido para investir no local como oportunidade de reinclusão estável. Apesar do tempo de experiência acumulada como florista, tornou-se vítima da desvalorização de suas próprias capacidades profissionais, recaindo na dependência de outras pessoas para se sustentar (assim como Marli), à medida que seus serviços passaram a ser requisitados só durante certas épocas festivas anuais. Fora dessas épocas, teve de sujeitar-se à instabilidade vivida pelo novo marido (na casa de passagem) em atividades informais como segurança de edifícios nos finais de semana ou como vendedor de pamonha na falta do trabalho principal. Vê-se, na trajetória de Maiza, a presença combinada de motivos de origem relacional (rupturas de laços) com razões de natureza econômica (desvalorização profissional) por trás do processo cíclico que tem resultado na degradação de suas condições de vida.

No caso de Regina, o circuito de exclusões e reinclusões, à diferença de Marli e Maiza, não foi deflagrado pela desintegração traumática do núcleo familiar assumido como original (relativo à família de criação), haja vista que só saiu de casa em razão do casamento. Ademais, cabe lembrar que foi ela, de todos os sujeitos, quem atingiu o maior grau de escolaridade ao concluir o ensino médio e obter especialização em nutrição. Mas foi só num curto espaço de tempo, da primeira para a segunda relação conjugal, que atuou profissionalmente nessa área. Durante toda a primeira relação, habituou-se a trabalhar como empregada no comércio (balconista, frentista) ou com serviços domésticos (faxineira, cozinheira). Por duas ocasiões, problemas de saúde fizeram o casal largar uma situação econômica estável graças ao trabalho do marido (no Rio de Janeiro e em Torres) para, sem precisar recorrer à informalidade, voltar a subir na vida a partir de um nível inferior. Só não conseguiram reagir com igual êxito após a experiência da danceteria em que chegaram a atuar como microempresários na administração do próprio negócio, tendo inclusive funcionários sob suas ordens.

Os efeitos desse fracasso não se fizeram tardar com o rápido declínio das condições de moradia logo seguido pela ruptura da relação conjugal. O enfarte, três anos após, foi a gota d'água para a introdução de Regina no Casarão e no cotidiano do trabalho informal (do qual jamais saiu). A desvalorização de suas capacidades profissionais e a desqualificação de seu acesso ao trabalho são, portanto, bem nítidas, tanto quanto a repercussão degradante dessa situação sobre as próprias condições de moradia.

No caso de William, a desagregação do núcleo familiar original é um aspecto que sua trajetória tem em comum com a de Maiza e mais até com a de Marli, haja vista que também residiu aí a origem da instabilidade responsável por introduzi-lo no Casarão. A deterioração das condições de moradia fez parte da trajetória conjunta que dividiu com a mãe em termos de exposição a processos cíclicos de exclusão e reinclusão. Pesou-lhe em particular a exclusão sofrida quanto às carreiras esportiva e estudantil, abandonadas em troca do trabalho informal como vendedor ambulante. Tirando dois ou três serviços isolados de curta duração depois disso, chegou até a segunda casa de passagem atuando nesse mesmo ofício, sempre tão marcado pela acentuada instabilidade em suas condições de realização (impedida com freqüência pela fiscalização) e em suas possibilidades de renda (altamente variável). Tal como se deu com Maiza, também ele vivenciou a desvalorização das próprias capacidades profissionais pela dificuldade observada, seja em manter seu trabalho, seja em obter outro melhor, apesar de tanto tempo de experiência adquirida no comércio das ruas.

No caso de Alice, a deterioração das condições de moradia aparece de forma progressiva nas passagens do aluguel em bairro central (Independência) ao aluguel na periferia (Lomba do Pinheiro), às invasões nessa mesma região (Cafuncho) e à ocupação do Casarão, revelando-se em cada mudança o próprio processo cíclico de exclusão com reinclusão em situação já piorada. Também se vê em sua trajetória a ruptura de laços familiares na véspera da chegada ao Casarão. Fora o período em que se manteve com atividades domésticas de caráter temporário (antes do primeiro casamento) ou constante (até se casar de novo), passou a maior parte de sua vida adulta na dependência de parentes ou maridos para sustentar os filhos (assim como Marli e Maiza), aumentando sua renda com a coleta de material reciclável iniciada no Casarão, mais o benefício governamental ainda recebido na casa de passagem. Sua trajetória revela a instabilidade típica de quem sofre a desqualificação do acesso ao trabalho devido à desvalorização das próprias capacidades profissionais por falta de oportunidades para aproveitar a experiência acumulada com serviços domésticos.

No caso de Sebastião, sua trajetória se assemelha especialmente à de Marli na exposição a condições de vida degradantes, características dos ambientes onde se criou, além da sujeição a processos cíclicos também oriundos de uma seqüência de episódios traumáticos que rasgaram seu próprio núcleo familiar (separação dos pais, morte do irmão maior). No fim das contas, o estrago dessas rupturas foi amenizado no Casarão pela recomposição com o pai e mais outro irmão através de uma relação profissional que demonstrou ser bem rentável. O trabalho de reciclagem nesse novo lugar representou para ele, portanto, uma excelente oportunidade de reinclusão que terminou se perdendo com a transferência à casa de passagem. Seu relato torna-se particularmente contundente ao revelar a degradação de suas condições de vida em decorrência da desvalorização das próprias capacidades profissionais que não mais encontraram local adequado para se exercer, com visível desperdício da experiência adquirida no ofício de papeleiro (de cuja importância social tinha plena consciência).

No caso de Andréia, o rebaixamento de seu padrão de moradia era sentido de modo especial na comparação entre casa de passagem e o Casarão, haja vista que, assim como Marli e Sebastião, também ela nasceu e se criou em ambientes urbanos marcados pela degradação. Depois de casada, passou pela experiência de enfrentar dificuldades econômicas pela ampliação das despesas domésticas em conseqüência dos filhos, o que acabou por fazê-la mudar-se com a própria família para a casa da mãe. Todavia, foram rupturas altamente traumáticas, provocadas pelos assassinatos da irmã e do irmão (outro ponto em comum com as trajetórias de Marli e Sebastião), que levaram ao desenraizamento mais fulminante entre todos os sujeitos, resultando na vinda ao Casarão das famílias dela e da mãe sem pertence pessoal algum (nem objetos, nem móveis, nem nada além das roupas do corpo). Aliás, à semelhança de Sebastião, também para Andréia o novo local acabou servindo como oportunidade de reinclusão por meio da reciclagem. Tal como Marli, no entanto, tampouco Andréia jamais trabalhou, passando da dependência direta da mãe e do padrasto no tempo de solteira para a dependência do marido durante todo o seu casamento. Em todas essas situações, os provedores sempre sustentaram o lar com atividades de caráter informal, exercidas em condições precárias e instáveis. Nesse sentido, pode-se falar em termos de desqualificação do acesso de Andréia ao trabalho de seu marido João Pereira (Pinto), evidentemente desvalorizado à medida que puxar carrinho dentro do raio de alcance da casa de passagem passou a ser bastante mais penoso e muito menos rentável do que era na área de cobertura em torno do Casarão.

No caso de Vildemar, embora tenha morado em várias cidades catarinenses da mesma região, seja como empregado em áreas diversas (fábrica de móveis, lavoura, madeireira, transporte público, transportadora, firma de engenharia, prefeitura), seja depois disso por livre iniciativa (oficina mecânica, arrendamento rural), só passou a experimentar níveis extremos de instabilidade a partir da ruptura de laços conjugais em função, talvez, do prejuízo colhido no primeiro dos empreendimentos assumidos por conta própria (à semelhança do que houve com Regina). Tal ruptura foi decisiva em sua disposição de sair para o "mundão" até chegar ao Rio Grande do Sul numa situação socioeconômica inferior a tudo que já tinha passado antes na vida, a ponto de depender de serviços mais temporários (construção civil, demolições) e informais (reciclagem), cujos baixos rendimentos o fizeram morar inclusive na rua. A entrada no Casarão mais tarde (já organizado em novo núcleo familiar) não deixou de ser um reflexo tardio daquela ruptura, além de representar uma possibilidade de reinclusão (visível na vontade de trabalhar junto com Anísio) finalmente abortada por força da remoção (mas revigorada com a transferência da primeira para a segunda casa de passagem). Sua trajetória revela até onde pode chegar a degradação das condições de vida em decorrência da desvalorização das próprias capacidades profissionais.

Levando-se em conta o conjunto das trajetórias examinadas, percebe-se que o rompimento de laços familiares se apresenta de modo contundente na vida de todos os sujeitos. Para cada um deles, algum tipo de ruptura traumática antecedeu a vinda ao Casarão em até três anos (Regina, William e Vildemar), dois anos (Sebastião), um ano (Marli), poucos meses (Maiza), poucos dias (Alice) ou mesmo poucas horas (Andréia). A separação conjugal (própria ou dos pais) aparece isolada na trajetória de cinco pessoas (Maiza, Regina, William, Alice e Vildemar). A morte se apresenta sozinha em dois casos (Marli e Andréia). Separação e morte conjugadas (sucedidas entre si com dois anos de intervalo) revelam-se num só sujeito (Sebastião). Não se trata aqui de pensar na ruptura de laços como causa determinante da degradação socioeconômica que marca a história de cada um, mas simplesmente de reconhecer sua presença decisiva em todos os casos. O que poderia significar essa presença?

Poderia sugerir a validade de se refletir sobre a função da família como unidade socioeconômica de produção (através do trabalho) e consumo (baseado na moradia) cuja desintegração seja capaz de levar a uma espécie de exclusão por obrigar seus membros restantes a buscar novas oportunidades de inclusão, isto é, outros arranjos sociais que lhes ofereçam condições mínimas para se sustentar economicamente.

Não é à toa que o Casarão pôde servir de base à recomposição de elos familiares até então divididos, tal como se viu pelas trajetórias de Alice (com o marido Anísio), de Sebastião (com o pai Anísio e o irmão Márcio) e de Andréia (com o irmão Mirele). Não me compete aqui explorar essa via de interpretação além da suposição de que a desagregação familiar possa servir como fator desencadeante do desenraizamento quando se combina com a exposição a processos cíclicos de exclusão e reinclusão social de origem tipicamente capitalista (nos termos de Martins).

O que importa aqui é reconhecer o Casarão como território de oportunidades socioeconômicas para a população que o ocupou, tendo em vista as facilidades que sua localização central propiciou à organização e viabilização de atividades informais como a reciclagem e o comércio ambulante. Nesse sentido, é possível compreender sua importância vital para cada sujeito ao possibilitar-lhe uma chance de reinclusão após o período de instabilidade naturalmente decorrente de exclusões impactantes sobre sua própria base anterior de sustentação social e econômica.

Importa ainda considerar, na trajetória dos sujeitos, a inserção do período vivido no Casarão como mais uma fase na contínua sucessão das experiências de inclusão e exclusão social pelas quais têm passado ao longo da vida. Assim como passaram por fases anteriores, a própria casa de passagem pode representar não mais do que uma nova fase ainda presente para quem nela vive, mas já ultrapassada de maneira aparentemente definitiva para a maioria dos antigos moradores que de lá saíram às próprias custas, sem qualquer apoio do poder público.

É preciso também levar em conta, no somatório dessas experiências cíclicas, a submissão dos sujeitos a condições de vida cada vez mais degradantes em termos de trabalho e moradia. Não se trata de uma trajetória decadente em linha reta, mas repleta de altos e baixos, especialmente nos casos daqueles com mais idade (Maiza, Regina, Alice e Vildemar, todos acima de 35 anos na época da remoção), para quem a situação vivida no Casarão era visivelmente inferior àquela dentro da qual foram criados. Já com relação aos mais jovens (abaixo de 25 anos na época da remoção), o mesmo pode ser afirmado com certeza apenas no caso de William. No tocante aos exemplos de Marli, Sebastião e Andréia, por sua vez, fica arriscado sustentar, com base nos resultados encontrados, que o tempo do Casarão tivesse se caracterizado por condições de vida piores do que aquelas nas quais se criaram, à medida que já nasceram em regiões periféricas marcadas pela degradação (talvez o local possa ter oferecido condições bem melhores de trabalho no caso específico de Sebastião).

Pode-se perceber, por trás da progressiva degradação das condições de vida, visível no aspecto da moradia, a contínua desqualificação do acesso ao trabalho em termos de exercício (a oportunidade de ter um ofício, uma ocupação, um serviço) e usufruto (a possibilidade de obter uma renda capaz de apoiar o sustento da família). Trata-se do acesso ao trabalho e não diretamente do trabalho em si, visto que nem sempre é o próprio sujeito quem trabalha, mas sim alguém de seu núcleo familiar (ou seja, da unidade socioeconômica da qual faz parte). Nos casos dos sujeitos de maior idade, vê-se que todos tiveram, em algum momento de suas trajetórias, acesso ao trabalho formal (com carteira assinada) em condições mais estáveis do que aquelas vividas no Casarão (ditadas pela informalidade). Com relação aos mais jovens, seus relatos revelam que nenhum deles teve acesso ao trabalho formal na idade adulta (a única exceção observada, relativa ao emprego formalmente obtido por William ainda na primeira casa de passagem, não durou mais do que um mês). A desqualificação, por sinal, torna-se muito clara quando a situação de cada um na casa de passagem original é comparada àquela antes vivida dentro do Casarão. Nesse ponto, pode-se dizer que os sujeitos passaram todos pelas mesmas condições descritas por Martins em termos de desenraizamento e de inclusão perversa.

Dessa argumentação toda, é possível concluir que há vários pontos em comum a identificar os sujeitos como vítimas de um sistema socioeconômico desigual que os atinge por igual em seu caráter perverso, materializado nas condições extremamente degradantes às quais vêm se submetendo nos últimos anos ou ao longo da vida por falta de alternativas mais dignas ao seu alcance. Trata-se de compreender que, por trás da ocupação do Casarão (bem como da passagem pela casa de passagem), há uma mesma lógica em andamento, reunindo cada sujeito aos demais em trajetórias de vida semelhantes no tocante à desvalorização das capacidades profissionais ou à desqualificação do acesso ao trabalho. Uma vez que a adversidade os reúne desse jeito, apesar da história pessoal e familiar única de cada um, vale atentar aos pontos de contato através dos quais uma convergência de interesses poderia se firmar, à medida que, sabe-se bem, não é nada fácil enfrentar, isoladamente, problemas que têm origem social. Aliás, as trajetórias de todos os sujeitos indicam que o sustento econômico de qualquer pessoa pode se tornar extremamente difícil quando ela se vê envolvida em ruptura de laços. Em compensação, naquele exemplo bem sucedido de recomposição familiar através do trabalho de reciclagem (referido por Sebastião), reforça-se o velho ditado popular segundo o qual é da união que se faz a força.

Para quem pode tratar do assunto em nome da ciência ou da política, fica no ar um velho e conhecido desafio. Afinal, não representa novidade alguma afirmar que se torna cada vez mais relevante colocar o saber e o poder à disposição da redução urgente e realmente significativa da desigualdade social que desqualifica o potencial humano deste país. As trajetórias dos sujeitos são indicadoras dessa urgência e se somam a tantas outras evidências similares que há décadas vêm se acumulando em forma de dados estatísticos e casos exemplares cujo conhecimento está ao alcance de qualquer um. Se, de fato, a ruptura de laços se impõe como fator absolutamente imprevisível contra o qual ninguém parece estar protegido, não se pode aceitar que a desqualificação do trabalho enquanto meio digno de inserção social seja entendida simplesmente do mesmo jeito, como se não passasse de um risco calculado ou mal necessário, sem questionar a razão de ser desse entendimento sob uma perspectiva ética, capaz de embasar pesquisas e políticas comprometidas com tamanho desafio.

3.2 LIÇÃO Nº 2: INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO

Na intervenção do poder público sobre a ocupação popular do Casarão, pode-se descobrir a imposição de um modelo de reassentamento concebido à revelia dos interesses, experiências e aspirações dos próprios sujeitos, com impacto degradante principalmente sobre suas condições de moradia e trabalho, mas também sobre as possibilidades de sua organização comunitária e de sua identidade coletiva.

No caso de Marli, as queixas contra o tratamento da Prefeitura foram diversas, especialmente com relação ao descumprimento de promessas feitas durante a ação de convencimento dos antigos moradores para aceitar a remoção, a começar pelo tempo de permanência na casa de passagem ("Ué, estão só enrolando nós [...], que vão dar e dar [a casa própria], e aí fica anos e anos... [...] Era oito meses só pra nós ficar aqui, nós já tamo virando o ano de novo aqui."). Tampouco teve continuidade o trabalho social iniciado para o amparo das famílias, restando em seu lugar apenas o abandono ("Só prometem, prometem, prometem. Nos primeiro mês que nós viemo, davam até rancho pra nós, pra agradar nós [...]. Depois abandonaram nós."). Não é propriamente o caráter impositivo da intervenção do poder público que transparece nas palavras de Marli, mas sua cara metade, isto é, o logro, o engano provocado, a promessa mantida vazia e sem qualquer satisfação. Não se trata da reclamação pelo cumprimento de cláusulas contratuais firmadas de comum acordo numa negociação da qual Marli tivesse participado com assessoramento técnico livremente constituído.

Afinal, nem o prazo, nem a permanência do apoio social, reclamados por ela, foram definidos no contrato da casa de passagem, redigido pela Prefeitura. Sua indignação recaía nas promessas feitas pessoalmente (sem registro por escrito) só para agradar (e vencer a resistência das pessoas contra o risco de ficar em situação mais precária por tempo indeterminado). Quanto à degradação das condições de vida lá dentro em comparação com o Casarão, não faltaram queixas baseadas no próprio estado de sua moradia ("As criança já tão tudo aqui, tão ficando doente aqui. E é rato, é tudo aqui dentro. Aqui nós, ó, botaram nós no inferno. Acharam que botaram pro melhor. Botaram pro pior."). O trabalho mesmo tornou-se mais difícil, visto que bastava uma volta ao redor do Casarão para encher um carrinho de papelão e garantir o prato do dia, enquanto que, na casa de passagem, igual rendimento exigia bem mais esforço. Até a capacidade de organização comunitária foi comprometida ("Lá [no Casarão] não tinha, lá era mais organizado [...]... E assim mesmo lá não tinha ninguém pra dizer o que nós tinha que fazer, nós mesmo, morador, que se reunia [...]."). O efeito foi idêntico quanto à identidade coletiva ("Tamo aí, atirado aí, ó, que nem bicho."). O relato de Marli indica não só o uso de uma arma bastante corriqueira em qualquer imposição (a falsa promessa), mas também o resultado degradante dessa imposição sobre suas condições de moradia e trabalho, sem deixar de lado o impacto negativo sobre a organização e a identidade dos moradores removidos.

No caso de Maiza, tal como se deu com Marli, foram intensas as reclamações contra a postura arbitrária do próprio poder público no encaminhamento do processo de remoção, desta vez em razão da restrição imposta à participação dos moradores. Destaca-se em seu relato a contrariedade pela falta de consideração às propostas defendidas pela comunidade ("Cheguemo nessa tal de reunião, seria a negociação com a SGM pra nós vir pra casa de passagem. Aí começou nosso inferno, nosso martírio, que não era nada daquilo que a gente queria."). Também lhe incomodou a tomada de decisões de maneira autoritária ("Muita coisa ali, sabe, que eles fizeram, eles fizeram errado, sabe, ali foi abuso de poder, sabe, abuso de autoridade, sabe."). Sem esquecer a dor da promessa vazia ("O [...] sofrimento das famílias, a dor, a mentira, a promessa não cumprida, as mágoas que ficou pra trás, [...]."). Ao tratar do impacto negativo sobre as condições de vida, fixou-se especialmente na questão da moradia ("Não adianta construir que nem aqui. Casa de passagem é uma peça que não tem privacidade, não tem nada. Então, se vai construir, construa com banheiro, dois, três quarto [...], uma cozinha decente, um lugar decente pra se criar os filho.").

Pela dificuldade que sentia em se organizar com outros moradores (por percebê-los acuados demais diante de suas próprias condições de vida), pode-se entender que o convívio dentro da casa de passagem não os beneficiou em termos de organização comunitária e identidade coletiva. Ela própria relacionou o impacto frustrante dessa experiência, para alguns deles, com o mergulho na depressão e na dependência das drogas ("Porque tem vários relato, várias coisa que aconteceu, é, depressão química de droga por causa da, de promessa, de coisas que foram tomada e que não, jamais eles vão conseguir colocar no lugar o que eles tiraram, sabe."). Dentre os aspectos contidos no perfil de degradação aqui considerado (moradia, trabalho, organização e identidade), o único sobre o qual deixou de dar opiniões comparativas (favoráveis ou desfavoráveis) entre a casa de passagem e o Casarão tem a ver com o trabalho. Há, talvez, uma explicação simples para tal. Com exceção dela, todos os outros sujeitos se mantinham com atividades autônomas de reciclagem ou de comércio ambulante, para as quais a proximidade do Centro fazia bastante diferença (seja pela área a ser percorrida na coleta, seja pelo material a ser carregado até o ponto de vendas). No seu caso, a distância pouco importava, pois já trabalhava de florista no Centro desde quando morava bem mais longe (na Lomba do Pinheiro), sempre como empregada.

No caso de Regina, a insatisfação com a conduta do poder público se detinha no constrangimento feito para forçar a aceitação de uma remoção que os moradores não desejavam ("A mesma coisa assim, ó: 'Ou vocês vão [à casa de passagem], ou vão pra rua.' Foi o que disseram pra nós. A gente teve que assinar um papel assim, obrigado, de última hora. [...] Era sair ou ir pra baixo de uma ponte."). Sequer faltou o tom violento típico das imposições ("Foi muita, olha, te digo, foi até, houve até gestos de violência. [...] Ah, das pessoas que estavam nos tirando de lá, as máquinas, é, as máquinas, policiais, bá, autoritarismo, aquilo ali nunca vai sair da minha cabeça."). É nítida a contundência dessas palavras na denúncia das ameaças verbais e físicas às quais foram submetidos os moradores. Quanto ao impacto degradante da remoção, o depoimento de Regina acusa especialmente aqueles efeitos relacionados com o trabalho ("A dor das pessoas, a tristeza, a revolta, ninguém queria sair de lá, a perda do trabalho das pessoas, que ficou difícil lá na [Av.] Padre Cacique. Poxa vida, eu nunca trabalhei com papel, mas eu vi o sacrifício deles."). Também o aspecto ligado à identidade coletiva foi visto por Regina nesse mesmo sentido ("A gente ter que sair contra a vontade, como se a gente fosse assim, um bando de animais. Foi assim que a gente tava se sentindo aquele dia, um bando de animais, escorraçados dali.").

Não se nota em sua fala nenhum louvor às condições de moradia da primeira casa de passagem por onde passou. Em contrapartida, o que se destaca é a sensação de perda pela saída do Casarão ("Infelizmente, a nossa luta [pelo Casarão] não deu em nada. A gente tentou renegociar o terreno, a área, mas não deu [...], nos puseram naquela casa de passagem."). Quanto à organização comunitária, houve lembranças bem positivas da segunda casa de passagem (ao se referir à Dona Paraguaia), mas nenhuma da primeira casa. Portanto, além do tom autoritário para forçar a remoção, seu relato se fixa nas degradações impostas ao trabalho e à identidade coletiva.

No caso de William, a atitude da Prefeitura também ficou a dever pela falta de consideração às pessoas, impondo sobre elas uma negociação de cartas marcadas ("Aí a DEMHAB começou a meter pressão em nós... E 'tem que desocupar, tem que desocupar.' [...] Nós não queríamos sair, a gente não queria acordo com eles, né. Contra a nossa vontade, nós tivemos que fazer acordo."). Segundo suas palavras, o impacto degradante da remoção se fez sentir com mais profundidade em seu ofício de camelô, muito dificultado diante das despesas do transporte público até o Centro, levando-o tantas vezes a percorrer o caminho todo a pé (sob o risco, ainda por cima, de perder a viagem devido ao rigor da fiscalização). Não fez menção em seu relato, fora o destaque dado à degradação do trabalho e ao caráter impositivo da remoção, a outros efeitos negativos possíveis (sobre a moradia, a organização e a identidade).

No caso de Alice, não se enxerga, pela primeira vez até aqui, qualquer censura ao poder público pela condução da remoção, talvez até por manter viva a esperança na promessa da casa definitiva, sem fazer queixa do atraso no cumprimento de seu prazo ("Daí, quando tirar a pessoa daqui, que isso aqui seria apenas uma casa, uma passagem, [...] pra assentar cada um das famílias na sua devida casa. Eu me baseei por isso, né, e assim espero que eles cumpram, né, com a palavra, né."). O que se nota é sua insatisfação com a solução arquitetônica dada à casa de passagem, da qual não participou ("E eu [...] não quero ficar do jeito que eu tou, né, tipo pra baixo e pra cima, sem banheiro decente, sem uma pia dentro de casa pra lavar louça, quer dizer, fizeram uma peça, um cubículo que mal, se entra um, sai outro."). No que diz respeito à degradação das condições de vida após a transferência, Alice encontrava motivos particulares de desgosto justamente quando se referia às características de sua própria moradia ("Ah, eu não gostei, né, porque lá [no Casarão] eu tinha muito mais espaço, né, eu tinha mais privacidade. Eu tinha meu banheiro, né [...]. Quer dizer, eu tinha meu tanque, eu tinha minha pia, eu tinha água dentro de casa.").

Quanto ao trabalho, não expressou qualquer diferença entre o antes e o depois da remoção. No fundo, seu critério de comparação não foi da casa de passagem com o Casarão, mas de ambos com um padrão de vida anterior, do qual revelou sentir-se saudosista ("É, eu tenho que modificar a minha vida, né. [...] Em tudo, meu trabalho, ter o meu cantinho, minha casa, ter a minha vida que eu sempre tive e sempre quis ter, né."). Com relação a possíveis efeitos degradantes em termos de organização e identidade, não fez referências desse tipo em seu relato, cujo foco se fixou na crítica da moradia, podendo-se deduzir disso a falta de participação em seu planejamento.

No caso de Sebastião, reaparece o ímpeto repressivo dado pelo poder público ao encaminhamento da remoção ("Invadiram o Casarão [...]. E escoltaram nós até aqui com a mudança."). Tal como Marli, também Sebastião denunciou o logro de um auxílio temporário seguido de total abandono ("E aí, pra cá eles davam rancho pra gente [...], durante uns dois, três meses eles ficaram ajudando a gente. Mas depois abandonaram a gente pro resto da vida: 'Ah, que se virem!' Aí era nós por nós."). No tocante aos efeitos da degradação, Sebastião os manifestou em todos os aspectos, a começar pela moradia ("Quando chove, essa casa alaga, que os esgoto são tudo a mesma coisa do [Lago] Guaíba. Então sobe, bá, um bom nível da parede sobe. Isso aqui enche d'água. [...] Isso aqui é uma imundície mesmo."). A deterioração também se deu no trabalho ("Não conseguimos continuar [a reciclagem], porque a pernada, a caminhada era muito longe. [...] Aqui não, aqui eles quebraram nossas perna."). Em função dessa situação, seu nível de renda caiu e, por extensão, a capacidade de consumo de que desfrutava antes também se perdeu ("Eu comia melhor do que hoje eu como bem. Hoje eu já não tenho azeite, entendeu? Algumas coisas tão faltando dentro de casa e, na época que eu trabalhava de papeleiro, nunca faltou."). Outro aspecto apontado por ele diz respeito à identidade coletiva, distorcida no episódio da remoção ("Direto pra cá escoltado com a polícia. Além de sirene ligada, ainda. De sirene ligada, meu. As moto do lado, o microônibus na frente do caminhão, na maior sirene, no maior escarcéu, parecia que nós era tudo traficante."). Também teve de se defrontar com a degradação das condições de organização comunitária na casa de passagem ("Os filhos dos outros cagam no banheiro, cagam em qualquer lugar, aquela cozinha cheia de lixo, os tanque cheio de merda, cheio de comida, banheiro entupido, é só o pai que limpa. Eu não boto a mão em nada aqui, ó."). Além do efeito degradante em todos os aspectos avaliados, seu relato ressalta o tom repressivo de visibilidade espetacular e o assistencialismo compensatório por tempo limitado.

No caso de Andréia, nota-se o desagrado em deixar o Casarão em virtude das facilidades decorrentes de sua localização central ("Ah, não queria sair de lá. [...] Ah, porque tudo era mais perto, era o Centro, era perto. A gente tinha que ir no médico, não precisava pegar um ônibus porque ali tava pertinho."). Também ela manifestou-se contrariada com o logro da promessa vazia ("Ah, saímos de lá por causa que eles acabaram convencendo todo mundo que iam nos dar uma casa, que ia ser melhor pra nós, que tavam reclamando."). Se as condições de moradia pioraram na casa de passagem, especialmente em função de sua localização desfavorável, essa mesma razão também afetou as próprias condições de trabalho e consumo ("Ah, lá era bem mais melhor até pra gente conseguir as coisa [...], os médico, né, os armazém. E até de trabalhar com carrinho era bem melhor."). Até mesmo a organização comunitária parecia superior no tempo do Casarão ("É que lá era bem organizado, bem... [...] O pátio aquele, todo aquele baita pátio lá era limpo, né. [...] Se todo mundo ajudasse a limpar, capinar, deixar bem direitinho..."). Não há referência em seu relato quanto ao aspecto da identidade coletiva. A ênfase de suas palavras recaiu numa espécie de arrependimento por ter sido levada a crer em falsas promessas, haja vista o impacto degradante da remoção sobre suas condições de moradia, trabalho e organização.

No caso de Vildemar, pesou-lhe o tom repressivo imposto com exagero e sem razão ("É, fizeram uma operação de guerra lá e... [...] Tinha mais de cem brigadiano lá pra... [...] Viatura de tudo quanto é lado pra poder tirar nós dali. Sem nenhum motivos. [...] Ninguém tava, ninguém tava agredindo ninguém nem nada, né."). Não se nota em suas palavras nenhuma menção a aspectos degradantes em termos de moradia, organização comunitária e identidade coletiva. Tratou de sua situação de trabalho com referência só à segunda casa de passagem, onde viu se reduzir em muito o valor ganho com a coleta de material reciclável, comparado ao que obtinha no tempo do Casarão. À medida que atribuía essa queda de rendimento à distância do Centro, é cabível supor que o problema se repetisse igualmente na primeira casa de passagem. Além do impacto negativo sobre o trabalho, destaca-se em seu relato sobretudo a desnecessária exibição de força que se fez durante a remoção.

Levando-se em conta o conjunto de relatos conferidos, pode-se perceber que o impacto do aparato repressivo mobilizado para obrigar os moradores a se sujeitar à remoção sem maior resistência foi acusado por três indivíduos (Regina, Sebastião e Vildemar). O abuso de promessas falsas (descumpridas e não renovadas) apareceu de maneira bastante clara nas declarações de três sujeitos (Marli, Maiza e Andréia).

A aceitação forçada da remoção, por sua vez, manifestou-se com destaque especial nos relatos de dois entrevistados (Regina e William). A falta de participação (a não ser de modo absolutamente restrito) na concepção de tal modelo de reassentamento foi detectada a partir dos depoimentos de duas pessoas (Maiza e Alice). Finalmente, o estado de total abandono no qual foram deixados os ocupantes da primeira casa de passagem (após a interrupção do trabalho social que durante algum tempo lhes deu amparo compensatório) fez-se revelar nas histórias de dois moradores (Marli e Sebastião). As diversas faces da imposição se revelam assim, pela combinação dos cinco elementos aqui examinados (aparato repressivo, falsas promessas, aceitação forçada, falta de participação, estado de abandono). É preciso ter em mente que tais elementos não foram apontados em resposta a questionamentos específicos sobre o tema por parte do pesquisador, já que se limitou a perguntar aos sujeitos por quais motivos saíram do Casarão, como foi tal saída, o que houve de marcante na história desse lugar e de que maneira estavam levando a vida na casa de passagem.[1]

No que diz respeito às evidências de degradação apresentadas em termos de moradia, trabalho, organização comunitária e identidade coletiva (pela comparação das condições de vida no Casarão e na casa de passagem), pode-se encontrá-las, dependendo do caso, seja na metade, seja na maioria dos sujeitos. No aspecto da moradia, é sintomática a ausência desse tipo de evidência só entre os que viviam na segunda casa de passagem (Regina, William e Vildemar), sabidamente ligada a um projeto habitacional já em obras. Em termos de trabalho, tais indícios de degradação foram detectados na maior parte dos sujeitos (menos em Maiza e Alice). No aspecto da organização comunitária, foi possível observá-los em metade dos entrevistados (Marli, Maiza, Sebastião e Andréia), assim como tal se deu em termos de identidade coletiva (Marli, Maiza, Regina e Sebastião). Proporcionalmente falando, a presença desses indícios foi maior junto aos sujeitos da primeira casa de passagem,[2] o que remete à clara diferença de perspectiva entre eles de acordo com o local onde foram mantidos. Cabe reparar que tampouco aqui as referidas evidências foram obtidas em resposta a questionamentos específicos sobre fatores degradantes, pois só lhes foi perguntado como estavam levando e sustentando a vida na casa de passagem.[3]

---

[1] As respostas aqui referidas foram obtidas todas com base nas questões nº 14, 15 e 16 do roteiro de entrevistas, disponível no Apêndice D desta dissertação.
[2] Quinze indícios para cinco sujeitos da casa original, contra quatro para três da última casa.
[3] Tais respostas foram obtidas todas com base na questão nº 16 do roteiro de entrevistas.

Os indícios verificados dão a entender que a remoção resultou do uso de forte aparato repressivo e de falsas promessas para impor a aceitação de um modelo de reassentamento de concepção não participativa, cuja população foi deixada à mercê da sorte ante a degradação de suas condições de moradia, trabalho, organização e identidade. Se a Prefeitura quisesse exibir tal resultado como amostra de sua política compensatória em casos que requeiram desapropriação e deslocamento involuntário de populações, teria prováveis dificuldades em levantar o financiamento pleiteado junto ao BID para um projeto tal como o PISA. À luz das evidências apresentadas, a intervenção promovida sobre os antigos moradores do Casarão parece ferir os mais elementares princípios éticos, legais e sociais previstos justamente para nortear toda e qualquer ação do poder público em situações semelhantes. Cabe assinalar que os critérios determinados pelo BID, já analisados anteriormente, não decorrem de uma política puramente interna dessa instituição, pois se sintonizam com orientações do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, da ONU, sobre o tema das remoções forçadas, conforme se vê pela Resolução nº 1998/9, da Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção às Minorias (SPDPM), cujo dispositivo nº 6 serve de chamamento aos agentes financeiros internacionais para que sigam seus preceitos:

> [A SPDPM] 6. Convida todas as instituições e organismos internacionais financeiros, comerciais, de desenvolvimento e de outra índole, inclusive os Estados Membros ou doadores que tenham direito a voto nesses órgãos, que levem plenamente em consideração as opiniões contidas na presente resolução e outras opiniões sobre a prática da remoção forçada formuladas em consonância com o direito internacional humanitário e os direitos humanos [...]. (ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS, 2000, grifo do autor, tradução nossa).

Nesse sentido, cabe resgatar o dispositivo nº 1 da referida resolução, segundo o qual as remoções forçadas devem ser vistas como fonte de violenta transgressão a toda uma série de direitos fundamentais, conforme se confere a seguir:

> [A SPDPM] 1. Reafirma que a prática da remoção forçada constitui uma violação grave de um amplo conjunto de direitos humanos, em particular do direito a uma moradia adequada, o direito a conservar a moradia, o direito à liberdade de circulação, o direito à vida privada, o direito à propriedade, o direito a um nível de vida adequado, o direito à segurança da moradia, o direito à segurança da pessoa, o direito à segurança de posse da moradia e o direito à igualdade de tratamento [...]. (ACNUDH, 2000, grifo do autor, tradução nossa).

Uma vez confirmados os indícios de que os sujeitos sofreram graves prejuízos (provavelmente extensíveis ao conjunto da população afetada) por obra da remoção forçada da qual foram vítimas, compete ao poder público intervir urgentemente sobre a própria intervenção promovida até aqui, de modo a restituir a dignidade violentada à luz dos direitos humanos, conforme prega o dispositivo nº 4 da mesma resolução:

> [A SPDPM] 4. Recomenda a todos os governos que procedam de imediato à restituição dos terrenos e moradias, a indenização por eles ou sua substituição por outros adequados e suficientes, em conformidade com seus desejos, direitos e necessidades, para as pessoas e comunidades que tenham sido removidas à força, tão logo se celebrem negociações mutuamente satisfatórias com as pessoas ou grupos afetados e se reconheça a obrigação de garantir tal benefício em caso de remoção forçada [...]. (ACNUDH, 2000, grifo do autor, tradução nossa).

No preparo das negociações recomendadas, a plena participação das pessoas atingidas é indispensável para que, devidamente assessoradas, saibam se respeitar e se fazer respeitar em seus direitos inalienáveis, o que pode requerer, quem sabe, um trabalho de mediação baseado na valorização da *aspiração à liberdade*, tal como sugerem D'Incao e Roy (no âmbito de um assentamento rural) nesses termos:

> E, aos nossos olhos, ganhava força a idéia de que a primeira tarefa de um assessor, preocupado com a transformação desses novos produtores em sujeitos de sua própria realização, era a de propiciar-lhes as condições para o aprendizado do exercício da liberdade a que eles aspiravam, partindo do respeito ao seu desejo de autonomia pessoal e resistindo à tentação de querer uni-los em torno de uma causa definida fora deles mesmos. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 30).

3.3 LIÇÃO Nº 3: MEMÓRIA COLETIVA DO CASARÃO

Na memória coletiva dos sujeitos, o desejo por maior estabilidade em termos de moradia e trabalho se revela nos cuidados mantidos e nas benfeitorias realizadas ou previstas no Casarão, assim como, nos casos mais vulneráveis de quem responde pela criação de muitas crianças, a impotência perante a falta de perspectivas visíveis no presente e no futuro se reflete em imagens saudosistas do passado recente.

No caso de Marli, o anseio por estabilidade pode ser ilustrado pela lembrança das iniciativas de Nandinho para limpar a área do Casarão com o objetivo de fixar-se no local, dando a ela a segurança da vaga aberta que ocupou quando, já de filho no colo, tratou de largar da vida itinerante à procura de melhores condições para criá-lo.

Aliás, o aproveitamento de espaços livres do Casarão para o trabalho de reciclagem por parte de seu marido Mirele também pode ser interpretado como investimento em busca do sonho de uma vida mais estável. Quanto à manifestação de uma imagem saudosista do lugar, pode-se percebê-la em comparações com a casa de passagem ("Lá [no Casarão] ainda era muito melhor. Aqui não tem bar, aqui não tem nada. Tu vai num posto [de gasolina, único local por perto para compras], as coisa tudo cara. [...] Lá nós tinha um bar do outro lado da rua. Aqui largaram nós no maior inferno."). A sensação de insegurança quanto às presentes condições de vida ficou explícita na exposição do motivo que justificava a esperança da casa própria ("Tamo esperando a nossa casa, daí vai ser o melhor, tudo fechadinho pras criança poder brincar. Que aqui já foi até criança atropelada aí nessa faixa [da Av. Padre Cacique]."). Em seu relato, a impotência diante da contínua espera fez do futuro uma incerteza, haja vista a falta de comprometimento do poder público em cumprir a palavra empenhada junto aos moradores ("Agora aqui [na casa de passagem] eles [da Prefeitura] prometem mil coisas e não trazem nada."). É evidente o desejo por estabilidade na projeção do que gostaria para o futuro dos filhos ("Um colégio, uma creche pra eles, né. Pra eles não ser o que eu fui, né, da rua [...]. [...] Quero colégio pra eles, eu trabalhando, o Bombom [...] também trabalhando, nós se ajudando assim como uma família [...]."). Nota-se, no relato de Marli, não só a ânsia por uma vida mais estável, expressa em melhorias realizadas nas condições de moradia e trabalho no Casarão, mas também o saudosismo do passado por sentir-se insegura no presente e incerta do futuro.

No caso de Maiza, ricas foram as lembranças do Casarão transformado em sua aparência de velho refúgio para assumir um novo aspecto de ocupação mais familiar ("Aí de noite a gente pegava, [...] juntar madeira, prego, tábua, móveis, tudo [...]. Nós fomos pintando, fomos botando cortina, fomo arrumando e mudemo a aparência, tanto que tu chegou lá, tu viu que era bem, tinha a aparência de, de casa, [...]."). O esforço coletivo investido em benfeitorias para dar melhores condições de habitação àquele lugar, até por intermédio de contatos políticos, não foi esquecido por Maiza ("Aí [...] nós comecemo a reativar os banheiro, [...] coloquemo tanque, puxemo água pra dentro de casa. A gente puxou luz, aí fomos na, na Câmara de Vereador, falemo com o pessoal, conseguimo luz e conseguimo água."). A necessidade de superar a crise surgida com a falta da principal liderança local deu origem à associação ("Aí foi que aconteceu que o Nandinho morreu, aquilo lá virou um caos. Aí a gente se reuniu [...] e achou que era necessário fundar uma associação que era pra organizar, né.").

Toda a mobilização coletiva para criar um ambiente mais estável de convívio social no Casarão foi simplesmente por água abaixo depois da intervenção feita pelo poder público, restando apenas a impotência e a insatisfação no lugar do sonho reprimido ("A gente não queria isso aqui, [...] a gente tem os projetos que tão guardado na gaveta mofando, que seria nosso sonho, [...] ver o Casarão com outra cara, [...] não ser [...] destruído como foi, porque pra nós aquilo ali era um patrimônio histórico."). Eis o vislumbre de uma visão saudosista do Casarão, não tanto do Casarão que se foi, senão daquele que deixou de ser, ou seja, daquele ao qual não foi dado o direito de se desenvolver com base em si mesmo. A manifestação dessa imagem num tom mais de frustração do que de meta perseguida pode decorrer da falta de esperança com relação ao futuro por força da permanência indevidamente prolongada na casa de passagem ("Mas a promessa, a promessa foi que seria pra, de seis a oito meses, e já faz dois anos e, nós já tamo em janeiro, dois ano e pouco, até agora a gente não tem uma definidade, não tem uma resposta, não tem nada de habitação."). São evidentes, no relato de Maiza, tanto o desejo por estabilidade em suas condições de moradia e organização comunitária quanto, em contrapartida, a impotência pela falta de perspectivas diante de si, refletida no saudosismo dos projetos abandonados.

No caso de Regina, o reconhecimento dos esforços para consolidar o Casarão como espaço de moradia já é um claro sinal do desejo por condições mais estáveis de vida ("Inclusive a gente agradece muito ao falecido Nandinho. Se não fosse ele a gente não tinha tido aquele Casarão pra morar. Porque ele reformou tudo, teve o maior sacrifício, ele arrumou tudo, ele conseguiu móvel, ele foi uma grande figura."). O anseio por estabilidade também transparece no reconhecimento das benfeitorias feitas por cada um, desde as mais singelas, para tornar viável sua própria ocupação do local, residindo aí um dos motivos de maior tristeza contra a ação destrutiva do poder público ("A gente vê o nosso [...] sacrifício todo indo por água abaixo. Todo mundo construiu alguma coisinha, feio ou bonito, todo mundo construiu. [...] Cada um puxou a sua água, fez uma areazinha, feia, mas fez, né, plantou uma flor, né."). Houve mesmo investimentos não tão singelos assim, como alguns que recuperaram áreas anteriormente inabitáveis ("Teve morador lá que [...] apegados ao que, bem ou mal, construíram no cantinho deles [...], eles pegaram áreas que tavam destruídas, construíram, reconstruíram, fizeram as coisinhas deles [...]."). Também se faz ver a ânsia por estabilidade naquelas iniciativas de trabalho compartilhado entre vizinhos, como no caso de seu negócio com Miriam para a venda ambulante de mercadorias.

Seu interesse na luta de Maiza pela instalação do projeto de cozinha comunitária é igualmente expressivo da busca por condições mais estáveis. ("Mas infelizmente a luta dela foi em vão, né. [...] Ela não foi acreditada, não levaram a sério o projeto dela. [...] Geralmente, né, os políticos [que não levaram fé], mais os políticos, sabe.") No depoimento prestado por Regina, a dor pela perda do Casarão não se confundia com saudosismo, até porque não lhe faltavam razões para sentir confiança no futuro, graças à qual conseguiu livrar-se da impotência e suportar os sacrifícios do cotidiano ("O sonho, o meu sonho, se Deus quiser, eu vou conseguir realizar, que é a entrega da minha chave da minha casa. Que já tá quase pronta. [...] A gente passa tanto trabalho aqui, né, com várias coisas, mas a nossa casa ali tá tão pertinho."). Seu relato reúne de modo claro o desejo por estabilidade com a lembrança de cuidados e benfeitorias feitas no Casarão. A ausência da impotência e do saudosismo faz-se compreensível, dada a situação favorável para os sujeitos alojados na segunda casa de passagem (ao contrário dos demais) com relação à promessa da casa própria.

No caso de William, o peso da moradia em sua busca por estabilidade pode ser medido pela importância que deu ao tempo investido no Casarão como espaço de moradia quando se pôs a recordar da sensação de mal-estar causada pela saída às pressas de lá ("É, foi uma coisa meia desagradável, né, porque nós, pessoas, nós, os moradores do Casarão, né, por tanto tempo que o pessoal já estava morando lá, tinha pessoas que estavam morando desde [19]96 lá, né."). Em seu juízo, o melhor do Casarão era sua própria localização, perto de tudo, especialmente do trabalho. Aliás, o valor do trabalho para uma vida estável é evidenciado pelo destaque que lhe conferiu ao planejar o futuro ("Bom, em primeiro lugar, eu espero, né, conseguir um emprego, não precisa ser bom, mas que eu possa assinar minha carteira, né, como qualquer outro cidadão que procura, né, ter a sua vida, ter seu emprego, né."). Tal como no exemplo de Regina, sua mãe, tampouco em William se observa uma visão saudosista do Casarão, o que se explica pela perspectiva aberta com a integração de sua própria família ao projeto habitacional em prol da Vila dos Papeleiros. Ficou-lhe, daquele tempo, a recordação positiva da aprendizagem recíproca, possibilitada pela realização do 3º FSM ("Recebermos pessoas de tudo quanto é país e, bá, lá eles, bá, nos ensinaram várias coisas, né, maneira de viver, tudo. [...] Eles foram lá, [...] e queriam aprender algumas coisas com nós, né, [...] a nossa maneira de vida."). Assim como Regina, também William exprimiu o desejo por estabilidade (através da preservação do Casarão) sem cair na falta de perspectivas (fixada no saudosismo).

No caso de Alice, as próprias melhorias do Casarão foram lembradas de modo saudosista na comparação de sua moradia anterior com a peça que lhe foi dada na casa de passagem ("Eu também tinha mais privacidade assim, né. Aqui já não tem isso, não. [...] Aí eu fiz [no Casarão] o meu pátio fechado, né, com cerquinha, tudo. [...] Lá já era mais isolado, né, cada um, [...] morava um pouco mais afastado, né."). Em seu relato, o desejo por estabilidade manifestou-se com clareza ao tratar daquilo que esperava para o futuro, seja em termos de moradia, seja em termos de trabalho ("Minha casa, pra que eu possa dar um jeito na minha vida, né. Quero um serviço fixo, eu quero uma coisa, eu tenho condições de ter, né, um serviço fixo, eu tenho condições de ter um trabalho de carteira assinada, uma coisa certa, né."). Foi a falta de perspectivas para arrumar trabalho fixo que a levou para o ramo da reciclagem no tempo do Casarão, situação que seguia até então inalterada ("Então, pra não morrer de fome e pra ter um trabalho, eu fiquei com isso [de coletar lixo reciclável]. Não é, não, que seja uma coisa assim que eu queira pra mim."). Sua permanência na casa de passagem foi motivada pela mesma falta de opção que a trouxe para dentro do Casarão, ou seja, por não ter como manter-se em local mais adequado ("Porque não tinha pra onde eu ir, não tinha condição. Não tinha condição de pagar um aluguel, não tenho trabalho, serviço fixo, né. Opção que tem pra onde ir, fiquei aí."). Portanto, é possivel reconhecer nas declarações de Alice tanto a demanda por uma vida em condições mais estáveis quanto a impotência pela indefinição do próprio futuro em termos de moradia e trabalho.

No caso de Sebastião, o desejo por estabilidade no próprio trabalho encontrou sua máxima expressão no levantamento do galpão de reciclagem com apoio externo ("E daí [...] o Irmão Cechin foi, viu nós trabalhando no sol, sol e chuva [...]. E disse que ia dar uma mão pra gente fazer um telhadinho [...]. E quando a gente começou a construir [...], o pessoal da Prefeitura veio [...] e derrubaram nosso telhadinho."). No tocante à moradia, foi através da AMACASA que Sebastião lutou pela preservação do Casarão como um todo ("A associação brigava pela, pra não derrubar o Casarão, que eles queriam derrubar o Casarão, né. [...] Eles foram lá, como a força deles era maior, conseguiram derrubar o Casarão. E a gente [...] não pôde fazer nada."). A ausência de qualquer perspectiva concreta para o futuro das pessoas ainda alojadas na primeira casa de passagem também o afetou de maneira altamente perturbadora ("Depois que se, eu vim pra esse lugar aqui, não, não, minha vida perdeu, eu perdi o gosto de viver, eu perdi tudo. [...] Então eu me desgostei com tudo, me desgostei.").

Por não converter essa falta de esperança em impotência, Sebastião não chegou a desenvolver um típico saudosismo da época do Casarão. Pelo contrário, ao decidir-se por abandonar a casa de passagem com base em recursos próprios, buscou um meio de conduzir sua vida adiante sem depender da espera sem fim, provocada pelo descomprometimento da Prefeitura com as promessas feitas antes da remoção das famílias ("Mas, como agora eu tou construindo, eu quero construir a minha casa lá, eu quero abandonar esse lugar aqui. Não quero casa do DEMHAB, não quero nada do DEMHAB, eu só quero ficar aqui até eu terminar de construir a minha casa [...]."). O desejo por estabilidade é visível em seu relato, além da falta de saudosismo que reflete o poder pessoal de definir os próprios rumos. Uma semana após à entrevista, Sebastião já não se achava mais na casa de passagem (tampouco o pai e o irmão).

No caso de Andréia, também se fizeram presentes em sua história os cuidados com a conservação do Casarão, especialmente quanto às iniciativas para a limpeza do pátio ("O pátio aquele, todo aquele baita pátio lá era limpo, né. Meu irmão, meus irmão, a gente limpava, deixava bem limpo. Porque quando a gente foi morar lá, era cheio de lixo, cheio de rato, lá nos fundos, quando nós fomo morar."). A estabilidade desejada por Andréia aparece claramente no anseio por trabalho para os grandes e estudo para os pequenos ("Ah, que a gente tenha trabalho, que não nos falte nada. E que as crianças tenham colégio, estudo."). Por sinal, o Casarão chegou a propiciar a oportunidade para uma associação de interesses em torno da reciclagem, da qual participaram dois irmãos seus, além do marido. O saudosismo do lugar onde antes vivia era explícito com palavras de expressividade simples e direta ("Ah, que a gente nunca deveria ter saído do Casarão, porque lá era bem mais melhor."). Seu relato reflete tanto o desejo por estabilidade quanto a impotência por falta de esperança.

No caso de Vildemar, a demanda por estabilidade se fez visível na vontade de associar seu esforço de reciclagem ao de Anísio, acentuada com as possibilidades abertas pela construção do galpão, mas frustrada com sua demolição pela Prefeitura ("O Anísio tinha mais carrinhos, né, então daí logo a gente começou a tentar ver se fazia alguma coisa pra gente trabalhar mais junto, [...]. Daí [...] eles fizeram aquele galpão, né, daí foi [...] onde a Prefeitura já entrou lá pra desmanchar e tudo."). Além da mobilização de forte poderio militar para a desmontagem do galpão, espantou-lhe especialmente a derrubada daquelas antigas edificações que, ao seu ver, deveriam ser objeto de total preservação ("Eu acho que aquilo ali não poderia perder, não, não poderia ter demolido aquilo ali assim. [...] Deveria de ser [...] patrimônio histórico.").

Apesar das suas ressalvas quanto à intervenção do poder público no Casarão, não se reconhece nem em seu relato, nem naqueles de outros sujeitos da segunda casa de passagem (Regina e William), saudosismo algum do local. O que se reconhece é o desejo por condições mais estáveis de vida em termos principalmente de trabalho, já que não basta uma moradia em boas condições se lhe falta a renda necessária para sustentá-la. Assim se entendem as palavras bem cautelosas de Vildemar sobre o futuro, consciente de que a solução para a moradia exige, de forma paralela, uma solução para os problemas da falta de trabalho e renda ("Depois que a gente mudar pra lá é que a gente vai ver como é que vai melhorar. [...] Que sem trabalho, não tem como. Poder aquisitivo mesmo, não tem como nem pensar já."). Quanto ao desejo por estabilidade, seu relato o confirma. Quanto à impotência, enquadra-se naquela situação de quem já não sofre de saudosismo por gozar de perspectivas favoráveis.

À luz dos relatos apreciados, é possível dizer que o desejo de passar para uma situação de vida mais estável torna-se bem visível nas lembranças de investimentos em cuidados e benfeitorias que tiveram por alvo não só a preservação, mas também a melhoria das condições de ocupação do Casarão para fins de moradia e trabalho. Tais resultados, observados com relação a todos os sujeitos, contradizem a versão oferecida pela Prefeitura, em processos acionados junto ao Tribunal de Justiça e ao MPE, segundo a qual essa ocupação teria caráter desordenado e desorganizado.[4] Também contradizem a versão veiculada no Jornal do Centro pela qual seus antigos moradores seriam pessoas que nada teriam a perder em termos de segurança.[5] A partir dos resultados verificados, versões desse tipo demonstram-se evidentemente insustentáveis (revelando por trás de si, quem sabe, a cara do preconceito). Nota-se, nos relatos exibidos, desde a organização de simples cuidados de limpeza (Marli e Andréia), passando pelos esforços de construção das mais diversas obras para fins de moradia (Maiza, Regina, Alice) e trabalho (Sebastião e Vildemar), até a previsão de projetos voltados à melhoria das condições de vida do Casarão (Maiza e Regina), bem como a demanda por seu próprio tombamento como patrimônio histórico (Maiza e Vildemar). A constatação da antiguidade centenária do local e de sua importância ímpar junto à história da capital gaúcha aparenta ser largamente inconstestável.[6]

---

[4] Conforme citações constantes das folhas 29 e 30.
[5] Conforme citação presente na folha 162.
[6] Conforme brevemente demonstrado nas folhas 93 e 177-181.

A própria consideração da ocupação popular do Casarão como posse velha, a ensejar direitos como os previstos na legislação vigente sobre o assunto,[7] também parece sugestiva. São significativos, nesse ponto, os relatos daqueles moradores lá estabelecidos há mais tempo, contemporâneos do pioneiro Nandinho (Marli, Maiza, Regina e William), haja vista a luz que lançam rumo aos primórdios do processo de ocupação do lugar com a progressiva estrutura montada para preservá-lo e dotá-lo de benfeitorias. O resgate da memória coletiva do Casarão pode revelar-se de alto valor para o reconhecimento do direito à propriedade da área em benefício de seus antigos moradores, segundo Halbwachs.[8] Ainda mais quando se constata que sua própria apropriação por parte da Prefeitura está repleta de irregularidades legais, de acordo com notícia já referida,[9] publicada pelo jornalista Políbio Braga (2005).[10]

Quanto à ocorrência de lembranças saudosistas do passado como expressiva forma de refúgio mental contra a impotência e a insegurança diante do presente e do futuro, os resultados apontam justamente para os sujeitos responsáveis por quatro ou até cinco crianças na época das entrevistas: Marli (cinco crianças), Maiza (quatro crianças), Alice (quatro crianças) e Andréia (cinco crianças). Chama a atenção o fato de ser precisamente esse o caso das mães com prole infantil mais numerosa dentre as dezoito famílias removidas em outubro de 2003.[11] Coincidência ou não, ao abrir-se o ano de 2006, são só essas as famílias que permanecem na primeira casa de passagem. Pode-se deduzir dessa informação que tais casos representam situações de maior vulnerabilidade social em comparação com os demais, no sentido preciso de que a responsabilidade pelo cuidado de filhos, netos e sobrinhos pequenos traz consigo enorme dificuldade para quem se defronta com a eventual decisão de tomar rumos próprios, como assim o fizeram todas as outras famílias, à exceção daquelas levadas para a segunda casa de passagem. Aliás, o saudosismo se fez ausente nos relatos daqueles sujeitos abrigados nesse último alojamento, a sugerir, com base em Halbwachs,[12] que a existência de perspectivas concretas desde o tempo presente é bastante decisiva para que a projeção da própria vida no futuro possa ocupar o lugar de sua eventual fixação num passado fantasiado pela ação da memória coletiva.

---

[7] Conforme citações apresentadas nas folhas 44 e 45.
[8] De acordo com a primeira citação reproduzida na folha 55.
[9] Segundo nota de rodapé inserida na folha 23.
[10] Disponível no Anexo B desta dissertação.
[11] Conforme se pode ver pela Tabela 1, constante do Apêndice A desta dissertação.
[12] De acordo com citações transcritas na folha 54.

3.4 LIÇÕES POR FAZER: RESPONSABILIDADES DIANTE DE NÓS

O que será do futuro dessas crianças cujas mães e pais continuam a viver sem qualquer perspectiva na primeira casa de passagem? Que esperança de vida melhor podemos prever e prover para elas? Que responsabilidades temos nós, pesquisador, sujeitos, poder público, comunidade acadêmica, sociedade civil, diante das histórias reais, dramáticas e comoventes que as memórias do Casarão nos revelam? É nesse sentido que esta obra propõe-se a ser não apenas um convite aberto à reflexão, mas sobretudo à ação. Cabe-nos assumir o velho chavão de transformar a realidade? Por que não? Em questões dessa gravidade, não é possível que tantos braços, cérebros e corações permaneçam cruzados, alheios e endurecidos. Ofereço estas memórias à possibilidade do diálogo entre as partes envolvidas com o problema aqui estudado, necessariamente sob alguma forma de intermediação consensual. Está nas mãos do judiciário o poder de dar um rumo definitivo à ação judicial cujos réus até aqui sequer puderam apresentar provas em defesa dos próprios direitos à concessão especial de área pública para fins de moradia. Está nas mãos da Prefeitura o poder de estender a essas famílias os mesmos princípios com os quais se comprometeu em busca de financiamento internacional. Está nas mãos dos moradores o poder de se organizar coletivamente em torno da própria aspiração à liberdade para garantir seus direitos à propriedade sob a ótica da ONU, contrária às remoções forçadas. Está nas mãos da comunidade acadêmica o poder de desenvolver novos estudos sintonizados com as demandas dessa população. Está nas mãos da sociedade civil o poder de encontrar alternativas viáveis ao populismo e à inclusão perversa. Por fim, dedico esta obra às crianças que viveram boa parte de sua infância seja no Casarão, seja nas casas de passagem que lhe sucederam, como prova da luta tantas vezes desesperada, mas teimosamente esperançosa, de suas mães e seus pais para lhes dar condições mais estáveis de vida, de modo que possam entender com maior clareza de onde vieram e, quem sabe, a partir desse saber, projetar melhor o caminho a seguir. Não será justamente essa uma das lições mais preciosas que a educação tem a nos oferecer?

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Fernando. Área abandonada. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 22 ago. 2001. Começo de Conversa, p. 2.

ALEXANDRE, Jean-Michel. Introdução: Maurice Halbwachs, 1877-1945. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 19-25.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. **Desalojos forzosos**: resolución de la subcomisión 1998/9. Geneva, 2000. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/TestFrame/f944a16879539d52802566730030f7b1?Opendocument> Acesso em: 11 jul. 2006.

AMARAL, Miriam Aliz Bassetti do; ROSA, Janete Sanchez da. **Carta ao senhor prefeito Tarso Genro**. Porto Alegre: ASACASA, 2002. Disponível em: <http://adrimarinho.br.tripod.com/amigosdocasarao/id13.html> Acesso em: 28 jun. 2006.

ANTIGO prédio da CEEE terá nova destinação. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 14 maio 2003. Geral, p. 21.

ARAÚJO, Alan Henriques de. Belíndia. **Economianet**, [São Paulo], 16 set. 2002. Opinião. Disponível em: <http://www.economiabr.net/colunas/henriques/belindia.html> Acesso em: 25 jun. 2006.

ARAÚJO, Diego (Ed.). Enxurrada toma ruas de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 nov. 2004. Geral, p. 34.

ARAÚJO, Elizabete. **Meu filho**. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/textos/TextoElizabete.htm> Acesso em: 20 jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CASARÃO. **Associação de Amigos do Casarão**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://amigosdocasarao.tripod.com.br> Acesso em: 18 fev. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CASARÃO. **Ata nº 01**. Porto Alegre, 2003(a). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/Regras.htm> Acesso em: 9 jun. 2006.

_____. **Cadastro das famílias do Casarão**. Porto Alegre, 2003(b). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/FamiliasCasarao.htm> Acesso em: 9 maio 2006.

_____. **Conheça a AMACASA**. Porto Alegre, 2003(c). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.com.br> Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. **Contraproposta da AMACASA**: ata da reunião de 26 de julho de 2003. Porto Alegre, 2003(d). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/Contraproposta.htm> Acesso em: 11 jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CASARÃO. **Nossos projetos**. Porto Alegre, 2003(e). Disponível em: <http://www. amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/NossosProjetos/Projetos.htm> Acesso em: 11 jun. 2006.

_____. **Orçamento participativo 2003**: descrição das demandas em ordem de prioridade. Porto Alegre, 2003(f). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/OrcamentoP.htm> Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. **Orçamento participativo 2004**: descrição das demandas em ordem de prioridade. Porto Alegre, 2003(g). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/OP2004.htm> Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. **Utilização da área do Casarão**: proposta da AMACASA. Porto Alegre, 2003(h). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/PropostaAmacasa.htm> Acesso em: 11 jun. 2006.

AXT, Gunter. Júlio de Castilhos e Maria Degolada: a Justiça nos espaços públicos da memória gaúcha. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 27, n. 85, p. 451-464, mar. 2002. Disponível em: <http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/julio.doc> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho: uma perspectiva histórica das maiores empresas (1887-1928). **História em Revista**, Pelotas, v. 4, p. 63-94, dez. 1998. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/ndh/Gunter_Axt_Volume_04.pdf> Acesso em: 30 jun. 2006.

BAIERLE, Sérgio Gregório. **Lutas em Porto Alegre**: entre a revolução política e o transformismo. Porto Alegre: MAPAS, 2005. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/urbanas43f366c7dacbb.pdf> Acesso em: 14 maio 2006.

_____. **Um novo princípio ético-político**: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. 1992. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <http://www.democraciaparticipativa.org/files/SergioBaierle.pdf> Acesso em: 15 jun. 2006.

BAIMA, Cesar. O campeão da injustiça social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 abr. 2001. Economia. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/economia/2001/04/01/joreco20010401002.html> Acesso em: 25 jun. 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **BR0390**: saneamiento ambiental de Porto Alegre. [Washington], 2006. Disponível em: <http://www.iadb.org/projects/Project.cfm?project=BR0390&Language=Spanish> Acesso em: 7 maio 2006.

BERLATO, Lisane. Histórias do Centro: "de mocó a Casarão". **Jornal do Centro**, Porto Alegre, abr. 2003. Capa, p. 7.

BOZZETTI, Felipe. Sujeira e abandono dominam o Casarão da CEEE. 1 fotografia. In: CENTENO, Grazieli. Comunidade, instituições e moradores em luta pelo antigo prédio da CEEE na Rua Washington Luiz. **Jornal do Centro**, Porto Alegre, abr. 2003. Capa. p. 7.

BRAGA, Políbio. Verle deu ao Incra o terreno que a CEEE não vendeu para a prefeitura. **Políbio Braga online**, Porto Alegre, 4 mar. 2005. Por Trás da Notícia. Disponível em: <http://www.polibiobraga.com.br/?PAG=portrasnoticia_detalhe.asp?ID=5766> Acesso em: 11 jul. 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Habitar Brasil BID**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/programa_habitar_brasil.asp> Acesso em: 1. dez. 2006.

CENTENO, Grazieli. Comunidade, instituições e moradores em luta pelo antigo prédio da CEEE na Rua Washington Luiz. **Jornal do Centro**, Porto Alegre, abr. 2003. Capa, p. 6-7.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Museu da Eletricidade. **História do Grupo CEEE**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=3237> Acesso em: 22 jun. 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução 196/96. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Porto Alegre: Núcleo Interinstitucional de Bioética, 1997. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/res19696.htm> Acesso em: 19 abr. 2006.

COUNCIL FOR INTERNATIONAL ORGANIZATIONS OF MEDICAL SCIENCES. **Diretrizes éticas internacionais para a pesquisa envolvendo seres humanos**. Colaboração: Organização Mundial da Saúde. Porto Alegre: Núcleo Interinstitucional de Bioética, 1997. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/cioms.htm> Acesso em: 19 abr. 2006.

DAYRELL, Juarez. Apresentação. In: MELUCCI, Alberto (Org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-17.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 9-17.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FORTES, Alexandre. **"– Nós do Quarto Distrito..."**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. 2001. 633 p. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/fortes.pdf> Acesso em: 30 jun. 2007.

GEFFRAY, Christian. Prefácio. In: D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-21.

GOOGLE Earth. Versão 3.0. Mountain View: Google Inc., 2005. Disponível em: <http://earth.google.com/intl/pt/download-earth.html> Acesso em: 18 jun. 2006.

GOUVÊA, Regina de Paula. **A quem possa interessar**. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/textos/TextoRegina.htm> Acesso em: 12 jun. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente, por situação do domicílio e por sexo – 1940-1996**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm> Acesso em: 28 fev. 2006.

_____. IBGE cidades@. **Porto Alegre – RS**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431490&r=2> Acesso em: 25 jun. 2007.

JACQUES, João Cândido. [Planta de Porto Alegre]. 1 mapa. Escala indeterminável. In: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CLARITY. **História do Bairro Menino Deus**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.portoclarityalegre.com.br/historia.htm> Acesso em: 30 jun. 2006.

MARINHO, Adriano Ruschel. Lona de eventos do acampamento no pátio do Casarão. 1 fotografia. In: TITA, [João Batista]. **3º Fórum Social Mundial no Casarão**: acampamento mundial de lutadores urbanos [depoimento: 22 jan. 2003]. Entrevistador: Adriano Ruschel Marinho. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/EntrevistadoMSTeto.htm> Acesso em: 4 mar. 2007.

_____. **O que é o Casarão**. Porto Alegre: ASACASA, 2002. Disponível em: <http://adrimarinho.br.tripod.com/amigosdocasarao/id14.html> Acesso em: 10 jun. 2006.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARINS, Carlos Fernando. "O programa era inviável". Entrevistador: CS Zona Sul. **CS Zona Sul**, Porto Alegre, 16 maio 2005. Disponível em: <http://www.cszonasul.com.br/index.php?go=noticia&id=276> Acesso em: 7 maio 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto (Org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

MESSIANT, Christine; CAHEN, Michel; RAPOSO, Isabel. **Christian Geffray**: 1954-2001. Dundee: CPHRC, 2003. Disponível em: <www.cphrc.org.uk/news/geffray.htm> Acesso em: 9 mar. 2006.

METZ, Luiz Sérgio; FISCHER, Luís Augusto. **Usina do Gasômetro**: centro cultural. Porto Alegre: CCUG/SMC, 2001.

MOREIRA, Denise Wolffenbuttel. **Iluminação pública em Porto Alegre**: uma história. Porto Alegre: CEEE, [1999?]. Panfleto.

MUCCILLO, Vera. **Mapa Turístico de Porto Alegre**. Porto Alegre: EPATUR, [199?]. 1 mapa. Escala indeterminável. Disponível em: <http://www.inf.ufrgs.br/turismo/poa/fig_completa.html> Acesso em: 6 fev. 2006.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil**: tempos e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 44 p. (Textos para discussão, n. 7). Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf> Acesso em: 22 jun. 2006.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Proposta da PMPA**. Porto Alegre: AMACASA, 2003(a). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/PropoPrefe.htm> Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. Prefeitura Municipal. **Termo de compromisso**. Porto Alegre: AMACASA, 2003(b). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/TermoCompromisso.htm> Acesso em: 9 maio 2006.

_____. Prefeitura Municipal. Programa integrado socioambiental: BID/BR0390. **Plano de ações para compensação de perdas de imóveis, relocalização, reabilitação sócio-econômica de população e reinstalação de negócios afetados pelo projeto BR-390**: P.A.C. Porto Alegre, 2003(c). Disponível em: <http://www.iadb.org/exr/doc98/eia/ebr0390.pdf> Acesso em: 7 maio 2006.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Governo Municipal. **Ofício nº 28/PS**. Porto Alegre: AMACASA, 2003(d). Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/Oficio.htm> Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. Programação especial marca os 75 anos da Usina do Gasômetro. **Diário Oficial de Porto Alegre**, n. 2154, Porto Alegre, 10 nov. 2003(e). Cultura, p. 1. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/10novembro03.pdf> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Câmara Municipal. **Ata da septuagésima terceira sessão ordinária da terceira sessão legislativa ordinária da décima terceira legislatura, em 18-9-2003**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/anais/2003/09/18/073%AA%20so%20-%2018set2003.htm> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Prefeitura Municipal. Escritório Municipal de Turismo. **Principais prédios históricos**. Porto Alegre: PROCEMPA, 2006. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=144> Acesso em: 22 jun. 2006.

RAIMUNDO, Suely; ROCHA, João Nedi Maurício da; MARINHO, Adriano Ruschel. **Cozinha comunitária**: 1. objetivos. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/NossosProjetos/Cozinha1.htm> Acesso em: 11 jun. 2006.

RAMIRES, Michelle Albuquerque. Menino pobre. In: _____. **Repes e Poesia**. Porto Alegre: ASACASA, 2002. Disponível em: <http://adrimarinho.br.tripod.com/amigosdocasarao/id16.html> Acesso em: 10 jun. 2006.

ROSA, Janete Sanchez da. **Oficinas e associação**. Porto Alegre: ASACASA, 2002. Disponível em: <http://adrimarinho.br.tripod.com/amigosdocasarao/id15.html> Acesso em: 10 jun. 2006.

ROSA, Maiza Sanchez da. **Ajuda aos jovens**. Porto Alegre: ASACASA, 2002. Disponível em: <http://adrimarinho.br.tripod.com/amigosdocasarao/id11.html> Acesso em: 10 jun. 2006.

_____. **Sonhos e ideais**. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/textos/TextoMaiza.htm> Acesso em: 10 jun. 2006.

ROSA, Maiza Sanchez da et al. **Propostas e contrapropostas**. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/PropoContra.htm> Acesso em: 18 fev. 2006.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Alemães, italianos e eslavos**. Florianópolis: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, 2002(a). Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/08imigrantes.html> Acesso em: 19 jun. 2006.

_____. Governo do Estado. **Municípios de Santa Catarina**. Florianópolis: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, 2002(b). Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/frametsetmunicipios.htm> Acesso em: 19 jun. 2006.

_____. Governo do Estado. **Regiões**. Florianópolis: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, 2002(c). Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm> Acesso em: 19 jun. 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SAULE JÚNIOR, Nelson et al. **Perfil da habitação de interesse social em Porto Alegre**: relatório final. Porto Alegre: Polis, 2004. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/texto_final_completo_volume_1_corrigido.doc> Acesso em: 13 maio 2006.

SCOMBATTI, Marília. **Plano de ações para compensação e relocalização de população afetada pelo projeto BR-390**: P.A.C.: versão final. Porto Alegre: [s.n.], 2003. Disponível em: <www.iadb.org/EXR/doc98/pro/rbr0390.pdf> Acesso em: 8 maio 2006.

SILVA TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001. 151 p. (Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. 4, nov. 2001).

SPOSITO, Marília Pontes; FISCHER, Nilton Bueno. Apresentação. In: MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 13-20.

STRELIAEV, Leonid. **Porto Alegre – RS**: a capital do Mercosul: vista aérea da cidade. [São Paulo]: Brascard, [1997?]. 1 fotografia aérea. Escala indeterminável. Cartão postal (Brasil Turístico).

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX**: o solar Lopo Gonçalves. 1997. 232 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000282.pdf> Acesso em: 21 jun. 2006.

TITA, [João Batista]. **3º Fórum Social Mundial no Casarão**: acampamento mundial de lutadores urbanos [depoimento: 22 jan. 2003]. Entrevistador: Adriano Ruschel Marinho. Porto Alegre: AMACASA, 2003. Disponível em: <http://www.amacasa.hpg.ig.com.br/paginas/EntrevistadoMSTeto.htm> Acesso em: 4 mar. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELAS DE DADOS SOBRE FAMÍLIAS DO CASARÃO

Tabela 1 – Famílias do Casarão: idade média por faixa etária (agosto de 2003).

Família / Grupo (código)[1]	Todas as pessoas (total)	Todas as pessoas (idade média)	Pessoas até 14 anos (total)	Pessoas até 14 anos (idade média)	Pessoas de 15 a 64 anos[2] (total)	Pessoas de 15 a 64 anos[2] (idade média)
01-A	2	12,5	1	3	1	22
02-A	4	16,8	3	7,7	1	44
03-A	1	25	-	-	1	25
04-B	4	27,5	-	-	4	27,5
05-B	4	12,5	2	3	2	22
06-B	5	11,4	2	1,5	3	18
07-C	5	11,2	3	2,3	2	24,5
08-C	6	25,3	2	9	4	33,5
09-C	5	15	3	2,7	2	33,5
10-C	2	27,5	-	-	2	27,5
11-D	5	12,6	4	6,3	1	38
12-D	2	31,5	-	-	2	31,5
13-D	1	21	-	-	1	21
14-D	2	15,5	1	13	1	18
15-E	4	25	1	1	3	33
16-F	4	24,5	2	5	2	44
17-G	2	19	1	3	1	35
18-H	3	26	1	7	2	35,5
TOTAL	61	19,1	26	4,9	35	29,6
PERCENTUAL	100%	-	42,6%	-	57,4%	-

Fonte: Listagem feita com base no *Cadastro das Famílias do Casarão* (AMACASA, 2003b).
[1] Nos códigos da Coluna 1, o número indica a família e a letra identifica o seu grupo familiar.
[2] Não havia qualquer indivíduo com 65 anos ou mais nas famílias do Casarão dessa época.

Tabela 2 – Faixa economicamente ativa[1] do Casarão: renda e estudo (agosto de 2003).

Família / Grupo (código)[2]	Renda em salários mínimos[3] (total)	(per capita)	Quantidade de pessoas por tempo de estudo (0-3 anos)	(4-7 anos)	(≥ 8 anos)	(analfabeto)
01-A	-	-	-	1	-	-
02-A	-	-	-	1	-	-
03-A	-	-	1	-	-	-
04-B	1,2	0,3	1	2	1	-
05-B	0,4	0,2	2	-	-	-
06-B	-	-	2	1	-	-
07-C	1,4	0,7	-	1	-	1
08-C	1,2	0,3	4	-	-	-
09-C	1	0,5	-	-	-	2
10-C	0,4	0,2	2	-	-	-
11-D	0,6	0,6	-	1	-	-
12-D	5	2,5	-	2	-	-
13-D	2,5	2,5	-	-	-	1
14-D	2,5	2,5	-	1	-	-
15-E	1,2	0,4	-	2	1	-
16-F	1,2	0,6	1	1	-	-
17-G	1,2	1,2	-	-	1	-
18-H	0,5	0,2	1	1	-	-
TOTAL	20,3	0,6	14	14	3	4
PERCENTUAL	-	-	40%	40%	8,6%	11,4%

Fonte: Listagem feita com base no *Cadastro das Famílias do Casarão* (AMACASA, 2003b).
[1] Considera-se, como população economicamente ativa, a faixa etária dos 15 aos 64 anos.
[2] Nos códigos da Coluna 1, o número indica a família e a letra identifica o seu grupo familiar.
[3] O valor do salário mínimo nacional correspondia, então, a R$240,00 (cerca de US$81.00).

Tabela 3 – Composição da amostra: critérios para escolha dos sujeitos (dezembro de 2005).

Família / Grupo (código)[1]	População (nº de pessoas)	Adultos (nº de pessoas)	Casa de Passagem[2] (nº de pessoas)	Consentimento[3] (nº de pessoas)
01-A	2	1	-	-
02-A	4	1	1	1
03-A	1	1	-	-
04-B	4	3	-	-
05-B	4	2	-	-
06-B	5	1	-	-
07-C	5	2	2	1
08-C	6	2	-	-
09-C	5	2	2	1
10-C	2	2	-	-
11-D	5	1	1	1
12-D	2	2	1	-
13-D	1	1	1	1
14-D	2	1	-	-
15-E	4	3	2	2
16-F	4	2	-	-
17-G	2	1	-	-
18-H	3	2	2	1
TOTAL	61	30	12	8
PERCENTUAL	100%	49,2%	19,7%	13,1%

Fonte: Colunas 1 a 3 com base no *Cadastro das Famílias do Casarão* (AMACASA, 2003b).
[1] Nos códigos da Coluna 1, o número indica a família e a letra identifica o seu grupo familiar.
[2] A Coluna 4 revela o total de adultos nas duas casas de passagem em dezembro de 2005.
[3] A Coluna 5 corresponde somente aos sujeitos que consentiram em participar da pesquisa.

APÊNDICE B – **CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA**

CARTA DE INFORMAÇÃO COM A QUAL UM MESTRANDO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CONVIDA ANTIGOS MORADORES DO CASARÃO QUE HOJE OCUPAM CASAS DE PASSAGEM MANTIDAS PELA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE/RS A PARTICIPAR DA REALIZAÇÃO DE PESQUISA SOBRE A LEMBRANÇA COLETIVA DO CASARÃO E A ESPERANÇA COLETIVA DE SEUS ANTIGOS MORADORES, SEGUNDO DIRETRIZES ÉTICAS INTERNACIONAIS PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (GENEBRA, 1993).

Pela presente **CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA**, o mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (situado na Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12201, 7º andar, Porto Alegre/RS), ADRIANO RUSCHEL MARINHO (identificado pelo documento RG nº 3013563998 – SJS/RS, residente e domiciliado nesta capital), que será simplesmente denominado daqui para frente como PESQUISADOR, **CONVIDA** antigos moradores do Casarão (área localizada na Rua Washington Luiz, nº 215/217, Porto Alegre/RS), removidos de lá em outubro de 2003 (por força de liminar concedida na ação de reintegração de posse nº 113921564, de 31/07/2003), que atualmente ocupam peças em casas de passagem de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, identificados pelos respectivos nomes em ordem alfabética, a saber, ANÍSIO DOS SANTOS PINHEIRO, ELIZABETE ARAÚJO, GISELE ANDRÉIA SILVA DOS SANTOS, JOÃO PEREIRA, MAIZA SANCHEZ DA ROSA, MÁRCIO DO AMARAL PINHEIRO, MARLI TEREZINHA RODRIGUES FRANCO, REGINA DE PAULA GOUVEA, ROSA ALICE PADILHA, SEBASTIÃO CARLOS DO AMARAL PINHEIRO, VILDEMAR STIEGLER e WILLIAM AUGUSTO DE PAULA GOUVEA, que serão denominados simplesmente daqui para frente como SUJEITOS, **A PARTICIPAREM** da pesquisa que pretende realizar, identificada pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A pesquisa tem por **título** (não definitivo) “Caso Casarão: a mediação da identidade coletiva entre a lembrança e a esperança de seus antigos moradores”. O PESQUISADOR tem por **objetivo** elaborar a história do Casarão de 1996 a 2003 através da lembrança coletiva dos SUJEITOS, bem como elaborar sua esperança coletiva para o próprio futuro em termos de moradia, trabalho e poder. O PESQUISADOR dá por **justificativa** o possível interesse dos SUJEITOS em renovar sua identidade coletiva para aproximá-la mais da esperança do que da lembrança.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PESQUISADOR prevê adotar com respeito a cada um dos SUJEITOS os **métodos e procedimentos** a seguir identificados:

a) entrevista individual fotografada e filmada (com até uma hora de duração) para levantar tanto a lembrança de sua vida (antes, durante e após o Casarão) como a esperança que tem no futuro em termos de moradia, trabalho e poder;
b) apresentação coletiva de trechos filmados de cada entrevista individual (com até meia hora de duração) para comunicar a todos a lembrança pessoal de cada um sobre o Casarão e a esperança pessoal de cada um sobre o próprio futuro;
c) entrevista coletiva fotografada e filmada (com até uma hora de duração) para se decidir entre todos qual a lembrança coletiva que querem ter do Casarão e qual a esperança coletiva que querem ter em termos de moradia, trabalho e poder.

CLÁUSULA TERCEIRA: O PESQUISADOR prevê que a participação de cada um dos SUJEITOS na pesquisa deverá ter **duração** correspondente ao período contado desde a data em que assinar o documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (se quiser voluntariamente participar) até metade de janeiro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA: O PESQUISADOR espera obter dos resultados da pesquisa, como **benefício** pessoal concreto para si mesmo, o recolhimento de informações necessárias à escrita de uma dissertação de mestrado com a qual buscará atingir o título de mestre em educação (desde que seja aprovado ao defendê-la perante uma banca de doutores, prevista para março de 2006). Se tiver êxito, o PESQUISADOR prevê a entrega, em benefício pessoal concreto de cada um dos SUJEITOS, de uma cópia completa da dissertação (em forma de livro), contando a história da lembrança e da esperança que compartilham em conjunto, além de cópias completas das fotos e das filmagens de cada entrevista da qual participou (até o final de maio de 2006).

CLÁUSULA QUINTA: O PESQUISADOR prevê a ausência de qualquer espécie de **risco ou desconforto** em potencial à pessoa de cada um dos SUJEITOS (no que se refere à sua própria integridade física, moral e patrimonial) em razão de participar da pesquisa pelo tempo em que ela durar (desde que cada um se comprometa a dar o devido respeito à opinião pessoal dos demais durante os encontros coletivos).

CLÁUSULA SEXTA: O PESQUISADOR reconhece desconhecer qualquer tipo de **procedimento ou tratamento alternativo** para oferecer aos SUJEITOS (em função do mesmo objetivo e da mesma justificativa que estipula na CLÁUSULA PRIMEIRA) que possa vir a ser considerado mais vantajoso do que os métodos e procedimentos previstos na pesquisa (conforme CLÁUSULA SEGUNDA).

CLÁUSULA SÉTIMA: O PESQUISADOR recebe orientação do Doutor Nilton Bueno Fischer (professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), compartilhando ambos da **responsabilidade pelo acompanhamento** de cada um dos SUJEITOS durante a pesquisa, seja de forma direta (no caso do PESQUISADOR), seja à distância (no caso do orientador), em tudo aquilo que disser respeito ao seu próprio envolvimento com os métodos e procedimentos previstos na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA OITAVA: O PESQUISADOR compromete-se a oferecer a cada um dos SUJEITOS ampla **garantia de esclarecimento** sobre os métodos e procedimentos listados na CLÁUSULA SEGUNDA ou sobre qualquer outra dúvida ligada à pesquisa durante o seu período de realização, colocando-se à disposição para atendê-lo tanto pessoalmente como através do telefone 9993-8732 em horário comercial (inclusive aceitando chamadas a cobrar), além de garantir que também seu orientador, Doutor Nilton Bueno Fischer, está comprometido em prestar as informações que lhe forem solicitadas em igual período pelo telefone 3316-4136 (sem aceitar ligações a cobrar).

CLÁUSULA NONA: O PESQUISADOR compromete-se a garantir total **liberdade** a cada um dos SUJEITOS para recusar sua participação em algum dos procedimentos listados na CLÁUSULA SEGUNDA (ou em qualquer outro que lhe seja pedido), para retirar seu consentimento ou para abandonar a pesquisa quando bem entender, sem penalidade alguma contra si e sem nenhum prejuízo dos benefícios aos quais venha a ter direito (segundo a CLÁUSULA QUARTA). Compromete-se o PESQUISADOR a também assegurar que cada um dos SUJEITOS é totalmente livre para responder ou para deixar de responder às perguntas que lhe forem formuladas em cada entrevista individual e coletiva da qual vier a participar (conforme considerar mais conveniente).

CLÁUSULA DEZ: O PESQUISADOR, como forma de assegurar total **privacidade** a cada um dos SUJEITOS contra a divulgação ou exposição não autorizada de dados confidenciais, compromete-se a descartar de seus registros (filmados, fotografados ou escritos) toda informação ou resposta já oferecida que a própria pessoa queira depois eliminar, seja por considerá-la inadequada ou sigilosa, seja pelo motivo que for, sem que tenha necessidade alguma de justificar seu pedido, desde que o faça durante o período em que estiver participando da pesquisa (conforme a CLÁUSULA TERCEIRA). Compromete-se o PESQUISADOR a lidar somente com informações expressamente permitidas. Compromete-se o PESQUISADOR a pesquisar apenas com SUJEITOS que queiram autorizar a identificação de seus nomes verdadeiros.

CLÁUSULA ONZE: O PESQUISADOR prevê total ausência de custos para cada um dos SUJEITOS pelo seu envolvimento em qualquer dos procedimentos listados na CLÁUSULA SEGUNDA, já que deverão ocorrer em locais próximos de sua moradia e em horários que lhe sejam disponíveis (à medida que compatíveis com a agenda do PESQUISADOR). Em todo caso, o PESQUISADOR compromete-se a efetuar em dinheiro o devido **ressarcimento de despesas** eventualmente feitas por qualquer um dos SUJEITOS em virtude de razões diretamente ligadas à sua participação na pesquisa (sempre que nenhum outro motivo for capaz de justificá-las). Compromete-se o PESQUISADOR a não pagar nenhum dos SUJEITOS em troca de sua simples participação na pesquisa. Compromete-se o PESQUISADOR a não aceitar nenhum pagamento em troca dos resultados da pesquisa sem dividi-lo com os SUJEITOS.

CLÁUSULA DOZE: O PESQUISADOR prevê total ausência de danos para cada um dos SUJEITOS pelo seu envolvimento em qualquer dos procedimentos listados na CLÁUSULA SEGUNDA, já que não há risco ou desconforto em potencial (conforme a CLÁUSULA QUINTA). Em todo caso, o PESQUISADOR compromete-se a efetuar em dinheiro a devida **indenização de danos** eventualmente sofridos por qualquer um dos SUJEITOS em virtude de razões diretamente ligadas à sua participação na pesquisa (sempre que nenhum outro motivo for capaz de justificá-los).

CLÁUSULA TREZE: O PESQUISADOR compromete-se a oferecer boas condições para que cada um dos SUJEITOS tenha plena oportunidade de esclarecer todas as suas dúvidas quanto ao seu possível envolvimento, comunicando-lhe verbalmente cada cláusula desta carta, encorajando-o a fazer perguntas sobre cada uma delas, evitando que aceite participar por engano, sob influência indevida ou sob qualquer intimidação, solicitando seu consentimento só quando demonstrar que conhece bem as razões e conseqüências de sua participação e após lhe dar tempo suficiente para tomar sua própria decisão, a qual deverá comprovar pela assinatura no documento chamado **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (a ser renovado sempre que houver quaisquer alterações nas condições ou nos procedimentos de pesquisa). O PESQUISADOR compromete-se a promover a pesquisa exclusivamente com os SUJEITOS que assinarem tanto esta carta quanto o documento acima referido.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2005.

_____	_____
SUJEITO:	PESQUISADOR: Adriano Ruschel Marinho
_____	_____
TESTEMUNHA:	ORIENTADOR: Nilton Bueno Fischer

ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Pelo presente **ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA**, ADRIANO RUSCHEL MARINHO, aqui identificado como PESQUISADOR, tendo em vista problemas técnicos com o equipamento utilizado na gravação das entrevistas individuais, **INFORMA** aos antigos moradores do Casarão que assinaram em dezembro/2005 a CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA e o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, aqui identificados como SUJEITOS, as **ALTERAÇÕES** que teve de promover em apenas três cláusulas daquela CARTA, cujas novas redações passam a ser as seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A pesquisa tem por **título** "Caso Casarão: aprendizagens possíveis na escuta da lembrança e da esperança de seus antigos moradores". O PESQUISADOR tem por **objetivo** registrar a história do Casarão de 1996 a 2003 a partir da lembrança individual dos SUJEITOS sobre sua própria trajetória de vida, assim como registrar a sua esperança individual no futuro em termos de moradia, trabalho e cidadania. O PESQUISADOR dá por **justificativa** o possível interesse dos SUJEITOS em rever seu próprio passado para melhor prever seu próprio futuro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PESQUISADOR prevê adotar com respeito a cada um dos SUJEITOS os **métodos e procedimentos** a seguir identificados:

d) entrevista individual, fotografada e filmada (com até uma hora de duração), para registrar tanto a lembrança de sua vida (antes, durante e após o Casarão) como a esperança que tem no futuro, em termos de moradia, trabalho e cidadania;
e) revisão da entrevista individual, fotografada e filmada se preciso (com até meia hora de duração), para conferir os registros feitos e retificar o que for necessário.

Estão cancelados os itens "b" (apresentação coletiva de trechos das entrevistas individuais) e "c" (entrevista coletiva) previstos na CLÁUSULA SEGUNDA da CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA, datada de 16/12/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA: O PESQUISADOR prevê que a participação de cada um dos SUJEITOS na pesquisa deverá ter **duração** correspondente ao período contado desde a data em que assinar o documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (se quiser voluntariamente participar) até final de janeiro de 2006.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2006.

_____ _____

SUJEITO PESQUISADOR

2º ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Por este **2º ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA**, ADRIANO RUSCHEL MARINHO, aqui identificado como PESQUISADOR, tendo em vista a necessidade de prorrogar o prazo de entrega da dissertação sobre a pesquisa, além de ajustar seu título, objetivo e justificativa aos termos empregados na dissertação, **INFORMA** aos antigos moradores do Casarão que assinaram em dezembro/2005 a CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA e o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, assim como assinaram em janeiro/2006 o ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA e o ADENDO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, aqui identificados como SUJEITOS, as **ALTERAÇÕES** que teve de promover em apenas duas cláusulas daquela CARTA e em apenas uma cláusula daquele ADENDO À CARTA, cujas novas redações passam a ser as seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A pesquisa tem por **título** "Memórias do Casarão: lições de uma ocupação popular urbana derrubada pelas políticas sociais do poder público". O PESQUISADOR tem por **objetivo** registrar e estudar a memória coletiva de antigos moradores do Casarão em termos de moradia, trabalho e cidadania, levando em conta suas trajetórias de vida e suas esperanças para o futuro. O PESQUISADOR dá por **justificativa** o eventual interesse dos SUJEITOS em rever seu passado e seu presente na perspectiva de um futuro onde lhes seja possível investir na realização de suas próprias esperanças.

CLÁUSULA QUARTA: O PESQUISADOR espera obter dos resultados da pesquisa, como **benefício** pessoal concreto para si mesmo, o recolhimento de informações necessárias à escrita de uma dissertação de mestrado com a qual buscará atingir o título de mestre em educação (desde que seja aprovado ao defendê-la perante uma banca de doutores, prevista para julho de 2006). Se tiver êxito, o PESQUISADOR prevê a entrega, em benefício pessoal concreto de cada um dos SUJEITOS, de uma cópia completa da dissertação (em forma de livro), contando a história da lembrança e da esperança que compartilham em conjunto, além de cópias completas das fotos e das filmagens de cada entrevista da qual participou (até fim de setembro de 2006).

Porto Alegre, 30 de maio de 2006.

_____	_____
SUJEITO	PESQUISADOR

APÊNDICE C – **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, antig@ morador@ do Casarão e hoje ocupante de peça em casa de passagem mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, atrás qualificad@ no papel de SUJEITO, **DECLARO** para todos os fins que recebi convite de ADRIANO RUSCHEL MARINHO, atrás qualificado no papel de PESQUISADOR, para participar da pesquisa intitulada "Caso Casarão: a mediação da identidade coletiva entre a lembrança e a esperança de seus antigos moradores", através da Carta de Informação aos Sujeitos da Pesquisa que me foi entregue, lida e explicada em detalhes e pela qual fui devidamente esclarecid@, antes de decidir sobre minha possível participação, a partir das seguintes cláusulas:

- CLÁUSULA PRIMEIRA: título, objetivo e justificativa;
- CLÁUSULA SEGUNDA: métodos e procedimentos;
- CLÁUSULA TERCEIRA: duração;
- CLÁUSULA QUARTA: benefícios;
- CLÁUSULA QUINTA: riscos ou desconfortos;
- CLÁUSULA SEXTA: procedimento ou tratamento alternativo;
- CLÁUSULA SÉTIMA: responsabilidade pelo acompanhamento;
- CLÁUSULA OITAVA: garantia de esclarecimento;
- CLÁUSULA NONA: liberdade;
- CLÁUSULA DEZ: privacidade;
- CLÁUSULA ONZE: ressarcimento de despesas;
- CLÁUSULA DOZE: indenização de danos;
- CLÁUSULA TREZE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

DECLARO que aceito participar de forma voluntária dessa pesquisa como SUJEITO.
DECLARO que aceito ser entrevistad@, fotografad@ e filmad@ durante a pesquisa.
DECLARO que aceito receber textos, fotos e vídeos como benefício da pesquisa.
DECLARO que não aceito pagamento em troca de minha participação na pesquisa.
DECLARO que autorizo a utilização de falas e imagens a meu respeito na pesquisa.
DECLARO que autorizo a minha identificação pelo nome verdadeiro na pesquisa.
DECLARO que autorizo a divulgação pública por textos, fotos e vídeos da pesquisa.
DECLARO que autorizo o PESQUISADOR a receber títulos através da pesquisa.
DECLARO que não autorizo o PESQUISADOR a receber pagamento em troca dos resultados da pesquisa sem que o divida comigo e com todos os demais SUJEITOS.

QUALIFICAÇÃO DO SUJEITO

Nome:	RG:
Data de Nascimento:	Sexo:
Endereço: Av. Padre Cacique, nº 1365-A	Cidade: Porto Alegre/RS

QUALIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Nome: ADRIANO RUSCHEL MARINHO	RG: 3013563998 - SJS/RS
Data de Nascimento: 15/08/1963	Telefone: 9993-8732
Programa: Pós-Graduação em Educação	Curso: Mestrado
Faculdade: Educação	Universidade: UFRGS
Endereço: Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12201, 7º andar	Cidade: Porto Alegre/RS
Orientador: Dr. Nilton Bueno Fischer	Telefone: 3316-4136

Porto Alegre, _____ de _____ de 2005.

_____ SUJEITO

_____ PESQUISADOR

ADENDO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, antig@ morador@ do Casarão e hoje ocupante de peça em casa de passagem mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, abaixo qualificad@ no papel de SUJEITO, **DECLARO** para todos os fins que recebi de ADRIANO RUSCHEL MARINHO, abaixo qualificado no papel de PESQUISADOR, o documento chamado Adendo à Carta de Informação aos Sujeitos da Pesquisa, o qual me foi entregue, lido e explicado em detalhes e pelo qual fui devidamente esclarecid@ sobre as alterações que teve de promover nas seguintes cláusulas:

- CLÁUSULA PRIMEIRA: título, objetivo e justificativa;
- CLÁUSULA SEGUNDA: métodos e procedimentos;
- CLÁUSULA TERCEIRA: duração.

DECLARO que aceito as alterações promovidas na pesquisa pelo PESQUISADOR, conforme o ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.

QUALIFICAÇÃO DO SUJEITO

Nome:	RG:
Data de Nascimento:	Sexo:
Endereço: Av. Padre Cacique, nº 1365-A	Cidade: Porto Alegre/RS

QUALIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Nome: ADRIANO RUSCHEL MARINHO	RG: 3013563998 - SJS/RS
Data de Nascimento: 15/08/1963	Telefone: 9993-8732
Programa: Pós-Graduação em Educação	Curso: Mestrado
Faculdade: Educação	Universidade: UFRGS
Endereço: Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12201, 7º andar	Cidade: Porto Alegre/RS
Orientador: Dr. Nilton Bueno Fischer	Telefone: 3316-4136

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2006.

_____ _____

SUJEITO PESQUISADOR

2º ADENDO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, antig@ morador@ do Casarão e hoje ocupante de peça em casa de passagem mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, abaixo qualificad@ no papel de SUJEITO, **DECLARO** para todos os efeitos que recebi de ADRIANO RUSCHEL MARINHO, abaixo qualificado no papel de PESQUISADOR, o documento chamado 2º Adendo à Carta de Informação aos Sujeitos da Pesquisa, o qual me foi entregue, lido e explicado em detalhes e pelo qual fui devidamente esclarecid@ sobre as alterações que ele teve de promover nas seguintes cláusulas:

- CLÁUSULA PRIMEIRA: título, objetivo e justificativa (simples ajuste de palavras);
- CLÁUSULA QUARTA: benefício (simples ajuste de prazos).

DECLARO que aceito as alterações promovidas na pesquisa pelo PESQUISADOR a partir do 2º ADENDO À CARTA DE INFORMAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.

QUALIFICAÇÃO DO SUJEITO

Nome:	RG:
Data de Nascimento:	Sexo:
Endereço: Av. Padre Cacique, nº 1365-A	Cidade: Porto Alegre/RS

QUALIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Nome: ADRIANO RUSCHEL MARINHO	RG: 3013563998 - SJS/RS
Data de Nascimento: 15/08/1963	Telefone: 9993-8732
Programa: Pós-Graduação em Educação	Curso: Mestrado
Faculdade: Educação	Universidade: UFRGS
Endereço: Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12201, 7º andar	Cidade: Porto Alegre/RS
Orientador: Dr. Nilton Bueno Fischer	Telefone: 3316-4136

Porto Alegre, 30 de maio de 2006.

_____ _____

SUJEITO PESQUISADOR

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões referentes ao período anterior ao Casarão:

1) Quando (data) e onde (estado, cidade, bairro, vila) nasceu?
2) Como se chamam os pais e o que faziam de trabalho para ganhar a vida?
3) Como se chamam os irmãos e qual a diferença de idade em relação a eles?
4) Até que nível de escolaridade chegou a estudar?
5) Em que lugares (ruas, vilas, bairros, cidades) chegou a morar e com quem?
6) Em cada lugar onde morou, quem sustentava a casa e de que maneira?
7) Por que motivo mudou de uma casa para outra?
8) Como começou a trabalhar e por que mudou de um trabalho para outro?
9) Quando e onde nasceram os filhos, como se chamam e com quem os teve?

Questões referentes ao período contemporâneo ao Casarão:

10) Quando chegou ao Casarão, por que motivo e através de quem?
11) Com quem conviveu (parentes, vizinhos, amigos) durante esse período?
12) Com quem trabalhou nessa época e como era sua rotina de trabalho?
13) Com quem se organizou nessa época e por quais motivos?
14) Por que saiu do Casarão e como foi essa saída?
15) O que foi mais marcante e não pode ser esquecido na história do Casarão?

Questões referentes ao período posterior ao Casarão:

16) Como está levando e sustentando a vida na casa de passagem?
17) Com quem espera conviver e se organizar no futuro?
18) Que esperanças tem no futuro em termos de moradia, trabalho e cidadania?

ANEXOS

ANEXO A – EVOLUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES EM PORTO ALEGRE (1950-1996)

Evolução dos assentamentos irregulares em Porto Alegre (1950–1996)

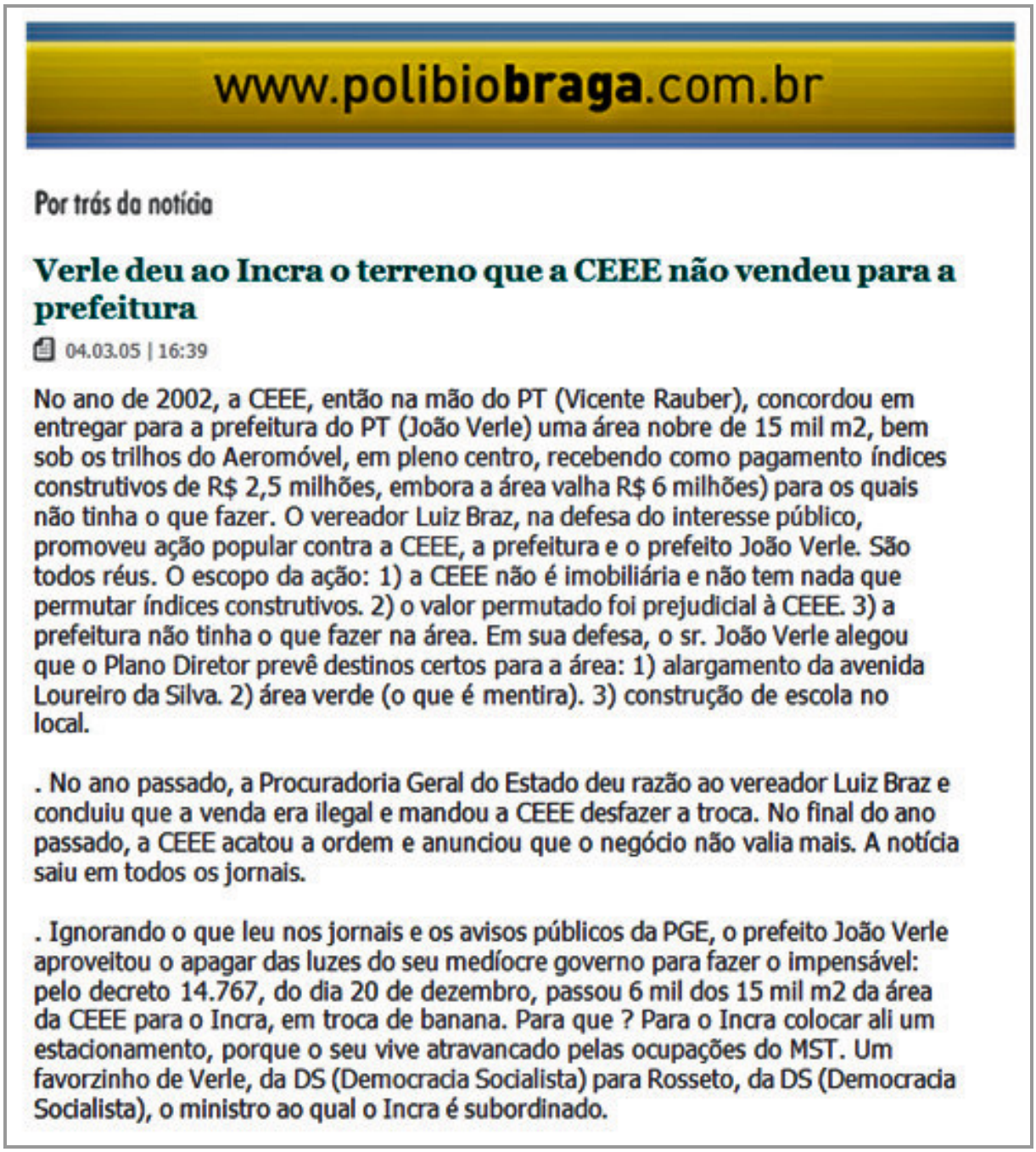
ANO	Nº DE LOTEAMENTOS	UNIDADES FAMILIARES	POPULAÇÃO DOS LOTEAMENTOS	POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE	% POP. LOT./POP. TOTAL
1950	**41**	3.965	**16.303**	394.151	**4,1**
1964	**56**	13.588	**65.595**	667.397	**9,8**
1973	**124**	20.152	**105.833**	991.900	**10,7**
1983*	**167**	39.909	**180.489**	1.125.477(1)	**16,0**
1988**	**212**	72.555	**326.497**	1.263.403(1)	**25,8**
1996	**390**	73.057	**284.922**	1.286.879	**22,1**
2001***	**n. d.**	n. d.	**251.883**	1.370.289	**18,4**

Fonte: Demhab, Mapa da Irregularidade Fundiária em Porto Alegre, 1999.

(*) Metroplan (1988)
(**) Secretaria do Planejamento Municipal – Dados Estimativos (1991)
(***) Demhab, Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Diagnóstico da Situação Habitacional de Porto Alegre, 2001 (Estimativas para a população urbana – documento subsídio à 2ª Conferência Municipal de Habitação).
(1) Dados de população da cidade dos censos de 1980 e 1991, respectivamente.

Figura 118 – Tabela sobre irregularidade fundiária em Porto Alegre (BAIERLE, 2005, p. 11).

ANEXO B – VERLE DEU AO INCRA O TERRENO QUE A CEEE NÃO VENDEU PARA A PREFEITURA



www.polibiobraga.com.br

Por trás da notícia

Verle deu ao Incra o terreno que a CEEE não vendeu para a prefeitura

04.03.05 | 16:39

No ano de 2002, a CEEE, então na mão do PT (Vicente Rauber), concordou em entregar para a prefeitura do PT (João Verle) uma área nobre de 15 mil m2, bem sob os trilhos do Aeromóvel, em pleno centro, recebendo como pagamento índices construtivos de R$ 2,5 milhões, embora a área valha R$ 6 milhões) para os quais não tinha o que fazer. O vereador Luiz Braz, na defesa do interesse público, promoveu ação popular contra a CEEE, a prefeitura e o prefeito João Verle. São todos réus. O escopo da ação: 1) a CEEE não é imobiliária e não tem nada que permutar índices construtivos. 2) o valor permutado foi prejudicial à CEEE. 3) a prefeitura não tinha o que fazer na área. Em sua defesa, o sr. João Verle alegou que o Plano Diretor prevê destinos certos para a área: 1) alargamento da avenida Loureiro da Silva. 2) área verde (o que é mentira). 3) construção de escola no local.

. No ano passado, a Procuradoria Geral do Estado deu razão ao vereador Luiz Braz e concluiu que a venda era ilegal e mandou a CEEE desfazer a troca. No final do ano passado, a CEEE acatou a ordem e anunciou que o negócio não valia mais. A notícia saiu em todos os jornais.

. Ignorando o que leu nos jornais e os avisos públicos da PGE, o prefeito João Verle aproveitou o apagar das luzes do seu medíocre governo para fazer o impensável: pelo decreto 14.767, do dia 20 de dezembro, passou 6 mil dos 15 mil m2 da área da CEEE para o Incra, em troca de banana. Para que ? Para o Incra colocar ali um estacionamento, porque o seu vive atravancado pelas ocupações do MST. Um favorzinho de Verle, da DS (Democracia Socialista) para Rosseto, da DS (Democracia Socialista), o ministro ao qual o Incra é subordinado.

Figura 119 – Posse irregular da área do Casarão pela Prefeitura em notícia (BRAGA, 2005).

ANEXO C –

TERMO DE DENÚNCIA

TERMO DE DENÚNCIA QUE A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CASARÃO (AMACASA), REPRESENTANDO INTERESSES DOS MORADORES DA RUA WASHINGTON LUIZ, Nº 217, PORTO ALEGRE/ RS, DE ACORDO COM SEU ESTATUTO, FAZ CONTRA O MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE PELA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HABITACIONAIS GARANTIDOS PELOS ARTIGOS 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; 1º, 2º, 4º, 9º A 14, 36 A 38, 43 A 45 DO ESTATUTO DA CIDADE; 173 E 174 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL; E 201 A 204, 208, 209, 216 E 233 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Pelo presente **TERMO DE DENÚNCIA**, a Associação de Moradores e Amigos do Casarão (AMACASA), inscrita sob o nº 41.652 no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre, representando o conjunto de moradores assentados sobre a área conhecida por Casarão da CEEE, na Rua Washington Luiz, nº 217, Porto Alegre / RS, aqui denominada simplesmente AMACASA, requer ao Ministério Público Estadual a urgente tomada de providências contra o Município de Porto Alegre, aqui denominado simplesmente MUNICÍPIO, tendo em vista a grave situação de violação de direitos e abuso de autoridade descrita a seguir.

A área em questão pertencia ao patrimônio da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) entre 1995 e 1996 quando, após deixada em completo estado de abandono pela própria empresa, passou a ser alvo de ocupação mansa e pacífica pela população sem teto e de baixa renda que forma a atual Comunidade do Casarão, hoje em número de 18 famílias com cerca de 70 pessoas. Em nenhum momento, enquanto a CEEE foi proprietária declarada da área, até maio de 2002, os moradores do Casarão receberam qualquer intimação decorrente de ação judicial de reintegração de posse eventualmente movida por parte da empresa. Ao promoverem a ocupação de uma área abandonada com o objetivo de morar, essas famílias buscavam tão-somente realizar um direito social fundamental, o direito à moradia, assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal.

A AMACASA começou a ser gestada em setembro de 2001, tendo em vista a necessidade, sentida por alguns moradores e voluntários em atividade no local, de organizar a luta pela melhoria das condições extremamente precárias de vida dentro da comunidade, cujos membros permanecem ainda hoje excluídos do gozo digno referente à maioria de seus próprios direitos sociais fundamentais. A existência da Associação tornou-se pública entre março e abril de 2002, com o lançamento do sítio eletrônico http://amigosdocasarao.tripod.com.br e, a seguir, com a conquista de representatividade dentro do Orçamento Participativo de Porto Alegre, renovada em abril de 2003. O encaminhamento de demandas pelos delegados da AMACASA junto ao Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro (FROP-Centro) priorizou sempre em primeiro lugar a regularização fundiária para fins de habitação na própria área do Casarão. A AMACASA tomou impulso entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, ao regularizar o registro civil da Associação, ao sediar o Acampamento Mundial de Lutadores Urbanos no 3º Fórum Social Mundial e ao lançar o seu atual sítio eletrônico, www.amacasa.hpg.com.br, incluindo a publicação dos projetos de Cooperativa de Reciclagem, de Cozinha Comunitária, de Creche Comunitária e de Informática, cujo objetivo é a busca de soluções integradas às demandas por moradia, trabalho e cidadania da comunidade.

A intervenção do MUNICÍPIO iniciou em fevereiro de 2003, ao propor a abertura de "negociações" para a transferência dos moradores do Casarão a uma "casa de passagem" situada na Avenida Padre Cacique, 1391, sob as alegações de que a área do Casarão se encontrava em situação de risco (com base em laudo da SMOV - Secretaria Municipal de Obras e Viação - de setembro de 2001) e de que o MUNICÍPIO dela necessitava para a instalação de uma Capatazia do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) e para a implantação de um equipamento social sob a gerência da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania). Aos moradores restaria, após transferidos para a "casa de passagem", continuar participando do Orçamento Participativo em busca do reassentamento definitivo. Essa proposta foi amplamente rejeitada pela comunidade em assembléia realizada em março de 2003, tendo em vista a absoluta ausência de vínculos com um projeto habitacional que garantisse moradia definitiva, este sim, o verdadeiro interesse dos moradores do Casarão.

Após inúmeras reuniões ocorridas entre o MUNICÍPIO e a AMACASA entre fevereiro e julho de 2003, a falta de compromisso com a moradia definitiva foi ficando cada vez mais evidente. Nesse meio tempo, o MUNICÍPIO nada mais fez do que mobilizar esforços para convencer os moradores do Casarão a aderir à sua proposta sem maior discussão, conforme denunciado no documento "Grupo de Trabalho do Casarão: Propostas e Contrapropostas", encaminhado ao MUNICÍPIO em 22 de julho de 2002 (anexo 01), no qual a AMACASA não só deixa claro que o "interesse das famílias não é por moradia provisória, mas sim por casas definitivas", como ainda denuncia que a "Prefeitura demonstra falta de tato e seriedade na sua relação com a comunidade do Casarão, tendo em vista que jamais apresentou sua própria proposta por escrito de modo claro e formal". Os fatos que se sucederam à entrega desse documento só reforçaram a hostilidade do MUNICÍPIO em fornecer garantias sólidas e formais, devidamente assinadas, para elevar o debate à necessária formulação de um projeto habitacional em definitivo, preferindo criar um clima de constrangimento e de manipulação das informações, na tentativa de esquivar-se de qualquer compromisso assumido em parceria com a comunidade.

Em 28 de julho de 2003, a AMACASA encaminhou ao MUNICÍPIO a "Ata de Reunião de 26 de julho de 2003" (anexo 2), propondo-lhe transferir o local da negociação sobre o destino das famílias e da área do Casarão para dentro do FROP-Centro, viabilizar meios de se garantir a permanência das famílias dentro do Casarão, levar em consideração os projetos da AMACASA para o local, incluir a participação do Ministério Público nas negociações e determinar a apresentação do seu próprio projeto para a área do Casarão. Nessa mesma data, o MUNICÍPIO entrou com a ação de reintegração de posse nº 113921564 contra os moradores do Casarão. Na petição (anexo 3), o MUNICÍPIO declara a área do Casarão como propriedade sua desde maio de 2002, após transação de permuta celebrada com a CEEE. O MUNICÍPIO descreve o local como sujeito "a constantes e desordenadas invasões, gerando enorme insatisfação da população vizinha". Sobre os moradores, limita-se a declarar que ocupam a área "em razão das referidas invasões, utilizando-a para sua moradia, em condições extremamente precárias". Por fim, requer a "concessão de liminar, sem ouvida da parte contrária, em regime de urgência". Nenhuma linha sobre a existência da AMACASA como entidade representativa dos direitos e interesses desses moradores, com demandas habitacionais priorizadas em primeiro lugar junto ao OP de Porto Alegre desde abril de 2002 e com projetos de trabalho e cidadania publicados no próprio sítio eletrônico desde janeiro de 2003, o que já não era então nenhum segredo para o MUNICÍPIO. Fica clara a manipulação de informações por parte do MUNICÍPIO ao desconsiderar a organização dos moradores para negar-lhes o direito não só ao debate sobre a própria moradia definitiva como também à defesa prévia de suas próprias posições.

A AMACASA foi saber dessa ação judicial quase duas semanas depois de peticionada, no dia 11 de agosto de 2003. Não faltaram, porém, oportunidades ao MUNICÍPIO para jogar limpo e às claras com a comunidade. Em reunião do FROP-Centro de 30 de julho de 2003, a Coordenadora de Políticas Sociais da SGM (Secretaria do Governo Municipal), Sra. Sônia Passos, ao abordar a questão da moradia definitiva para as famílias do Casarão perante mais de vinte delegados da Região Centro, prometeu a viabilização de 15 unidades habitacionais em loteamentos diversos a partir de 2004. Nenhuma palavra, porém, sobre o prazo final da referida viabilização. Até 2005? 2010? 2020? Até quando os moradores deveriam permanecer morando numa "casa de passagem"? Além disso, nenhuma palavra sobre o ingresso da referida ação judicial, ocorrido apenas dois dias antes.

No Ofício nº 28/PS (anexo 4), datado de 31 de julho de 2003 (mas enviado à AMACASA só em 07 de agosto de 2003), com a assinatura da Sra. Sônia Passos, o MUNICÍPIO volta a manipular informações. A princípio, parecendo formalizar a promessa feita naquela reunião do FROP-Centro, fala em "viabilizar unidades habitacionais em loteamentos diversos". Desta vez, porém, omite qualquer referência ao número de unidades e ao prazo de viabilização. No mesmo ofício, o MUNICÍPIO, por um lado, considera "importante a discussão dos projetos apresentados pela AMACASA em seu site", afirmando que "a Prefeitura dispõe-se a firmar uma parceria para a avaliar a viabilidade da implementação destes projetos". Por outro lado, afirma que o "local ocupado pelas famílias não oferece condições seguras para moradia, visto que os prédios põem em risco as crianças, adolescentes e adultos que ali se encontram, conforme laudo emitido pela SMOV", acrescentando que "a área será disponibilizada para implantação de projetos sociais, aguardando o retorno da captação de recursos da fundação Airton Senna" e que "imediatamente o local será ocupado por uma capatazia do DMLU". Se o MUNICÍPIO considerasse importante a discussão dos projetos da AMACASA, deveria levar em conta que foram pensados para mudar a cara do Casarão em benefício de seus próprios moradores, prevendo a restauração de seus prédios históricos para lhes servir de sede. A restauração dos prédios históricos do local, aliás, vem sendo demandada pela AMACASA junto ao OP desde 2002. À medida que o MUNICÍPIO afirma a sua intenção de implantar na área, a curto prazo, uma capatazia do DMLU e, a longo prazo, projetos sociais com o apoio da Fundação Airton Senna, vê-se logo que os projetos sociais da AMACASA não estão em seus planos. Se assim fosse, uma vez resolvido o risco de segurança alegado para justificar a transferência das famílias, o local poderia ser perfeitamente destinado aos projetos da AMACASA, inclusive numa relação de parceria com o MUNICÍPIO. Além dessas reflexões sobre o conteúdo do ofício, destaque-se a absoluta ausência de qualquer palavra sobre a ação judicial.

Na mesma data em que foi redigido o ofício citado, em 31 de julho de 2003, o MUNICÍPIO obteve a liminar para despojar os moradores e a AMACASA do direito à defesa prévia. Cabe destacar que tal liminar foi pleiteada com base em duas informações bastante discutíveis. Na primeira, o MUNICÍPIO declara que a permanência dos moradores "põe em risco a implantação de projetos de grande importância para os cidadãos de Porto Alegre e, especialmente, para todos que residem e circulam na Região Central da Cidade". Na ação judicial, porém, à diferença do ofício, não há menção aos projetos sociais enviados à Fundação Airton Senna. Os "projetos de grande importância" citados na ação judicial são a Capatazia do DMLU e uma fábrica de pré-moldados do DEP (Departamento de Esgotos Pluviais). Como as próprias comunidades participantes do OP da Região Centro vêm priorizando a habitação em primeiro lugar desde 2002, fica a pergunta: Que projetos são de maior importância para a população do Centro, os projetos do MUNICÍPIO em benefício da limpeza urbana e do esgoto pluvial ou os projetos da AMACASA em benefício da moradia, do trabalho e da cidadania daqueles que moram no Casarão?

Na segunda informação discutível, o MUNICÍPIO declara que “o transcorrer do tempo tem o efeito de gerar no ânimo dos ocupantes uma sensação de falsa garantia de permanência no local e funciona como estímulo a novas ocupações de áreas públicas”. Cabe lembrar que a ocupação do Casarão foi sempre mansa e pacífica, motivada pelo completo abandono da área pela CEEE, após encerrar o serviço de vigilância que lá manteve entre 1990 e 1995, período em que não mais a utilizava para o funcionamento de atividades regulares. Assim, o que houve desde 1996 não foi a invasão de uma área defendida, mas a ocupação de uma área abandonada. Trata-se, pois, de uma ocupação legitimada pela ausência de qualquer intimação judicial feita aos moradores para a desocupação do local entre os anos de 1996 e 2003. Portanto, na época em que a área se tornou pública, em maio de 2002 (mais adiante veremos que a própria permuta entre o MUNICÍPIO e a CEEE está sendo alvo de contestação judicial), a Comunidade do Casarão já estava assentada no local há mais de cinco anos, período suficiente para usucapião especial de imóvel urbano, nos termos do artigo 183 da Constituição Federal, dos artigos 9º a 14 do Estatuto da Cidade, bem como do artigo 204, inciso II, alínea j, da Lei Orgânica Municipal de Porto Alegre. Logo, não se trata aqui, como quer sugerir o MUNICÍPIO, de “uma sensação de falsa garantia de permanência no local”, mas de uma garantia legal, plenamente legitimada pelo direito e pela legislação em vigor. Por fim, é totalmente incabível atribuir o ônus da ocupação de imóveis urbanos, sejam públicos ou privados, aos ombros das populações miseráveis que são, elas próprias, as maiores vítimas de um sistema social iníquo, responsável, este sim, pelo nada invejável posicionamento de nosso país, há anos e ainda hoje, no pódio das nações de pior distribuição de renda e de maior desigualdade social em todo o planeta. Não são as velhas ocupações que estimulam as novas, mas a renovação constante, ano após ano, geração após geração, da miséria e da injustiça social.

O que permitiu à AMACASA saber que tramitava uma ação judicial contra os moradores foi o conteúdo final do já referido Ofício nº 28/PS, enviado à AMACASA em 07 de agosto de 2003, pelo qual o MUNICÍPIO anunciava o seu calendário da transferência, prevendo-a para o dia 14 de agosto de 2003, após reuniões da Prefeitura com cada família em separado, marcadas para os dias 11, 12 e 13 de agosto de 2003, na própria SGM (Secretaria do Governo Municipal), “para assinatura do termo de compromisso”. A leitura de uma versão não preenchida desse Termo de Compromisso (anexo 5), requerida pela AMACASA em 11 de agosto de 2003 para exame prévio junto à sua assessoria jurídica, revelou a informação de que corria tal ação judicial, devidamente identificada. O cronograma programado pelo MUNICÍPIO só não foi executado à risca em virtude da grita geral de um grupo de moradores que, após visitar a “casa de passagem”, considerada pronta desde o início do mês, expressou em reunião com a SGM, no dia 11 de agosto de 2003, toda a sua indignação e revolta contra as condições desumanas de habitação do local, conforme documento de vistoria produzido pela AMACASA, intitulado “Impressões da Visita à Casa de Passagem em 05/08/2003” (anexo 6). Surpreendido pela veemência e justeza dessa reação, o MUNICÍPIO obrigou-se, por assim dizer, a adiar seus planos de transferência para executar algumas melhorias.

No dia 18 de agosto, integrantes da AMACASA entraram com o Termo de Declaração nº 475/2003 junto ao Ministério Público Estadual (anexo 7), solicitando providências urgentes à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos para perícias de engenharia civil nos prédios do Casarão e da “casa de passagem”. Quanto ao Casarão, o objetivo seria avaliar o verdadeiro potencial de risco em cada moradia ali existente, tendo em vista que, para os moradores, só um dos cinco prédios corre perigo: justamente o único desabitado. Quanto à “casa de passagem”, o objetivo seria comprovar as suas “condições promíscuas de habitação”. Não há notícia até agora de qualquer providência.

A cobrança feita ao MUNICÍPIO de uma proposta mais consistente para a moradia definitiva dessas famílias deu motivo à realização de duas reuniões sobre o assunto na CDCDH (Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos) da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 19 e em 22 de agosto de 2003, onde o MUNICÍPIO, através do Ofício nº 343/03-DG (anexo 8), datado e encaminhado à CDCDH em 19 de agosto de 2003, com assinatura do Sr. Bruno Scheidemandel Neto, compromete-se a "implementar estudos de viabilidade técnica e financeira à construção de equipamento habitacional (...) na mesma área, Padre Cacique". É possível observar algum avanço. Já não se fala mais em "viabilizar unidades habitacionais em loteamentos diversos", conforme o citado Ofício nº 28/PS, datado de 31 de julho de 2003, o que provocaria o completo desmembramento da comunidade. Agora já se fala em viabilizar um equipamento habitacional na mesma área para toda a comunidade. Cabe reconhecer, porém, que ainda é muito tímido esse avanço, pois nenhuma referência há quanto ao prazo inicial e final da referida implementação de "estudos de viabilidade técnica", o que a faz parecer, aos olhos dos moradores e da AMACASA, mais uma daquelas promessas que, de tão vagas, distantes e imprecisas que são, acabam esquecidas sem jamais serem realizadas. Afinal, para que uma promessa desse tipo viesse a se impor como verdadeiramente séria, seria indispensável que o MUNICÍPIO prontamente a incluísse no Termo de Compromisso proposto às famílias, transformando o que nasceu como promessa em real compromisso. Até hoje, entretanto, jamais demonstrou o MUNICÍPIO qualquer interesse em tomar tal atitude. Ao contrário, os fatos narrados mais adiante revelam o quanto que o MUNICÍPIO ainda teima em seguir na contramão de uma postura ética e responsável com relação à Comunidade do Casarão e à AMACASA.

Foi no intuito de rumar para uma solução responsável, conciliando as demandas do Casarão com interesses sinalizados pela vizinhança e intenções declaradas pelo MUNICÍPIO, que a AMACASA entregou ao representante do MUNICÍPIO junto ao FROP-Centro, em 27 de agosto de 2003, sua proposta de "Utilização da Área do Casarão" (anexo 9). O foco da proposta é "destinar a área do Casarão para um projeto de emancipação social das 18 famílias em situação de risco e vulnerabilidade social que ali vivem, cadastradas pela AMACASA (...), enfrentando as demandas imediatas de moradia, trabalho e cidadania dos atuais moradores, as demandas de segurança e serviços do entorno (em acordo com a Associação de Moradores do Centro) e as demandas de atendimento a meninos de rua da cidade, defendidas pela PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)". Com essa proposta, a AMACASA busca levar em conta a constelação de interesses em torno da área do Casarão para propor ações conjuntas que ataquem imediatamente os principais problemas ali existentes (falta de moradia, de trabalho, de cidadania, de segurança interna e externa), decorrentes todos da não concretização de direitos humanos fundamentais. A única demanda não contemplada nessa proposta refere-se à instalação de capatazia do DMLU, defendida pelo MUNICÍPIO, tendo em vista a existência de outras áreas públicas na mesma região que podem ser aproveitadas para tal fim, conforme declaração dada por conselheiro do OP da Região Centro presente à reunião da CDCDH da Câmara Municipal em 22 de agosto de 2003.

No dia 28 de agosto de 2003, porém, perante os olhos pasmos de várias testemunhas, inclusive delegados do OP presentes no Casarão, o MUNICÍPIO, por meio de seus representantes, não se vexou em usar táticas de constrangimento para obter a assinatura de onze grupos familiares ao seu Termo de Compromisso, apresentado sem qualquer alteração decorrente das reuniões havidas na CDCDH e prevendo a transferência para o dia 30 de setembro. A ameaça de execução da ação judicial foi largamente utilizada como arma para convencer diversos moradores de que não haveria saída para quem se recusasse a assinar: ou se optava pela "casa de passagem", ou se optava pelo olho da rua.

No dia 30 de agosto de 2003, os sete grupos familiares restantes fecharam-se em torno da AMACASA para resistir em nome de seus direitos e de seus brios. Foi então que um novo amigo do Casarão, mesmo ciente do litígio jurídico em torno da área, mas contagiado pela disposição dessas pessoas e fascinado pelo alcance social dos projetos da AMACASA, propôs investir no Projeto Cooperativa de Reciclagem (anexo 10) através da construção de um abrigo de 10m X 10m, composto por pilares de eucalipto sustentando um telhado de amianto, para proteger da chuva o trabalho dos recicladores e assim agregar valor ao material reciclado (o preço do papel seco vale cinco vezes mais do que o preço do papel molhado). O material de construção desembarcou no fim-de-semana seguinte, mas foi preciso aguardar o sinal verde do engenheiro e a passagem de quase uma semana de chuvas para iniciar a obra. Na véspera do dia marcado para os trabalhos de construção, no dia 12 de setembro de 2003, o oficial de justiça finalmente veio ao Casarão para cumprir o mandado de intimação relativo à liminar concedida em favor do MUNICÍPIO, pela qual os moradores teriam 15 dias para desocupar a área. No sábado do dia 13 de setembro, houve uma primeira tentativa do MUNICÍPIO, através da SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação), de embargar a obra iniciada, através de uma notificação por falta de autorização para erguê-la. No domingo do dia 14 de setembro, um expressivo contingente da Brigada Militar e da Guarda Municipal foi acionado para cercar o Casarão entre 11 e 17 horas, visando garantir a demolição da obra por funcionários da SMOV. O grupo de moradores que guardava o local, com o apoio de apenas dois amigos, conseguiu manter a obra de pé na base da mais pura resistência civil, apesar da disposição dos agentes do MUNICÍPIO em impor sua derrubada, mesmo sem mandado judicial que amparasse essa medida. A situação permaneceu tensa até que um Procurador-Geral do MUNICÍPIO interveio, já no final da tarde, remetendo a decisão sobre o destino da obra para uma reunião entre a comunidade, a AMACASA e o MUNICÍPIO, marcada para a manhã do dia seguinte. No dia 15 de setembro, a referida reunião encerrou-se sem que nenhum acordo entre as partes fosse atingido. O MUNICÍPIO manteve-se irredutível na sua recusa em discutir a posição da AMACASA de manter a obra até expirar o prazo de desocupação do imóvel, caso a liminar permanecesse em vigor até lá. A proposta do MUNICÍPIO de demolir a obra e reerguê-la na área da “casa de passagem” foi rejeitada pelos moradores e pela AMACASA. Ao fim da reunião, o MUNICÍPIO deu o prazo de três horas para a comunidade providenciar a demolição por sua própria conta. Senão o próprio MUNICÍPIO se encarregaria do serviço. Com a precisão de um relógio, por volta das 15 horas foi armado um enorme aparato de caminhões e viaturas a serviço do MUNICÍPIO para cumprir o seu ultimato. Em defesa de suas posições, a AMACASA obteve apoio de um grupo de recicladoras do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto e de representantes do FROP-Centro e do MNLM (Movimento Nacional da Luta pela Moradia), entre outros simpatizantes da causa popular, conforme vídeo (anexo 11) e fotos (anexos 12 a 15). Diversos vereadores aportaram no pátio do Casarão na tentativa de intermediar uma solução para o impasse. A proposta de sujeitar a permanência da obra ao resultado do agravo de instrumento que estava prestes a dar entrada em busca do efeito suspensivo sobre a liminar concedida, apresentada em nome da AMACASA, foi prontamente rejeitada pelo MUNICÍPIO. Por fim, o MUNICÍPIO concedeu 48 horas de prazo à AMACASA para protocolar o projeto da obra junto à SMOV e obter o resultado do agravo. Não foi possível atingir ambos objetivos em prazo tão escasso. Em conseqüência disso, antes das 7 horas da manhã do dia 18 de setembro, o MUNICÍPIO mobilizou um contingente superior à toda população do Casarão, entre efetivos da Brigada Militar, da Guarda Municipal e da SMOV, para invadir a área, impor sua vontade e obter a demolição pretendida, conforme se vê no boletim de ocorrência registrado nesse dia (anexo 16) e nas fotos batidas pelos moradores (anexos 17 a 22). Foram exatos seis dias de resistência antes que o medo voltasse a intimidar a esperança.

Na tarde dessa 5ª-feira, 18 de setembro, a AMACASA acompanhou os pronunciamentos de seis vereadores sobre a situação do Casarão. Assim falou o Vereador Wilton Araújo (anexo 23):

> *"A Casa é sabedora de que, na 2ª-feira passada, depois de um longo período de negociações, (...) se rompia o acordo e a convivência pacífica entre os moradores e a Prefeitura, dada a tentativa de remoção, de destruição de um barracão, que possibilitaria o trabalho daqueles moradores já sem habitação e ameaçados de serem transferidos para outro local, local esse não aprovado por eles, por sinal. Na 2ª-feira, por solicitação da SMOV e com a interveniência de alguns vereadores (...), foi sustada a derrubada do barracão (...), foi solicitado um laudo técnico pericial para se dizer que aquele barracão tinha condições de estar lá e que não oferecia perigo. (...) Aconteceu que hoje, na calada da noite, no início da manhã, uma verdadeira praça de guerra foi instalada na frente da Câmara Municipal. (...) Esse aparato de guerra foi todo instalado para intimidar e demolir um simples barracão construído pelas mãos dessas pessoas que só querem trabalho e garantia de sobrevivência para suas famílias. E ficar dignamente onde estão há muito tempo. Mas foi montada uma operação de guerra na calada da noite para destruir essa grande fortificação da resistência popular. (...) E outros hão de dizer que, se estava lá a Brigada Militar, (...) a Guarda Municipal, (...) os caminhões da SMOV, (...) os fiscais da SMOV, certamente uma decisão judicial deveria ter sido exarada para dar legitimidade, legalidade a uma ação dessas. Nenhum juiz se manifestou, sequer o Poder Público entrou na Justiça. Sabem qual é o documento legal? Uma notificação da SMOV. Eu, que fui Secretário desta Pasta, sinto-me envergonhado de ver que uma notificação serve como pretexto para remover (...) a 'manu militari'. E vejo com tristeza (...) que a nossa briosa Brigada Militar se prestou a acompanhar essa operação de guerra, (...) sendo conivente com uma ação dessas. (...) O Sr. Secretário, meu amigo José Otávio Germano, certamente não sabe disso. Não acredito que ele tenha, baseado em uma notificação da Secretaria Municipal de Obras, mandado todo esse efetivo militar para remover um barracão."*

A contundente fala do Vereador Wilton Araújo reflete o arbítrio a que chegou o MUNICÍPIO, ao promover ações coercitivas, autoritárias e policialescas contra a Comunidade do Casarão, sem base legal nenhuma.

A seguir, assim falou o Ver. Juarez Pinheiro (anexo 24):

> *"Esse equipamento aqui em frente à Câmara (...) pertence ao patrimônio do Governo do Estado. Em princípio, era destinado à CEEE. A CEEE celebrou (...) um convênio com o Município ao final do ano passado e passou esse equipamento para a guarda do Município (...). Aquele prédio que ficou desocupado por anos, sem uma utilização pelo poder público, logicamente foi ocupado por famílias (...) pobres, simples e honradas que, na falta de habitação, ocuparam aquele equipamento legitimamente. (...) Paralelamente a essas famílias, (...) o tráfico ocupou aquela área (...) e passou a cometer contra a coletividade do entorno uma série de agressões (...), corrompendo menores e levando milhares de jovens ao vício. (...) A comunidade do entorno (...) pleiteia (...) há 4 anos que as famílias recebessem um local, um abrigo para se locomoverem desse local, para possibilitar (...) que ali fosse instalada uma capatazia do DMLU. (...) Existem ali famílias e existe o tráfico no Centro da Cidade, gerando inclusive mortes, duas recentemente. O que fez o poder público? (...) Constituímos um albergue, temos local para levar as famílias e com um acordo político construído com os moradores, (...) o movimento, (...) o Governo, ou seja, as famílias vão ser localizadas no albergue."*

Cabe lembrar que a ação militar do MUNICÍPIO não se fez contra o tráfico, mas contra famílias honradas e trabalhadoras. Cabe lembrar que não houve acordo político construído livremente com as famílias, mas falseado pelo MUNICÍPIO na base da intimidação. Cabe lembrar que a transferência carrega junto com as famílias o próprio tráfico, de quem são as principais vítimas, ao verem seus filhos dizimados pela dependência química. Cabe lembrar que as últimas mortes ligadas ao Casarão foram em 2002 e vitimaram famílias do local e não do entorno.

Eis a fala do Ver. Luiz Braz (anexo 25):

> *"Esse assunto é bom porque (...) estamos falando de uma permuta que foi realizada entre o Município de Porto Alegre e a CEEE, para a qual esta Casa deveria ter dado consentimento. Nós (...) tínhamos de ser consultados porque (...) está lá na Lei Orgânica do Município, (...) no artigo 56, que, quando o Município vai fazer uma aquisição, nós precisamos votar uma lei para que esse imóvel possa ser recebido. (...) A permuta, na minha opinião – e há uma ação, nós entramos na Justiça, porque eu acredito que esta Casa não pode ser desrespeitada – teria que ser legalizada com os votos dos Srs. Vereadores que, tenho certeza absoluta, não iriam negar a permuta, iriam votar a favor. Mas acontece que a Prefeitura não pode atropelar esta Casa. Então (...) eu acredito que é açodada a atitude da Prefeitura de retirar hoje as famílias daqui. E esse argumento usado pelo meu amigo, Ver. Juarez Pinheiro, de que a ação da Prefeitura se deveu, na verdade, ao tráfico de drogas (...), ora, se cada vez que a Prefeitura quiser colaborar para eliminar o tráfico de drogas for pegar famílias de um lugar e transportar para outro, realmente a Prefeitura não vai ter outro trabalho para fazer no Município de Porto Alegre a não ser esse de pegar famílias de um local e colocar em outro."*

O primeiro aspecto a considerar é a própria legalidade da permuta entre o MUNICÍPIO e a CEEE, questionada junto ao Ministério Público/RS (PI 108/2003) por falta de autorização da Câmara Municipal. É premissa de toda e qualquer ação de reintegração de posse que a propriedade da área por parte do autor seja perfeitamente regular e inquestionável. Enquanto o MUNICÍPIO não se desembaraçar da ação movida contra si, não tem nenhuma legitimidade para se lançar como autor da ação que move contra os moradores do Casarão. O segundo aspecto diz respeito à utilização do tráfico como justificativa para a ação do MUNICÍPIO. Parece até que o Casarão é o único ponto de venda de drogas em todo o Centro. Parece até que o tráfico está ali ao nível do crime organizado. Parece até que metade dos moradores está envolvida nesse negócio. O efeito desse preconceito é que 18 famílias estão pagando a conta por causa de um único traficante. Convenhamos: a transferência só desloca o problema para outro lugar dentro da mesma cidade, sem resolvê-lo.

Em aparte concedido pelo Ver. Luiz Braz, assim falou o Ver. Wilton Araújo: "Se nós tivéssemos usado, para combater o tráfico, todo o aparato militar que hoje foi instalado lá, certamente teríamos levado o tráfico dali, no mesmo momento." Convenhamos: a ação do MUNICÍPIO não se fez contra o tráfico, mas contra a iniciativa de famílias trabalhadoras para se emanciparem da miséria que as torna vulneráveis à influência justamente das drogas e do tráfico. Esse tipo de ação do MUNICÍPIO, longe de combater o tráfico, reforça o seu poder.

Assim falou o Ver. Pedro Américo Leal (anexo 26):

> *"Desde o tempo do Ver. Mazaropi que me interesso por esse tema, porque no meu gabinete vão famílias, a todo momento, fazer queixas, apavoradas, dos assaltos que sofrem. (...) Fui surpreendido pelo Ver. Juarez Pinheiro, pela Ver. Helena Bonumá, pelo Prefeito Verle, que me convidaram certo dia a ir à Câmara Municipal (...). E lá estavam o escrivão e um aparato enorme para a transferência, finalmente, desse casario para a Prefeitura. (...) Ali estão, amasiados com famílias, elementos desclassificados (...), bêbados, vários marginais que atazanam as famílias das redondezas, pois só 'trabalham' à noite, de dia dormem, ficam ali libando, como se diz na gíria. Isso tem de acabar."*

Enquanto faltar política social que promova os direitos fundamentais da comunidade em atenção às suas demandas por moradia, trabalho e cidadania, através dos próprios recursos comunitários e não do assistencialismo paternalista, seguiremos assistindo, nos meios mais pobres, a juventude despojada de ocupação e esperança entregar-se ao vício das drogas, cujo sustento leva aos assaltos. Longe de criar uma política social para as famílias do Casarão, o que faz o MUNICÍPIO é transplantar o problema para as imediações do Estádio Beira-Rio, do futuro Museu Iberê Camargo e de todo o entorno da Av. Padre Cacique. É solução?

Assim falou o Ver. Cláudio Sebenelo (anexo 27):

> *"Na mesma linha do Ver. Wilton Araújo, quero dizer que hoje de manhã, mais uma vez, acontece um espetáculo de força em Porto Alegre. (...) Não ter moradia para essas pessoas, para que o Município seja reintegrado na posse, essa é a grande falha e, o que é pior, com o embuste da casa de passagem. (...) Então é inconcebível que depois de um acordo entre Governo e famílias, coloquem a Brigada. Que acordo deve ser esse? Que coisa gozada, né? E outra coisa muito interessante são as promessas (...) não cumpridas. A passagem pela casa de passagem vira uma passagem definitiva, essa é a questão. (...) E é isso que eu quero dizer a vocês: inúmeras vezes (...) houve essa reunião, nunca houve acordo, sempre houve um pedido de que não queriam ir para a casa de passagem. Por fim, algumas famílias foram convencidas, mas sabem que nunca vão ver a cor da sua casa própria. (...) Esse desencanto dos moradores, esse abandono dos moradores, essa queixa direta dos moradores, em todas as reuniões da Comissão de Direitos Humanos, fez com que nós não tivéssemos nenhuma dúvida (...) em dizer que há uma falência das estruturas de assistência social da Prefeitura."*

Há duas questões importantes a destacar nesse discurso. Em primeiro lugar, o permanente desgosto dos moradores com a imposição, disfarçada de negociação e acordo, dessa "casa de passagem". Na qualidade de integrante da CDCDH da Câmara Municipal, o Vereador Sebenelo acompanhou diversas reuniões entre as partes e pôde testemunhar o progressivo sentimento de descrença e indignação da comunidade e da AMACASA quanto à proposta do MUNICÍPIO e à postura de seus representantes. Sentimento nada gratuito, por sinal, conforme se lê no já referido documento elaborado pela AMACASA em 22 de julho de 2002: "Grupo de Trabalho do Casarão: Propostas e Contrapropostas" (anexo 1). A percepção, desde os primeiros contatos, de que o MUNICÍPIO escondia o jogo, manipulava informações e monopolizava a pauta de discussão foi tamanha que só podia dar no que deu: desconforto, desconfiança e decepção em todos; decidida revolta entre alguns; apática resignação entre outros. A segunda questão é fundamental e se refere à "falência das estruturas de assistência social" do MUNICÍPIO. Sem dúvida, os fatos demonstram que o MUNICÍPIO não tem política de emancipação social para oferecer a essa comunidade. Simplesmente porque não existe emancipação capaz de se fazer sob o jugo da autoridade arbitrária e da força brutal. Ainda mais quando se trata de uma comunidade altamente vulnerável do ponto de vista social, vítima das condições precárias de vida, vítima do preconceito que carimba em todos o rótulo de marginal no sentido bandido da palavra, vítima da mais baixa auto-estima que joga a juventude no colo da dependência química, à medida que se vê sem alternativas no presente e sem esperanças no futuro. Diante disso, o que propõe o MUNICÍPIO é elevar a pressão da convivência, comprimindo as famílias no exíguo espaço da "casa de passagem", já apelidada pelos moradores de cocheira de cavalos ou chiqueiro de porcos. Não é à toa que se sentem como o lixo que se varre para baixo do tapete. O resultado é previsível: pressão gera violência, como costuma ocorrer na superlotação dos presídios, das casas de internação ou dos campos de concentração. O MUNICÍPIO está agindo em nome de uma política de segurança pública grosseira e mascarada, pois disfarçada em política social. Grosseira sim, pois confunde trabalhadores com bandidos e traficantes para justificar a remoção da comunidade inteira de um bairro para outro, despojando-a do direito à palavra, do direito à defesa prévia, do direito ao contraditório, do direito às regras de um verdadeiro estado de direito. Mascarada sim, pois despreza o valor da comunidade e chama isso de política social. Que política social é essa que não prevê nenhuma atenção especial, senão a oferta dos mesmos serviços públicos que já são hoje disponíveis, mas aos quais essa gente costuma ter tão pouco acesso? Sem dúvida, o que mais faz falta é uma política social comprometida com a comunidade, levando em conta os seus próprios recursos e a sua livre e plena participação para promover a cidadania responsável, o trabalho digno e a moradia permanente.

Assim se pronunciou o Ver. Sebastião Melo (anexo 28):

> *"Os fatos verdadeiros são os seguintes: aquelas pessoas que estão ali (...) receberam uma ordem de reintegração de posse para, voluntariamente, desocupar o local até o dia 27. (...) Ora, houve um embargo por parte da Prefeitura, administrativamente, sobre um galpão que as pessoas ali construíram para o recolhimento do papel e deixar ali até o dia que dali saíssem. O que é que se faz (...) quando notifica a Boate Veneza? Dão 15 dias para ela se defender e, depois, toma as providências. (...) Quantas obras irregulares há nessa cidade? 483 áreas irregulares. (...) Se, por razões de segurança, tivessem que desmanchar, teriam que desmanchar 30% das construções desta cidade. Mas o que faz o autoritarismo daqueles que detém o mando municipal? (...) Se fosse a Boate Veneza, lá na esquina da Goethe, eles não demoliriam. Se fossem as coberturas irregulares desta cidade, não demoliriam. Mas vêm aqui, na calada da noite, no alvorecer do dia, sendo que houve um acordo com vários vereadores – Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Presidente da Comissão da Terra e mais outros vereadores – vão lá e derrubam. (...) Eu acho que uma coisa sagrada é respeitar uma decisão judicial. Se o dia 27 está marcado para saírem de forma voluntária, se não saírem, aplica-se a lei."*

O que se evidencia aqui é a disposição do MUNICÍPIO em manipular a lei com rigor autoritário para expulsar a comunidade de seu chão, para tormar-lhe a terra em que vive há mais de cinco anos, oferecendo em troca uma área cinco vezes menor em tamanho e valor, além de promessas sem compromissos. O que salta aos olhos é o abuso de poder e autoridade do MUNICÍPIO contra gente pobre e humilde para quebrar-lhe o ânimo de morar e trabalhar no Casarão, tornando mais fácil o trabalho da expropriação. O que revolta é a rapina do MUNICÍPIO e seu exército de procuradores assalariados contra os direitos de uma comunidade que mal pode contar com a solidariedade gratuita e nem sempre disponível de um ou outro advogado para defendê-la no campo jurídico.

O conjunto de depoimentos dos seis vereadores que se referiram ao episódio ocorrido no dia 18 de setembro, relativo à demolição de obra e ao seqüestro de material pertencente ao patrimônio da AMACASA por parte do MUNICÍPIO, revela a raiz da disputa. De um lado, dois vereadores que defendem a posição do MUNICÍPIO: Juarez Pinheiro (PT) e Pedro Américo Leal (PP). De outro lado, quatro vereadores favoráveis à posição da AMACASA: Wilton Araújo (PPS), Luiz Braz (PSDB), Cláudio Sebenelo (PSDB) e Sebastião Melo (PMDB). A tônica das falas favoráveis ao MUNICÍPIO é clara: sua preocupação não é com a solução dos problemas que dizimam as famílias do Casarão, decorrentes da vulnerabilidade social, da moradia precária, do trabalho também precário e da dependência química. Sua preocupação é com a segurança pública de quem mora ou circula pelo entorno, ameaçada pela ocorrência do tráfico e dos assaltos. A ação do MUNICÍPIO tende a produzir três efeitos: ataca imediatamente o problema de segurança no entorno do Casarão, posterga indefinidamente o problema social das famílias e cria um novo problema de segurança pública no entorno da Av. Padre Cacique. O MUNICÍPIO, no caso do Casarão, deixa claro o seu comprometimento apenas com o primeiro efeito. As falas de apoio ao Casarão, por sua vez, denunciam o tratamento abusivamente autoritário e militaresco infligido contra os direitos de uma comunidade pobre, a falta de legitimidade do MUNICÍPIO em apresentar-se como proprietário da área, o uso do tráfico como pretexto para justificar a expulsão da comunidade e a invasão de suas posses, o sistemático desprezo pela posição dos moradores e da AMACASA, assim como a falência das políticas sociais municipais nas áreas da habitação e da segurança pública. A ação do MUNICÍPIO tende a produzir quatro efeitos: transfere o problema de lugar sem lhe dar solução, condena a comunidade ao exílio forçado contra a própria vontade, reforça a fragilidade das famílias diante do tráfico e viola os direitos sociais dos moradores nas áreas da habitação, do trabalho e da cidadania.

No dia 19 de setembro, em matéria publicada no Correio do Povo, a Sra. Sônia Passos da SGM revelou o custo da "casa de passagem" para o MUNICÍPIO: R$ 180.000,00. Isso dá em média R$ 10.000,00 por módulo, como se chamam as peças de 15 a 20m² destinadas a cada família. Fontes do FROP-Centro e do próprio Casarão garantem que, com esse valor, é possível erguer casas com área construída duas a três vezes maior. Nesse mesmo dia, ingressou o agravo de instrumento contra a liminar favorável ao MUNICÍPIO, rejeitado na semana seguinte.

Tendo em vista a demora na execução das melhorias que se obrigou a fazer na "casa de passagem" para amenizar o efeito degradante de suas condições habitacionais, o MUNICÍPIO adiou o prazo da transferência para o mês seguinte, anunciando no dia 1º de outubro o seu novo cronograma em que prevê para o dia 15 de outubro a mudança das famílias que não trabalham com reciclagem e para o dia 30 de outubro as famílias de recicladores. Nesse mesmo dia 1º de outubro, foi entregue à Sra. Sônia Passos da SGM o Termo de Compromisso elaborado pela AMACASA (anexo 29) para "formulação, execução e gestão conjunta de um projeto habitacional que garanta moradia definitiva à comunidade", com base no primeiro resultado concreto dos trabalhos da Comissão de Apoio à AMACASA formada pelo FROP-Centro: o levantamento de todos os artigos da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal que tratam especialmente dos direitos à moradia, à ocupação e uso do solo urbano por comunidades de baixa renda e à participação ativa e significativa de suas entidades representativas em todas as etapas de implantação de projetos habitacionais em seu benefício. É a tomada de consciência de que o MUNICÍPIO tem violado inúmeros direitos habitacionais da comunidade, previstos na legislação vigente, que está fundamentando esse termo de denúncia.

No dia 03 de outubro de 2003, a assessoria jurídica da AMACASA entrou com agravo interno para recorrer contra a rejeição preliminar do agravo de instrumento ingressado em setembro. Até agora, não foi julgado o mérito do recurso. O momento é de grande apreensão dentro da comunidade. A eventual transferência à "casa de passagem" irá mexer profundamente no cotidiano de vida de cada família, não só pela dificuldade de custear o transporte público, tornando restrito o acesso à renda (todos trabalham no Centro) e aos serviços públicos de saúde e educação, entre outros (concentrados no Centro), como também pela brutal redução do espaço vital dentro de casa e do pátio interno, afetando especialmente a relação de cuidado e proteção integral que se deve ter com as crianças.

Matéria jornalística publicada em 07 de outubro de 2003 pelo Jornal Zero Hora (anexo 30), tratando do relatório O Desafio das Favelas, divulgado pelo Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat) em 06 de outubro para marcar o Dia Mundial do Habitat, reforça a clareza do rumo apontado pela AMACASA em seus projetos e propostas. Segundo a matéria, o relatório ressalta que "a falta de habitação, água, saneamento e emprego abrem caminho para a explosão da criminalidade". O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, "criticou, no relatório, a apatia e falta de vontade política dos governos para resolver a questão da pobreza urbana. E lembrou que a extrema pobreza leva a comportamentos anti-sociais, o que faz disso um problema global". O diretor de Análises e Políticas do ONU-Habitat "ressaltou que uma medida importante para lidar com o problema da favela é encarar seus moradores como parte da solução, não do problema". Pelo relatório, as "políticas para as favelas devem estar integradas com políticas de redução da pobreza urbana mais amplas, focadas nas pessoas, que lidem com aspectos como emprego e renda, abrigo, comida, saúde, educação e acesso à infra-estrutura e serviços urbanos básicos". Os trechos citados falam por si. Basta acrescentar que os projetos da AMACASA estão na mais perfeita sintonia com as posições defendidas pelo relatório da ONU.

Na reunião do FROP-Centro ocorrida em 08 de outubro de 2003, o Termo de Compromisso elaborado pela AMACASA foi encaminhado ao representante do MUNICÍPIO, através de Requerimento da Comissão de Apoio à AMACASA (anexo 31) que solicita a presença, na próxima reunião do dia 15 de outubro, do Secretário do Governo Municipal, do Diretor do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) e do Procurador-Geral do MUNICÍPIO para a assinatura do referido Termo. Nesse documento, a Comissão considera legítima a aspiração da AMACASA por regularização fundiária no próprio Casarão, contestável a situação de risco levantada pelo MUNICÍPIO, constrangedor o tratamento dado à comunidade e irregular a mudança para uma "casa de passagem" sem o equivalente compromisso para a viabilização de projeto habitacional em definitivo. O ato de assinatura desse Termo de Compromisso para fins de moradia permanente visa justamente corrigir tal irregularidade. A mesma documentação foi entregue no dia seguinte, 09 de outubro, ao representante do MUNICÍPIO junto às reuniões do COP (Conselho do Orçamento Participativo). Também nesse mesmo dia, idêntico material foi protocolado sob o nº 001.053610.03.2, por Requerimento específico da referida Comissão (anexo 32), para encaminhamento ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. João Acir Verle.

É preciso dizer que o Termo de Compromisso elaborado pela AMACASA é um contraponto exato ao documento que lhe serviu de inspiração e modelo: o Termo de Compromisso feito pelo MUNICÍPIO. Cada um desses termos reflete o interesse de quem o elaborou. Se ao MUNICÍPIO importa a desocupação da área do Casarão e a relocalização dos seus moradores na "casa de passagem", à AMACASA interessa a utilização do Casarão para um projeto social e habitacional em benefício dos direitos fundamentais desses moradores. Se o MUNICÍPIO propõe que a penalização prevista por descumprimento incida só sobre os moradores, a AMACASA se acha no direito de propor o inverso, isto é, que somente o MUNICÍPIO seja penalizado nesse caso. Se ao MUNICÍPIO interessa o benefício imediato que terá com a desocupação do Casarão, à AMACASA importa o benefício imediato que terão os moradores com a regularização e urbanização da sua moradia definitiva no Casarão. Se o MUNICÍPIO pensa que as famílias devem aguardar, em moradia reconhecidamente provisória e precária, pela abertura de estudos de viabilização não previstos em seu documento, a AMACASA afirma que os moradores não podem mais esperar, tendo em vista a urgência de suas necessidades, especialmente no caso dos mais jovens que correm o risco de ter seu futuro comprometido pela falta de políticas sociais implantadas desde já em favor de toda a comunidade. Por fim, cabe considerar uma importantíssima diferença entre ambos os documentos. O Termo de Compromisso do MUNICÍPIO não apresenta embasamento legal nenhum, senão uma liminar concedida em ação de reintegração de posse. Em contrapartida, o Termo de Compromisso da AMACASA se fundamenta amplamente na legislação em vigor sobre o direito à moradia.

Tendo em vista o conjunto de razões levantadas neste documento, a AMACASA se vê no dever de encaminhar as seguintes denúncias:

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 182 da Constituição Federal ao não garantir o bem-estar dos habitantes do Casarão na implantação de sua política de desenvolvimento urbano.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 183 da Constituição Federal ao forçar a desocupação do imóvel, impedindo os moradores que preenchem seus requisitos de lhe adquirir o domínio legal.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 1º do Estatuto da Cidade ao não regular o uso da propriedade urbana do Casarão em prol da segurança e do bem-estar de seus moradores.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 2º, inciso II, do Estatuto da Cidade ao promover um plano de desenvolvimento urbano que atinge a área do Casarão sem qualquer participação da comunidade e da entidade em sua formulação, execução e acompanhamento.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 2º, inciso XIII, do Estatuto da Cidade ao negar a audiência, mediante liminar judicial, da população do Casarão diretamente atingida por empreendimento com efeito potencialmente negativo sobre o seu conforto e a sua segurança.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 4º, inciso III, alínea "f", do Estatuto da Cidade ao executar empreendimento urbano que atinge a população do Casarão sem utilizar qualquer instrumento de gestão orçamentária com a participação da comunidade, da entidade e do FROP-Centro.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 4º, parágrafo 3º, do Estatuto da Cidade ao dispender recursos públicos em projeto urbano que atinge a população do Casarão sem qualquer controle social por parte da comunidade e de sua entidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar os artigos 9º a 14 do Estatuto da Cidade, que tratam da usucapião especial de imóvel urbano, ao forçar a desocupação da área sem dar tempo aos moradores de regularizar o seu domínio com base na posse velha, superior a cinco anos, que detêm sobre o local.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar os artigos 36 a 38 do Estatuto da Cidade, que tratam do estudo de impacto de vizinhança, ao forçar a transferência das famílias do Casarão sem medir os efeitos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da comunidade atingida e da população residente nas proximidades da "casa de passagem".

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar os artigos 43 a 45 do Estatuto da Cidade, que tratam da gestão democrática da cidade, ao recusar o debate público sobre os projetos de iniciativa popular da entidade e ao executar empreendimento habitacional sem passar pela obrigatória e significativa participação das populações atingidas e de suas associações representativas.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 173 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul ao executar empreendimento habitacional de interesse social sem a plena participação da comunidade organizada e sem o pleno atendimento às suas necessidades sociais.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 174 da Constituição Estadual ao executar empreendimento habitacional de interesse social sem se preocupar com a qualidade de vida da população do Casarão, sem promover a colaboração social da sua entidade e sem objetivar prioritariamente a regularização fundiária demandada junto ao OP desde 2002.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 201 da Lei Orgânica Municipal de Porto Alegre ao executar empreendimento de habitação sem melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população atingida, sem atender suas necessidades básicas, sem garantir sua participação no processo de planejamento e sem democratizar a ocupação, uso e posse do solo urbano.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 202, inciso X, da Lei Orgânica Municipal ao executar empreendimento habitacional sem levar em conta os planos e projetos de iniciativa da comunidade, defendidos pela entidade, como instrumento de desenvolvimento urbano.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 203, inciso I, da Lei Orgânica Municipal ao não direcionar a propriedade do Casarão de forma a assegurar a democratização do uso, ocupação e posse do solo urbano pela comunidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 203, inciso II, da Lei Orgânica Municipal ao não cumprir a função social da propriedade do Casarão de forma a assegurar a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização do local.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 204, inciso IV, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal ao não utilizar a participação popular como instrumento para garantir a função social da propriedade do Casarão.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 208, inciso I, da Lei Orgânica Municipal ao não garantir a urbanização, regularização e titulação da área favelada de baixa renda do Casarão, demandada junto ao OP desde 2002, ao promover a remoção dos moradores com base numa alegação de risco cujo alcance é contestado pela comunidade e ao intimidar judicialmente as famílias para forçar sua remoção a uma área distante, com evidente prejuízo no acesso ao trabalho e aos serviços públicos concentrados no Centro.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 208, inciso III, da Lei Orgânica Municipal ao não promover a participação ativa da entidade no estudo, encaminhamento e solução dos problemas da comunidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 209, inciso II, da Lei Orgânica Municipal ao não aproveitar plenamente os recursos comunitários no planejamento de ações que alteram a vida das famílias do Casarão, recusando-se a levar em conta a pauta e os projetos propostos pela entidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 209, inciso III, da Lei Orgânica Municipal ao não atender, no planejamento de suas ações, as necessidades e carências básicas da comunidade do Casarão quanto às funções de habitação, trabalho, lazer e cultura, circulação, saúde e abastecimento.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 209, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal ao não incluir, no planejamento de suas ações, a demanda remetida pela entidade ao OP desde 2002 para a restauração e o reaproveitamento do patrimônio histórico do Casarão em benefício da comunidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 209, inciso V, da Lei Orgânica Municipal ao não integrar o planejamento de suas ações relativas ao Casarão com o FROP-Centro, a entidade e a comunidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 209, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal ao não incentivar qualquer participação da Comunidade do Casarão no processo de planejamento de suas ações relativas ao local, forçando a aceitação de planos elaborados sem o conhecimento da entidade.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 216 da Lei Orgânica Municipal ao dificultar a aprovação de projetos de edificação para os moradores de baixa renda do Casarão, impedindo-os de edificar.

A AMACASA denuncia o MUNICÍPIO por violar o artigo 233, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal ao não instituir programa de assistência técnica gratuita ao projeto habitacional proposto pela entidade em benefício das famílias de baixa renda do Casarão.

Diante de tais denúncias, a AMACASA, representando os interesses e os direitos da Comunidade do Casarão, conforme lhe obriga o seu estatuto e dada a extrema gravidade da situação, REQUER do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul a tomada de providências, em regime de máxima urgência, que assegurem os seguintes encaminhamentos:

1. A imediata suspensão dos efeitos referentes à liminar concedida ao MUNICÍPIO na ação de reintegração de posse nº 113921564, que determina a desocupação do Casarão sem que seja dada ouvida aos moradores.

2. O imediato sobrestamento da ação de reintegração de posse nº 113921564 até o total esclarecimento sobre a regularidade da permuta que fez passar a propriedade do Casarão da CEEE ao MUNICÍPIO, contestada junto ao Ministério Público Estadual através do PI 108/2003.

3. A imediata anulação de qualquer efeito decorrente da assinatura por moradores do Casarão ao Termo de Compromisso elaborado pelo MUNICÍPIO, tendo em vista as condições leoninas de suas cláusulas e o contexto constrangedor e intimidatório em que tais assinaturas foram obtidas.

4. O imediato cumprimento das providências requeridas no Termo de Declaração nº 475/2003 encaminhado ao Ministério Público Estadual para perícias de engenharia civil nos prédios do Casarão e da "casa de passagem".

5. A imediata restauração da obra relativa ao Abrigo dos Recicladores, demolida e apreendida pelo MUNICÍPIO em 18 de setembro de 2003.

6. A imediata convocação do MUNICÍPIO para constituir com a AMACASA uma comissão responsável pela formulação, execução e gestão conjunta de projeto habitacional em benefício da Comunidade do Casarão, com base na legislação referida neste Termo de Denúncia e no Termo de Compromisso elaborado pela entidade, sob critérios do Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro e com interveniência do Ministério Público Estadual.

Porto Alegre, 13 de outubro de 2003.

_____
Maiza Sanchez da Rosa
Presidente da AMACASA

P. S. : Em anexo, carta (anexo 33) de uma das primeiras moradoras da Comunidade do Casarão, testemunha das primeiras ocupações e irmã do falecido Nandinho, primeiro a utilizar a área como moradia permanente entre 1995 e 1996. A autora ainda relata as condições de seu reassentamento pelo MUNICÍPIO na divisa com a cidade de Alvorada/RS, em 2001, conhecendo bem de perto o drama de cair em promessas falsas e ilusórias, porque não fixadas no devido termo de compromisso. Em 14 de outubro de 2003. Maiza Sanchez da Rosa.

ANEXO D – **MINHA HISTÓRIA**

Eu sou Elisângela Soares de Brito, Registro Geral 6083735946. Minha história começou antes, mas vamos para quando eu tinha 14 anos. Em 1995, estava morando nas ruas de Porto Alegre, dormindo aqui, ali, até que eu e meus amigos de rua achamos um casarão abandonado e decidimos dormir lá. Era um mocó em que os meninos de rua dormiam, porque era mais perto da escola para estudar. Mas, quando eu entrei, me apavorei com a sujeira. Era tanto mato, tanto lixo. Nós pegamos uma peça e limpamos, arrumamos colchão, cobertor, etc. A gente dormia lá de noite, mas nem água tinha, nem luz, era à vela.

Depois de um tempinho, em 1995, eu fui embora. Eu saí de lá por um ano e depois, quando voltei, em 1996, o meu irmão Éverton, o Nandinho, estava morando lá. O lugar estava completamente diferente, tudo lindo, sem sujeira, sem mato, e não tinha mais meninos de rua. No tempo em que eu morei com os meninos, tinha muitas drogas, mas depois que o meu irmão Éverton foi morar lá, tinha tudo mudado, tinha disciplina, tinha respeito, tinha famílias morando lá. O meu irmão limpou tudinho com essas pessoas, colocou luz e água, pintou por fora e por dentro a pecinha dele, fez uma casa para ele e sua namorada. E eu voltei a morar lá.

Depois saí de lá porque fui morar com minha mãe. Em 1997, voltei para o Casarão porque estava acostumada com o lugar. Em 1998 eu fiquei grávida e fui morar com a minha mãe para cuidar do meu bebê. Em 1999 eu ganhei o meu filho, Luiz Fernando. Em 2000, voltei para o Casarão e fiquei morando lá. Tinha as mesmas famílias e muito mais (tem umas que acho que já foram embora e tem outras que estão lá até hoje). Em 2001, eu ganhei do DEMHAB e da FASC uma casa, onde hoje eu moro.

Mas, querem saber? Me arrependo até hoje de ter saído de lá do Casarão e tenho saudade do meu irmão, porque, se ele estivesse vivo, esse Casarão estaria cheio de pessoas e até, quem sabe, com uma cooperativa dentro dele. E ninguém iria tentar tirar as pessoas que estão lá, porque essas pessoas são gente, famílias e não marginais. Estão na deles, trabalham lutando, que nem esses que querem tirá-los.

Meu irmão lutou muito para que o Casarão fosse um ambiente de paz e alegria para todas as famílias que moram ou já moraram lá. E passou um monte de famílias pelo Casarão que hoje estão com suas casas.

Este é um recado para quem quer tirar as famílias do Casarão. Enquanto vocês se preocupam em tirar pessoas do Casarão e botar em outras casas, por que vocês não tiram as famílias das ruas, mães, filhos, debaixo dos viadutos, das ruas, das drogas? Por que vocês não fazem o Casarão virar um lugar de exemplo, de sobreviventes que só querem ser o que são, dando a eles trabalho, chance para as crianças (que, por sinal, tem um monte), escola, saúde? E se fossem vocês que tivessem que deixar o seu apartamento ou casa, com suas famílias, o que você fariam? Se botem no lugar dessas famílias.

Bom, eu morava no Casarão e agora moro no Loteamento Timbaúva 2, Rua 249, casa 130. Quando eu estava no Casarão, eu participava de um grupo da FASC. Por problemas de saúde e por ter uma criança comigo, meu filho Luiz Fernando, não queria que ele passasse necessidade, frio e fome, e nem que usasse drogas. Então decidi pedir para minha assistente social arrumar uma casa para mim e meu filho. De tanto insistir, depois de um ano, arrumaram uma casa que disseram que seria boa para mim e meu filho. Mas quando chegou o dia, as pessoas que moravam no Casarão não quiseram ir, porque queriam botar em vários lugares, como Restinga, Farrapos, Rubem Berta. As pessoas não saíram e falaram para quem quisesse ir que não fossem, principalmente meu irmão Nandinho, que dizia para mim que não era uma boa eu ir. Mas como eu queria ter um cantinho, fui. Disseram que era uma casa completa, que teria luz, água, encanamento e esgoto, atendimento de assistente social por 2 anos no que fosse preciso, etc. E que eu não me preocupasse que teria atenção para qualquer coisa que eu pedisse. Mas não foi bem assim.

Cheguei lá e não tinha luz. Tocaram o pouco de coisas que eu tinha e, no dia, fechou o tempo e choveu. Largaram-nos que nem cachorro largado. Como não tinha trabalho, passei necessidade para tudo.

Passou um tempo, veio o Natal 2001 e o vendaval. Meu telhado destelhou e ninguém veio me ajudar. Se não fossem os vizinhos, não sei o que seria de mim. No dia, ninguém veio ver se nós estávamos bem, sabendo que as pessoas que vieram para cá tinham problemas, como a Lange (uma senhora que veio para cá sozinha), Tubias e Paulinha, com problemas de saúde gravíssimos, sem coberta, quase nada. Eu com uma criança de 2 anos e um senhor de 51 que estava com problemas sérios de saúde. E eu também. Vocês sabem que no Casarão tem gente com tuberculose e ninguém se importa.

Quando o meu telhado voou, em 2001, mandaram umas folhas de zinco e disseram que iriam mudar as telhas que voaram, que eram 12. Mas, fora isso, tem o esgoto que entope todo dia e transborda, entrando na minha casa, principalmente quando chove. Tem os fios desencapados que estão encostando no zinco, tem o encanamento que está vazando pelas paredes. E, quando chove, não é só o encanamento que vaza pela parede, a chuva também, o telhado todo umedece.

Estava no Casarão e recebia uma bolsa-auxílio por ter problemas de saúde, mas quando eu vim para cá, não pude mais receber porque a assistente social não tinha visto o meu caso. Eu não tenho condição de comprar o telhado, nem arrumar os canos, os fios. Não sei, quando eu vim para cá não me disseram que tinha que pagar a casa. Como eu não estou trabalhando, não tenho como pagar. Quero só ver o que eu vou fazer, porque nem o telhado eu pude botar.

Resumindo, nada do que eu queria deu certo. Não consegui as telhas, nem os fios e o encanamento, nem a creche do meu filho, nem um serviço para pagar a água, a luz, nem para sustentar meu filho. Eles prometem e não cumprem, só porque a gente é pobre e da rua, e não tem onde morar.

Mas eu tenho um sonho e vou realizar, vou ser feliz com o meu filho. Não tenho nada de valor a não ser meu filho, ele é a coisa mais importante para mim. Ele precisa duma casa, para não ir à rua passar o que eu passei, nem usar drogas, nem ser violentado sem roupas, nem ser chamado de marginal. Quero um futuro para ele, que estude, que tenha uma casa para morar e não passar frio, que tenha alimentação e, quem sabe, construir uma família.

Não estou roubando nada, estou pedindo o que me prometeram. Não quero voltar para as ruas, é frio demais. Eu e meu filho não somos bichos que vocês deixam de canto. Sou um ser humano como vocês.

Eu sou uma pessoa que tem muita força de vontade. Quando eu morei com a minha mãe adotiva, eu olhava ela fazendo tricô, croché, costura, bordado, etc. Eu dizia que, quando crescesse, iria fazer os cursos para aprender. Quando fui para a FEBEM, por motivo de não querer mais morar com ela, aprendi tudo que eu podia. Fiz curso de tudo, de costura, tricô, croché, bordado, datilografia, cabeleireiro, etc. E estudava.

Quando eu fugi, fui para a rua e conheci o MAPA e a Escola Porto Alegre. Eu de noite cheirava e de dia estava sempre disposta para aprender, porque eu cheirava só para fugir dos problemas e da fome, mas nem por isso andei roubando, mal vestida, etc. Sempre que as professoras faziam atividade, eu fazia, eu adorava. Eu já entrevistei o governador, já fiz até um livro sobre a minha vida, no computador, e já fiz pinturas muito bonitas.

Sou muito competente, isso que já fui drogada. Hoje sou uma dona de casa e mãe.

Porto Alegre, 14 de outubro de 2003.

Elisângela Soares de Brito
Ex-moradora do Casarão

NÃO PREENCHER – USO INTERNO

REGISTRO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRGS | **Nº de sistema SABi:**

1. Identificação do tipo de material

Tese ☐ Dissertação ☒ Trabalho de Conclusão ☐ Outro documento ☐

Trabalho nos termos da Portaria 3064/98 (Registro de patentes) * ☐

2. Identificação do documento

Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: EDUCAÇÃO

Autor: ADRIANO RUSCHEL MARINHO RG: 3013563998 CPF: 476.800.240.49

Título do Trabalho: MEMÓRIAS DO CASARÃO: LIÇÕES DE UMA OCUPAÇÃO POPULAR URBANA DERRUBADA POR POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

Orientador: NILTON BUENO FISCHER

Número de Páginas: 250 FOLHAS Anexos: CD-ROM

Formato: Impresso ☒ Eletrônico ☐ Data da Defesa: 28/07/2006

3. Informações de acesso ao documento no formato impresso

Este trabalho é documento confidencial? ** Sim ☐ Não ☒

Este trabalho ocasionará registro de patente? Sim ☐ Não ☒

Este trabalho pode ser liberado para:

Consulta na Biblioteca: Sim ☒ Não ☐

Empréstimo: Sim ☒ Não ☐

Reprodução: Sim ☒ Não ☐

PORTO ALEGRE , 04/10/2007 _____

Local Data Assinatura do autor

4. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico

Este trabalho pode ser disponibilizado na internet? Sim ☒ Não ☐ Caso afirmativo preencha a autorização abaixo.

AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

Autorizo a UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, **o texto integral** da publicação supracitada, de minha autoria, em seu *site*, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade a partir da data: 04/10/2007

PORTO ALEGRE , 04/10/2007 _____

Local Data Assinatura do autor

* Encaminhar cópia deste formulário ao Escritório Interação e Transferência de Tecnologia/UFRGS

** Esta classificação poderá ser mantida até um ano a partir da defesa ou conclusão do trabalho/relatório/projeto. A extensão deste prazo suscita justificativa.

OBS.: Preencher em duas vias. A primeira via deste formulário deve ser encaminhada à Biblioteca Setorial com o(s) documento(s); a segunda via permanece no Programa de Pós-Graduação para o registro do certificado de conclusão do Curso.

COMPROVANTE DE ENTREGA NA BIBLIOTECA SETORIAL

Deve ser datado e assinado pelo servidor da biblioteca que recebe o(s) exemplar(es)

Recebemos a tese/dissertação discriminada acima. Em: ___/___/___ Carimbo e assinatura